Sólon

MARKETING JURÍDICO

E-BOOK GRATUITO PARA ADVOGADOS • EDIÇÃO COMPLETA E EXPLICATIVA

Marketing Jurídico Ético e de Alta Conversão

O Manual Definitivo para Captação de Clientes, Posicionamento de Autoridade e Relevância Digital na Advocacia sob o Provimento nº 205/2021 da OAB

Uma publicação **Sólon Marketing Jurídico**

Edição 2026

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR

Um manual completo, do Provimento 205/2021 ao calendário de conteúdo.

01

Conformidade OAB e Ética

O que pode e o que não pode ser feito, análise do Provimento 205/2021 e condutas que valorizam seus honorários.

02

Engenharia dos Algoritmos

Como funcionam Instagram, TikTok e YouTube (com sub-módulos dedicados), sites de destaque e por que jamais comprar seguidores.

03

Posicionamento, IA e Autenticidade

Nichos de sustentação, importância da aparência, prós e contras de imagens geradas por IA e o fim das fotos artificiais em delegacias e cartórios.

04

Produção Audiovisual e Direito de Imagem

Iluminação, áudio, roteiros, CTAs éticos, gravação em iPhone/Android, editores simples e a proibição de obrigar secretárias e estagiários a gravarem vídeos.

05

Biblioteca de Exemplos e Método 3 + 2

Dezenas de artigos de blog (SEO), legendas de Instagram, roteiros de Reels/YouTube e o calendário anual de 03 posts + 02 vídeos por semana.

PROPÓSITO EDITORIAL

Obra de distribuição 100% gratuita concebida com o ideal de ajudar, educar e contribuir genuinamente para o crescimento ético e sustentável da advocacia brasileira.

SUMÁRIO

Tudo o que está neste e-book.

ABERTURA

PREFÁCIO E MANIFESTO
A Advocacia Generosa e o Propósito Deste Livro 006

FUNDAMENTOS E PRÁTICA

01 MÓDULO 1
As Regras da OAB — O Marco Regulatório do Marketing Jurídico no Brasil 010

02 MÓDULO 2
O Que Pode e o Que Não Pode Ser Feito — Guia Operacional e Casos Práticos 018

03 MÓDULO 3
Ética no Mundo do Marketing — Por Que a Integridade é o Maior Ativo de Conversão 026

04 MÓDULO 4
Algoritmos e Como Eles Funcionam — Dominando Instagram, TikTok e YouTube 030

05 MÓDULO 5
Como um Site Bem Feito Pode Te Dar um Destaque Extraordinário 039

06 MÓDULO 6
A Importância Vital de NÃO Comprar Seguidores nas Redes Sociais 044

07 MÓDULO 7
O Uso de IA para a Geração de Imagens na Internet — Pontos Positivos e Negativos 048

08 MÓDULO 8
Nichos de Sustentação, Autoridade de Referência e o Poder da Aparência 053

09 MÓDULO 9
O Que o Advogado Geralmente Faz e Que Afasta o Cliente — O Fim do Artificialismo 060

10 MÓDULO 10
Dicas Práticas de Gravação de Conteúdo para Redes Sociais 066

11 MÓDULO 11
Elaboração de Textos, Artigos de Blog (SEO) e Legendas Magnéticas 084

CADERNO PRÁTICO DO MÓDULO 11
Biblioteca Completa de Exemplos Reais (Blog SEO, Legendas de Instagram, Reels e YouTube) 090

12 MÓDULO 12
Consistência de Postagens nas Redes Sociais — O Método 3 Posts + 2 Reels por Semana 122

13 MÓDULO 13
Playbooks Operacionais, Checklists de Auditoria e Atendimento Ético no WhatsApp 134

CADERNOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

ANEXO ENCICLOPÉDICO PRÁTICO
Cadernos de Conteúdo Pronto por Área de Atuação Jurídica 138

01 CADERNO SETORIAL #1
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Trabalhista (Reclamante e Compliance Patronal) 140

02 CADERNO SETORIAL #2
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Previdenciário (RGPS / INSS e RPPS / Servidores) 147

03 CADERNO SETORIAL #3
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito de Família e Sucessões (Patrimonial, Guarda, Alimentos e Inventários) 154

04 CADERNO SETORIAL #4
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Imobiliário, Condominial e Regularização de Imóveis 161

05 CADERNO SETORIAL #5
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Empresarial, Societário e Contratual 167

06 CADERNO SETORIAL #6
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Tributário (Recuperação de Créditos, Planejamento e Defesa Fiscal) 173

07 CADERNO SETORIAL #7
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Médico, Odontológico e da Saúde (Defesa Médica e Pacientes) 179

08 CADERNO SETORIAL #8
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Criminal, Tribunal do Júri e Compliance Penal Econômico 185

09 CADERNO SETORIAL #9
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito do Consumidor, Bancário e Superendividamento 191

10 CADERNO SETORIAL #10
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Digital, Proteção de Dados (LGPD), Inteligência Artificial e Crimes Cibernéticos 197

11 CADERNO SETORIAL #11
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Agrário, Ambiental e do Agronegócio 203

12 CADERNO SETORIAL #12
Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Público, Servidores Públicos, Concursos e Licitações 209

MÓDULOS AVANÇADOS E ESPECIAIS

I MÓDULO AVANÇADO I
Tráfego Pago Ético na Advocacia (Google Ads e Meta Ads sob o Provimento 205/2021) 215

II MÓDULO AVANÇADO II
Arquitetura Completa de Landing Pages Éticas por Área de Atuação 219

III MÓDULO AVANÇADO III
Caderno de Roteiros Longos para o YouTube (Aulas de 8 a 12 Minutos Passo a Passo) 222

IV MÓDULO AVANÇADO IV
Estratégia de Stories para Advogados e Dicionário de Tradução do "Juridiquês" 235

CADERNO COMPLEMENTAR DE EXEMPLOS
25 Roteiros Rápidos de Reels/TikTok + Legendas Prontas Multinicho 240

V — MÓDULO ESPECIAL V
Comentário Prático Artigo por Artigo do Provimento nº 205/2021 da OAB e do Capítulo VIII do Código de Ética — 248

VI — MÓDULO ESPECIAL VI
Caderno Suplementar de Textos Completos para Blog (SEO), Legendas de Carrosséis, Posts Simples e Roteiros — 254

VII — MÓDULO ESPECIAL VII
Banco Master de 36 Carrosséis e Posts Simples + 24 Roteiros Completos Adicionais (1 Ano de Conteúdo Prático) — 263

I — MÓDULO DE APROFUNDAMENTO TÉCNICO I
Arquétipos de Marca, Psicologia da Imagem e Semiótica na Advocacia — 276

II — MÓDULO DE APROFUNDAMENTO TÉCNICO II
Engenharia de Topic Clusters (SEO) e Google Meu Negócio para Escritórios — 282

CADERNO PRÁTICO DE EXPANSÃO
+30 Roteiros Completos, Legendas de Instagram e Artigos de Blog para Execução Anual — 286

VIII — MÓDULO ESPECIAL VIII
O Grande Guia Operacional das 52 Semanas (260 Pautas Detalhadas com Ganchos, Estruturas de Slides, Legendas-Base e CTAs Éticos) — 300

IX — MÓDULO ESPECIAL IX
Caderno de 15 Artigos Completos de Blog (SEO) Prontos para Publicação no Site do Escritório — 335

X — MÓDULO ESPECIAL X
O Grande Compêndio Prático de Kits de Conteúdo Prontos (Carrosséis, Posts Simples, Roteiros de Vídeo e Legendas Otimizadas) — 346

ENCERRAMENTO

CONCLUSÃO GERAL E PLANO DE AÇÃO NOS PRIMEIROS 30 DIAS
O Compromisso com a Advocacia que Transforma Vidas — 362

PREFÁCIO E MANIFESTO

A Advocacia Generosa e o Propósito Deste Livro

NESTE CAPÍTULO

- Mapa Estrutural e Guia de Leitura da Obra

O exercício da advocacia atravessa a maior transformação comunicacional de sua história. Durante décadas, o prestígio de um causídico ou de uma banca jurídica foi construído quase exclusivamente nos corredores dos fóruns, nas salas de espera silenciosas, nos encontros presenciais em clubes de serviço e no lento — embora valioso — boca a boca tradicional. Contudo, a digitalização profunda da sociedade brasileira alterou de maneira irreversível a jornada de decisão do cidadão e do empresário que buscam tutela ou consultoria jurídica. Antes de agendar uma reunião, assinar uma procuração ou sequer pedir a indicação de um profissional a um familiar, o cliente contemporâneo pesquisa na internet, assiste a vídeos explicativos, lê artigos técnicos e avalia a postura digital do advogado.

Este e-book nasceu de uma convicção inegociável: **o verdadeiro marketing jurídico não tem relação com vaidade, dancinhas apelativas ou mercantilização da justiça; ele nasce do desejo genuíno de ajudar, esclarecer e contribuir com a sociedade**. Por essa razão, esta obra foi concebida para ser distribuída de maneira **100% gratuita** a colegas advogados e advogadas de todo o país. Nosso objetivo central é democratizar o acesso às estratégias mais avançadas, éticas e eficazes de posicionamento digital, permitindo que profissionais competentes e sérios aumentem sua captação de clientes e sua relevância na internet sem jamais comprometer a dignidade da toga e o respeito às normas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Quando você compartilha conhecimento jurídico de forma clara, acessível e generosa na internet, três fenômenos simultâneos acontecem: primeiro, você cumpre a função social da advocacia, prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), levando educação em direitos a quem muitas vezes desconhece que possui proteção legal; segundo, você ativa o gatilho humano da reciprocidade e da autoridade técnica, fazendo com que o público enxergue em você um porto seguro de confiança; terceiro, você constrói um ativo digital perene que atrai clientes qualificados todos os dias para o seu escritório.

Ao longo das mais de 150 páginas deste manual prático e exaustivo, mergulharemos profundamente em cada engrenagem do marketing jurídico moderno. Analisaremos artigo por artigo as diretrizes do Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB, dissecaremos o que pode e o que não pode ser feito, estudaremos a ética como diferencial competitivo e abriremos a caixa-preta dos algoritmos do Instagram, do TikTok e do YouTube. Além disso, abordaremos a engenharia de sites jurídicos e SEO no Google, os perigos fatais de comprar seguidores, os prós e contras da Inteligência Artificial na geração de imagens, a escolha dos nichos de sustentação do escritório, o impacto da aparência e da comunicação não-verbal, os erros antinaturais que afastam clientes (como fotos forçadas em delegacias e cartórios), técnicas completas de gravação de vídeo e áudio em smartphones, proteção ao direito de imagem de secretárias e estagiários, e entregaremos dezenas de exemplos reais de artigos de blog, roteiros, carrosséis e legendas, além de um plano completo de consistência baseado na metodologia de 03 posts e 02 vídeos semanais.

Mapa Estrutural e Guia de Leitura da Obra

Para facilitar sua consulta diária e a aplicação prática junto à sua equipe ou de forma individual, organizamos este livro em 13 grandes módulos interdependentes, desenhados em uma progressão lógica que vai da base ético-normativa até a execução tática diária de conteúdo e conversão:

- **Módulo 1 — As Regras da OAB e o Marco Regulatório da Publicidade Jurídica:** Estudo detalhado da Lei nº 8.906/1994, do Código de Ética e Disciplina (CED) e do Provimento nº 205/2021 do CFOAB, desmistificando conceitos de marketing jurídico, marketing de conteúdo, publicidade ativa e passiva.

- **Módulo 2 — O Que Pode e o Que Não Pode Ser Feito na Prática:** Guia operacional completo com tabelas comparativas exaustivas, análise do Anexo Único do Provimento 205/2021 e 30 estudos de casos práticos inspirados em precedentes dos Tribunais de Ética e Disciplina (TED).

- **Módulo 3 — Ética no Mundo do Marketing Jurídico:** Como transformar a sobriedade, a discrição e o caráter informativo em imãs de clientes de alto valor, fugindo da mercantilização e da guerra de preços.

- **Módulo 4 — Algoritmos e Como Eles Funcionam (Instagram, TikTok e YouTube):** Três sub-módulos técnicos dedicados a explicar a matemática da atenção, métricas de retenção, SEO social e sinais de distribuição em cada plataforma.

- **Módulo 5 — Como um Site Bem Feito Pode Te Dar um Destaque Extraordinário:** Arquitetura de sites institucionais éticos, landing pages de áreas de atuação, velocidade mobile, autoridade de domínio e integração com o Google Meu Negócio.

- **Módulo 6 — A Importância de Não Comprar Seguidores nas Redes Sociais:** Diagnóstico técnico e comportamental sobre como seguidores falsos destroem o alcance orgânico, contaminam a amostragem algorítmica e arruínam a reputação do advogado.

- **Módulo 7 — O Uso de Inteligência Artificial para Geração de Imagens na Internet:** Análise imparcial dos pontos positivos e negativos, riscos do vale da estranheza (uncanny valley), direitos autorais e protocolo de uso estratégico.

- **Módulo 8 — Nichos de Sustentação, Posicionamento de Referência e Psicologia da Aparência:** Como equilibrar o fluxo de caixa do escritório, por que ser visto como especialista multiplica seus honorários e como a imagem pessoal influencia o julgamento imediato do cliente.

- **Módulo 9 — Comportamentos que Afastam o Cliente (O Fim do Marketing Artificial):** Por que fotos posadas em frente a delegacias, cartórios e pilhas de processos fingindo trabalho destroem a conexão humana e geram rejeição.

- **Módulo 10 — Manual Completo de Gravação e Produção de Conteúdo para Redes Sociais:** Iluminação profissional e natural, construção de roteiros magnéticos, CTAs que respeitam a OAB, captação de áudio cristalino, configurações de iPhone e Android, editores de vídeo simples e a regra de ouro sobre não obrigar secretárias e estagiários a gravarem vídeos.

- **Módulo 11 — Engenharia de Textos, Artigos de Blog (SEO) e Legendas (Com Caderno de Exemplos):** Metodologia completa de escrita persuasiva e informativa, acompanhada de exemplos integrais de artigos de blog otimizados para SEO, legendas de Instagram e descrições para Reels e YouTube.

- **Módulo 12 — Consistência Estratégica: O Método 3 Posts + 2 Reels por Semana:** Planejamento editorial sustentável, produção em lote (batching) e calendário detalhado de 12 semanas (60 pautas completas) para manter presença ininterrupta.

- **Módulo 13 — Checklists de Execução, Auditoria Ética e Protocolo de Atendimento:** Ferramentas práticas de verificação pré-publicação e roteiros de acolhimento ético no WhatsApp para converter seguidores em constituintes.

01

MÓDULO 1

As Regras da OAB — O Marco Regulatório do Marketing Jurídico no Brasil

NESTE CAPÍTULO

1.1 A Evolução Histórica: Do Provimento 94/2000 ao Provimento 205/2021

1.2 Os Cinco Conceitos Pilares do Artigo 2º do Provimento 205/2021

1.3 A Tríade Deontológica do Artigo 39 do CED e Artigo 3º do Provimento 205/2021

1.4 Análise Detalhada das Vedações Expressas (Artigos 3º a 8º do Provimento 205/2021)

1.5 O Papel do Comitê Regulador do Marketing Jurídico e o TAC na OAB

Nenhuma estratégia de comunicação na advocacia pode prosperar se for edificada sobre terreno movediço. O primeiro passo de qualquer advogado ou escritório que deseja construir uma presença digital sólida, captar clientes de forma previsível e expandir sua relevância na internet é dominar integralmente as normas que regem a publicidade profissional no Brasil. Longe de serem uma "mordaça" ou um obstáculo intransponível, as normas da Ordem dos Advogados do Brasil funcionam como uma bússola protetora: elas separam o profissional sério do aventureiro e garantem que a competição na advocacia ocorra pelo intelecto, pela clareza didática e pela confiança, e não pelo poder econômico bruto ou pelo apelo comercial rasteiro.

1.1

A Evolução Histórica: Do Provimento 94/2000 ao Provimento 205/2021

Para compreender o espírito da regulamentação atual, é fundamental olhar para a evolução normativa das últimas três décadas. A base legal primária encontra-se no Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994), que estabelece em seu artigo 34, inciso IV, constituir infração disciplinar "angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros", e no inciso XIII, "fazer publicar na imprensa, desnecessária e habitualmente, alegações forenses ou relativas a causas pendentes". Complementarmente, o Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução nº 02/2015) dedica seu Capítulo VIII (artigos 39 a 47) a disciplinar a publicidade profissional.

Durante mais de vinte anos, a regulamentação infralegal específica ficou a cargo do antigo Provimento nº 94/2000. Editado no ano 2000 — época em que a internet no Brasil ainda engatinhava por conexões discadas e não existiam smartphones, Instagram, YouTube, TikTok, WhatsApp ou ferramentas sofisticadas de tráfego pago como Google Ads e Meta Ads —, o Provimento 94/2000 refletia um mundo analógico. Como destaca análise técnica da Projuris sobre o Provimento 205/2021, o regramento anterior gerava enorme insegurança jurídica porque diferentes Tribunais de Ética e Disciplina (TEDs) estaduais interpretavam de maneira conflitante o uso de redes sociais, impulsionamento de postagens, vídeos educativos e otimização para mecanismos de busca (SEO).

Foi para superar esse anacronismo e pacificar as regras no ambiente digital que o Conselho Federal da OAB editou, em 15 de julho de 2021, o Provimento nº 205/2021, revogando expressamente o Provimento nº 94/2000. Pela primeira vez na história institucional da advocacia brasileira, a expressão **"Marketing Jurídico"** deixou de ser um tabu sussurrado nos corredores e passou a figurar expressamente no texto legal como uma atividade lícita, legítima e regulamentada.

1.2

Os Cinco Conceitos Pilares do Artigo 2º do Provimento 205/2021

O artigo 2º do Provimento nº 205/2021 estabelece uma taxonomia conceitual precisa que todo advogado precisa memorizar e aplicar na gestão diária de suas redes sociais e do seu site. A compreensão exata da diferença entre essas categorias é o que permite utilizar anúncios pagos, gravar vídeos e publicar artigos sem jamais incorrer em infração ética:

> "Art. 2º Para fins deste provimento devem ser observados os seguintes conceitos: I - Marketing jurídico: Especialização do marketing destinada aos profissionais da área jurídica, consistente na utilização de estratégias planejadas para alcançar objetivos do exercício da advocacia; II - Marketing de conteúdos jurídicos: estratégia de marketing que se utiliza da criação e da divulgação de conteúdos jurídicos, disponibilizados por meio de ferramentas de comunicação, voltada para informar o público e para a consolidação profissional do(a) advogado(a) ou escritório de advocacia; III - Publicidade: meio pelo qual se tornam públicas as informações a respeito de pessoas, ideias, serviços ou produtos, utilizando os meios de comunicação disponíveis, desde que não vedados pelo Código de Ética e Disciplina da Advocacia; IV - Publicidade profissional: meio utilizado para tornar pública as informações atinentes ao exercício profissional, bem como os dados do perfil da pessoa física ou jurídica inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, utilizando os meios de comunicação disponíveis, desde que não vedados pelo Código de Ética e Disciplina da Advocacia; V - Publicidade de conteúdos jurídicos: divulgação destinada a levar ao conhecimento do público conteúdos jurídicos; VI - Publicidade ativa: divulgação capaz de atingir número indeterminado de pessoas, mesmo que elas não tenham buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados; VII - Publicidade passiva: divulgação capaz de atingir somente público certo que tenha buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados, bem como por aqueles que concordarem previamente com o recebimento do conteúdo; VIII - Captação de clientela: para fins deste provimento, é a utilização de mecanismos de marketing que, de forma ativa, independentemente do resultado obtido, se destinam a angariar clientes pela indução à contratação dos serviços ou estímulo do litígio, sem prejuízo do estabelecido no Código de Ética e Disciplina e regramentos próprios." (CFOAB, Provimento nº 205/2021)

Analisemos a fundo a repercussão prática de cada um desses incisos na rotina do seu escritório:

- **Marketing Jurídico vs. Mercantilização:** O inciso I reconhece que ter objetivos estratégicos no exercício da advocacia — como consolidar o nome do escritório em determinado nicho, expandir a visibilidade digital e ser lembrado por potenciais clientes — é perfeitamente lícito. O que a OAB proíbe não é o planejamento estratégico de marketing, mas sim a mercantilização (tratar o serviço jurídico como mercadoria de varejo, com liquidações, apelos de compra imediata ou promessas de ganho fácil).

- **Marketing de Conteúdos Jurídicos como Porto Seguro:** O inciso II consagra a estratégia central deste e-book. Criar conteúdos educativos — seja em formato de Reels no Instagram, vídeos no TikTok, aulas no YouTube ou artigos otimizados no blog do site — com o propósito de *informar o público* e gerar *consolidação profissional* é a via real da advocacia moderna.

- **A Diferença Crucial entre Publicidade Ativa e Passiva:** Na **publicidade passiva** (inciso VII), o cidadão já tem consciência de sua dúvida ou necessidade e vai ativamente até a informação: ele pesquisa no Google "como funciona a pensão alimentícia para filho universitário", encontra o artigo do seu blog ou um anúncio na rede de pesquisa do Google Ads, ou decide seguir o seu perfil no Instagram e assinar sua newsletter. Já na **publicidade ativa** (inciso VI), a informação chega a um número indeterminado de pessoas que não estavam buscando ativamente por você naquele exato segundo — como ocorre quando um vídeo seu é entregue na aba *For You* do TikTok, no *Reels* do Instagram ou por meio de um post impulsionado (patrocinado) nas redes sociais. Ambas as modalidades (ativa e passiva) são permitidas no marketing de conteúdos jurídicos (art. 4º), desde que respeitem estritamente a sobriedade e não contenham oferta mercantilista de serviços!

- **O Conceito Objetivo de Captação Indevida de Clientela (Inciso VIII):** Observe com atenção cirúrgica a redação do inciso VIII: a captação ilícita ocorre quando se utilizam mecanismos que, de forma ativa e independentemente do resultado, destinam-se a *induzir à contratação* ou *estimular o litígio*. Explicar em um vídeo que "o trabalhador que faz horas extras habituais sem receber tem direito ao pagamento com adicional mínimo de 50%" é **informação jurídica legítima**. Dizer no final do mesmo vídeo "Processamos a sua empresa sem custo inicial, clique aqui e entre com sua ação hoje mesmo!" é **indução à contratação e estímulo ao litígio**, configurando infração ética grave.

1.3

A Tríade Deontológica do Artigo 39 do CED e Artigo 3º do Provimento 205/2021

Tanto o artigo 39 do Código de Ética e Disciplina da OAB quanto o caput do artigo 3º do Provimento nº 205/2021 estabelecem que toda publicidade profissional na advocacia deve obedecer simultaneamente a três requisitos cumulativos: **caráter meramente informativo**, **discrição** e **sobriedade**.

Muitos advogados erram por acreditarem que "discrição e sobriedade" significam produzir conteúdos enfadonhos, cinzentos, incompreensíveis ou gravados com o semblante fechado lendo textos de lei. Na verdade, sobriedade tem relação com equilíbrio, respeito à dignidade da justiça, ausência de sensacionalismo e compromisso com a verdade técnica. Você pode — e deve — ser carismático, sorridente, didático, usar metáforas do cotidiano, gravar vídeos dinâmicos e ter uma identidade visual moderna e atraente, mantendo total sobriedade ética.

Pilar Deontológico	Significado Técnico perante a OAB	Aplicação Prática nas Redes Sociais e no Site
Caráter Informativo	O conteúdo deve esclarecer direitos, deveres, prazos, procedimentos judiciais ou extrajudiciais e alterações legislativas ou jurisprudenciais.	Produzir vídeos, carrosséis e artigos que respondam às dúvidas reais do cidadão ou empresário, entregando valor educativo genuíno antes de qualquer apresentação institucional.
Discrição	Ausência de alarde comercial, invasão de privacidade do público ou abordagem agressiva e insistente.	Evitar mensagens em massa não solicitadas (spam no WhatsApp ou Direct), evitar pop-ups agressivos de venda e manter postura consultiva e respeitosa.
Sobriedade	Postura compatível com a relevância constitucional do advogado (art. 133 da CF/88), sem vulgaridade, ostentação financeira ou mercantilismo.	Comunicar-se com clareza, elegância e empatia; vedar ostentação de carros, relógios ou viagens vinculadas ao êxito de processos; banir promessas de "causa ganha".

1.4

Análise Detalhada das Vedações Expressas (Artigos 3º a 8º do Provimento 205/2021)

Para que você produza conteúdo com absoluta tranquilidade, examinemos cada uma das proibições contidas nos artigos 3º a 8º do Provimento nº 205/2021 e no Código de Ética da OAB:

1. **Proibição de referência a valores de honorários, formas de pagamento, gratuidade ou descontos (Art. 3º, I):** É terminantemente vedado divulgar em posts, vídeos, anúncios ou no site frases como "Consulta gratuita", "Análise gratuita do seu benefício", "Parcelamos seus honorários no cartão em 12x", "Cobramos apenas no êxito (ad exitum)" ou "Desconto de 20% para divórcios consensuais neste mês". A precificação dos honorários deve ser tratada exclusivamente em ambiente privado, durante o atendimento individualizado ao cliente, respeitando a tabela mínima da seccional da OAB.

2. **Proibição de informações que induzam a erro ou causem dano (Art. 3º, II):** O advogado não pode distorcer leis, apresentar teses minoritárias ou superadas como se fossem direitos líquidos e certos de todos os cidadãos, nem omitir requisitos legais indispensáveis apenas para atrair cliques fáceis (clickbait enganoso).

3. **Proibição de anunciar especialidades sem título certificado ou notória especialização (Art. 3º, III):** Nos termos do parágrafo único do art. 3º-A do Estatuto da Advocacia (incluído pela Lei nº 14.039/2020), para se intitular formalmente "Especialista em Direito Tributário" na bio do Instagram ou no cartão, o advogado deve possuir pós-graduação lato sensu (certificado de especialização), mestrado, doutorado ou notória especialização comprovável. Caso ainda não possua a titulação formal concluída, a forma ética e segura de comunicar seu nicho é escrever: *"Advogado com atuação em Direito Tributário"* ou *"Escritório dedicado ao Direito de Família e Sucessões"*.

4. **Proibição de expressões persuasivas, de autoengrandecimento ou de comparação (Art. 3º, IV):** Estão banidos superlativos comparativos ou absolutistas como "O melhor escritório trabalhista da região", "O advogado mais rápido do estado", "Líder absoluto em aprovações no INSS", bem como frases imperativas de varejo como "Contrate já!", "Não perca tempo, ligue agora!" ou comparações depreciativas com colegas ou com a Defensoria Pública.

5. **Proibição de distribuição indiscriminada de brindes e panfletos (Art. 3º, V):** Não é permitido distribuir chaveiros, canetas, calendários ou panfletos em portas de fábricas, hospitais, sindicatos, agências do INSS ou vias públicas (nem disparar materiais equivalentes de forma indiscriminada em grupos públicos de WhatsApp), salvo materiais institucionais e técnicos dentro de eventos de interesse estritamente jurídico.

6. **Proibição de divulgação de resultados e decisões em causas próprias (Art. 4º, § 2º):** Esta é uma das regras mais violadas por desconhecimento nas redes sociais. O advogado pode publicar vídeos de sua atuação em audiências ou sustentações orais

(desde que não haja segredo de justiça e seja preservado o sigilo das partes), mas é **expressamente vedada a referência ou menção a decisões judiciais e resultados de qualquer natureza obtidos em procedimentos que patrocina ou participa** (exceto manifestação espontânea em caso já coberto pela grande mídia). Portanto, nunca publique print de sentença procedente ou alvará de levantamento dizendo "Mais uma liminar deferida pelo nosso escritório hoje! R$ 80.000,00 garantidos para o nosso cliente!". Em vez disso, transforme o tema jurídico em conteúdo educativo impessoal: explique quais são os critérios que a jurisprudência utiliza para conceder tutelas de urgência em casos daquela natureza, sem mencionar que foi uma vitória sua.

7 **Proibição de ostentação de bens e vinculação com sucesso profissional (Art. 6º):** O artigo 6º veda expressamente a utilização de veículos, viagens, hospedagens, relógios, mansões e bens de consumo como forma de demonstrar poder econômico ou êxito na profissão. A autoridade do advogado deve emanar de sua cultura jurídica, clareza e integridade, jamais da exibição de luxo.

8 **Responsabilidade sobre conteúdos extrajurídicos que atinjam a reputação da classe (Art. 7º):** Mesmo em postagens pessoais ou de lazer em perfis abertos, o advogado deve lembrar que condutas incompatíveis com a dignidade da advocacia (discursos de ódio, apologia a ilícitos, exposição vexatória) podem atrair responsabilização ético-disciplinar perante a OAB.

9 **Proibição de conjugação do escritório com outras atividades (Art. 8º e Art. 40, IV do CED):** O advogado não pode divulgar a advocacia em conjunto com outra atividade empresarial, como contabilidade, corretagem de imóveis, despachante, perícia ou consultoria financeira não-jurídica, nem compartilhar o mesmo espaço físico ou site sem total separação institucional.

1.5

O Papel do Comitê Regulador do Marketing Jurídico e o TAC na OAB

Outro avanço institucional trazido pelo Provimento nº 205/2021 (art. 9º) foi a criação do **Comitê Regulador do Marketing Jurídico**, órgão consultivo vinculado à Diretoria do Conselho Federal da OAB, com a finalidade de acompanhar a evolução das tecnologias digitais e propor atualizações contínuas. Além disso, o Provimento nº 200/2020 do CFOAB regulamentou a celebração do **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)** no âmbito ético-disciplinar para infrações leves de publicidade, permitindo que o advogado primário que cometa um deslize

formal por desconhecimento ajuste sua postagem ou campanha sem sofrer de imediato uma sanção severa, desde que aja com boa-fé e corrija prontamente a conduta. Contudo, prevenir é infinitamente melhor do que remediar: dominar as regras que veremos no Módulo 2 blindará seu escritório contra qualquer representação ética.

02

MÓDULO 2

O Que Pode e o Que Não Pode Ser Feito — Guia Operacional e Casos Práticos

NESTE CAPÍTULO

2.1 Matriz Completa do Anexo Único do Provimento 205/2021

2.2 A Linha Tênue na Prática: 20 Comparações "Errado vs. Certo"

2.3 Estudos de Caso Éticos: Análise de Situações Limítrofes nos TEDs

Para transformar a teoria regulatória em ação diária livre de dúvidas, precisamos traduzir o texto normativo e o **Anexo Único do Provimento nº 205/2021** em diretrizes operacionais diretas. Muitos advogados deixam de gravar vídeos excelentes, deixam de criar um blog otimizado ou têm medo de impulsionar conteúdos educativos simplesmente porque ouviram boatos equivocados de que "a OAB proíbe tudo". A realidade é exatamente oposta: a OAB permite praticamente todas as ferramentas tecnológicas modernas de comunicação, restringindo apenas a forma mercantilista de usá-las.

2.1

Matriz Completa do Anexo Único do Provimento 205/2021

A tabela a seguir sintetiza e expande todas as modalidades de divulgação disciplinadas pelo Anexo Único do Provimento nº 205/2021 e pela Cartilha de Publicidade na Advocacia do CFOAB:

Meio / Ferramenta	Status na OAB	O Que PODE Ser Feito (Conduta Ética)	O Que NÃO PODE Ser Feito (Infração Ética)
Redes Sociais (Instagram, TikTok, LinkedIn, Facebook)	Permitido	Criar perfil profissional do advogado ou escritório; publicar conteúdos educativos (vídeos, carrosséis, textos); responder dúvidas gerais nos comentários; usar links na bio para o site ou WhatsApp institucional.	Prometer resultados; exibir prints de vitórias judiciais próprias; oferecer consulta gratuita; fazer sorteios, rifas ou promoções; usar linguagem de varejo ("Chame agora e garanta sua indenização").
Impulsionamento e Anúncios nas Redes (Meta Ads / TikTok Ads)	Permitido com regras	Patrocinar/impulsionar postagens e vídeos de **conteúdo meramente informativo e educativo** para ampliar o alcance do conhecimento jurídico e consolidar a marca do escritório.	Impulsionar anúncios com oferta direta de serviços jurídicos ("Precisa de advogado trabalhista? Clique aqui e contrate"), menção a preços ou emprego excessivo/abusivo de recursos financeiros.
Google Ads (Rede de Pesquisa)	Permitido com regras	Criar anúncios de texto que respondam à busca ativa do usuário (publicidade passiva), informando nome do advogado/escritório, número da OAB, área de atuação e direcionando para o site institucional ou artigo de blog.	Usar títulos mercantilistas ("Causa Ganha", "Consulta Grátis", "Cobramos só no final", "O Melhor Advogado da Cidade") ou fazer anúncios em páginas de concorrentes usando o nome deles.

Meio / Ferramenta	Status na OAB	O Que PODE Ser Feito (Conduta Ética)	O Que NÃO PODE Ser Feito (Infração Ética)
YouTube e Lives nas Redes Sociais	Permitido	Manter canal de vídeos educativos, realizar transmissões ao vivo (lives) sozinho ou com convidados para debater temas jurídicos, responder dúvidas abstratas e explicar alterações na lei.	Realizar consultas jurídicas concretas ao vivo analisando o processo específico de um espectador ou incitar espectadores em massa a ajuizarem ações contra determinada empresa.
Site Institucional e Blog Jurídico (SEO)	Permitido	Manter portal com história do escritório, currículo dos sócios, áreas de atuação, artigos técnicos otimizados para o Google (SEO), materiais educativos gratuitos (e-books, cartilhas) e botão de contato.	Inserir janelas de chat com promessas comerciais, tabelas de preços de serviços online, carrinhos de compra de petições/consultas ao estilo e-commerce ou depoimentos laudatórios comprados.
Grupos de WhatsApp e Telegram	Permitido com restrições	Criar grupos informativos compostos por **pessoas determinadas** (clientes ativos, colegas ou pessoas que se cadastraram voluntariamente para receber boletins jurídicos do escritório).	Entrar em grupos abertos de condomínios, bairros, categorias profissionais ou vendas para disparar propaganda do escritório ou abordar membros no privado oferecendo serviços (prospecção ativa invasiva).
E-mail Marketing e Newsletter	Permitido com restrições	Enviar boletins informativos, artigos e análises legislativas para clientes do escritório ou para leads que se inscreveram voluntariamente (opt-in) respeitando a LGPD e com opção de descadastro.	Comprar listas de e-mails (mailing) e disparar mensagens em massa (spam) oferecendo serviços jurídicos ou auditorias gratuitas a desconhecidos.
Chatbots e Ferramentas Tecnológicas	Permitido com regras	Utilizar assistentes virtuais no site ou WhatsApp para triagem inicial, agendamento de reuniões, coleta de dados básicos e envio de informações institucionais, agilizando o atendimento.	Usar inteligência artificial ou robôs para suprimir a imagem, o poder decisório e a responsabilidade pessoal do advogado, ou automatizar captação em massa por disparo frio.

Meio / Ferramenta	Status na OAB	O Que PODE Ser Feito (Conduta Ética)	O Que NÃO PODE Ser Feito (Infração Ética)
Placas de Identificação no Escritório	Permitido com regras	Afixar placa discreta na fachada do escritório ou residência profissional contendo nome, nome social, logotipo, OAB, áreas de atuação, endereço e telefone, proporcional à fachada.	Instalar outdoors, painéis de LED piscantes, letreiros luminosos de grandes proporções semelhantes aos de farmácias e supermercados, ou faixas em vias públicas.
Cartões de Visita (Físicos e Digitais)	Permitido	Entregar cartão contendo nome, nome social, número de inscrição na OAB, endereço físico/eletrônico, telefone, QR Code para o site/redes e logotipo do escritório, em interações profissionais.	Incluir fotos pessoais sensacionalistas, promessas de resultado ou deixar pilhas de cartões em balcões de padarias, hospitais, delegacias, sindicatos e comércios para distribuição indiscriminada.
Patrocínio de Eventos e Palestras	Permitido com regras	Patrocinar eventos de caráter jurídico, científico, cultural ou acadêmico, expondo a marca institucional do escritório com sobriedade, e ministrar palestras técnicas.	Patrocinar festas comerciais, baladas, campeonatos amadores com fins puramente promocionais de captação ou distribuir panfletos comerciais na saída de eventos leigos.
Correspondências e Comunicados a Clientes	Permitido	Enviar comunicados sobre mudanças de endereço, ingresso de novos sócios, abertura de novas áreas de atuação ou alertas sobre teses relevantes exclusivamente à carteira de clientes e relações pessoais.	Enviar cartas físicas ou notificações falsas a cidadãos desconhecidos (ex.: aposentados que constam em listas vazadas do INSS) informando que eles "têm valores a receber" para atraí-los ao escritório.

2.2

A Linha Tênue na Prática: 20 Comparações "Errado vs. Certo"

Na rotina de criação de conteúdo, a diferença entre uma peça que viola o Código de Ética e uma peça altamente persuasiva e 100% ética reside na **escolha vocabular e no enquadramento informativo**. Veja como reescrever abordagens proibidas transformando-as em comunicação de alta autoridade:

Situação / Tema	Abordagem PROIBIDA pela OAB (Infração)	Abordagem PERMITIDA e Estratégica (Alta Autoridade)
1. Direito Trabalhista (Horas Extras)	"Trabalha além do horário e o patrão não paga? Nós processamos sua empresa sem você gastar nada agora! Chame no WhatsApp!"	"Quando as horas extras habituais geram reflexos no 13º salário, férias e FGTS? Entenda como a CLT regulamenta o controle de jornada e quais provas costumam ser utilizadas na Justiça do Trabalho."
2. Direito Previdenciário (Aposentadoria)	"Fazemos sua análise previdenciária GRÁTIS! Descubra hoje se você já pode se aposentar com o maior valor do INSS!"	"Vai pedir aposentadoria em 2026? Conheça as 4 regras de transição vigentes da Reforma da Previdência e entenda por que o Planejamento Previdenciário evita perdas definitivas no cálculo do benefício."
3. Direito de Família (Divórcio)	"Divórcio rápido em 24 horas no cartório com honorários parcelados em até 10x! Ligue já!"	"Quais são os requisitos legais para realizar o divórcio extrajudicial em cartório? Veja a documentação necessária e como a Resolução nº 571/2024 do CNJ impactou os casos com filhos menores."
4. Direito do Consumidor (Voo Cancelado)	"Teve voo atrasado ou mala extraviada? Garanta até R$ 10.000,00 de indenização por danos morais! Clique no link!"	"Voo cancelado ou atraso superior a 4 horas: quais são os deveres de assistência material da companhia aérea segundo a Resolução nº 400 da ANAC e como registrar as evidências do ocorrido?"
5. Direito Médico e da Saúde (Plano de Saúde)	"Plano de saúde negou sua cirurgia ou remédio caro? Conseguimos liminar em 48 horas! Veja mais uma vitória nossa!"	"Negativa de cobertura de medicamento de alto custo pelo plano de saúde: entenda o que diz a Lei nº 14.454/2022 sobre o rol da ANS e quais relatórios médicos são essenciais para demonstrar a necessidade do tratamento."
6. Direito Tributário (Empresas)	"Reduzimos os impostos da sua clínica médica em 60% garantido! Faça um diagnóstico gratuito conosco!"	"Equiparação hospitalar para clínicas médicas no regime de Lucro Presumido: entenda os critérios fixados pelo STJ no Tema 217 para redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL."
7. Direito Imobiliário (Distrato / Atraso de Obra)	"Construtora atrasou a entrega do seu apartamento? Receba seu dinheiro de volta com multa! Fale com o melhor especialista!"	"Atraso na entrega de imóvel na planta: como funciona o prazo de tolerância de 180 dias previsto na Lei nº 13.786/2018 e quais são as alternativas jurídicas do comprador?"
8. Direito Bancário (Juros e Fraudes Pix)	"Caiu no golpe do Pix? O banco é obrigado a devolver tudo! Entre com ação agora mesmo com nossa equipe!"	"Golpe do Pix e Súmula 479 do STJ: em quais hipóteses a jurisprudência reconhece falha na prestação do serviço bancário (fortuito interno) e qual o passo a passo imediato no Mecanismo Especial de Devolução (MED)?"

Situação / Tema	Abordagem PROIBIDA pela OAB (Infração)	Abordagem PERMITIDA e Estratégica (Alta Autoridade)
9. Direito Sucessório (Inventário)	"Não perca patrimônio com impostos! Faça seu inventário pagando menos com nosso escritório!"	"Prazo legal para abertura de inventário: entenda como funciona a multa do ITCMD em caso de atraso superior a 60 dias e a diferença prática entre inventário judicial, extrajudicial e planejamento sucessório."
10. Direito Criminal (Atuação em Flagrante)	"Foto na porta da delegacia às 3h da manhã: 'Mais um cliente colocado em liberdade pela nossa equipe imbatível!'"	"O que acontece na Audiência de Custódia? Entenda os direitos constitucionais da pessoa detida, o papel técnico da defesa criminal nas primeiras 24 horas e as medidas cautelares diversas da prisão."
11. Direito Empresarial (Contratos e Societário)	"Modelos de contratos baratos para sua empresa não tomar prejuízo! Compre nosso pacote jurídico mensal!"	"Acordo de Sócios (Quotistas): 5 cláusulas indispensáveis para prevenir disputas societárias, regular a saída de sócios (Tag Along e Drag Along) e proteger a continuidade da empresa."
12. Direito Digital e LGPD	"Sua empresa vai levar multa milionária da ANPD se não nos contratar hoje! Adequação LGPD com 50% de desconto!"	"Fiscalização da ANPD e o Regulamento de Dosimetria de Sanções: quais são os documentos essenciais de governança de dados que pequenas e médias empresas precisam manter atualizados?"
13. Direito Autista e PcD (BPC/LOAS e Saúde)	"Seu filho tem autismo? Você tem direito a um salário mínimo por mês no INSS! Nós conseguimos para você!"	"Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): como funciona a avaliação biopsicossocial e a flexibilização do critério de renda per capita na jurisprudência?"
14. Direito Agrário e do Agronegócio	"Produtor rural, anule a cobrança do banco e suspenda o leilão da sua fazenda agora mesmo!"	"Prorrogação compulsória do crédito rural (Súmula 298 do STJ): quais requisitos o produtor rural precisa comprovar em casos de frustração de safra por fatores climáticos ou dificuldades de comercialização?"
15. Direito Público e Concursos Públicos	"Foi reprovado no psicotécnico ou TAF do concurso? Nós derrubamos sua eliminação na Justiça com liminar!"	"Exame psicotécnico em concursos públicos e a Súmula Vinculante 44 do STF: quando a ausência de critérios objetivos ou a falta de recurso administrativo tornam o ato passível de controle judicial?"
16. Bio do Instagram	"Dr. João Silva | O Melhor Advogado Trabalhista | +1.000 causas ganhas | Consulta Grátis no link abaixo ↓"	"João Silva | Advogado (OAB/UF 00.000) | Mestre em Direito do Trabalho | Conteúdo diário sobre direitos nas relações de trabalho e compliance trabalhista | Site e contato institucional ↓"

Situação / Tema	Abordagem PROIBIDA pela OAB (Infração)	Abordagem PERMITIDA e Estratégica (Alta Autoridade)
17. Anúncio Patrocinado (Meta Ads)	"Vídeo patrocinado: 'Se você trabalhou sem carteira assinada nos últimos 5 anos, clique no botão Fale Conosco e receba seus direitos!'"	"Vídeo patrocinado educativo: 'Quais são os 4 requisitos legais que configuram o vínculo empregatício segundo o art. 3º da CLT? Assista ao vídeo completo e acompanhe nosso perfil para mais conteúdos informativos.'"
18. Google Meu Negócio (Descrição e Respostas)	"Nome do Perfil: 'Advogado Trabalhista Urgente - Causa Ganha e Consulta Grátis Centro'"	"Nome do Perfil: 'Silva & Costa Sociedade de Advogados' | Categoria: Escritório de Advocacia | Descrição sóbria das áreas de atuação, endereço, horário de funcionamento e link para o site institucional."
19. Divulgação de Eventos / Palestras	"Venha assistir à minha palestra no sindicato e traga sua carteira de trabalho para já assinarmos a procuração na saída!"	"Nesta quinta-feira, ministrarei palestra técnica sobre 'Prevenção de Passivos Trabalhistas no Varejo' a convite da Associação Comercial. Compartilho abaixo os principais tópicos que serão debatidos."
20. Comemoração de Conquistas Profissionais	"Foto segurando alvará judicial: 'Sextou com R$ 250 mil liberados na conta do cliente! Quem quer ser o próximo?'"	"Foto no escritório ou em sustentação oral (sem expor partes ou resultados): 'Encerrando a semana após sustentação oral no Tribunal Regional sobre um tema fascinante do Direito Securitário: a agravamento intencional do risco. Explico nos comentários a tese jurídica debatida.'"

2.3

Estudos de Caso Éticos: Análise de Situações Limítrofes nos TEDs

Para aprofundar ainda mais sua segurança prática, reunimos as dúvidas mais frequentes que surgem no dia a dia dos escritórios de advocacia e que já foram objeto de análise pelas turmas deontológicas da OAB em todo o país:

CASO 1 O advogado pode criar um e-book gratuito (iscas digitais / lead magnets) no site?

Sim, é totalmente permitido! Disponibilizar cartilhas, guias informativos, checklists preventivos ou e-books (ex.: *"Guia de Boas Práticas Trabalhistas para Pequenas Empresas"* ou *"Manual de Documentos para o Planejamento Sucessório Familiar"*) no site institucional ou no link da bio, solicitando o nome e o e-mail do leitor (com consentimento expresso nos termos da LGPD) para envio do material educativo, caracteriza **marketing de conteúdos jurídicos em**

modalidade passiva (art. 2º, II e VII do Provimento 205/2021). O cuidado essencial é que o material seja genuinamente técnico e educativo, e não um panfleto comercial disfarçado prometendo serviços ou descontos.

CASO 2 O advogado pode participar de podcasts, programas de rádio ou entrevistas em portais de notícias?

Sim, é permitido e altamente recomendável para construção de autoridade! O artigo 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB permite a participação eventual ou habitual em programas de televisão, rádio, podcasts ou colunas jornalísticas para manifestação sobre temas jurídicos com finalidade exclusivamente ilustrativa, educacional e instrutiva. O que o advogado não deve fazer durante a entrevista é responder a consultas de casos individuais de ouvintes identificando partes, criticar colegas que patrocinam causas alheias ou transformar a entrevista em balcão de oferta de serviços ("Me procurem no meu escritório amanhã que eu resolvo isso para vocês").

CASO 3 O escritório pode contratar agência de marketing, gestor de tráfego ou social media?

Sim, é permitido contratar profissionais de apoio (agências de marketing jurídico, designers, editores de vídeo, gestores de tráfego e redatores de SEO), mas atenção: **a responsabilidade ético-disciplinar pelo conteúdo publicado é sempre pessoal, direta e intransferível do advogado ou dos sócios do escritório**. Dizer ao Tribunal de Ética da OAB que "foi a agência ou o estagiário de marketing quem escreveu 'Consulta Grátis' no anúncio" jamais isenta o advogado de punição. Por isso, toda peça criada por terceiros precisa obrigatoriamente passar pelo crivo final de conformidade ética do advogado antes de ir ao ar.

CASO 4 É permitido pagar "comissão" ou "taxa de indicação" para contadores, médicos, sindicatos ou influenciadores digitais?

Não! É terminantemente proibido! Pagar comissões, percentuais de honorários ou valores fixos por cliente indicado a terceiros não inscritos na OAB (contadores, corretores, médicos, líderes comunitários, influenciadores ou plataformas de intermediação mercantil) configura infração disciplinar gravíssima de **agenciamento de causas e captação indevida de clientela com intervenção de terceiros** (art. 34, III e IV da Lei nº 8.906/1994). A parceria permitida pela OAB é exclusivamente a parceria jurídica entre advogados ou sociedades de advogados regularmente inscritas (contrato de parceria ou substabelecimento com divisão de honorários).

03

MÓDULO 3

Ética no Mundo do Marketing — Por Que a Integridade é o Maior Ativo de Conversão

NESTE CAPÍTULO

3.1 A Economia da Confiança nos Serviços Intelectuais Fiduciários

3.2 Como a Publicidade Apelativa Atrai o "Cliente Tóxico"

3.3 Os Cinco Princípios do Marketing Jurídico Ético e Humanizado

Existe um mito perigoso no mercado jurídico segundo o qual "quem segue estritamente o Código de Ética da OAB perde espaço para quem infringe as regras". Quando analisamos a realidade financeira e a longevidade dos escritórios de advocacia no médio e longo prazo, constatamos exatamente o oposto: **a publicidade antiética atrai os piores clientes possíveis, comprime as margens de honorários e destrói o posicionamento de alto valor do advogado**.

3.1

A Economia da Confiança nos Serviços Intelectuais Fiduciários

Na ciência econômica e no marketing de serviços, os bens são divididos em três categorias: *bens de busca* (aqueles cuja qualidade você avalia antes de comprar, como uma cadeira ou uma camisa), *bens de experiência* (aqueles cuja qualidade você avalia logo após consumir, como um restaurante ou um corte de cabelo) e *bens de crença ou fiduciários* (aqueles cuja qualidade técnica profunda o consumidor leigo muitas vezes não consegue auditar sozinho nem mesmo após o serviço, dependendo integralmente da confiança na integridade e na competência do profissional — como uma cirurgia médica complexa ou o patrocínio de uma causa judicial).

A advocacia é o exemplo clássico de **serviço fiduciário de altíssima criticidade**. Quando um empresário entrega a defesa tributária de sua empresa ou quando uma mãe entrega a disputa pela guarda do filho a um advogado, eles estão entregando seu patrimônio, sua liberdade ou sua família. O que passa pela mente de um cliente qualificado, solvente e disposto a pagar bons honorários contratuais quando ele vê um advogado fazendo propaganda apelativa, prometendo "causa ganha", fazendo piadas vulgares sobre o Judiciário ou oferecendo "desconto de Black Friday em divórcio"? O cliente qualificado sente **desconfiança imediata e repulsa**.

Pense na analogia médica: se você descobrisse um problema cardíaco grave e precisasse de um cirurgião cardiovascular, você confiaria sua vida a um médico que coloca uma faixa piscante na rua dizendo *"Cirurgia de ponte de safena com 30% de desconto hoje! Consulta grátis!"*? Jamais! Você fugiria desse profissional porque associaria o desespero comercial dele à baixa qualidade técnica. Você procuraria o médico que publica artigos sérios, que explica com clareza e serenidade o funcionamento do coração em vídeos educativos, que transmite segurança, ética e autoridade. Na advocacia, a psicologia humana funciona exatamente da mesma maneira.

3.2

Como a Publicidade Apelativa Atrai o "Cliente Tóxico"

Quando um advogado infringe a ética e utiliza iscas de "consulta grátis", "receba fácil sem pagar nada" ou promessas de enriquecimento por danos morais, ele ativa um filtro reverso perverso em suas redes sociais:

- **Desvalorização do Tempo Técnico:** O público atraído pela palavra "grátis" não valoriza o intelecto do advogado. Ele agenda dezenas de reuniões apenas para "tirar dúvidas de graça", suga horas preciosas da equipe do escritório e, quando ouve a proposta de honorários contratuais, acha caro e vai procurar outro profissional mais barato.

- **Estímulo à Litigância Aventureira:** Ao prometer indenizações fáceis em vídeos sensacionalistas, o escritório passa a receber enxurradas de contatos de pessoas com demandas infundadas, sem provas ou movidas por mero aborrecimento cotidiano, gerando sobrecarga de triagem e risco de condenação em litigância de má-fé e honorários sucumbenciais.

- **Assimetria de Expectativas e Conflitos Futuros:** O cliente conquistado por meio de uma promessa exagerada ("vamos resolver rápido", "é causa ganha") cobra resultados imediatos no WhatsApp toda semana. Se o juiz de primeiro grau julga o pedido improcedente ou se o processo demora dois anos, esse mesmo cliente sente-se enganado e representa contra o advogado na OAB e no Procon.

3.3

Os Cinco Princípios do Marketing Jurídico Ético e Humanizado

Para construir uma marca jurídica admirada pelos clientes, respeitada pelos magistrados e elogiada pelos próprios colegas de profissão, adote estes cinco princípios em todas as suas peças de comunicação:

1. **Princípio da Generosidade Intelectual:** Entregue o seu melhor conhecimento explicativo gratuitamente no conteúdo público. Não tenha medo de explicar "demais" achando que o cliente vai resolver sozinho. O cidadão não tem capacidade postulatória

(salvo raras exceções legais) nem domínio processual; quanto mais claramente você explica a complexidade de um direito e os cuidados necessários, mais ele percebe que precisa contratar exatamente você para executar o procedimento com segurança.

2. **Princípio da Transparência de Riscos (O Poder da Honestidade):** Enquanto os amadores prometem facilidades, o advogado de alta autoridade alerta sobre os requisitos, as provas necessárias e os cenários em que o direito *não* se aplica. Quando você diz em um vídeo: *"Atenção: nem toda demissão gera dano moral; a jurisprudência exige prova de situação humilhante ou ilícita que extrapole o poder diretivo do empregador"*, a sua credibilidade dispara instantaneamente. O cliente que realmente sofreu o abuso se identifica e confia na sua seriedade.

3. **Princípio da Tradução Empática (Fim do Juridiquês Arrogante):** Ser ético e sóbrio não é falar em latim ou usar termos como *"erga omnes", "data maxima venia", "ab initio", "litisconsórcio passivo necessário"* para clientes leigos. A verdadeira erudição consiste em dominar a técnica profundamente e traduzi-la em linguagem cristalina, acolhedora e compreensível para qualquer pessoa.

4. **Princípio da Preservação Absoluta do Sigilo:** Jamais exponha nomes, rostos, documentos, números de processos ou detalhes que permitam identificar seus clientes em redes sociais, mesmo que a intenção seja elogiá-los ou contar uma história inspiradora (storytelling). Quando usar exemplos práticos para ilustrar um vídeo ou artigo, crie situações hipotéticas didáticas (*"Imagine a situação de Maria, uma comerciante que..."*) deixando claro que se trata de exemplo ilustrativo.

5. **Princípio da Valorização da Classe:** Nunca construa seu marketing atacando outros advogados ("Cuidado com advogados que não sabem fazer esse cálculo!"). Enalteça a importância da boa advocacia técnica. Quando você eleva a percepção de valor da profissão, você eleva o patamar dos seus próprios honorários.

04

MÓDULO 4

Algoritmos e Como Eles Funcionam — Dominando Instagram, TikTok e YouTube

NESTE CAPÍTULO

4.1 Sub-Módulo 1: O Algoritmo do Instagram — Os 4 Motores Independentes e o SEO Social

4.2 Sub-Módulo 2: O Algoritmo do TikTok — O Grafo de Interesse Puro e a Ciência da Retenção

4.3 Sub-Módulo 3: O Algoritmo do YouTube — O Motor de Autoridade Profunda, Busca e Descoberta

Muitos advogados produzem conteúdos excelentes, mas sentem que estão "falando para as paredes" porque seus vídeos e postagens não passam de 100 ou 200 visualizações. A frustração quase sempre decorre de um erro estratégico: tratar as redes sociais como um mural estático de avisos, ignorando a engenharia matemática que governa a distribuição da atenção humana na internet. Os algoritmos não têm sentimentos, não perseguem advogados e não boicotam perfis pequenos; eles são **sistemas preditivos de inteligência artificial programados para maximizar uma única variável: o tempo de permanência e a satisfação do usuário dentro da plataforma**.

Quando você compreende quais sinais comportamentais cada plataforma mede e valoriza, você deixa de brigar com a ferramenta e passa a estruturar seus conteúdos jurídicos exatamente no formato que o algoritmo adora distribuir para milhares de potenciais clientes. A seguir, abrimos um sub-módulo completo e independente para cada uma das três grandes plataformas do ecossistema digital atual: **Instagram, TikTok e YouTube**.

4.1

Sub-Módulo 1: O Algoritmo do Instagram — Os 4 Motores Independentes e o SEO Social

O primeiro grande erro ao falar sobre o Instagram é usar a palavra "algoritmo" no singular. Como demonstram a documentação oficial da plataforma e o Estudo do Algoritmo do Instagram 2026 da Metricool (que analisou mais de 24 milhões de publicações), o Instagram opera com **quatro sistemas algorítmicos distintos**, cada um desenhado para um comportamento específico do usuário: **Feed, Stories, Reels e Explorar**.

A A Revolução de Alcance Conectado vs. Alcance Não Conectado

Conforme explicado por Adam Mosseri (executivo-chefe do Instagram) e detalhado pela Metricool, toda distribuição no Instagram divide-se em duas frentes:

- **Alcance Conectado (Connected Reach):** Entrega do seu conteúdo para as pessoas que já seguem o seu perfil. É aqui que você nutre o relacionamento, constrói confiança profunda e converte seguidores em clientes.
- **Alcance Não Conectado (Unconnected Reach):** Entrega do seu conteúdo para pessoas que ainda não seguem você, mas demonstraram interesse semântico ou comportamental pelo tema jurídico abordado. É aqui que o seu perfil cresce e atrai novos potenciais clientes diariamente.

B Como Funcionam os 4 Algoritmos Internos do Instagram

1 **O Algoritmo do Feed Principal:** Focado predominantemente no alcance conectado (embora inclua recomendações sugeridas). Ele classifica os posts avaliando quatro grupos de sinais em ordem de importância: (1) *Atividade do usuário* (quais temas e formatos aquela pessoa costuma curtir, salvar, compartilhar e comentar); (2) *Informações sobre a publicação* (velocidade com que o post gera interações nos primeiros 30 a 60 minutos após a publicação, tempo de leitura dos slides do carrossel e horário de postagem); (3) *Informações sobre o autor* (quantas vezes o usuário interagiu com o seu perfil nas últimas semanas); e (4) *Histórico de interação mútua* (se vocês trocam mensagens no Direct ou comentam nas publicações um do outro). Segundo o Estudo da Metricool, os **Carrosséis** são os reis absolutos de retenção no Feed: eles são **salvos 9 vezes mais** do que outros formatos e alcançam uma média de visualizações até 1,69% superior aos próprios Reels em contas engajadas, pois o ato de deslizar para o lado (swipe) aumenta o tempo de tela (dwell time). Além disso, se o seguidor vê o primeiro slide do seu carrossel pela manhã e não interage, o algoritmo do Instagram entrega o mesmo carrossel novamente mais tarde começando pelo **segundo slide** — dando a você uma segunda chance automática de atenção!

2 **O Algoritmo dos Stories:** É 100% voltado para estreitar laços com quem já segue você. Ele define quem aparece nas primeiras bolinhas do topo do aplicativo com base em três critérios: (1) *Histórico de visualização* (com que frequência o seguidor assiste aos seus Stories até o fim sem pular); (2) *Histórico de interação direta* (respostas enviadas por DM, cliques em enquetes, caixinhas de perguntas, testes e figurinhas de reação — dado relevante: as respostas em Stories cresceram 88% segundo a Metricool); e (3) *Proximidade relacional e geográfica*. Para o advogado, os Stories são o "escritório de portas abertas": é onde você responde dúvidas na caixinha de perguntas, mostra os bastidores éticos de estudo e gera conversas privadas no Direct (DM), que são o sinal mais forte de intimidade para o algoritmo.

3 **O Algoritmo dos Reels:** É o grande motor de descoberta (alcance não conectado). O engajamento nesse formato cresceu 24,76% no último ano (Metricool). O algoritmo dos Reels avalia: (1) *Tempo de visualização absoluto e relativo* (o usuário assistiu ao vídeo inteiro? Assistiu mais de uma vez em loop? Ou passou o dedo nos primeiros 2 segundos?); (2) *Compartilhamentos via DM (Sends per Reach)* — quando alguém envia seu Reel para um amigo ou familiar dizendo "Olha isso, é exatamente o caso do seu pai no INSS!", o Instagram interpreta esse envio privado como o selo máximo de utilidade social do vídeo; (3) *Qualidade técnica de vídeo e áudio e originalidade* (o algoritmo pune severamente vídeos com marca d'água de outros aplicativos ou reposts sem valor

agregado, premiando criadores menores com conteúdo original). Destaque importante: o recurso de **Reels de Teste (Trial Reels)** permite testar vídeos primeiramente apenas com não-seguidores para validar o gancho inicial antes de exibi-los à sua base.

4. **O Algoritmo da Aba Explorar:** Funciona como uma vitrine visual personalizada para cada usuário com base em buscas recentes, posts salvos e semântica visual/textual. Quando um carrossel ou Reel jurídico recebe uma alta taxa de salvamentos e envios logo após ser publicado, ele rompe a bolha dos seguidores e entra na grade do Explorar de milhares de pessoas que pesquisaram ou leram sobre aquele tema jurídico recentemente.

C A Hierarquia Real dos Engajamentos e o Fim do Spam de Hashtags no Instagram

Nem toda interação tem o mesmo peso matemático para o algoritmo do Instagram. De acordo com os dados consolidados pela Metricool, a ordem real de peso dos sinais em 2026 é:

1. **1º Lugar — Salvamentos (Saves):** Sinaliza utilidade prática duradoura ("Esse post sobre documentos para inventário ou cálculo de rescisão é tão útil que preciso guardar para ler depois").
2. **2º Lugar — Compartilhamentos via Direct ou Stories (Shares / Sends):** Sinaliza relevância social e recomendação ativa para terceiros.
3. **3º Lugar — Tempo de Visualização (Watch Time / Dwell Time):** Segundos gastos lendo todos os slides do carrossel, lendo a legenda longa ou assistindo ao Reel até o final (e reassistindo).
4. **4º Lugar — Interações no Direct (DMs):** Quando o post ou Story leva o usuário a enviar uma mensagem privada para o advogado.
5. **5º Lugar — Comentários Qualificados:** Comentários com frases completas e dúvidas reais pesam muito mais do que emojis isolados.
6. **6º Lugar — Curtidas (Likes):** Ainda contam (especialmente no alcance conectado), mas são o sinal mais fraco por exigirem esforço cognitivo mínimo.

ATENÇÃO À GRANDE MUDANÇA SOBRE HASHTAGS VS. SEO NO INSTAGRAM:
Segundo o Estudo do Instagram 2026 da Metricool (baseado em 24 milhões de posts), publicações abarrotadas de hashtags têm em média **32% menos visualizações e 34% menos interações** do que aquelas que focam em texto limpo ou usam no máximo 2 a 3 tags ultraespecíficas. Por quê? Porque o motor de inteligência artificial do Instagram agora realiza **indexação semântica completa das palavras-chave escritas na legenda, no texto da tela e na sua Bio** (SEO para Instagram). Em vez de poluir o final da legenda com 30 hashtags genéricas (`#direito #advogado #justica #lei #oab`), escreva legendas ricas usando exatamente os termos que o seu cliente digita na barra de busca (ex.: *"pensão alimentícia", "atraso na entrega de imóvel", "planejamento previdenciário", "rescisão indireta no trabalho"*).

4.2

Sub-Módulo 2: O Algoritmo do TikTok — O Grafo de Interesse Puro e a Ciência da Retenção

Muitos advogados ainda olham para o TikTok com preconceito, imaginando que a plataforma é habitada apenas por adolescentes fazendo coreografias. Esse é um erro estratégico monumental: o público adulto economicamente ativo (25 a 55+ anos) cresceu vertiginosamente no TikTok, e a plataforma tornou-se o **segundo maior buscador de dúvidas rápidas da internet entre as novas gerações e adultos jovens**. Mais importante ainda: devido à sua arquitetura matemática única, o TikTok é a rede social onde um advogado que acabou de criar uma conta com **zero seguidores** pode alcançar 50.000 ou 200.000 visualizações já na primeira semana de postagens.

A Grafo Social vs. Grafo de Interesse: O Segredo da Aba "Para Você" (For You Page - FYP)

Enquanto redes antigas foram construídas sobre o *Grafo Social* (mostrar conteúdo de quem você já conhece ou segue), o TikTok revolucionou a indústria ao construir seu motor inteiramente sobre o **Grafo de Interesse (Interest Graph)**. Como explica o Guia Completo do Algoritmo do TikTok da Metricool e a documentação oficial da TikTok Newsroom, o tamanho da sua conta ou o número atual de seguidores **não é um fator determinante** para que um vídeo viralize na aba *Para Você (For You)*. Cada vídeo publicado é avaliado individualmente pelo seu próprio mérito de retenção e engajamento.

B O Sistema de Testes por Lotes de Amostragem (Batch Testing)

Quando um advogado publica um vídeo no TikTok, o algoritmo executa uma sequência automatizada de validação em quatro etapas:

1. **Leitura Multimodal por IA (Indexação Semântica):** Nos primeiros segundos após o upload, o sistema de visão computacional e processamento de linguagem natural do TikTok transcreve automaticamente tudo o que você falou no áudio, lê os textos escritos na tela (closed captions e títulos nativos) e analisa as palavras da legenda para descobrir sobre qual micro-nicho é aquele vídeo (ex.: *"Direito Trabalhista — Demissão de Gestante"*) e se ele respeita as diretrizes da comunidade.

2. **Lote Inicial de Amostragem (200 a 500 visualizações):** O TikTok entrega o seu vídeo para uma amostra inicial de 200 a 500 usuários que historicamente demonstraram interesse em conteúdos de direitos trabalhistas, maternidade ou finanças pessoais na sua região geográfica (baseado no chip SIM e configurações de idioma/país do aparelho).

3. **Avaliação da Pontuação de Qualidade (Scoring):** O algoritmo mede com precisão de milissegundos como essas primeiras 300 pessoas reagiram ao seu vídeo. Se as métricas superarem o patamar de corte daquele lote, o vídeo é promovido automaticamente para o **Lote 2 (1.000 a 5.000 visualizações)**; se continuar performando bem, avança para o **Lote 3 (10.000 a 50.000 visualizações)**, **Lote 4 (100.000 a 500.000+)** e assim sucessivamente.

4. **Cauda Longa de Busca (TikTok Search SEO):** Mesmo depois que o pico inicial da aba *For You* desacelera, vídeos jurídicos bem indexados continuam recebendo visualizações constantes durante meses sempre que usuários pesquisam aquela dúvida jurídica na lupa de busca do TikTok.

C As Métricas que Governam o Algoritmo do TikTok

Segundo a análise técnica da Metricool sobre o TikTok, os fatores que determinam se o seu vídeo sobe de lote são, em ordem estrita de peso:

- **Taxa de Retenção nos 3 Primeiros Segundos (Hook Rate):** Qual porcentagem das pessoas permaneceu no vídeo após os 3 primeiros segundos? Se você começa o vídeo dizendo *"Olá pessoal, bom dia, meu nome é Doutor Fulano, sou advogado inscrito na OAB sob o número tal e hoje gostaria de tecer breves considerações sobre..."*, 85% dos usuários já deslizaram a tela para cima e o seu vídeo morre no primeiro lote de 200 visualizações. No TikTok, o vídeo precisa começar diretamente na dor ou na pergunta instigante no segundo zero (ex.: *"3 erros que fazem o trabalhador perder os direitos ao pedir demissão..."*).

- **Taxa de Conclusão (Completion Rate):** Quantos por cento dos espectadores assistiram ao vídeo até o último segundo? Vídeos entre 30 e 60 segundos com ritmo ágil e sem pausas vazias costumam atingir taxas de conclusão superiores a 40%–60%, disparando a entrega orgânica.

- **Taxa de Reexibição (Rewatch / Looping):** Quando o espectador assiste ao vídeo mais de uma vez (por exemplo, para anotar a lista de documentos que você mostrou na tela), o algoritmo atribui pontuação máxima ao conteúdo.

- **Compartilhamentos (WhatsApp e Direct), Salvamentos nos Favoritos e Comentários:** No TikTok, o botão de compartilhar direto para o WhatsApp é gigantesco na cultura brasileira. Quando um vídeo jurídico gera debate nos comentários (onde você pode responder às dúvidas com um novo vídeo usando a função *Responder com Vídeo*!), o engajamento se retroalimenta exponencialmente.

4.3

Sub-Módulo 3: O Algoritmo do YouTube — O Motor de Autoridade Profunda, Busca e Descoberta

Se o Instagram e o TikTok funcionam como "redes de atenção rápida e relacionamento diário", o **YouTube** ocupa um lugar único e insubstituível no marketing jurídico: ele é a **maior máquina de construção de autoridade profunda e busca por intenção qualificada em vídeo do mundo** (pertencendo à própria Alphabet/Google). Enquanto um Reel no Instagram tem vida útil orgânica intensa de alguns dias ou semanas, um vídeo bem posicionado no YouTube continua gerando visualizações, autoridade e clientes para o seu escritório por **3, 5 ou 8 anos ininterruptos**!

A A Dupla Natureza do YouTube: Motor de Busca (SEO) + Motor de Recomendação

Para dominar o YouTube na advocacia, você precisa entender que a plataforma opera por meio de dois grandes canais de tráfego explicados em estudos especializados sobre o algoritmo do YouTube (CTR e AVD) e na análise de taxa de retenção e CTR da TequeMedia:

1. **Pesquisa do YouTube e Busca do Google (YouTube Search):** Quando uma pessoa enfrenta um problema jurídico sério e complexo — como entender como funciona uma execução fiscal, como abrir um inventário com herdeiros brigados, como funciona a guarda compartilhada ou como calcular a revisão da aposentadoria —, ela quer uma

explicação completa de 6 a 12 minutos. Ela digita a dúvida no YouTube (ou no próprio Google, que exibe carrosséis de vídeos do YouTube no topo da primeira página!). Aqui, o algoritmo funciona por **correspondência semântica de palavras-chave no título, na descrição, nos capítulos e na transcrição falada do vídeo, somada à retenção que aquele vídeo gera para aquela busca específica**.

2. **Sistema de Recomendação (Página Inicial / Home e Vídeos Sugeridos / Up Next):** Representa mais de 70% das visualizações totais da plataforma. O algoritmo identifica que um usuário pesquisou sobre "direito imobiliário" ou "compra de imóvel em leilão" hoje e, nos dias seguintes, passa a sugerir na página inicial dele e na barra lateral outros vídeos aprofundados do seu canal sobre temas correlatos.

B As Duas Métricas Soberanas do YouTube: CTR e AVD

Conforme detalhado pela própria engenharia do YouTube e analisado pelo portal Marketing4eCommerce e pela MediaCube, todo o crescimento de um canal apoia-se no equilíbrio entre duas métricas centrais:

- **1. Taxa de Cliques de Impressão (CTR — Click-Through Rate):** Sempre que a miniatura (thumbnail) e o título do seu vídeo aparecem na tela de alguém no YouTube, conta-se uma *impressão*. A porcentagem dessas impressões que se converte em clique efetivo para assistir ao vídeo é o seu **CTR**. Na maioria dos nichos educacionais e jurídicos, um CTR saudável situa-se entre **4% e 10%** (podendo superar 10% em buscas muito específicas). O que define o seu CTR? Exclusivamente dois elementos: a **Thumbnail (Capa do Vídeo)** — que deve ser limpa, com rosto expressivo do advogado, contraste visual forte e no máximo 3 a 4 palavras complementares grandes e legíveis no celular — e o **Título do Vídeo**, que deve despertar curiosidade e prometer uma resposta clara sem violar a sobriedade da OAB.

- **2. Duração Média da Visualização (AVD — Average View Duration) e Porcentagem Média Visualizada (APV):** Não adianta ter um CTR de 15% com uma capa chamativa se a pessoa clica no vídeo e sai com 20 segundos porque o áudio está com eco ou porque você enrolou na introdução. O algoritmo do YouTube mede tanto a **retenção relativa** (qual porcentagem do vídeo foi assistida, idealmente acima de 40%–50% em vídeos de 8 minutos) quanto o **tempo absoluto de visualização em minutos** e o **tempo de sessão (Session Time)** — isto é, se o seu vídeo fez o usuário continuar assistindo a mais vídeos do seu canal em sequência.

C A Sinergia entre YouTube Shorts e Vídeos Longos na Advocacia

Hoje o YouTube integra os **YouTube Shorts** (vídeos verticais de até 60 segundos a 3 minutos) com os vídeos horizontais tradicionais (8 a 15 minutos). A melhor estratégia para o advogado sem tempo extra é: o mesmo vídeo vertical de 60 segundos que você gravou para o Reels do Instagram e para o TikTok deve ser publicado também como **YouTube Short**, usando a ferramenta nativa do YouTube de *"Vídeo Relacionado"* para conectar aquele Short diretamente a um vídeo longo explicativo do seu canal! Assim, o Short atrai milhares de visualizações rápidas no topo do funil, e quem tem o problema jurídico real clica no link nativo da tela e assiste à sua explicação profunda de 10 minutos — chegando ao seu WhatsApp já totalmente convencido da sua autoridade técnica.

Critério Estratégico	Instagram (Feed, Reels, Stories)	TikTok (For You & Search)	YouTube (Longos & Shorts)
Papel no Funil Jurídico	Vitrine de autoridade, prova social ética, relacionamento diário e conversão via Direct/Bio.	Descoberta massiva de topo de funil (alcance não conectado) e buscas rápidas de direitos.	Construção de autoridade profunda, educação densa e captação de clientes com alta intenção.
Formato Campeão	Carrosséis (para salvamentos) + Reels (para alcance) + Stories com caixinha (para conexão).	Vídeos verticais dinâmicos de 30s a 90s com gancho imediato nos 3 primeiros segundos.	Vídeos horizontais de 6 a 12 minutos (busca/profundidade) + Shorts verticais integrados.
Métrica Principal do Algoritmo	Salvamentos, Compartilhamentos por DM (Sends) e Tempo de visualização (Metricool).	Taxa de conclusão (Completion Rate), retenção nos 3s iniciais e Rewatch (Metricool).	Taxa de Cliques de Impressão (CTR) + Duração Média de Visualização (AVD) (M4E).
Meio de Indexação (SEO)	Palavras-chave na legenda, na Bio e no texto em tela (hashtags perderam peso).	Transcrição da voz do advogado, texto nativo na tela e palavras da legenda.	Título otimizado, primeiros 200 caracteres da descrição, capítulos (timestamps) e fala.
Vida Útil do Conteúdo	Reels/Carrosséis: 3 a 21 dias (salvo nos Destaques, onde dura permanentemente).	Pico de 2 a 14 dias na For You + meses de cauda longa na busca interna.	Perene (Evergreen): vídeos bem ranqueados geram clientes por 3 a 8+ anos.

05

MÓDULO 5

Como um Site Bem Feito Pode Te Dar um Destaque Extraordinário

NESTE CAPÍTULO

5.1 Terreno Alugado vs. Propriedade Digital: Por Que as Redes Sociais Não Bastam

5.2 A Anatomia de um Site Jurídico de Alta Conversão e 100% Ético

5.3 Pilares Técnicos que Fazem o Google Amar o Seu Site

Em uma época em que tantos advogados concentram 100% de suas energias apenas no Instagram ou no TikTok, possuir um **site institucional rápido, elegante, persuasivo e otimizado para o Google** tornou-se um dos maiores diferenciais competitivos da advocacia brasileira. Para compreender o motivo, basta aplicar um conceito clássico do próprio Direito Imobiliário ao universo digital: **as redes sociais são um "imóvel alugado" (ou um comodato precário), enquanto o seu site e o seu domínio (`www.seuescritorio.com.br`) são a sua propriedade plena e exclusiva**.

5.1

Terreno Alugado vs. Propriedade Digital: Por Que as Redes Sociais Não Bastam

Quando você constrói toda a captação de clientes exclusivamente dentro de uma rede social, você fica sujeito a três vulnerabilidades críticas que um site próprio elimina:

- **Instabilidade Algorítmica e Bloqueios Injustos:** Plataformas sociais alteram suas regras de entrega da noite para o dia, sofrem instabilidades técnicas e, não raro, aplicam bloqueios ou restrições automatizadas por falhas de moderação ou invasões de hackers. O escritório que possui um site bem posicionado no Google e uma base própria de contatos jamais fica refém de um único aplicativo.

- **A Diferença entre Atenção Passiva e Intenção Ativa de Contratação:** Nas redes sociais, o usuário está navegando em momento de lazer ou descanso mental; ele vê o seu vídeo, acha interessante, mas muitas vezes não tem um problema jurídico urgente naquele segundo. Já no Google, ocorre o fenômeno da **alta intenção de busca**: ninguém acorda num domingo às 22h e digita no Google *"advogado especialista em inventário extrajudicial em [nome da cidade]"* ou *"como reverter justa causa bancário"* por passatempo. Quem pesquisa no Google e entra no seu site já reconhece que tem um problema e está ativamente buscando um profissional confiável para resolvê-lo (Migalhas).

- **O Efeito "Due Diligence" de Clientes de Médio e Alto Ticket:** Quando um empresário, médico, executivo ou família detentora de patrimônio recebe a indicação do seu nome ou vê um vídeo seu no Instagram, qual é a primeira providência que ele toma antes de agendar uma reunião? Ele digita o seu nome ou o nome do seu escritório no Google. Se ele não encontra nada além de diretórios automáticos de processos, ou se encontra um site amador, lento, sem certificado de segurança (HTTPS) e com layout dos anos 2000, a percepção de valor despenca. Em contrapartida, quando ele abre um portal

institucional impecável, com fotografia profissional, artigos profundos sobre a dor dele e apresentação clara da equipe, o site funciona como um **validador instantâneo de reputação** que justifica honorários diferenciados.

5.2

A Anatomia de um Site Jurídico de Alta Conversão e 100% Ético

Um site jurídico moderno não pode ser um "museu virtual" cheio de fotos de estátuas da Deusa Têmis, balanças douradas genéricas, martelos de juiz (que nem sequer fazem parte da tradição forense cotidiana brasileira!) ou textos empolados sobre "Missão, Visão e Valores". O visitante que entra no seu site quer responder inconscientemente a três perguntas nos primeiros 5 segundos de leitura: **(1) Este advogado resolve exatamente o problema que eu estou enfrentando? (2) Posso confiar na competência e na seriedade dele? (3) Como faço para falar com ele agora de forma simples?**

Veja como estruturar cada seção e página do seu site institucional respeitando integralmente o Provimento nº 205/2021 da OAB:

Seção / Página do Site	Objetivo Estratégico	Elementos Indispensáveis e Boas Práticas Éticas
1. Dobra Principal (Hero Section da Home)	Capturar a atenção em 3 segundos e comunicar posicionamento claro.	Título direto focado na área de atuação e na solução técnica (ex.: *"Advocacia Especializada em Direito Médico, Hospitalar e Defesa Ética no CRM"*); subtítulo acolhedor explicando o atendimento presencial e digital; foto autêntica e elegante dos sócios; botão discreto e claro de contato institucional via WhatsApp.
2. Páginas Individuais por Área de Atuação (Landing Pages Éticas)	Ranquear no Google para buscas específicas e educar o potencial cliente.	Como orienta o guia de SEO para advogados do Migalhas, nunca coloque todas as áreas em uma única lista genérica. Crie uma página exclusiva para cada área e subnicho (ex.: uma página para *Planejamento Sucessório e Holdings*, outra para *Inventário Extrajudicial*), explicando como funciona o instituto jurídico e as dúvidas mais frequentes (FAQ).
3. Sobre o Escritório e Currículo dos Advogados	Humanizar a marca e construir autoridade fiduciária (E-E-A-T do Google).	Apresente a trajetória acadêmica e prática de cada advogado, número de inscrição na OAB, pós-graduações, livros ou artigos publicados, participação em comissões da OAB e a filosofia de atendimento humanizado da banca.

Seção / Página do Site	Objetivo Estratégico	Elementos Indispensáveis e Boas Práticas Éticas
4. Blog Jurídico Educativo (Motor de Tráfego Orgânico)	Atrair milhares de visitantes mensais qualificados gratuitamente pelo Google.	Artigos aprofundados (1.200 a 2.500 palavras) respondendo às dúvidas reais dos clientes com linguagem clara, sumário navegável, jurisprudência atualizada e links internos para as páginas de atuação do escritório.
5. Canal de Contato e Integração com Google Meu Negócio	Converter o visitante informado em uma conversa ética de atendimento.	Botão flutuante discreto de WhatsApp com mensagem pré-configurada neutra (*"Olá, visitei o site do escritório e gostaria de informações sobre agendamento de atendimento"*), formulário rápido, endereço físico completo, mapa interativo e links para as redes sociais.

5.3

Pilares Técnicos que Fazem o Google Amar o Seu Site

Não basta que o site seja bonito para os olhos humanos; ele precisa ser tecnicamente impecável para os robôs de indexação do Google (Migalhas):

1. **Design Mobile-First (Responsividade Absoluta):** Mais de 82% das pesquisas por serviços jurídicos para pessoas físicas no Brasil ocorrem pelo telefone celular. Se o seu site tiver letras minúsculas, botões colados ou demorar para abrir no 4G/5G do celular, o usuário fecha a página em menos de 3 segundos.

2. **Velocidade de Carregamento (Core Web Vitals):** O tempo ideal de carregamento da primeira dobra da página (LCP — Largest Contentful Paint) deve ser inferior a **2,5 segundos**. Para alcançar isso, utilize imagens otimizadas em formato `.webp`, hospedagem rápida com servidor no Brasil ou CDN (como Cloudflare) e código limpo (WordPress bem otimizado com tema leve ou desenvolvimento dedicado).

3. **Segurança e Conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018):** Um site de advocacia sem certificado SSL (o cadeado `https://`) exibe o aviso "Não Seguro" no navegador — um tiro fatal na credibilidade de um advogado. Além disso, mantenha uma **Política de Privacidade e Termos de Uso** redigida especificamente para o seu escritório (jamais copiada da internet!) e um banner de consentimento de cookies limpo e funcional.

4 **Sinergia com o Perfil da Empresa no Google (Google Meu Negócio):** Como destaca o guia especializado da AdvogaHub sobre Google Meu Negócio para advogados, quando alguém pesquisa "advogado + nome da cidade", o pacote de mapas do Google (Local Pack) aparece **antes mesmo dos sites orgânicos**. Vincular o seu site institucional a um Perfil da Empresa no Google rigorosamente preenchido — com o nome real do escritório (sem spam de palavras-chave proibidas que geram suspensão), fotos reais da fachada e da sala de atendimento, horário atualizado e respostas sóbrias e institucionais às avaliações — multiplica a visibilidade local e regional da sua banca.

06

MÓDULO 6

A Importância Vital de NÃO Comprar Seguidores nas Redes Sociais

NESTE CAPÍTULO

6.1 Como a Compra de Seguidores Assassina o Algoritmo da Sua Conta

6.2 A Contaminação do Pixel e do Público Semelhante (Lookalike) no Tráfego Pago

6.3 O Efeito "Restaurante Vazio com Placa de Lotado": A Perda de Credibilidade

6.4 Protocolo de Recuperação: O Que Fazer se Você Já Comprou Seguidores no Passado?

Todo advogado que cria ou profissionaliza seu perfil no Instagram ou no TikTok passa, em algum momento, pela tentação do atalho fácil. Surgem anúncios prometendo *"10.000 seguidores brasileiros reais em 24 horas por R$ 49,90"* ou propostas de supostas "assessorias de crescimento" que utilizam sorteios e fazendas de cliques para inflar o número do topo do perfil. O pensamento intuitivo do advogado é compreensível: *"Se eu tiver 25 mil seguidores em vez de 400, o cliente que entrar no meu perfil vai achar que eu sou um advogado famoso e vai me contratar!"*.

Precisamos ser absolutamente francos, diretos e técnicos com você: **comprar seguidores é o maior suicídio digital e reputacional que um advogado pode cometer na internet**. Essa prática não apenas viola o princípio da veracidade e da não-indução a erro previsto no artigo 3º, inciso II do Provimento nº 205/2021 da OAB, como também **destrói matematicamente a entrega orgânica da sua conta** perante os algoritmos das redes sociais.

6.1

Como a Compra de Seguidores Assassina o Algoritmo da Sua Conta

Relembre como funcionam os algoritmos do Instagram e do TikTok que estudamos no Módulo 4. Quando você publica um novo post ou vídeo, a plataforma faz um teste de amostragem inicial entregando aquele conteúdo para uma fração dos seus seguidores atuais (por exemplo, 5% a 10% da sua base) para medir a velocidade de engajamento, o tempo de leitura e a retenção.

Agora, faça o cálculo matemático do desastre:

- **Cenário A (Crescimento Orgânico Limpo):** Você tem apenas **600 seguidores reais** (clientes, amigos, empresários da sua cidade e pessoas que seguiram você porque gostaram dos seus vídeos jurídicos). Quando você publica um carrossel excelente, o Instagram mostra para 100 desses seguidores. Como eles são pessoas reais que se importam com você ou com o tema, 18 curtem, 8 salvam, 5 compartilham no Direct e 4 comentam. Sua taxa de engajamento na amostragem foi altíssima! O algoritmo conclui: *"Este conteúdo é excelente!"* e passa a entregá-lo no Explorar e no feed para mais 2.000 ou 5.000 pessoas que ainda não seguiam você.

- **Cenário B (Perfil Contaminado por Seguidores Comprados):** Você tinha os mesmos 600 seguidores reais, mas comprou um pacote de **10.000 seguidores falsos** (que na verdade são contas robôs automatizadas — bots —, perfis invadidos ou contas fantasma criadas na Índia, Rússia ou fazendas de cliques no Brasil que seguem 7.000 perfis aleatórios e nunca abrem o aplicativo para ler nada). Agora o seu perfil exibe "10,6

mil seguidores". Quando você publica o mesmo carrossel excelente, o algoritmo sorteia 500 contas da sua base para o teste inicial. Como 94% da sua base é composta por "cadáveres digitais" (bots e fantasmas), das 500 contas sorteadas, **470 nem sequer veem o post ou passam direto sem interagir**. Sua taxa de engajamento cai para **0,1%**! O algoritmo interpreta imediatamente: *"Nem os próprios seguidores deste advogado suportam o conteúdo dele; o post é péssimo!"* — e enterra a sua publicação, que não chega sequer aos seus 600 seguidores reais!

6.2

A Contaminação do Pixel e do Público Semelhante (Lookalike) no Tráfego Pago

O prejuízo não para no alcance orgânico. Se no futuro você decidir investir de forma ética em anúncios patrocinados (Meta Ads) para distribuir seus vídeos educativos para públicos semelhantes (*Lookalike Audiences*) ou para quem se envolve com a sua conta, a inteligência artificial da Meta olhará para o perfil comportamental dos seus seguidores para encontrar "pessoas parecidas". Como a sua base está cheia de robôs, contas falsas ou caçadores de sorteios desqualificados, o gerenciador de anúncios jogará o seu dinheiro no lixo mostrando seus vídeos para contas falsas e perfis sem qualquer poder aquisitivo ou interesse jurídico!

6.3

O Efeito "Restaurante Vazio com Placa de Lotado": A Perda de Credibilidade

O consumidor digital em 2026 é extremamente atento e alfabetizado em redes sociais. Qualquer cliente minimamente instruído percebe em 5 segundos quando um advogado comprou seguidores. Basta olhar a desproporção grotesca: o perfil ostenta **"45,2 mil seguidores"** no topo, mas quando o cliente clica nas fotos e vídeos do advogado, vê apenas **6 curtidas e zero comentários** (ou comentários automáticos de robôs com emojis sem sentido). Que mensagem subconsciente isso transmite ao potencial cliente?

> "Se este advogado precisa forjar uma popularidade falsa e mentir sobre o próprio tamanho nas redes sociais para parecer bem-sucedido, como posso confiar que ele será honesto e transparente comigo na condução do meu processo e na prestação de contas do meu dinheiro?"

Na advocacia, **100 seguidores reais da sua cidade ou do seu nicho de atuação valem infinitamente mais do que 100.000 seguidores fantasmas**. Seguidor de vaidade não assina contrato de honorários; quem assina contrato é pessoa real que confia na sua verdade.

6.4

Protocolo de Recuperação: O Que Fazer se Você Já Comprou Seguidores no Passado?

Se você, por desconhecimento ou má orientação de terceiros no passado, já comprou seguidores ou participou de sorteios e hoje sente que seu perfil está "travado" (em shadowban comportamental), não se desespere. Existem dois caminhos técnicos dependendo da gravidade da contaminação:

1. **Se a contaminação for moderada (ex.: você tem 3.000 seguidores e cerca de 500 a 1.000 são inativos):** Faça uma **faxina manual gradual** (removendo de 30 a 50 seguidores fantasmas/bots por dia na aba "Seguidores" — nunca remova 500 de uma só vez para não acionar o bloqueio anti-automação do Instagram). Simultaneamente, utilize a função oficial *"Resetar conteúdo sugerido"* (Metricool) e invista fortemente em Reels e Stories interativos para reativar os sinais de alcance conectado com os seguidores humanos reais.

2. **Se a contaminação for severa (ex.: você comprou 20.000 ou 50.000 bots e tem apenas 200 conhecidos reais):** A decisão mais corajosa, rápida e matematicamente eficiente é **iniciar um perfil novo do zero absoluto**, avisando seus contatos reais para migrarem. Um perfil novo e limpo recebe um impulso algorítmico natural nas primeiras semanas e crescerá com saúde muito mais rápido do que tentar remover manualmente 20.000 contas fantasmas.

07

MÓDULO 7

O Uso de IA para a Geração de Imagens na Internet — Pontos Positivos e Negativos

NESTE CAPÍTULO

7.1 Pontos Positivos do Uso de IA na Geração de Imagens Jurídicas

7.2 Pontos Negativos e Riscos Críticos do Uso de IA em Imagens na Advocacia

7.3 Quadro Comparativo e Regra de Ouro: Quando Usar IA vs. Quando Usar Fotos Reais

A revolução da Inteligência Artificial Generativa (com ferramentas como Midjourney, DALL-E 3, Adobe Firefly, Ideogram, Flux e geradores integrados ao Canva e Photoshop) transformou radicalmente a produção visual na internet. Em poucos segundos, um comando de texto (*prompt*) é capaz de gerar ilustrações ultra-realistas de tribunais, contratos, famílias, empresas ou metáforas visuais complexas. Diante dessa facilidade, muitos advogados passaram a se perguntar: *"Devo usar imagens geradas por IA nos meus posts do Instagram, capas de YouTube e artigos do blog? Posso até gerar fotos minhas de terno em um escritório luxuoso criado por IA sem precisar tirar fotos reais?"*.

A resposta exige maturidade estratégica e equilíbrio. A Inteligência Artificial visual é uma ferramenta extraordinária quando utilizada como **apoio editorial e ilustrativo**, mas torna-se um tiro no pé devastador quando utilizada para **substituir a identidade humana real do advogado ou falsificar sua realidade profissional**. Vamos analisar com profundidade técnica todos os pontos positivos e negativos.

7.1

Pontos Positivos do Uso de IA na Geração de Imagens Jurídicas

Quando aplicada com critério estético e honestidade intelectual, a geração de imagens por IA oferece cinco vantagens competitivas claras para o marketing de conteúdo do escritório:

1. **Fim dos Clichês Batidos de Bancos de Imagens Gratuitos:** Durante anos, quase todos os sites e posts de advogados usaram exatamente as mesmas 15 fotos gratuitas do Pexels, Pixabay ou Unsplash (o mesmo homem estrangeiro assinando um papel, o mesmo martelo de madeira, a mesma estátua vendada). Com a IA generativa, você pode criar imagens conceituais 100% exclusivas e alinhadas à paleta de cores da sua marca (ex.: azul-marinho e dourado-bronze), fazendo com que seu carrossel ou capa de artigo de blog se destaque imediatamente no feed.

2. **Ilustração de Conceitos Jurídicos Abstratos (Metáforas Visuais):** Muitos temas do Direito são abstratos e difíceis de fotografar no mundo real — como *"blindagem patrimonial de holding familiar"*, *"vazamento de dados na nuvem (LGPD)"*, *"bloqueio judicial via Sisbajud"*, *"conflito entre herdeiros"* ou *"assédio moral organizacional"*. A IA permite criar metáforas visuais elegantes e cinematográficas para ilustrar a capa de um carrossel ou o topo de um artigo de blog sem expor pessoas reais.

3 **Proteção da Privacidade e do Direito de Imagem de Terceiros:** Se você escreve um artigo sobre Direito de Família (guarda de filhos), Direito Penal ou Direito Médico, você jamais deve usar a foto de uma criança real ou de um paciente real sem licença comercial estrita. Gerar uma ilustração artística ou cena simbólica via IA (deixando claro o caráter meramente ilustrativo) evita qualquer violação ao direito de imagem de terceiros (art. 20 do Código Civil).

4 **Agilidade Operacional e Redução de Custos para Advogados Iniciantes:** Para o advogado autônomo que está começando e ainda não dispõe de orçamento para assinar bancos de imagens caros (como Shutterstock ou Getty Images) ou contratar um diretor de arte, as ferramentas de IA democratizam a criação de fundos texturizados, ícones tridimensionais e composições gráficas de alto nível em segundos.

5 **Criação de Storyboards e B-Rolls Conceituais para Vídeos:** Ao editar um Reel ou vídeo para o YouTube sobre um caso histórico ou uma explicação teórica (ex.: como funcionava uma regra antes e depois de uma nova lei), inserir breves imagens ilustrativas geradas por IA (B-rolls de 2 segundos) ajuda a manter o dinamismo visual e a retenção da audiência.

7.2

Pontos Negativos e Riscos Críticos do Uso de IA em Imagens na Advocacia

Ao mesmo tempo em que oferece benefícios para ilustrações conceituais, o uso indiscriminado, preguiçoso ou enganoso de imagens geradas por IA traz riscos severos que podem destruir a autoridade do advogado:

1 **O Efeito "Vale da Estranheza" (Uncanny Valley) e a Perda Imediata de Confiança:** O cérebro humano evoluiu durante milhares de anos para ler microexpressões faciais, textura real de pele e olhar genuíno a fim de detectar se alguém é confiável ou se representa uma ameaça. Quando um advogado utiliza aplicativos de IA para gerar **"fotos falsas de si mesmo" (Ensaios Fotográficos de IA / AI Headshots)** — colocando seu rosto em um corpo artificial, com pele plastificada de boneco de cera, sorriso congelado, terno que ele não possui e um escritório cinematográfico em Nova York que não existe —, o cliente sente imediatamente o chamado *Vale da Estranheza*. A imagem grita "FALSO!". E na advocacia, se a sua própria foto de perfil parece uma montagem artificial, a confiança fiduciária do cliente evapora antes mesmo de ele ler sua legenda.

2. **Infração Ética por Indução a Erro sobre a Estrutura do Escritório (Art. 3º, II do Provimento 205/2021):** Gerar por IA a foto de um prédio espelhado gigante ou de uma sala de reuniões com 20 advogados fictícios ao fundo para fingir que o seu escritório unipessoal é uma banca multinacional viola frontalmente a veracidade exigida pela OAB, configurando publicidade enganosa capaz de induzir o cliente e a sociedade a erro.

3. **Alucinações Visuais e Erros Grotescos de Anatomia e Simbologia Jurídica:** Quem publica imagens de IA sem revisão minuciosa frequentemente passa vergonha pública: mãos humanas com 6 ou 7 dedos retorcidos, balanças da Justiça com três pratos flutuando no ar, livros na estante com letras alienígenas derretidas, bandeiras do Brasil com estrelas distorcidas ou juízes brasileiros usando perucas brancas britânicas do século XVIII e batendo martelos em mesas de madeira. Esses detalhes revelam desleixo e falta de zelo técnico — características fatais para quem vende precisão jurídica.

4. **Fadiga Visual da "Estética Plastificada de IA" nas Redes Sociais:** Como milhares de perfis genéricos passaram a publicar imagens com aquele mesmo brilho saturado e hiper-realista típico do DALL-E e do Midjourney padrão, o usuário do Instagram e do LinkedIn já desenvolveu "cegueira de banner" para esse estilo. Ao bater o olho em uma imagem claramente gerada por IA sem alma, o usuário associa o post a spam automatizado e passa o dedo rapidamente.

5. **Questões de Direitos Autorais e Inexistência de Proteção Exclusiva:** No âmbito da propriedade intelectual (Lei nº 9.610/1998 no Brasil e precedentes internacionais do US Copyright Office), obras geradas puramente por Inteligência Artificial sem intervenção criativa humana substancial não gozam da mesma proteção autoral exclusiva conferida à fotografia humana, além de exigirem atenção aos termos de uso comercial da ferramenta contratada.

7.3

Quadro Comparativo e Regra de Ouro: Quando Usar IA vs. Quando Usar Fotos Reais

Para que você extraia o melhor dos dois mundos sem jamais cair no artificialismo, siga esta diretriz prática em seu escritório:

Elemento de Comunicação	Recomendação Estratégica	Justificativa Técnica e Psicológica
Foto de Perfil (Avatar), Página "Sobre" do Site e Posts de Posicionamento Pessoal	**100% Fotografia Real e Autêntica** (jamais use avatares ou ensaios falsos de IA).	O cliente contrata uma pessoa real, não um holograma. Uma foto real bem iluminada (mesmo tirada com um bom celular na sua mesa de trabalho ou em parede neutra) gera 10x mais conexão e confiança do que um retrato plastificado de IA.
Capas de Artigos de Blog (SEO) e Slides Internos de Carrosséis Explicativos	**Uso Estratégico de IA Permitido e Recomendado** (com direção de arte sóbria).	Ideal para ilustrar conceitos abstratos (ex.: segurança digital, contratos, tributação, previdência) com estilo editorial minimalista, sem rostos bizarros ou símbolos estrangeiros.
Fotos de Bastidores, Rotina, Palestras e Atendimento	**100% Fotografia Real e Natural**.	O objetivo dos bastidores é provar que você existe e atua no mundo real. Falsificar rotina com IA destrói a reputação do profissional.
Tratamento de Imagem (Correção de Luz, Remoção de Objeto de Fundo no Photoshop/Lightroom)	**Uso de IA Assistiva Permitido**.	Usar IA para melhorar a nitidez do seu áudio, remover um fio de tomada feio que apareceu na parede atrás da sua foto real ou ajustar a iluminação é excelente e preserva sua autenticidade.

08

MÓDULO 8

Nichos de Sustentação, Autoridade de Referência e o Poder da Aparência

NESTE CAPÍTULO

8.1 Nichos de Sustentação dos Escritórios de Advocacia: Equilibrando Fluxo de Caixa e Teses de...

8.2 Por Qual Motivo é Importante se Colocar como uma Referência naquela Área?

8.3 Por Que a Aparência Influencia na Visão das Pessoas sobre Você?

Não existe marketing jurídico sustentável se a estratégia de comunicação estiver divorciada da **engenharia financeira do escritório** e do **posicionamento psicológico do advogado**. Muitos profissionais até conseguem atrair seguidores nas redes sociais, mas continuam passando aperto financeiro no final do mês ou sentem que precisam implorar para que o cliente aceite pagar os honorários da tabela da OAB. Neste módulo, resolveremos essa equação unindo três pilares fundamentais: a escolha inteligente dos **nichos de sustentação dos escritórios de advocacia**, o motivo pelo qual é indispensável **colocar-se como referência na área** e a ciência por trás de **como a aparência influencia a visão das pessoas sobre você**.

8.1

Nichos de Sustentação dos Escritórios de Advocacia: Equilibrando Fluxo de Caixa e Teses de Alto Valor

Um escritório de advocacia é uma organização que possui custos fixos mensais inadiáveis: aluguel ou condomínio, softwares jurídicos, anuidade da OAB, impostos, internet, contador, equipe de apoio e a própria retirada (pró-labore) necessária para a dignidade pessoal e familiar do advogado. Se você monta um escritório focado 100% em ações judiciais demoradas cujos honorários só serão recebidos no êxito final (*ad exitum*) ou em precatórios daqui a 4 ou 6 anos, o seu escritório pode "quebrar por falta de oxigênio (fluxo de caixa)" mesmo tendo milhões de reais para receber no futuro!

É aqui que entra o conceito vital de **Nichos e Produtos de Sustentação (Cash Flow Drivers)** combinados com **Produtos de Escala e Alto Ticket (Wealth Builders)**. Todo escritório inteligente precisa estruturar sua carteira e seu conteúdo digital em três camadas financeiras complementares:

1. **Camada 1 — Serviços de Entrada e Sustentação Imediata (Fluxo de Caixa Rápido):** São demandas consultivas, extrajudiciais ou administrativas que todo cliente do seu nicho precisa com urgência e pelas quais ele paga **honorários iniciais à vista ou parcelados no curto prazo**, independentemente de processo judicial longo. Esses serviços pagam todas as contas fixas do escritório todo mês!

2. **Camada 2 — Serviços de Recorrência Mensal (Previsibilidade / Partido):** Contratos de assessoria jurídica preventiva continuada, compliance trabalhista/empresarial, DPO as a Service (LGPD) ou gestão contratual, que garantem receita fixa recorrente no dia 5 de cada mês.

3 **Camada 3 — Ações Estratégicas e Teses de Médio/Longo Prazo (Multiplicadores de Patrimônio):** Grandes ações indenizatórias, recuperações tributárias, inventários complexos, ações previdenciárias com grandes atrasados ou reclamações trabalhistas de altos executivos, que combinam honorários iniciais com percentuais expressivos no êxito e sucumbência.

Veja na tabela abaixo como estruturar seus **Nichos de Sustentação** nas principais áreas da advocacia para orientar suas pautas de conteúdo nas redes sociais:

Grande Área do Direito	Serviços de Sustentação Imediata (Caixa Rápido no Mês)	Serviços de Médio/Longo Prazo e Alto Ticket (Construção de Patrimônio)
Direito Previdenciário	Planejamento Previdenciário escrito (cobrado à vista na entrega do parecer matemático); requerimentos administrativos de benefícios urbanos/rurais; acerto de CNIS e averbação de tempo especial/rural.	Ações judiciais de concessão ou revisão de aposentadorias com grandes valores atrasados (RPVs e Precatórios); defesas e recursos complexos no CRPS e Justiça Federal.
Direito de Família e Sucessões	Consultoria de regime de bens e Pacto Antenupcial; contrato de União Estável; Divórcio Consensual Extrajudicial em cartório; acordo extrajudicial de alimentos e convivência.	Inventários judiciais e extrajudiciais de alto patrimônio; Planejamento Sucessório e constituição de Holdings Familiares; divórcios litigiosos com partilha societária complexa.
Direito Trabalhista	Consultoria preventiva e auditoria de folha para pequenas/médias empresas; cálculo e parecer de rescisão ou acordo extrajudicial homologado (art. 855-B da CLT); defesa avulsa.	Reclamações trabalhistas de bancários, gerentes, médicos ou vendedores externos (altos valores de horas extras, comissões e equiparação); contratos de partido mensal empresarial.
Direito Imobiliário	Due Diligence (análise de risco documental) na compra e venda de imóveis (honorários pagos em 48h pelo comprador que quer segurança!); elaboração de contratos de locação comercial/built to suit; notificação extrajudicial.	Regularização fundiária e Usucapião extrajudicial/judicial; assessoria completa em leilões de imóveis; ações de resolução contratual (distrato), adjudicação compulsória e ações possessórias.
Direito Médico e da Saúde	Consultoria para adequação de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), prontuários e contratos para clínicas e consultórios; pareceres preventivos; pedidos de tutela de urgência (liminares de tratamentos/cirurgias com honorários iniciais).	Defesa ética em sindicâncias e processos ético-profissionais no CRM/CFM e ações cíveis de responsabilidade médica; assessoria mensal recorrente para clínicas e hospitais.

Grande Área do Direito	Serviços de Sustentação Imediata (Caixa Rápido no Mês)	Serviços de Médio/Longo Prazo e Alto Ticket (Construção de Patrimônio)
Direito Empresarial e Tributário	Elaboração e revisão de contratos sociais, acordos de sócios, contratos de prestação de serviços e termos de confidencialidade (NDA); diagnóstico tributário pago; registro de marca no INPI.	Teses de recuperação de créditos tributários (ex.: equiparação hospitalar, exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, PERSE/monofásicos); planejamento tributário e reestruturação societária (M&A).
Direito Criminal	Acompanhamento urgente em delegacia (prisão em flagrante), pedido de liberdade provisória e atuação em Audiência de Custódia (honorários recebidos imediatamente à vista); pareceres consultivos.	Defesa completa em ações penais na Justiça Estadual e Federal, Tribunal do Júri, crimes econômicos/tributários, recursos nos Tribunais Superiores (STJ/STF) e Compliance Criminal.

A LIÇÃO DE OURO PARA O SEU CONTEÚDO:

Pelo menos **50% das suas postagens e vídeos semanais** devem educar o público sobre os seus **Serviços de Sustentação Imediata**! Muitos advogados imobiliários passam fome porque só postam sobre "Usucapião judicial que demora anos", quando deveriam educar diariamente quem está comprando um apartamento sobre "Os 5 riscos ocultos de assinar um contrato de compra e venda de imóvel sem uma Due Diligence Imobiliária prévia". A Due Diligence coloca honorários à vista no caixa do escritório na mesma semana!

8.2

Por Qual Motivo é Importante se Colocar como uma Referência naquela Área?

Um dos maiores receios de advogados — especialmente em cidades pequenas e médias ou no início da carreira — é o medo de nichar e posicionar-se como referência em uma área específica. O advogado pensa: *"Se eu colocar no meu Instagram e no meu site que sou focado em Direito de Família e Sucessões, vou perder o cliente que aparecer querendo fazer uma ação trabalhista ou criminal!"*.

Compreenda de uma vez por todas a diferença entre **Posicionamento de Vitrine (Marketing Externo)** e **Atuação de Balcão (Operação Interna)**: posicionar-se como uma referência em uma área na internet **não proíbe a sua carteira da OAB de atender outras demandas internamente ou em parceria com colegas especialistas**! O que o posicionamento faz é impedir que você seja invisível para todo mundo.

Existem quatro razões psicológicas e econômicas pelas quais posicionar-se como referência em uma área multiplica o faturamento do escritório:

1. **A Lei da Percepção de Especialidade vs. Clínico Geral:** Na mente humana, *"quem faz de tudo um pouco não é excelente em nada"*. Quando um empresário tem um problema grave de execução fiscal ou quando um segurado do INSS tem uma aposentadoria especial negada, ele não quer contratar o advogado que no mesmo dia postou sobre "divórcio, batida de carro, pensão, buraco na rua, direito penal e atraso de voo". Ele quer o profissional que respira aquele problema todos os dias.

2. **Inelasticidade ao Preço (Multiplicação dos Honorários):** O advogado generalista é visto pelo cliente como uma *commodity* substituível — por isso o cliente faz "leilão de orçamento" em cinco escritórios diferentes e escolhe o mais barato. Já o advogado que é reconhecido como **referência na área** não é comparado por preço: o cliente aceita pagar honorários superiores porque sente que está comprando segurança, experiência específica e menor risco de erro.

3. **Ativação da Rede de Indicações entre Próprios Colegas Advogados:** Quando você se torna a referência digital clara em um nicho (por exemplo, Direito Previdenciário para Servidores Públicos, ou Direito Imobiliário, ou Defesa Médica), os seus próprios colegas advogados de outras áreas que não dominam aquele tema passam a **indicar clientes e fazer parcerias com você toda semana**! Colegas nunca indicam causas para um generalista concorrente, mas adoram fazer parceria com um especialista reconhecido.

4. **Eficiência Algorítmica nas Redes Sociais e no Google:** Como vimos no Módulo 4 e no guia de SEO do Migalhas, tanto o algoritmo do Google (Autoridade Temática / Topical Authority) quanto os algoritmos do Instagram, TikTok e YouTube precisam categorizar semântica e tematicamente o seu perfil. Quando você fala consistentemente sobre um eixo temático claro, o algoritmo entende exatamente quem é o seu comprador ideal e entrega seus vídeos diretamente para ele.

8.3

Por Que a Aparência Influencia na Visão das Pessoas sobre Você?

Vivemos em um mundo hipervisual onde o julgamento humano inicial ocorre em frações de segundo. Pesquisas clássicas de psicologia cognitiva e neurociência comportamental (como os estudos da Universidade de Princeton liderados por Janine Willis e Alexander Todorov) demonstram que o cérebro humano forma uma primeira impressão sobre a **confiabilidade,**

competência e autoridade de uma pessoa em apenas **100 milissegundos (um décimo de segundo)** ao olhar para sua imagem — muito antes que essa pessoa pronuncie a primeira palavra de uma tese jurídica brilhante.

Na psicologia social, esse fenômeno é amplamente documentado como o **Efeito Halo (Halo Effect)**, conceituado por Edward Thorndike: a tendência cognitiva inconsciente pela qual a impressão positiva gerada por uma característica visível (como uma apresentação pessoal alinhada, postura ereta, iluminação limpa, vestimenta coerente e ambiente organizado) contamina positivamente o julgamento sobre características invisíveis (como a inteligência jurídica, o zelo pelos prazos processuais e a honestidade profissional).

A A Semiótica da Confiança na Advocacia: Vestimenta, Postura e Ambiente

Cuidar da aparência no marketing jurídico **não tem nenhuma relação com ostentação de marcas de luxo** (o que, aliás, é vedado pelo art. 6º do Provimento 205/2021 da OAB) nem com padrões irreais de beleza estética. Cuidar da aparência significa **zelo, asseio, intencionalidade e coerência visual com o público que você deseja atrair**:

- **Coerência Visual com o Arquétipo do Seu Público-Alvo:** A vestimenta do advogado é uma forma silenciosa de respeito ao cliente e de leitura de contexto. Se você atua com Direito Tributário, Societário ou Penal Econômico atendendo diretores financeiros e industriais tradicionais, gravar vídeos usando alfaiataria clássica bem ajustada (terno ou blazer estruturado, camisa de bom caimento, cores sóbrias como azul-marinho, grafite, off-white e tons terrosos) comunica imediatamente pertencimento àquele universo corporativo. Se você atua com Startups, Direito Digital, Propriedade Intelectual ou Direito Previdenciário/Trabalhista voltado ao trabalhador, um estilo *Esporte Fino Contemporâneo (Smart Casual)* — como um blazer sem gravata, uma camisa social impecavelmente passada ou uma blusa de corte elegante — transmite acessibilidade, modernidade e autoridade sem criar uma barreira intimidadora.

- **O Detalhe do Caimento e do Asseio (O Que Realmente Importa):** Um terno ou blazer de valor acessível, mas **ajustado na costureira para o tamanho exato dos seus ombros e mangas**, limpo e bem passado, transmite infinitamente mais autoridade do que uma roupa cara que está amarrotada, larga demais ou desalinhada. O mesmo vale para cabelos e barba alinhados, óculos com lentes limpas (sem gordura que reflita a luz) e postura corporal firme e acolhedora.

- **A Cognição Enclothed (O Efeito da Aparência na Sua Própria Performance):** Estudos de psicologia experimental (Adam & Galinsky, *Enclothed Cognition*) provam que a forma como nos vestimos altera não apenas como os outros nos veem, mas também o nosso

próprio nível de atenção, confiança vocal e clareza mental. Quando o advogado se arruma intencionalmente antes de ligar a câmera para gravar seus Reels da semana, sua voz sai mais firme, sua dicção melhora e sua postura inspira segurança imediata.

- **A Aparência do Seu Ambiente e das Suas Peças Gráficas:** A "aparência" no digital estende-se ao fundo do seu vídeo e ao design dos seus posts. Gravar um vídeo falando sobre um tema sério de milhões de reais com uma cama desarrumada ao fundo, roupas penduradas atrás da porta ou fios embolados em cima da mesa gera dissonância cognitiva no espectador: *"Como alguém que não consegue organizar a própria mesa vai organizar o meu patrimônio ou a defesa da minha empresa?"*. Um fundo limpo — seja uma parede neutra bem iluminada, uma estante organizada com poucos elementos ou uma planta natural bem cuidada ao lado de uma poltrona — comunica ordem mental, método e excelência.

09

MÓDULO 9

O Que o Advogado Geralmente Faz e Que Afasta o Cliente — O Fim do Artificialismo

NESTE CAPÍTULO

9.1 Erro Clássico nº 1: Postar Foto em Frente à Delegacia

9.2 Erro Clássico nº 2: Postar Foto de Processo e Fingindo Estar Trabalhando

9.3 Erro Clássico nº 3: Postar Foto em Frente a um Cartório ou Fórum Fingindo Trabalho

9.4 Erro Clássico nº 4: Tudo o Que Não é Natural (O Efeito Robô e a Barreira da Arrogância)

Se no módulo anterior vimos como a aparência autêntica e cuidada aproxima o cliente, agora precisamos colocar o dedo em uma ferida aberta do marketing jurídico brasileiro: **os vícios de comportamento e as postagens artificiais que os advogados repetem por imitação de colegas, achando que estão "abafando", mas que na realidade causam vergonha alheia, desconfiança e afastam o cliente real**.

Existe uma diferença abismal entre *o que impressiona outros advogados recém-formados* e *o que gera confiança na mente do cliente que paga honorários*. O cliente nunca contrata você porque viu uma foto sua fazendo pose forçada na porta de uma repartição pública; ele contrata você quando sente que você é uma pessoa real, acessível, tecnicamente brilhante e focada em resolver o problema dele. Vamos dissecar cada um desses comportamentos antinaturais que você deve banir imediatamente da sua comunicação.

9.1

Erro Clássico nº 1: Postar Foto em Frente à Delegacia

Quem acompanha perfis jurídicos no Instagram certamente já viu dezenas de vezes a mesma cena: o advogado ou advogada para em frente ao letreiro luminoso da Delegacia de Polícia (muitas vezes à noite), cruza os braços, faz uma expressão facial severa ou olha para o horizonte, tira uma foto e publica com legendas clichês como *"Enquanto uns dormem, a defesa não descansa! Plantão 24h!"* ou *"Mais uma missão cumprida na Central de Flagrantes!"*.

Por que essa prática — embora extremamente comum — é um erro estratégico grave que afasta os melhores clientes?

- **Sensacionalismo e Estigmatização do Momento de Dor:** Uma delegacia de polícia é um ambiente de crise aguda, tensão, dor familiar e vulnerabilidade extrema. Para o cliente (ou familiar de alguém detido ou vítima de crime), estar em uma delegacia não é motivo de orgulho ou troféu fotográfico; é um momento em que ele exige **máxima discrição, sigilo absoluto e resolução silenciosa**. Quando o cliente vê um advogado que adora fazer *check-in* fotográfico na porta da delegacia toda vez que é chamado, ele pensa: *"Se eu contratar esse profissional para defender meu filho ou minha empresa, todo mundo na cidade vai saber que ele esteve na delegacia por minha causa!"*.

- **Risco Ético de Violação Indireta de Sigilo e Ostentação de Casos:** Em cidades pequenas e médias, postar uma foto na porta da delegacia em determinado horário permite que a comunidade associe imediatamente o advogado ao fato policial ocorrido naquele dia, ferindo a discrição exigida pelo art. 3º e § 2º do art. 4º do Provimento nº

205/2021.

- **Zero Valor Informativo para Quem Assiste:** A foto na porta da delegacia fala apenas sobre o *ego do advogado* ("Olhem como eu trabalho até tarde!"), mas não ensina absolutamente nada de útil para o seguidor.

- **Como Substituir com Alta Autoridade:** Em vez de tirar foto posada sob a placa da delegacia, grave no dia seguinte, na tranquilidade e sobriedade do seu escritório, um vídeo educativo explicando uma dúvida real de quem passa por aquela situação: *"Se um familiar for conduzido à delegacia, quais são os 3 primeiros direitos constitucionais que ele possui antes de prestar qualquer depoimento?"*. Isso demonstra que você domina a prática policial sem precisar fazer turismo fotográfico na porta da delegacia!

9.2

Erro Clássico nº 2: Postar Foto de Processo e Fingindo Estar Trabalhando

Outro clássico absoluto do marketing antinatural é a famosa **"foto fingindo que foi pego de surpresa trabalhando"**: o advogado pede para alguém tirar uma foto dele segurando uma caneta tinteiro no ar em cima de uma folha em branco (ou de um código aberto na página 1), olhando seriamente para a tela do computador com a janela do PJe/e-SAJ aberta, cercado por calhamaços de processos físicos antigos que nem tramitam mais, acompanhada da legenda *"Foco total nos prazos da semana! "*.

Analisemos por que essa encenação soa falsa e contraproducente:

- **O Cérebro Humano Detecta Encenação Instantaneamente:** Ninguém digita uma petição no computador segurando uma xícara de café vazia no ar a 45 graus com o braço esticado enquanto olha de lado com sorriso congelado. A pose plástica denuncia que o momento foi fabricado. E quando a imagem parece teatral, toda a mensagem do perfil passa a soar teatral e pouco espontânea.

- **Perigo Grave de Vazamento de Dados Pessoais (LGPD e Sigilo Profissional):** Dezenas de advogados já sofreram representações na OAB e constrangimentos públicos porque postaram fotos ou Stories da tela do notebook "mostrando que estavam peticionando" e, ao dar zoom na imagem de alta resolução, era possível ler perfeitamente o número dos autos, o nome completo das partes, o CPF do reclamante ou os valores discutidos em processo sob segredo de justiça!

- **Trabalhar é Obrigação Mínima, Não Diferencial Competitivo:** Mostrar que você "lê processos e cumpre prazos" não diferencia você de nenhum dos outros 1,4 milhão de advogados do Brasil. É o mesmo que um motorista de táxi postar uma foto segurando o volante dizendo *"Hoje estou dirigindo!"*. O cliente já pressupõe que você trabalha; o que ele quer saber é **como o seu conhecimento resolve o problema específico da vida dele**.

9.3

Erro Clássico nº 3: Postar Foto em Frente a um Cartório ou Fórum Fingindo Trabalho

Na mesma linha da delegacia, tornou-se epidêmico o hábito de parar na calçada em frente a um Tabelionato de Notas, Cartório de Registro de Imóveis ou prédio da Justiça, segurar uma pasta de couro vazia debaixo do braço, apontar para a placa do cartório ou fingir que está subindo a escadaria distraído olhando para o relógio de pulso.

Por que isso afasta o cliente?

- **Comportamento de "Estagiário Deslumbrado" vs. Postura de Sócio Sênior:** Pense nos grandes advogados que são referência nacional em suas áreas: você já viu algum deles parando o trânsito na calçada para tirar selfie apontando para a placa do "2º Ofício de Notas"? Nunca! Quem tem rotina intensa e consolidada trata o cartório e o fórum como ambientes normais de trabalho. Quando o advogado faz festa fotográfica toda vez que pisa em um cartório, ele passa involuntariamente a mensagem subconsciente de que **aquilo é um evento raro na rotina dele**!

- **Falta de Foco no Benefício do Cliente:** O cliente não quer ver a fachada de concreto do cartório da sua cidade; ele quer entender por que fazer uma escritura pública de inventário ou uma ata notarial protege o patrimônio dele.

- **Como Substituir com Naturalidade:** Se você acabou de resolver uma questão interessante em um cartório de registro de imóveis (por exemplo, uma exigência registral em uma averbação de construção ou usucapião extrajudicial), entre no seu carro ou volte ao escritório, ligue a câmera de forma natural e diga: *"Acabei de sair do Cartório de Registro de Imóveis onde tratávamos de uma dúvida muito comum de quem compra terreno sem escritura pública: a diferença entre posse e propriedade na matrícula..."*. Perceba a diferença brutal: você contextualizou sua prática real com total naturalidade e entregou uma aula útil ao cliente!

9.4

Erro Clássico nº 4: Tudo o Que Não é Natural (O Efeito Robô e a Barreira da Arrogância)

Além das fotos encenadas em delegacias, cartórios e mesas de processos, existem outros quatro comportamentos artificiais que criam um muro invisível de gelo entre o advogado e o potencial cliente nas redes sociais:

1. **A "Voz de Locutor de Velório" ou de Sustentação Oral Solene nos Vídeos:** Na vida real, conversando com um amigo ou atendendo um cliente na mesa de reuniões, o advogado é simpático, sorri, fala com ritmo natural e explica as coisas com calma. Mas, no exato segundo em que aperta o botão "Gravar" do celular, ele trava o maxilar, arregala os olhos, engrossa a voz e começa a falar como se estivesse lendo um acórdão do século XIX: *"Pre-za-dos ci-da-dãos, cumpre-nos sa-lien-tar que o in-adi-mple-men-to con-tra-tu-al..."*. Essa artificialidade afasta as pessoas em 2 segundos! Nas redes sociais, você não está falando para uma multidão em um auditório; você está falando **individualmente, olho no olho, para uma única pessoa que está segurando o celular na palma da mão**. Fale na câmera exatamente com o mesmo tom de voz acolhedor e humano que você usa quando um cliente querido senta à sua frente para tomar um café.

2. **A Pose Engessada de "Braços Cruzados e Cara Fechada":** Na linguagem corporal e na psicologia evolutiva, braços rigidamente cruzados sobre o peito somados a uma expressão facial tensa e sem sorriso (muito comum em fotos de advogados que tentam parecer "implacáveis") funcionam como um sinal defensivo de bloqueio e inacessibilidade. Embora uma postura firme seja positiva, lembre-se de que o cliente muitas vezes tem medo ou vergonha de procurar um advogado. Incluir fotos com expressão serena, leve sorriso confiante e braços abertos ou apoiados naturalmente transmite **competência aliada a acolhimento**.

3. **O Uso de "Juridiquês" Empolado como Escudo de Vaidade:** Escrever em um post de Instagram palavras como *"exordial", "peça vestibular", "consorte supérstite", "erga omnes", "in albis", "periculum in mora"* não faz o cliente achar você mais inteligente; faz o cliente sentir-se burro, excluído e desconectado de você! Quem escreve no Instagram para impressionar colegas da faculdade ganha curtidas de advogados (que não contratam você) e perde a atenção dos clientes (que são quem paga seus honorários).

4 **Copiar Trends e Dancinhas Incompatíveis com a Sua Personalidade:** Se você é uma pessoa naturalmente séria e reservada, não tente forçar um personagem cômico fazendo caretas ou apontando para balõezinhos dançando na tela só porque alguém disse que "isso dá visualização". Nada é mais constrangedor do que um profissional visivelmente desconfortável fazendo algo que não combina com sua essência. A autenticidade é magnética porque existem diferentes perfis de clientes: o cliente mais analítico se conectará com a sua calma didática; o cliente mais dinâmico se conectará com a sua energia prática. Seja a melhor e mais clara versão de quem você realmente é!

Comportamento Artificial (Afasta o Cliente)	Percepção Negativa Gerada no Público	Comportamento Autêntico e Natural (Atrai o Cliente)
Foto posada na porta da delegacia à noite fazendo cara de mau.	Sensacionalismo, falta de discrição, autopromoção vazia e risco à privacidade.	Vídeo sóbrio explicando como funciona a audiência de custódia e os direitos da família.
Foto segurando caneta no ar em frente a pilhas de processos fingindo trabalhar.	Encenação óbvia, artificialidade e risco de expor nomes de partes (violação de LGPD).	Vídeo ou carrossel mostrando na prática um checklist de documentos que o cliente precisa reunir.
Foto apontando para a placa do cartório ou fórum com pasta debaixo do braço.	Insegurança (parece que ir ao cartório é um evento raro) e foco no ego, não no cliente.	Relato natural após o ato explicando a lição jurídica prática aprendida naquela diligência.
Falar no vídeo com voz robotizada e vocabulário em latim ("consorte supérstite").	Distanciamento emocional, arrogância intelectual e abandono imediato do vídeo.	Conversa olho no olho com tom de voz natural, traduzindo a lei com exemplos do dia a dia.

10

MÓDULO 10

Dicas Práticas de Gravação de Conteúdo para Redes Sociais

NESTE CAPÍTULO

10.1 Como a Iluminação Importa: A Física da Imagem Profissional

10.2 Como Construir um Bom Roteiro: A Engenharia da Retenção sem Travar

10.3 Como Fazer um CTA (Call to Action) que Respeite a OAB e Gere Alta Conversão

10.4 Como o Áudio é Importante para o Vídeo: A Regra dos 70% da Percepção de Qualidade

10.5 Como Gravar com Melhor Qualidade no iPhone e no Android (Guia Passo a Passo de Configuração)

10.6 Dicas de Editores de Vídeo Simples (Do Básico ao Profissional em Minutos)

10.7 A Importância de NÃO Obrigar Secretária e Estagiário na Gravação de Vídeos (A Menos que...

Superada a teoria regulatória e estratégica, chegamos ao coração operacional da produção audiovisual moderna. Muitos advogados adiam durante meses ou anos o início da gravação de vídeos para o Instagram, TikTok e YouTube porque acreditam que precisam de uma produtora de cinema, câmeras de R$ 20.000,00 ou talento artístico de ator de televisão. A verdade técnica é libertadora: **o smartphone que já está no seu bolso hoje possui capacidade óptica superior às câmeras profissionais que gravavam comerciais de televisão há dez anos**. O que separa um vídeo amador, escuro e inaudível de um vídeo jurídico com aparência cinematográfica e altíssima retenção é o domínio de sete pilares práticos que dissecaremos neste módulo.

10.1

Como a Iluminação Importa: A Física da Imagem Profissional

Existe um ditado clássico entre diretores de fotografia que todo advogado precisa conhecer: *"Câmera boa não faz milagre no escuro; celular simples faz milagre com boa luz"*. Os sensores das câmeras de smartphones são fisicamente pequenos. Quando você grava em um escritório escuro, iluminado apenas por aquela lâmpada fluorescente fria no teto em cima da sua cabeça, dois desastres visuais acontecem: primeiro, a luz vinda de cima projeta **sombras escuras profundas debaixo dos seus olhos (efeito "olheiras de panda") e debaixo do nariz e do queixo**, fazendo você parecer cansado, envelhecido e intimidador; segundo, para tentar enxergar no escuro, o sensor do celular aumenta artificialmente o ganho eletrônico (ISO), deixando a sua imagem **granulada, borrada e sem nitidez**.

A Melhor e Mais Barata Fonte de Luz do Mundo: A Luz Natural da Janela

Se você ainda não quer gastar absolutamente nada com equipamentos de iluminação, você já possui o melhor refletor do planeta: o Sol. Veja como usar a luz natural perfeitamente:

- **Posicione-se DE FRENTE (ou a 45 graus) para a janela, NUNCA de costas para ela:** O erro número 1 de quem grava no escritório é sentar na cadeira com a janela aberta atrás das costas. Isso gera o efeito de *contraluz (backlight estourado)*: a janela fica branca brilhante e o seu rosto fica completamente escuro como uma silhueta. Vire a sua mesa ou posicione o tripé do celular entre você e a janela, de modo que a luz do dia ilumine o seu rosto frontalmente.

- **Prefira Luz Difusa (Cortina Fina ou Horários Suaves):** A luz do sol batendo diretamente no rosto ao meio-dia cria sombras duras e faz você franzir os olhos. Se houver uma cortina translúcida (voil ou persiana semiaberta) na janela, ela funciona como um gigantesco difusor profissional, espalhando uma luz macia, uniforme e extremamente elegante sobre a sua pele.

B Iluminação Artificial Acessível: Softbox, Painel de LED vs. Ring Light (E o Segredo para Quem Usa Óculos!)

Para advogados que costumam gravar seus vídeos no final do expediente (à noite) ou em salas internas sem janelas, um kit simples de iluminação artificial garante consistência absoluta em qualquer horário:

1. **Softbox ou Octabox com Lâmpada LED / Cob LED:** É a melhor escolha disparada para advogados. Trata-se daquela caixa de tecido preto por fora, prateada por dentro e com um tecido branco difusor na frente. Por ter uma superfície grande, ela cria uma luz cinematográfica, suave e sem reflexos agressivos.

2. **Bastão de LED ou Painel de LED Bicolor (Temperatura Ajustável 3200K a 5600K):** Compactos, ocupam pouquíssimo espaço na mesa do escritório e permitem regular tanto a intensidade (brilho) quanto a temperatura da cor — misturando luz branca neutra (4500K– 5000K) na frente com uma luz amarelada quente (3200K) ao fundo para criar aconchego e profundidade.

3. **Por Que Tomar Cuidado com o Ring Light (Especialmente se Você Usa Óculos):** O famoso *Ring Light* (anel de luz circular) foi criado originalmente para maquiadores e tutoriais de estética. Quando um advogado que usa óculos de grau grava de frente para um Ring Light, ficam dois **círculos brancos luminosos gigantes refletidos bem no meio das lentes dos óculos**, escondendo seus olhos do cliente e passando uma aparência artificial!

4. **A Regra dos 45 Graus para Eliminar Reflexo nos Óculos:** Usa óculos? Nunca coloque a luz principal exatamente na frente do seu nariz na mesma altura dos olhos! Posicione a sua luz principal (Key Light) **a 45 graus para a esquerda ou para a direita do celular e ligeiramente acima da linha dos seus olhos, inclinada para baixo**. Pela lei física da reflexão (o ângulo de incidência é igual ao ângulo de reflexão), o reflexo da lâmpada rebate para o lado oposto e desaparece completamente da lente da câmera, deixando seus olhos 100% visíveis e cristalinos!

C O Esquema Clássico de Iluminação de 3 Pontos na Sala do Advogado

Quer deixar seu vídeo com estética de documentário da Netflix? Utilize o esquema clássico de três pontos:

- **1. Luz Principal (Key Light):** A fonte mais forte (sua janela ou seu Softbox/LED principal), posicionada a 45 graus à frente do seu rosto, iluminando 70% da cena.
- **2. Luz de Preenchimento (Fill Light):** Uma segunda luz bem mais fraca (ou até mesmo uma parede branca/rebatedor) posicionada do lado oposto à luz principal, apenas para suavizar a sombra do outro lado do rosto sem eliminá-la totalmente (o leve contraste lateral dá tridimensionalidade ao rosto).
- **3. Luz de Fundo ou Recorte (Back Light / Practical Light):** Uma luminária de mesa elegante (abajur com luz amarela quente de 2700K–3000K) ou fita de LED embutida na estante de livros lá atrás de você. Essa luz separa os seus ombros do fundo e cria uma atmosfera de escritório sofisticado e acolhedor. *Dica de ouro:* afaste-se pelo menos 1,2 metro a 2 metros da parede de fundo para criar profundidade!

10.2

Como Construir um Bom Roteiro: A Engenharia da Retenção sem Travar

Por que tantos advogados gravam 15 tentativas do mesmo vídeo de 1 minuto, gaguejam, esquecem o que iam falar, ficam irritados e desistem? Porque cometem um de dois extremos: ou tentam **improvisar 100% de cabeça sem estrutura** (e acabam dando voltas intermináveis sem chegar ao ponto), ou **escrevem um texto de petição palavra por palavra e tentam decorar ou ler no teleprompter** com os olhos correndo de um lado para o outro como um refém lendo um manifesto!

Um bom roteiro para redes sociais não é um texto literário para ser lido; é um **mapa mental estruturado em 4 blocos de tempo** que guia o seu raciocínio com naturalidade.

A A Estrutura Infalível em 4 Atos (Método G-C-D-C) para Vídeos de 45 a 90 Segundos

Bloco do Roteiro	Tempo no Vídeo	Objetivo Psicológico	Como Escrever e Executar na Prática
1. GANCHO (Hook)	00s a 03s	Interromper a rolagem do dedo (scroll) e capturar a atenção imediata do público-alvo.	Proibido dar "Bom dia" ou se apresentar! Comece com uma pergunta direta na ferida, um erro comum, um mito ou um número específico. Ex.: *"Se o seu pai faleceu e deixou um imóvel, cuidado: atrasar o inventário em mais de 60 dias gera multa automática sobre a herança."*
2. CONTEXTO EMPÁTICO	03s a 12s	Gerar identificação com a dor do cliente e validar que você entende a situação real dele.	Mostre por que aquele problema acontece na vida real sem julgar o cliente. Ex.: *"No momento de luto, é muito comum que a família deixe a papelada para depois ou ache que precisa ter todo o dinheiro em mãos antes de procurar orientação, mas é aí que mora o perigo financeiro..."*
3. DESENVOLVIMENTO EM TÓPICOS (Valor Prático)	12s a 50s	Entregar a explicação jurídica traduzida em 2 ou 3 passos claros, objetivos e memoráveis.	Organize a resposta em itens numerados ("Primeiro... Segundo... Terceiro..."). O cérebro humano adora listas numeradas porque sabe exatamente onde a explicação começa e termina, aumentando a taxa de conclusão do vídeo até o final!
4. CHAMADA PARA AÇÃO ÉTICA (CTA)	50s a 60s	Direcionar o espectador para uma ação de engajamento ou aprofundamento respeitando a OAB.	Encerre em alta energia, sem frases murchas como "Então era isso, pessoal, tchau". Vá direto do último ponto técnico para o CTA ético (que estudaremos em detalhe no item 10.3 a seguir).

B As 10 Fórmulas de Ganchos (Hooks) Magnéticos e 100% Éticos para Advogados

Como os primeiros 3 segundos definem 80% do sucesso de um vídeo no Instagram, no TikTok e no YouTube, guarde e utilize estas 10 matrizes de ganchos testadas e aprovadas:

1. **Gancho do Erro Oculto:** *"O erro silencioso que faz 7 em cada 10 compradores de imóveis perderem dinheiro no contrato..."*
2. **Gancho da Pergunta Condicional ("Se você..."):** *"Se você trabalha em banco ou*

hospital e faz mais de 15 minutos de intervalo picado, preste muita atenção nisso..."

3. **Gancho da Desconstrução de Mito:** *"Morar junto por 5 anos dá direito automático à metade dos bens? Não é bem assim que a lei funciona..."*
4. **Gancho de Alerta de Prazo:** *"Existe um prazo na lei que quase nenhum paciente conhece quando o plano de saúde nega um exame de urgência..."*
5. **Gancho de Comparação Técnica:** *"Doação em vida com usufruto ou Holding Familiar: qual dos dois realmente evita conflitos entre os filhos?"*
6. **Gancho da Situação Cotidiana (Storytelling Hipotético):** *"Imagine que você comprou um carro seminovo na concessionária e, 15 dias depois, o câmbio travou no meio da avenida..."*
7. **Gancho da Lista de Documentos/Provas:** *"3 documentos que você precisa guardar hoje mesmo no seu celular se estiver sofrendo assédio moral no trabalho..."*
8. **Gancho da Mudança Recente (Atualização):** *"A regra para fazer divórcio e inventário em cartório quando há filhos menores mudou: veja como funciona agora..."*
9. **Gancho da Frase que o Cliente Ouve:** *"Se a seguradora disse para você que 'o sinistro não tem cobertura porque o motorista atrasou uma parcela', saiba o que diz o STJ..."*
10. **Gancho Preventivo Empresarial:** *"Uma única cláusula mal redigida no contrato de prestação de serviços pode transformar um freela em vínculo trabalhista..."*

C Como Usar Tópicos (Bullet Points) em vez de Teleprompter Engessado

Quer falar com total naturalidade na câmera? Escreva o Gancho inicial completo (pois são apenas 2 linhas que você decora em 10 segundos) e, para o meio do vídeo, cole um *post-it* bem ao lado da lente da câmera com apenas **3 palavras-chave em letras garrafais** (ex.: `1. PRAZO 60 DIAS | 2. MULTA ITCMD | 3. ABERTURA EXTRAJUDICIAL`). Como você é advogado e domina a matéria, basta bater o olho na palavra "PRAZO 60 DIAS" para explicar com as suas próprias palavras durante 15 segundos! Se você usar aplicativo de Teleprompter na tela do celular, diminua a largura da coluna de texto no aplicativo para que ela fique concentrada bem no topo, colada na lente da câmera, e escreva o texto em linguagem falada coloquial, gesticulando e sorrindo enquanto fala.

10.3

Como Fazer um CTA (Call to Action) que Respeite a OAB e Gere Alta Conversão

O **CTA (Call to Action ou Chamada para Ação)** é o comando final que você dá ao espectador no encerramento de um vídeo, carrossel ou artigo. Aqui reside um dos pontos mais sensíveis do marketing jurídico: no marketing comercial comum, o vendedor termina o vídeo gritando *"Compre agora! Clique no link da bio e garanta sua vaga com desconto!"*. Na advocacia, se você terminar o seu vídeo dizendo *"Está passando por isso? Clique no link da bio e contrate o nosso escritório agora mesmo para entrar com o seu processo!"*, você infringe frontalmente o artigo 2º, inciso VIII e o artigo 3º, inciso IV do Provimento nº 205/2021 da OAB (indução direta à contratação, mercantilização e uso de expressões persuasivas de varejo).

A boa notícia é que **os CTAs éticos e informativos convertem muito melhor — e alimentam muito mais o algoritmo — do que os CTAs comerciais agressivos!** Por quê? Porque quando você pede um compartilhamento, um salvamento ou um comentário com dúvida, o algoritmo dispara o seu vídeo para milhares de novas pessoas, e quem está com o problema jurídico urgente **vai clicar sozinho no seu perfil e chamar você no Direct ou no link da Bio por iniciativa própria**!

Tabela Prática: 15 Exemplos de CTAs Proibidos vs. CTAs Éticos de Alta Performance

Objetivo do Conteúdo	CTA PROIBIDO pela OAB (Mercantilista)	CTA ÉTICO e Magnético (Alta Conversão e Alcance)
1. Multiplicar Alcance pelo WhatsApp / DM (Reels e TikTok)	"Gostou? Me chame agora no WhatsApp para eu processar a sua empresa!"	"Conhece alguém que trabalha nessas condições e não sabe desse direito? Toque no aviãozinho aqui embaixo e envie este vídeo para ele no WhatsApp agora mesmo."
2. Disparar Salvamentos no Algoritmo (Carrosséis e Listas)	"Salve nosso telefone e agende sua consulta gratuita hoje!"	"Salve este post na bandeirinha aqui embaixo para você ter essa lista de documentos sempre à mão quando precisar consultar."
3. Gerar Comentários Qualificados e Conversas	"Comente 'EU QUERO' que minha equipe vai te chamar para fechar contrato!"	"Ficou com alguma dúvida sobre como funciona essa regra na prática? Deixe sua pergunta aqui nos comentários que ela pode ser o tema do nosso próximo vídeo explicativo!"
4. Atrair Seguidores Qualificados do Nicho	"Siga o melhor escritório previdenciário do Brasil e garanta sua aposentadoria!"	"Se você está próximo de se aposentar e quer acompanhar orientações claras sobre as regras do INSS toda semana, toque em seguir o nosso perfil."

Objetivo do Conteúdo	CTA PROIBIDO pela OAB (Mercantilista)	CTA ÉTICO e Magnético (Alta Conversão e Alcance)
5. Direcionar para Artigo Completo no Blog do Site	"Entre no nosso site e preencha o cadastro para entrarmos com a sua ação!"	"Elaboramos um artigo completo no blog do nosso site explicando passo a passo os requisitos dessa lei. O link para leitura gratuita está na nossa bio."
6. Direcionar para Material Educativo Gratuito (E-book / Checklist)	"Baixe nosso cupom de desconto em honorários no link da bio!"	"Para ajudar empresas a organizarem essa rotina, disponibilizamos gratuitamente um Checklist de Adequação Trabalhista no link da nossa bio."
7. Estimular Busca por Orientação Especializada (Fechamento Institucional)	"Não faça nada sozinho, contrate o nosso escritório que nós resolvemos tudo para você!"	"Cada caso possui particularidades documentais que precisam ser analisadas com cautela. Por isso, na dúvida, busque sempre a orientação de um advogado especialista de sua confiança."
8. Incentivar Interação Privada nos Stories (Caixinha / Enquete)	"Responda 'SIM' na enquete para ganhar uma análise grátis do seu caso!"	"Você já tinha ouvido falar dessa cláusula contratual ou isso foi novidade para você? Vote na enquete abaixo ou envie sua dúvida na caixinha!"

10.4

Como o Áudio é Importante para o Vídeo: A Regra dos 70% da Percepção de Qualidade

Aqui está uma verdade neurocognitiva comprovada em estudos de retenção audiovisual: **o ser humano perdoa um vídeo com imagem levemente simples, mas abandona em menos de 2 segundos um vídeo com áudio ruim, abafado, chiando ou com eco de banheiro**. Na verdade, mais de 70% da percepção inconsciente de que um vídeo é "profissional" vem da **limpeza, presença e nitidez da voz do advogado**.

Quando você grava com o celular apoiado em um tripé a 1,5 metro de distância usando apenas o microfone interno do aparelho, o celular capta não apenas a sua voz, mas também o barulho do ar-condicionado, o trânsito da rua e, principalmente, a **reverberação acústica (o som da sua voz batendo nas paredes lisas, no piso de porcelanato e no vidro da sala e voltando atrasado)**. Esse som "oco e distante" cansa o cérebro do ouvinte e destrói a sua autoridade.

A A Solução Definitiva e Acessível: Microfones de Lapela Sem Fio

A física do som é regida pela *Lei do Inverso do Quadrado*: quanto mais perto a cápsula do microfone estiver da sua boca (a cerca de 15 a 20 centímetros, presa na lapela do paletó ou na gola da camisa), mais alto e encorpado ele capta a sua voz e menos ele capta o eco da sala e os ruídos externos. Hoje existem três categorias excelentes de microfones para advogados:

- **Microfones de Lapela Sem Fio de Entrada/Intermediários (Boya, Hollyland Lark M1 / M2, Fifine):** Custam uma fração mínima de um único honorário de consulta, conectam-se diretamente na entrada USB-C ou Lightning do seu iPhone ou Android sem precisar de cabos atravessando a sala, possuem botão de redução inteligente de ruído e têm formatos discretos (alguns do tamanho de um botão de camisa, como o Hollyland Lark M2).

- **Microfones Sem Fio de Padrão Broadcast (DJI Mic / DJI Mic 2, Rode Wireless GO II / Pro):** Para o advogado que deseja qualidade de áudio de emissora de televisão, gravação interna de segurança e durabilidade para muitos anos.

- **Microfones Dinâmicos de Mesa (Estilo Podcast — Fifine K688, Rode PodMic, Shure MV7):** Se você gosta daquela estética moderna de estúdio/podcast sentado à sua mesa, um microfone dinâmico posicionado próximo a você em um braço articulado entrega aquela voz grave, aveludada e limpa de rádio, isolando totalmente o eco da sala.

B 3 Cuidados de Ouro ao Usar o Microfone de Lapela

1. **Não segure o microfone de lapela na mão como se fosse repórter de rua (a menos que seja intencional em vídeo externo):** O microfone de lapela foi projetado acusticamente para ficar preso na roupa na altura do osso esterno (peito). Quando o advogado segura aquele quadradinho de plástico colado nos lábios falando alto, o áudio "estoura" (clipping/distorção nas consoantes *P* e *B*) e a estética visual perde sobriedade.

2. **Cuidado com o Roçar da Roupa, Colares e Barba:** Prenda a lapela firme para que ela não fique batendo contra o colarinho do blazer ou contra colares quando você gesticular.

3. **Acústica Simples da Sala:** Grave sempre em uma sala que tenha **elementos absorvedores de som**: tapete no chão, cortina de tecido na janela, sofá/poltronas estofadas e estante com livros. Salas vazias só com piso frio e paredes peladas geram eco severo.

10.5

Como Gravar com Melhor Qualidade no iPhone e no Android (Guia Passo a Passo de Configuração)

Muitos advogados têm em mãos um iPhone de última geração ou um Samsung Galaxy S / Xiaomi topo de linha, mas seus vídeos no Instagram saem embaçados, travando ou com aparência esbranquiçada. Isso acontece porque as configurações de fábrica dos celulares vêm ajustadas para economizar memória ou usar filtros automáticos que conflitam com a compressão das redes sociais. Siga este protocolo técnico de configuração antes de gravar:

A As 4 Regras Universais (Valem Tanto para iPhone Quanto para Android)

1 **REGRA Nº 1 — Limpe a Lente da Câmera com um Pano de Microfibra Antes de TODA Gravação:** Parece elementar, mas 90% dos vídeos embaçados e com luzes "esfumaçadas" nas redes sociais acontecem porque o celular fica no bolso ou na mão o dia inteiro acumulando gordura digital na lente! Nunca limpe com o próprio dedo; passe a flanela de limpar óculos ou a barra limpa de uma camisa de algodão na lente antes de apertar o play.

2 **REGRA Nº 2 — Prefira a Câmera Traseira Sempre que Possível:** A câmera traseira principal de qualquer smartphone (seja iPhone ou Android) possui um sensor óptico até 3 vezes maior e abertura de lente muito mais luminosa do que a câmera frontal de selfie! Como saber se você está bem enquadrado usando a câmera traseira? Basta posicionar um pequeno espelho atrás do celular no tripé, ou conectar o celular ao computador/tablet, ou fazer um teste rápido de 3 segundos, conferir o enquadramento e gravar.

3 **REGRA Nº 3 — Trave o Foco e a Exposição (AE/AF Lock):** Já reparou em vídeos onde, toda vez que o advogado mexe a mão na frente do rosto, a imagem do vídeo fica "piscando" (clareando e escurecendo sozinha) ou desfocando o rosto? Para evitar isso, sente-se no lugar onde vai gravar, peça para alguém (ou você mesmo com o braço esticado) **tocar e segurar o dedo por 2 segundos sobre o seu rosto na tela do celular** até aparecer o cadeado amarelo *"Bloqueio AE/AF"* (no iPhone) ou *"Foco/Exposição Bloqueados"* (no Android), e ajuste levemente o solzinho para baixo para não estourar os pontos claros da pele.

4 **REGRA Nº 4 — Enquadramento na Altura dos Olhos e Grade dos Terços:** Nunca apoie o celular na mesa gravando de baixo para cima (mostrando o teto e criando papada no pescoço). Coloque o celular em um tripé exatamente na **altura dos seus olhos**, ative a *Grade (3x3)* nas configurações da câmera e posicione os seus olhos na linha horizontal superior da grade, deixando um respiro limpo acima da cabeça (para não cortar a testa quando o vídeo for visto no feed!).

B Configurações Específicas para Gravar com Qualidade Máxima no iPhone (iOS)

Vá em **Ajustes → Câmera** no seu iPhone e configure exatamente assim:

- **Gravar Vídeo:** Selecione **1080p a 30 fps** (ou **4K a 30 fps** se você for dar zoom/cortes na edição antes de exportar em 1080p). Por que **30 fps (quadros por segundo)** e não 60 fps para vídeos de escritório? Porque 30 fps (ou 24 fps) entrega o movimento natural de cinema e permite que cada quadro receba **o dobro de luz** em ambientes internos! Gravar em 60 fps dentro de uma sala fechada deixa o vídeo duas vezes mais escuro e granulado.

- **Formatos:** Selecione **Alta Eficiência (HEVC)** para arquivos leves e de alta qualidade, ou *Mais Compatível* se você edita em computadores Windows antigos.

- **Vídeo HDR (Dolby Vision): DESATIVE o Vídeo HDR** em *Ajustes → Câmera → Gravar Vídeo → Vídeo HDR (Desligado)*! Por quê? Porque o HDR do iPhone aumenta o brilho dinâmico de uma forma que muitas vezes sofre conversão incorreta de espaço de cor ao passar por aplicativos de edição ou pelo upload de redes sociais, deixando o rosto do advogado alaranjado ou superexposto (estourado).

- **Bloquear Câmera e Priorizar Captura Rápida:** Ative *Bloquear Câmera* (para que o iPhone não troque sozinho da lente principal para a lente macro no meio da gravação) e ative a *Grade* e o *Nível*.

- **Importante ao Subir no Instagram:** Dentro do aplicativo do Instagram, vá em *Configurações e atividade → Uso de dados e qualidade da mídia → Ative a chave* ***"Carregar em alta qualidade"***.

C Configurações Específicas para Gravar com Qualidade Máxima no Android (Samsung Galaxy, Motorola, Xiaomi)

Nos aparelhos Android, a chave para ter qualidade idêntica ou superior ao iPhone está em dois ajustes fundamentais:

- **1. Grave SEMPRE pelo Aplicativo Nativo de Câmera do Celular (NUNCA grave direto pela câmera interna do Instagram ou TikTok!):** Como existem centenas de modelos de celulares Android no mercado, o aplicativo do Instagram não otimiza a API de câmera para cada sensor Android; gravar direto pela câmera do Instagram no Android reduz drasticamente a nitidez. Abra o aplicativo oficial **Câmera** do seu Samsung/Xiaomi/Motorola, grave o vídeo lá, edite e depois suba o arquivo pronto!

- **2. Desative o "Embelezamento Facial" e os "FPS Automáticos":** Muitos aparelhos Android vêm com um filtro de "Suavização de Pele / Embelezamento" ligado por padrão, que borra os poros e deixa o rosto com aspecto artificial. Desligue todos os filtros de beleza. Além disso, nas configurações da câmera do Android, **desative a opção "FPS Automático"** (que derruba a taxa de quadros quando a luz diminui, deixando a fala dessincronizada) e fixe manualmente em **FHD (1080p) a 30 fps** ou **UHD (4K) a 30 fps**.

- **3. Ative a Estabilização apenas quando gravar andando:** Se o celular estiver parado no tripé na sua mesa, não há necessidade de usar o modo "Super Estável" (que recorta a imagem e usa a lente grande-angular mais escura); use a lente principal padrão (1x) para máxima nitidez óptica.

10.6

Dicas de Editores de Vídeo Simples (Do Básico ao Profissional em Minutos)

Você não precisa passar 4 horas editando um vídeo de 1 minuto. Na advocacia, a melhor edição é a **edição invisível e limpa**: aquela que retira os silêncios, adiciona legendas fáceis de ler e mantém o ritmo dinâmico sem encher a tela de efeitos infantis, explosões ou sons de desenho animado que destroem a sobriedade da profissão.

Aplicativo / Software	Plataforma	Para Quem é Indicado e Principais Recursos para Advogados
1. CapCut (Mobile e Desktop)	iOS, Android, Windows e Mac	O mais popular e completo para vídeos curtos. Gera **legendas automáticas** com altíssima precisão em português, possui corte automático de pausas/silêncios, isolamento de voz (redução de ruído de fundo com 1 clique) e teleprompter integrado.
2. Edits (App Oficial da Meta / Instagram)	iOS e Android	Criado pela própria equipe do Instagram para edição limpa de Reels sem marca d'água, com exportação otimizada diretamente para o algoritmo da plataforma, legendas nativas e métricas integradas.
3. InShot	iOS e Android	Extremamente intuitivo para o advogado iniciante que quer cortar o início e o fim do vídeo na linha do tempo com o dedo no celular, ajustar o brilho, inserir o logotipo discreto e gerar legendas em poucos minutos.
4. VN Video Editor (VlogNow)	iOS, Android, Mac e Windows	Excelente editor gratuito, sem marcas d'água intrusivas, com interface limpa em múltiplas camadas (ótimo para colocar a foto de uma notícia ou lei na tela enquanto você continua falando por baixo!).
5. DaVinci Resolve (Versão Gratuita)	Windows, Mac e Linux (Computador)	Padrão mundial de Hollywood com versão gratuita completa. Indicado para o escritório que grava vídeos longos para o YouTube ou podcasts no computador e deseja correção de cor e tratamento de áudio avançados.

As 5 Regras de Ouro da Edição de Vídeos Jurídicos

1. **Corte o "Respiro Inicial" e o "Olhar para Desligar a Câmera":** Nunca deixe no vídeo aquele primeiro segundo em que você está tomando fôlego antes de falar, nem aquele segundo final em que você estica o braço para apertar o botão de parar a gravação. O vídeo deve começar no exato milissegundo da primeira sílaba da sua fala!

2. **Use "Jump Cuts" com Leve Zoom In/Out:** Se você respirou fundo ou errou no meio da fala, corte o trecho de silêncio e una as duas falas. Para que o corte não pareça um "pulo brusco", dê um leve zoom de 105% ou 110% na segunda frase (simulando uma segunda câmera mais próxima) e depois volte para 100% na frase seguinte. Isso cria dinamismo visual e prende a atenção!

3. **Coloque SEMPRE Legendas Dinâmicas na Zona Segura da Tela:** Mais de 50% das pessoas assistem a vídeos no Instagram e no TikTok no ônibus, na sala de espera ou no trabalho com o volume baixo ou no mudo nos primeiros segundos. As legendas automáticas são obrigatórias, mas **atenção à Zona Segura (Safe Zone)**: nunca

posicione a legenda muito embaixo (onde fica o seu nome e a descrição do Reel) nem muito na borda direita (onde ficam os botões de curtir, comentar e compartilhar). Posicione a legenda centralizada, logo abaixo da linha do peito, usando fonte sem serifa limpa (como Montserrat, Inter ou Roboto em negrito com leve contorno escuro para contraste).

4. **Use "B-Rolls" (Imagens de Cobertura) nos Primeiros 5 Segundos:** Quando citar uma notícia, uma súmula do STJ ou um documento, faça aparecer na metade superior da tela o print da manchete ou o artigo da lei grifado enquanto sua voz continua explicando. Isso prova visualmente que sua informação é fundamentada!

5. **Nunca Exporte com Marca d'Água do Editor:** Sempre exclua aquele encerramento automático com o logotipo do CapCut no final do vídeo antes de exportar, e nunca baixe um vídeo já postado com a marca d'água piscante do TikTok para repostar no Reels (suba sempre o arquivo limpo original em ambas as redes).

10.7

A Importância de NÃO Obrigar Secretária e Estagiário na Gravação de Vídeos (A Menos que Queiram Expressamente)

Este é um tópico que merece a máxima atenção ética, jurídica e humana de todo titular de escritório de advocacia. Com a popularização de vídeos curtos em formato de "esquetes teatrais" ou "diálogos de escritório" nas redes sociais (onde alguém interpreta o papel do cliente fazendo uma pergunta ou encenando uma situação cômica e o advogado responde), muitos advogados passaram a exigir que suas secretárias, recepcionistas, assistentes administrativos e estagiários de Direito participem da gravação de vídeos para o Instagram e o TikTok do escritório.

Seja como advogado, seja como empregador que deve dar o exemplo máximo de cumprimento da lei, você precisa ter absoluta clareza sobre uma regra inegociável: **jamais obrigue, pressione ou constranja secretárias, estagiários ou advogados associados a aparecerem em vídeos, fotos ou dancinhas nas redes sociais do escritório, a menos que eles manifestem vontade livre, espontânea e expressa — devidamente documentada por escrito**.

A A Fundamentação Constitucional, Civil e Trabalhista (O Risco Real de Condenação)

Como advogado, você conhece o ordenamento jurídico pátrio, mas vale lembrar como a Justiça do Trabalho aplica essas normas especificamente contra empregadores que expõem funcionários em redes sociais:

1. **Inviolabilidade Constitucional e Civil do Direito de Imagem e Voz:** O artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal de 1988 consagra como direito fundamental a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da **imagem das pessoas**, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Na esfera infraconstitucional, o **artigo 20 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002)** é taxativo ao dispor que a exposição ou a utilização da imagem (e da voz) de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, **ou se se destinarem a fins comerciais**. E o Superior Tribunal de Justiça consolidou na **Súmula 403 do STJ** que: *"Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais"* (dano moral *in re ipsa*).

2. **Jurisprudência Consolidada dos TRTs e do TST sobre Vídeos em Redes Sociais:** Como demonstram decisões recentes da Justiça do Trabalho — a exemplo dos julgados noticiados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) e analisados em estudos especializados sobre direito de imagem e contrato de trabalho no Migalhas e na consultoria trabalhista empresarial SCCSA —, o contrato de trabalho de uma secretária/recepcionista ou o Termo de Compromisso de Estágio (Lei nº 11.788/2008) de um estudante de Direito **não inclui a cessão automática do direito de imagem e voz para fins de promoção institucional ou publicitária do escritório nas redes sociais**!

3. **A Fragilidade do Consentimento Tácito pela Subordinação Jurídica:** Muitos empregadores alegam em defesa trabalhista: *"Mas a secretária apareceu sorrindo no vídeo! Ela não disse que não queria gravar!"*. A jurisprudência trabalhista rejeita esse argumento porque, durante a vigência do vínculo de emprego ou de estágio, existe o estado de **subordinação e temor reverencial**: muitas vezes a secretária ou o estagiário morre de vergonha de se expor na internet, mas grava o vídeo forçando um sorriso apenas por medo de desagradar o chefe e perder o emprego ou a bolsa de estágio!

4. **O Problema Pós-Desligamento (Manutenção dos Vídeos no Perfil):** Conforme destacado nas decisões do TRT-MG, mesmo quando houve participação durante o contrato, manter os vídeos com a imagem e a voz da ex-secretária ou do ex-estagiário

circulando nas redes sociais após o encerramento do vínculo sem autorização específica e delimitada gera condenação em indenização por uso indevido de imagem!

5 **Desvio à Finalidade Educativa do Estágio (Lei nº 11.788/2008):** No caso específico do estagiário de Direito, o artigo 1º da Lei do Estágio determina que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, destinado ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional jurídica. Colocar o estagiário para atuar como "figurante de esquete cômica", "segurador de iluminação" em tempo integral ou obrigá-lo a gravar vídeos contra sua vontade desvirtua o termo de compromisso de estágio e pode atrair inclusive o reconhecimento de vínculo empregatício!

B O Impacto Psicológico e de Autoridade: Por Que Forçar a Equipe Prejudica o Seu Vídeo

Mesmo deixando de lado o risco jurídico trabalhista, pense no resultado de comunicação e no clima interno do seu escritório:

- **O Constrangimento Transparece na Câmera:** Uma pessoa tímida que está gravando obrigada fica com o olhar tenso, a voz trêmula e a postura rígida. O público nas redes sociais percebe em um segundo que aquele funcionário está desconfortável, e a imagem que você queria passar de um "escritório moderno e descontraído" transforma-se na imagem de um chefe autoritário e sem noção.

- **Perda de Talentos Excelentes:** Você pode ter uma secretária extremamente organizada, educada ao telefone e impecável no controle financeiro, ou um estagiário brilhante na pesquisa jurisprudencial e na redação de minutas, mas que são pessoas introvertidas e reservadas. Se você criar no escritório uma cultura onde "quem não grava vídeo é malvisto", você fará excelentes profissionais pedirem demissão.

- **O Rosto Principal da Autoridade Fiduciária Deve Ser o Advogado:** Lembre-se sempre: estagiários passam (se formam e seguem suas carreiras) e funcionários mudam de emprego. O ativo permanente do escritório é o **nome e o rosto do advogado titular e dos sócios**. Se você terceiriza a comunicação dos seus vídeos inteiramente para um estagiário carismático, no dia em que ele passar no exame da OAB e abrir o próprio escritório, a audiência se conectou com o rosto dele, e não com o seu!

C Como Agir Quando o Colaborador ou Estagiário QUER Expressamente Participar?

E se você tiver no escritório um estagiário comunicativo, um advogado associado ou uma colaboradora que genuinamente adora comunicação, pede para participar de um vídeo institucional de bastidores ou de uma dinâmica educativa e se sente valorizado com isso? Nesse caso, a participação é saudável, desde que você adote **três cautelas obrigatórias**:

1. **Liberdade Real de Recusa Sem Qualquer Retaliação:** Deixe explícito em reunião de equipe que a participação em fotos ou vídeos das redes sociais do escritório é **100% facultativa e voluntária**, que ninguém jamais será avaliado por isso e que qualquer pessoa pode dizer "não quero aparecer" com total tranquilidade.

2. **Respeito Absoluto à Dignidade (Zero Papel Vexatório):** Mesmo quando o colaborador quer participar espontaneamente, jamais o coloque em papel humilhante, cômico depreciativo ou ridículo em "trends" de internet. A participação deve valorizar a dignidade profissional dele.

3. **Formalização de Termo Escrito, Específico e Autônomo de Cessão/Autorização de Uso de Imagem e Voz:** Conforme recomendam os especialistas trabalhistas (Migalhas, SCCSA), não se apoie em uma cláusula genérica perdida no meio do contrato de trabalho padrão. Colha a assinatura em um **Termo Autônomo de Autorização Livre e Expressa de Uso de Imagem e Voz**, especificando exatamente em quais canais (Instagram, TikTok, YouTube, Site Institucional) o vídeo educativo/institucional será publicado, a finalidade meramente informativa, o prazo de vigência e a garantia de remoção mediante simples solicitação do colaborador a qualquer tempo.

Modelo Prático: Termo de Autorização Livre, Espontânea e Expressa de Uso de Imagem e Voz

Abaixo, disponibilizamos a estrutura técnica de um termo preventivo para você utilizar no seu escritório sempre que um colaborador ou estagiário manifestar vontade expressa e voluntária de participar de conteúdos institucionais ou educativos:

> **TERMO AUTÔNOMO DE AUTORIZAÇÃO LIVRE E EXPRESSA DE USO DE IMAGEM E VOZ PARA FINS INFORMATIVOS E INSTITUCIONAIS** Pelo presente instrumento particular, **[Nome Completo do Colaborador/Estagiário]**, inscrito(a) no CPF sob o nº **[000.000.000-00]**, doravante denominado(a) simplesmente **AUTORIZANTE**, declara, de forma livre, consciente, espontânea e sem qualquer coação ou obrigatoriedade funcional, que: **1. Da Vontade Expressa e Facultatividade:** O(A) AUTORIZANTE tem

plena ciência de que a participação em gravações audiovisuais ou registros fotográficos para as redes sociais e canais digitais de **[Nome do Escritório de Advocacia / Advogado]** é atividade estritamente voluntária e facultativa, não integrando suas obrigações contratuais ou de estágio, tendo manifestado interesse espontâneo e expresso em participar da(s) gravação(ões) realizada(s) na data de **[dd/mm/aaaa]** sobre o tema educativo/institucional **[Descrever o tema do vídeo/post]**. **2. Do Objeto e dos Canais Autorizados:** Nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal e do art. 20 do Código Civil, o(a) AUTORIZANTE autoriza a veiculação gratuita de sua imagem e voz contidas no material acima especificado exclusivamente nos canais oficiais do escritório (Instagram, TikTok, YouTube, LinkedIn e Site Institucional), com finalidade estritamente informativa, educativa e institucional, em conformidade com o Provimento nº 205/2021 da OAB. **3. Do Prazo e do Direito de Revogação a Qualquer Tempo:** A presente autorização é concedida pelo prazo de **[ex.: 24 (vinte e quatro) meses]** a contar desta data, ficando assegurado ao(à) AUTORIZANTE o direito potestativo de solicitar, a qualquer tempo — durante a vigência do vínculo ou após seu eventual encerramento, por simples comunicação escrita ou por e-mail/WhatsApp —, a exclusão ou arquivamento da publicação de que participou, comprometendo-se o escritório a remover o conteúdo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.

_____ Assinatura do(a) Autorizante (Colaborador / Estagiário)

11

MÓDULO 11

Elaboração de Textos, Artigos de Blog (SEO) e Legendas Magnéticas

NESTE CAPÍTULO

11.1 Texto para o Blog do Site: Como Elaborar e Como Funciona o SEO Jurídico na Prática

11.2 Legenda para Post no Instagram (Carrosséis e Posts Simples)

11.3 Legenda e Descrição para Reels, TikTok e Vídeos no YouTube

A palavra escrita é a matéria-prima por excelência do advogado. No entanto, a escrita forense que aprendemos nas faculdades de Direito — construída para convencer magistrados por meio de períodos longos, citações doutrinárias extensas, voz passiva e vocabulário técnico-processual — funciona de maneira diametralmente oposta à **escrita digital voltada à atenção e conversão de clientes na internet (Copywriting Jurídico Ético e SEO)**. Quando um cidadão ou empresário lê um artigo no blog do seu site ou abre a legenda de um post no Instagram, ele não está sendo pago para ler a sua peça (como o juiz ou o assessor); ele está com o polegar pronto para fechar a aba ao menor sinal de tédio ou confusão.

Neste módulo, dominaremos a engenharia técnica de três modalidades de texto indispensáveis para o seu escritório: **(1) o Texto para o Blog do Site e o funcionamento completo do SEO Jurídico**; **(2) a Legenda para Post no Instagram (Carrosséis e Posts Simples)**; e **(3) a Legenda e Descrição para Reels, TikTok e Vídeos no YouTube**. Ao final, entregaremos um **Caderno Completo de Exemplos Reais** prontos para inspirar e guiar a sua produção.

11.1

Texto para o Blog do Site: Como Elaborar e Como Funciona o SEO Jurídico na Prática

Como destacado na análise especializada do portal Migalhas sobre SEO para advogados, a grande vantagem do **SEO (Search Engine Optimization — Otimização para Mecanismos de Busca)** é a **previsibilidade e perenidade**: enquanto um anúncio pago para de trazer clientes no minuto em que você pausa o cartão de crédito, um artigo de blog bem estruturado e posicionado nos primeiros lugares do Google continua atraindo clientes qualificados gratuitamente às 10h da manhã de uma terça-feira ou às 23h de um domingo durante anos a fio.

A Como Funciona o Algoritmo do Google para Sites de Advocacia (Critérios E-E-A-T e YMYL)

O Google classifica conteúdos de Direito, Medicina e Finanças dentro de uma categoria especial de altíssima exigência chamada **YMYL (Your Money or Your Life — "Seu Dinheiro ou Sua Vida")**. Como uma informação jurídica errada pode causar prejuízo patrimonial ou perda de liberdade a um cidadão, o Google aplica com rigor máximo o filtro **E-E-A-T**:

- **Experience (Experiência Prática):** O texto demonstra que o autor conhece a prática real dos tribunais, cartórios e repartições (ex.: menciona documentos reais, prazos práticos, telas ou etapas do procedimento), ou parece apenas um resumo genérico copiado da Wikipédia?

- **Expertise (Especialização Técnica):** O artigo possui assinatura clara de um advogado regularmente inscrito na OAB, com minibiografia ao final do texto apontando sua área de atuação e formação?

- **Authoritativeness (Autoridade Temática):** O blog do escritório possui apenas um texto solto sobre aquele assunto ou possui um *Topic Cluster (Grupo Temático)* com 10 a 20 artigos interligados cobrindo todas as dúvidas daquela área do Direito?

- **Trustworthiness (Confiabilidade):** O site é seguro (HTTPS), cita fontes oficiais (leis do Planalto, súmulas do STJ/STF, resoluções do CNJ) com links externos verificáveis e evita promessas enganosas?

B Passo a Passo para Elaborar um Artigo de Blog que Conquista o 1º Lugar no Google

1. **Passo 1 — Escolha da Palavra-Chave de Cauda Longa (Long-Tail Keyword) e Intenção de Busca:** Advogados iniciantes cometem o erro de escrever um artigo com o título *"Da Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002"*. Nenhum cliente digita isso no Google! Quem digita isso é estudante de 3º período procurando resumo para prova. O cliente real digita a **dor concreta (palavra-chave de cauda longa)**: *"construtora atrasou entrega do apartamento o que fazer"*, *"demissão de gestante em contrato de experiência direitos"*, *"como funciona inventário em cartório com herdeiro menor"*. Escolha sempre **uma frase-chave principal de 3 a 6 palavras** que reflita uma dúvida real de quem precisa de advogado.

2. **Passo 2 — Estrutura Hierárquica de Títulos (Tags H1, H2 e H3):** Os robôs do Google leem o esqueleto do seu texto pelas tags HTML de cabeçalho:

   - **Título Principal (H1 — apenas um por página):** Deve conter a palavra-chave exata logo no início e prometer clareza (ex.: *"Atraso na Entrega de Imóvel na Planta: Direitos do Comprador e Como Agir"*).

   - **Subtítulos Secundários (H2 — a cada 250 a 350 palavras):** Dividem o artigo nas grandes perguntas que o cliente tem (ex.: *"Qual é o prazo de tolerância permitido por lei (180 dias)?"*, *"Quais são as opções do comprador quando o atraso ultrapassa o prazo?"*, *"Documentos essenciais para comprovar o atraso da obra"*).

- **Subtítulos Terciários (H3):** Detalham subtópicos dentro de cada H2.

3. **Passo 3 — A Regra da "Resposta Direta no Primeiro Parágrafo" (Featured Snippet / Posição Zero):** Não comece o seu artigo de blog contando a história do Direito Romano ou dizendo *"Desde os primórdios da humanidade..."*. Nos primeiros dois parágrafos (primeiras 100 palavras), **responda diretamente à pergunta do título de forma clara e objetiva**, incluindo a palavra-chave principal! Isso faz com que o Google destaque o seu parágrafo no topo absoluto da pesquisa (o chamado *Featured Snippet*) e seja citado pelas buscas com Inteligência Artificial (Google AI Overviews / SearchGPT).

4. **Passo 4 — Escaneabilidade Visual (Parágrafos Curtos, Listas e Tabelas):** Na tela do celular, um parágrafo de 12 linhas parece um muro intransponível. Escreva parágrafos de **no máximo 3 a 4 linhas**; use **negrito** nas ideias centrais (para quem faz leitura dinâmica); insira listas com marcadores (bullet points) e pelo menos uma tabela comparativa ou resumo prático no meio do artigo.

5. **Passo 5 — Linkagem Interna e Externa (SEO On-Page):** Dentro do artigo, coloque 2 a 3 links apontando para outros artigos complementares do seu próprio blog e 1 link apontando para a página daquela área de atuação no seu site (Linkagem Interna), além de 1 ou 2 links apontando para a lei oficial no site do Planalto ou tribunal (Linkagem Externa de Autoridade).

6. **Passo 6 — Meta Title, Meta Description e Fechamento com CTA Ético:** Configure no seu site (via plugin Yoast SEO ou RankMath no WordPress) um *Meta Title* de até 60 caracteres e uma *Meta Description* de até 155 caracteres convidando para a leitura. Encerre o artigo com uma seção de **Perguntas Frequentes (FAQ de 3 a 4 perguntas rápidas)** e um fechamento institucional sóbrio informando como o leitor pode buscar orientação jurídica especializada.

11.2

Legenda para Post no Instagram (Carrosséis e Posts Simples)

No Instagram, a legenda deixou de ser um mero complemento decorativo da imagem para se tornar a **principal fonte de indexação do algoritmo de busca (SEO do Instagram)** e o local onde o seguidor toma a decisão de salvar o post ou enviar uma mensagem no Direct

(Metricool). Uma legenda jurídica perfeita deve seguir a **Arquitetura em 4 Camadas Escaneáveis**:

1. **Camada 1 — A Primeira Linha (Acima do botão "...mais"):** Quando o seu post aparece no feed do usuário, o Instagram mostra apenas a primeira linha e meia da legenda (cerca de 90 a 110 caracteres) antes de esconder o restante atrás do botão cinza *"...mais"*. Quando o usuário clica em *"...mais"* para abrir a legenda e passa 15 segundos lendo o texto, o algoritmo contabiliza isso como um forte sinal positivo de retenção! Por isso, a primeira linha da legenda nunca deve repetir exatamente o que já está escrito na imagem; ela deve ser um **gancho complementar curioso** seguido de uma quebra de linha limpa (ex.: *"O terceiro item desta lista pega 90% dos empresários de surpresa na hora da fiscalização. ↓"*).

2. **Camada 2 — Aprofundamento Prático ou Exemplo Real (O "Recheio" da Legenda):** Enquanto a imagem do post simples ou os slides do carrossel entregam a síntese visual, use o corpo da legenda (3 a 5 parágrafos curtos separados por linhas em branco) para dar um exemplo prático do cotidiano ou explicar a nuance jurídica que não cabia na arte.

3. **Camada 3 — Palavras-Chave Semânticas Naturais:** Inclua naturalmente nas frases os termos que o cliente pesquisa (ex.: *direito trabalhista, rescisão indireta, atraso de FGTS, falta grave do empregador, artigo 483 da CLT*).

4. **Camada 4 — Pergunta de Engajamento + CTA Ético + No Máximo 3 Hashtags:** Termine com uma pergunta aberta para estimular comentários (lembre-se de que legendas com perguntas geram até 26% mais comentários segundo estudos da Metricool), um lembrete para salvar/compartilhar e, no máximo, 2 ou 3 hashtags hiperespecíficas do tema.

11.3

Legenda e Descrição para Reels, TikTok e Vídeos no YouTube

Nos vídeos curtos (Reels e TikTok) e nos vídeos longos (YouTube), o texto que acompanha o vídeo cumpre duas funções estratégicas distintas: **ajudar o algoritmo a entender para quem entregar o vídeo** e **reter na leitura quem prefere ler enquanto o vídeo roda em loop ao fundo**!

- **Para Reels do Instagram e TikTok (O Truque da "Legenda Complementar"):** Quando você publica um Reel de 45 segundos explicando 3 pontos sobre um direito, você pode dizer no final do vídeo: *"E existe uma quarta cautela documental fundamental que eu deixei descrita detalhadamente aqui na legenda abaixo para você ler e salvar!"*. Enquanto a pessoa abre a legenda e passa 30 segundos lendo o quarto ponto, o seu vídeo de 45 segundos continua tocando e **repetindo (looping)** ao fundo! Isso eleva sua retenção média para mais de 100%, fazendo o algoritmo do Reels e do TikTok disparar a distribuição do seu vídeo!

- **Para Vídeos do YouTube (Título + Primeiras 2 Linhas + Capítulos / Timestamps):** No YouTube, os primeiros 150 caracteres da descrição aparecem nos resultados de pesquisa do Google e do próprio YouTube. Comece a descrição do YouTube com um resumo rico em palavras-chave, seguido pelo **Índice de Capítulos com minutagem (Timestamps)** começando obrigatoriamente em `00:00` (ex.: `00:00 Introdução | 01:45 Requisitos legais | 04:20 Documentos necessários | 07:10 Conclusão`). O Google lê esses capítulos e cria atalhos diretos na busca orgânica para o seu vídeo!

CADERNO PRÁTICO DO MÓDULO 11

Biblioteca Completa de Exemplos Reais (Blog SEO, Legendas de Instagram, Reels e YouTube)

NESTE CAPÍTULO

- Exemplo Prático de Artigo de Blog #1: Direito Trabalhista
- Exemplo Prático de Artigo de Blog #2: Direito Previdenciário
- Exemplo Prático de Artigo de Blog #3: Direito de Família e Sucessões
- Exemplo Prático de Artigo de Blog #4: Direito Imobiliário
- Exemplo Prático de Artigo de Blog #5: Direito Médico e da Saúde
- Exemplo Prático de Artigo de Blog #6: Direito Empresarial e Tributário
- Caderno de Exemplos: 10 Legendas Completas para Posts no Instagram (Carrosséis e Posts Estáticos)
- Caderno de Exemplos: 10 Roteiros + Legendas/Descrições para Reels, TikTok e Vídeos n...

Para que você não fique apenas na teoria e tenha modelos concretos de altíssimo nível técnico e ético para consultar, adaptar e aplicar imediatamente no seu escritório, elaboramos a seguir uma **biblioteca completa de exemplos práticos** abrangendo diferentes áreas da advocacia brasileira. Observe em cada exemplo a aplicação rigorosa da escaneabilidade, das palavras-chave de SEO e do respeito absoluto ao Provimento nº 205/2021 da OAB.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #1: Direito Trabalhista

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`rescisão indireta atraso de salário e FGTS`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Rescisão Indireta por Atraso de Salário e FGTS: Como Funciona (2026)
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Entenda quando o atraso de salário ou a falta de depósito do FGTS autorizam a rescisão indireta do contrato de trabalho (art. 483 da CLT) e quais verbas são devidas.

[H1] Rescisão Indireta por Atraso de Salário e Falta de FGTS: Guia Completo dos Direitos do Trabalhador

A **rescisão indireta do contrato de trabalho** — popularmente conhecida como a 'justa causa aplicada pelo empregado ao empregador' — está prevista no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocorre quando a empresa comete uma falta grave que torna insustentável a continuidade do vínculo empregatício. Entre as hipóteses mais frequentes reconhecidas pela Justiça do Trabalho estão o **atraso reiterado no pagamento de salários** e a **ausência de recolhimento regular do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**. Quando reconhecida judicialmente, a rescisão indireta garante ao trabalhador o recebimento integral de todas as verbas rescisórias equivalentes às de uma demissão sem justa causa.

[H2] O que diz o artigo 483 da CLT e a jurisprudência do TST sobre o FGTS?

Nos termos da alínea 'd' do artigo 483 da CLT, o empregado pode considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador 'não cumprir as obrigações do contrato'. Durante anos, houve debate nos tribunais sobre se o simples atraso ou parcelamento irregular dos depósitos de FGTS na conta vinculada da Caixa Econômica Federal seria grave o suficiente para configurar a rescisão indireta, mesmo quando o salário mensal estava sendo

pago em dia. Hoje, a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é pacífica no sentido de que **a ausência reiterada ou o recolhimento irregular do FGTS configura, por si só, falta grave contratual**, independentemente de o trabalhador precisar sacar o fundo naquele momento, pois compromete sua segurança patrimonial e social.

[H2] Quais verbas rescisórias o trabalhador recebe na Rescisão Indireta?

Ao ter a rescisão indireta reconhecida por sentença judicial, o trabalhador não perde os direitos que perderia se pedisse demissão comum. Ele faz jus exatamente ao pacote completo da dispensa imotivada: Saldo de salário dos dias trabalhados; Aviso-prévio indenizado (proporcional ao tempo de serviço, de 30 a 90 dias nos termos da Lei nº 12.506/2011); Férias vencidas e proporcionais acrescidas do terço constitucional; 13º salário proporcional; Regularização integral dos depósitos de FGTS em atraso, somada à indenização compensatória (multa) de 40% sobre o saldo total do FGTS; Liberação das chaves para saque do FGTS e das guias para habilitação no Seguro-Desemprego (caso preencha os requisitos legais de tempo).

[H2] O empregado deve continuar trabalhando ou pode sair imediatamente?

Esta é a dúvida prática mais delicada e que exige máxima cautela técnica. O § 3º do artigo 483 da CLT faculta ao empregado, nas hipóteses das alíneas 'd' (descumprimento das obrigações do contrato) e 'g' (redução do trabalho que afete sensivelmente a importância dos salários), pleitear a rescisão de seu contrato permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo. A escolha entre afastar-se imediatamente (comunicando formalmente a data de saída no processo) ou permanecer trabalhando enquanto a ação tramita depende da análise concreta da gravidade da falta e da robustez das provas documentais — como o extrato analítico do FGTS obtido no aplicativo oficial e os comprovantes bancários de atraso salarial.

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

Cada relação de trabalho apresenta particularidades contratuais e probatórias que devem ser examinadas com rigor antes de qualquer tomada de decisão. Caso você deseje compreender como a legislação trabalhista se aplica ao seu histórico contratual, procure sempre a orientação de um advogado trabalhista de sua confiança.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #2: Direito Previdenciário

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`planejamento previdenciário como funciona vale a pena`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Planejamento Previdenciário em 2026: Como Funciona e Por Que Fazer
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Descubra como funciona o Planejamento Previdenciário, quais erros no CNIS podem reduzir sua aposentadoria no INSS e como calcular a melhor regra de transição.

[H1] Planejamento Previdenciário em 2026: Como Funciona o Estudo que Protege o Valor da Sua Aposentadoria

O **Planejamento Previdenciário** é um estudo técnico, jurídico e atuarial completo do histórico contributivo do segurado perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), que instituiu múltiplas regras de transição com alíquotas progressivas a cada ano civil, requerer a aposentadoria de forma automática no aplicativo *Meu INSS* sem auditoria prévia tornou-se uma das principais causas de prejuízos financeiros vitalícios para trabalhadores, empresários e profissionais liberais.

[H2] Por que o simulador automático do Meu INSS não substitui o Planejamento Previdenciário?

O simulador eletrônico disponibilizado gratuitamente no portal *Meu INSS* realiza uma leitura meramente mecânica dos vínculos que já constam sem pendências no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Ele **não identifica nem computa** períodos especiais trabalhados sob exposição a agentes nocivos (insalubridade ou periculosidade), períodos de trabalho rural na infância ou juventude, tempo de serviço militar obrigatório, vínculos antigos anotados apenas na Carteira de Trabalho física que não migraram para o sistema digital, nem salários de contribuição concomitantes que exigem revisão manual. Consequentemente, confiar cegamente no simulador pode levar o segurado a se aposentar anos depois do necessário ou com uma Renda Mensal Inicial (RMI) até 30% ou 40% inferior ao seu direito real.

[H2] As 4 etapas técnicas de um Planejamento Previdenciário completo

Um parecer de planejamento previdenciário elaborado por advogado especialista divide-se em quatro fases fundamentais: (1) **Auditoria e Saneamento do CNIS:** identificação e correção de indicadores de pendência (como PEXT, PREC-MENOR-MIN, AEXT-VI e IREC-INDPEND) antes do pedido de benefício; (2) **Contagem de Tempo de Contribuição e Carência:** apuração exata de meses de carência e tempo total, avaliando a viabilidade de conversão de tempo especial em comum até 13/11/2019 (Tema 1090 do STJ); (3) **Simulação Comparativa das Regras de Transição:** cálculo financeiro detalhado no Pedágio de 50%, Pedágio de 100%, Regra dos Pontos e Idade Mínima Progressiva; e (4) **Análise de ROI (Retorno sobre Investimento) de Contribuições Futuras:** definição do valor exato sobre o qual o contribuinte individual ou facultativo deve recolher para maximizar seu benefício sem desperdiçar dinheiro com contribuições inúteis.

[H2] Qual é a idade ideal para iniciar o seu Planejamento Previdenciário?

Embora muitos segurados procurem auxílio jurídico apenas quando faltam poucos meses para completar a idade mínima, o cenário ideal para realizar o Planejamento Previdenciário ocorre entre os **35 e 55 anos de idade** — ou pelo menos de 3 a 5 anos antes da data estimada de aposentadoria. Essa antecedência permite retificar vínculos trabalhistas junto a empresas que ainda estão abertas, solicitar Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP) corretos e ajustar o código e o valor da guia GPS/DARF em tempo hábil para impactar positivamente a média salarial.

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

A aposentadoria é um patrimônio construído ao longo de décadas de trabalho e merece ser planejada com segurança matemática e documental. Para avaliar as regras aplicáveis ao seu histórico contributivo, consulte um advogado especialista em Direito Previdenciário.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #3: Direito de Família e Sucessões

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`inventário em cartório com filhos menores resolução 571 CNJ`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Inventário em Cartório com Herdeiros Menores: Como Funciona (CNJ 571)

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Saiba como a Resolução nº 571/2024 do CNJ permitiu fazer inventário, partilha e divórcio extrajudicial em cartório mesmo com filhos menores ou incapazes.

[H1] Inventário e Divórcio em Cartório com Filhos Menores: Como Funciona a Regra da Resolução nº 571 do CNJ

Durante quase duas décadas após a promulgação da Lei nº 11.441/2007, a existência de filhos menores de 18 anos ou herdeiros incapazes obrigava todas as famílias brasileiras a enfrentarem a lentidão de um processo judicial de inventário ou divórcio, mesmo quando havia consenso absoluto entre todos os envolvidos. Essa realidade foi profundamente modernizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da **Resolução nº 571/2024** (que alterou a Resolução nº 35/2007), passando a autorizar a realização de **inventário, partilha de bens e divórcio consensual diretamente em Tabelionato de Notas (extrajudicialmente) mesmo quando houver herdeiros menores ou incapazes**, desde que cumpridos requisitos objetivos de proteção patrimonial.

[H2] Quais são os requisitos obrigatórios para o Inventário em Cartório com herdeiro menor?

Para que a escritura pública de inventário e partilha seja lavrada no cartório de notas quando há um filho menor de idade ou pessoa incapaz entre os sucessores, a norma do CNJ exige três condições cumulativas inegociáveis: (1) **Consenso absoluto entre todos os herdeiros e o cônjuge/companheiro sobrevivente**; (2) **Garantia do quinhão ideal puro (partilha igualitária por fração ideal em cada bem)** destinado ao menor ou incapaz, sem qualquer ato de disposição, renúncia ou desigualdade que possa prejudicar seu patrimônio; e (3) **Remessa obrigatória da minuta pelo Tabelião ao Ministério Público (MP)** para parecer favorável no prazo regulamentar antes da finalização do ato, assegurando a fiscalização integral dos interesses do incapaz.

[H2] E no caso do Divórcio Extrajudicial em Cartório com filhos menores?

No âmbito do divórcio consensual e da dissolução de união estável, a Resolução nº 571/2024 do CNJ permite que o casal se divorcie rapidamente por escritura pública em cartório mesmo tendo filhos comuns menores ou incapazes, desde que **as questões relativas à guarda, ao regime de convivência (visitas) e à pensão alimentícia dos filhos já tenham sido previamente resolvidas na esfera judicial** (com decisão ou homologação judicial prévia comprovada nos documentos apresentados ao tabelião). Trata-se de um avanço extraordinário que desburocratiza a extinção do vínculo conjugal e a partilha de bens do casal.

[H2] A presença de advogado continua sendo obrigatória no cartório?

Sim. Nos termos do artigo 610, § 2º, do Código de Processo Civil (CPC) e da regulamentação do CNJ, o tabelião somente lavrará a escritura pública de inventário, partilha ou divórcio se todas as partes interessadas estiverem **assistidas por advogado ou por defensor público**, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial. As partes podem ser assistidas por um único advogado comum ao grupo familiar (o que reduz custos e acelera a condução consensual) ou cada herdeiro pode constituir seu próprio patrono.

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

Organizar a sucessão ou a dissolução conjugal pela via extrajudicial exige análise criteriosa das certidões, do regime de bens e do imposto de transmissão (ITCMD). Busque sempre o acompanhamento de um advogado especializado em Direito de Família e Sucessões para conduzir o procedimento com segurança.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #4: Direito Imobiliário

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`due diligence imobiliária compra de imóvel documentos`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Due Diligence Imobiliária: Como Comprar Imóvel com Segurança (Checklist)
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Entenda o que é a Due Diligence Imobiliária, quais certidões do imóvel e dos vendedores devem ser analisadas e como evitar fraude à execução na compra.

[H1] Due Diligence Imobiliária: O Guia Definitivo de Auditoria Jurídica para Comprar Imóvel sem Risco de Perda

A aquisição de um imóvel — seja para moradia da família, instalação de uma empresa ou investimento patrimonial — envolve valores expressivos que frequentemente representam a economia de toda uma vida. Contudo, um erro extremamente comum no mercado brasileiro é acreditar que basta pedir a 'matrícula atualizada do imóvel' no cartório para que a compra esteja 100% segura. Na prática forense, um imóvel com matrícula aparentemente limpa pode ser perdido anos depois pelo comprador caso o vendedor possua dívidas trabalhistas, fiscais ou cíveis ocultas que configurem **fraude contra credores ou fraude à execução**. A ferramenta jurídica que blinda o comprador contra esse risco é a **Due Diligence Imobiliária (Auditoria Jurídica Prévia)**.

[H2] Por que a matrícula limpa não basta? O impacto da Lei nº 13.097/2015 e as exceções jurisprudenciais

Embora o artigo 54 da Lei nº 13.097/2015 tenha consagrado o *Princípio da Concentração dos Atos na Matrícula* (segundo o qual restrições não averbadas na matrícula não poderiam, em regra, ser opostas ao terceiro adquirente de boa-fé), a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Súmula 375) e da Justiça do Trabalho exige que o comprador demonstre a chamada **boa-fé subjetiva e cautela diligente**: isto é, ter emitido e arquivado as certidões negativas dos vendedores na data do negócio. Se o vendedor já era réu em execuções trabalhistas ou fiscais capazes de reduzi-lo à insolvência e o comprador não tirou as certidões antes de pagar o sinal, a venda pode ser declarada ineficaz e o imóvel penhorado.

[H2] O que é analisado em uma Due Diligence Imobiliária completa?

A auditoria jurídica conduzida por advogado especialista em Direito Imobiliário divide-se em três eixos de investigação: (1) **Auditoria Objetiva do Imóvel (In Rem):** análise da matrícula de inteiro teor vintenária, certidão de ônus reais e ações reais/pessoais reipersecutórias, certidão negativa de débitos de IPTU na Prefeitura, declaração de quitação condominial assinada pelo síndico com ata de eleição (pois dívida de condomínio é *propter rem* e acompanha o imóvel!), verificação de tombamento ou área de desapropriação; (2) **Auditoria Subjetiva dos Vendedores e Antecessores (In Personam):** emissão e análise técnica de certidões de distribuição cíveis, criminais, execuções fiscais (federais, estaduais e municipais), Justiça do Trabalho (CEAT/CNDT), protestos em cartório e certidões da Receita Federal, abrangendo tanto o domicílio dos vendedores quanto a comarca da situação do imóvel; e (3) **Engenharia Contratual do Instrumento de Compra e Venda:** redação de cláusulas de retenção de saldo, arras (sinal), condição resolutiva, evicção e posse.

[H2] Quanto tempo leva uma Due Diligence Imobiliária?

Graças à digitalização dos tribunais e das centrais eletrônicas de registro de imóveis (ONR/SAEC), um escritório especializado consegue concluir a emissão de todas as certidões e entregar o **Parecer de Risco Imobiliário (Semáforo Verde, Amarelo ou Vermelho)** mais a minuta blindada do contrato de promessa de compra e venda em um prazo médio de **48 a 72 horas úteis**. Trata-se de um investimento preventivo ínfimo perto do valor do imóvel que garante paz de espírito absoluta na assinatura do negócio.

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

Nunca pague sinal (arras) nem assine propostas de corretagem sem antes submeter a documentação do imóvel e dos vendedores a uma auditoria jurídica especializada. Consulte um advogado atuante em Direito Imobiliário para conduzir a Due Diligence da sua aquisição.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #5: Direito Médico e da Saúde

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`plano de saúde negou cirurgia ou medicamento liminar`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Plano de Saúde Negou Cirurgia ou Medicamento de Alto Custo: O Que Fazer?
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Entenda seus direitos quando o plano de saúde nega cirurgia, exame ou medicamento de alto custo, o que diz a Lei 14.454/2022 e quais documentos reunir.

[H1] Plano de Saúde Negou Cirurgia ou Medicamento de Alto Custo? Entenda a Lei e os Direitos do Paciente

Receber uma negativa de cobertura do plano de saúde no exato momento em que o paciente enfrenta um diagnóstico delicado — como um tratamento oncológico, uma cirurgia ortopédica ou cardíaca urgente, ou o fornecimento de um medicamento imunobiológico de alto custo — é uma das situações mais angustiantes que uma família pode vivenciar. Sob a ótica do Direito da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor (Súmula 608 do STJ), as operadoras de planos de saúde não podem interferir arbitrariamente na conduta terapêutica prescrita pelo médico assistente quando houver cobertura contratual para a doença (CID) tratada.

[H2] A justificativa de 'fora do Rol da ANS' é válida? O que diz a Lei nº 14.454/2022

A justificativa mais utilizada pelas operadoras para negar tratamentos modernos é alegar que o procedimento ou medicamento 'não consta no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)' ou que não preenche as Diretrizes de Utilização (DUT). Contudo, a **Lei Federal nº 14.454/2022** alterou a Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998) para estabelecer expressamente que o Rol da ANS serve como referência básica, devendo o plano autorizar tratamentos não listados no rol sempre que o médico comprovar: (1) a existência de **eficácia científica comprovada** à luz das ciências da saúde e plano terapêutico; ou (2) a existência de recomendação pela Conitec ou por pelo menos um órgão de avaliação de tecnologias em saúde de renome internacional, desde que o medicamento possua **registro regular na Anvisa** (Tema 990 do STJ).

[H2] Os 4 documentos indispensáveis que o paciente deve solicitar imediatamente

Quando ocorre uma recusa de cobertura, o sucesso de eventual medida administrativa ou judicial depende diretamente da organização documental. O paciente ou familiar deve reunir imediatamente quatro elementos: (1) **Negativa formal por escrito da operadora:** segundo a Resolução Normativa da ANS, o plano é obrigado a fornecer por escrito (em até 24h ou imediatamente em casos de urgência) o motivo claro da recusa e o número de protocolo; (2) **Relatório Médico Circunstanciado e Fundamentado:** documento redigido pelo médico que acompanha o paciente detalhando o histórico clínico, a CID, os tratamentos anteriores que não surtiram efeito, por que aquele medicamento/cirurgia específico é insubstituível e qual o risco à vida ou à integridade física caso haja demora (urgência/emergência); (3) **Receituário, exames complementares e orçamento/registro Anvisa**; e (4) **Contrato do plano, carteirinha e comprovantes de pagamento das últimas mensalidades em dia**.

[H2] Como funciona o pedido de Tutela de Urgência (Liminar) na Justiça?

Nos casos em que a espera pelo julgamento final do processo colocaria em risco a saúde ou a sobrevivência do paciente, o artigo 300 do Código de Processo Civil autoriza o juiz a apreciar um pedido de **tutela provisória de urgência (popularmente conhecida como liminar)** logo nos primeiros dias após o protocolo da ação, desde que demonstrados a probabilidade do direito (laudo médico robusto e registro na Anvisa) e o perigo de dano (urgência clínica).

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

Questões envolvendo negativas de cobertura exigem análise técnica imediata do relatório médico e das normas regulatórias da ANS. Diante de uma recusa do plano de saúde, busque a orientação de um advogado especialista em Direito Médico e da Saúde.

Exemplo Prático de Artigo de Blog #6: Direito Empresarial e Tributário

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Palavra-Chave Foco (Long-Tail)	`equiparação hospitalar clínicas médicas redução impostos STJ`
Meta Title (Título no Google — até 60 caract.)	Equiparação Hospitalar para Clínicas Médicas: Como Reduzir IRPJ e CSLL

Parâmetro Técnico de SEO	Configuração Aplicada neste Artigo
Meta Description (Resumo no Google — até 155 caract.)	Entenda como funciona a tese da Equiparação Hospitalar (Tema 217 do STJ) para clínicas médicas no Lucro Presumido reduzirem a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

[H1] Equiparação Hospitalar para Clínicas Médicas: Requisitos do STJ (Tema 217) para Redução Legal do IRPJ e da CSLL

Muitas clínicas médicas, centros de diagnóstico por imagem, laboratórios e clínicas odontológicas que realizam procedimentos cirúrgicos tributados pelo regime do **Lucro Presumido** recolhem, todos os meses, valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) muito superiores ao que a legislação federal realmente exige. Isso ocorre porque a contabilidade padrão aplica a presunção geral de prestação de serviços (32%), deixando de aplicar o benefício legal da **Equiparação a Serviços Hospitalares** previsto no artigo 15, § 1º, inciso III, alínea 'a', da Lei nº 9.249/1995, que reduz a base de cálculo presumida para **8% no IRPJ e 12% na CSLL** sobre as receitas elegíveis.

[H2] O que o STJ decidiu no Tema Repetitivo nº 217 sobre 'Serviços Hospitalares'?

Durante anos, a Receita Federal tentou restringir a alíquota reduzida apenas aos grandes hospitais que possuíssem estrutura de internação de pacientes (leitos). Contudo, o Superior Tribunal de Justiça pacificou a matéria no julgamento do **Tema Repetitivo nº 217 (REsp 1.116.399/BA)**, fixando a tese vinculante de que a expressão 'serviços hospitalares' deve ser interpretada de forma **objetiva (pela natureza da atividade voltada à promoção da saúde)**, e não subjetiva (pelo porte físico do estabelecimento). Assim, procedimentos médicos, exames diagnósticos e intervenções cirúrgicas ou ambulatoriais — excluídas apenas as simples consultas médicas clínicas — fazem jus à redução da base de cálculo, independentemente de a clínica possuir estrutura para internação.

[H2] Quais são os 3 requisitos cumulativos exigidos pela Lei e pela Anvisa?

Para que uma clínica médica ou laboratório tenha direito ao enquadramento seguro na equiparação hospitalar (e possa, inclusive, recuperar os valores pagos a maior nos últimos 5 anos corrigidos pela Taxa Selic), é indispensável comprovar três requisitos cumulativos: (1) **Optar pelo regime tributário do Lucro Presumido**; (2) **Estar constituída juridicamente como Sociedade Empresária** (registrada na Junta Comercial, nos termos do art. 966 e 982 do Código Civil, não se aplicando a sociedades simples puras uniprofissionais registradas apenas em Cartório de RCPJ); e (3) **Atender às normas sanitárias da Anvisa (RDC nº 50/2002)**,

comprovadas mediante Alvará Sanitário vigente e segregação contábil precisa entre receitas de consultas simples (que permanecem na base de 32%) e receitas de exames/procedimentos equiparados (que passam para 8% e 12%).

[H2] Como é feita a segregação de receitas e a recuperação dos últimos 5 anos?

A implementação segura dessa revisão tributária exige uma auditoria conjunta jurídico-contábil sobre as notas fiscais emitidas pela clínica nos últimos 60 meses, separando rigorosamente os códigos de serviços referentes a procedimentos ambulatoriais, cirúrgicos, anestésicos e diagnósticos. Uma vez validada a documentação societária e sanitária, a proteção das operações futuras e a restituição/compensação do indébito pretérito garantem fôlego financeiro substancial para o crescimento da instituição de saúde.

CONCLUSÃO E ORIENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

O enquadramento na equiparação hospitalar exige análise minuciosa do contrato social, do alvará sanitário e da natureza dos procedimentos médicos realizados. Consulte sempre um advogado especialista em Direito Tributário para realizar o diagnóstico técnico da sua clínica.

Caderno de Exemplos: 10 Legendas Completas para Posts no Instagram (Carrosséis e Posts Estáticos)

Veja abaixo 10 exemplos integrais de estrutura visual + legenda otimizada para SEO no Instagram, desenhados para gerar salvamentos, compartilhamentos no Direct e conversas qualificadas sem jamais infringir o Código de Ética da OAB:

1 Carrossel — Direito de Família (Bens na União Estável)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

SLIDE 1	SLIDE 2	SLIDE 3
Morar junto sem assinar nada: o que entra e o que NÃO entra na divisão de bens?	A regra da Comunhão Parcial (Art. 1.725 do CC)	O que entra (bens comprados onerosamente durante a união, mesmo no nome de um só)

SLIDE 4

O que NÃO entra (herança, doação e bens anteriores quitados)

SLIDE 5

E o FGTS usado para comprar imóvel? (Entendimento do STJ)

SLIDE 6

Como escolher outro regime com segurança (Contrato de União Estável). Salve este post!

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

O detalhe sobre o uso do FGTS (no slide 5) é o que mais gera surpresa nas partilhas de bens hoje no Brasil. ↓ Muitos casais passam anos construindo uma vida em comum, comprando carro, reformando imóvel e guardando economias sem nunca formalizar uma escritura de união estável no cartório — acreditando que "como ninguém assinou papel, cada um fica apenas com o que estiver no próprio CPF". Na prática jurídica, o artigo 1.725 do Código Civil estabelece uma regra muito clara: quando não há contrato escrito dispondo de forma diferente, aplica-se automaticamente à união estável o regime da Comunhão Parcial de Bens. Isso significa que todo patrimônio adquirido com esforço financeiro (onerosamente) durante o período de convivência pública, contínua e duradoura com objetivo de constituir família pertence a ambos em partes iguais (50% para cada), ainda que a escritura do apartamento ou o documento do veículo tenha sido registrado apenas no nome de um dos companheiros. Por outro lado, se o casal deseja manter patrimônios totalmente independentes (Separação Convencional de Bens), a lei oferece um caminho simples, rápido e preventivo: a formalização de uma Escritura Pública ou Contrato Particular de União Estável definindo expressamente o regime escolhido daquela data em diante (lembrando que o STJ veda efeito retroativo para alterar o regime de bens já adquiridos no passado). Você sabia que o FGTS depositado durante os anos de união também entra na partilha se for utilizado na compra de um imóvel? Deixe sua dúvida nos comentários e salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar! #uniaoestavel #direitodefamilia #partilhadebens

2 Post Simples — Direito Trabalhista (Pedido de Demissão vs. Acordo)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

Arte limpa de alto contraste: 'O empregador propôs 'fazer aquele acordo por fora' devolvendo a multa de 40% do FGTS? Cuidado: entenda a diferença entre a fraude e o Acordo Legal da CLT (Art. 484-A).'

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

Aquela velha prática de "devolver a multa de 40% em dinheiro vivo no estacionamento da empresa" pode custar muito caro para ambos os lados. ↓ Antes da Reforma Trabalhista, quando um empregado queria sair da empresa mas não podia abrir mão de sacar o seu FGTS, era comum surgir a proposta informal da chamada "demissão combinada": a empresa demitia sem justa causa no papel e o trabalhador devolvia o valor da multa de 40% por fora. O que muita gente ainda ignora é que essa prática é considerada crime de estelionato/fraude contra o fundo público do Seguro-Desemprego e gera passivos gravíssimos na Justiça do Trabalho (podendo obrigar a empresa a pagar a multa novamente e o trabalhador a devolver as parcelas do seguro). Para resolver esse impasse dentro da mais absoluta legalidade, o artigo 484-A da CLT criou a modalidade oficial de Demissão por Comum Acordo (Distrato Trabalhista). Nela, tudo é feito às claras na carteira de trabalho: • O trabalhador recebe metade (50%) do aviso-prévio (se indenizado); • A empresa paga metade (20%) da multa sobre o saldo do FGTS; • O trabalhador recebe 100% das demais verbas (saldo de salário, férias + 1/3 e 13º proporcional); • O trabalhador pode sacar até 80% do saldo total depositado no seu FGTS (não havendo direito ao seguro-desemprego). Conhece alguém que está pensando em sair do emprego ou tem empresa e quer encerrar um contrato sem riscos jurídicos? Envie este post pelo aviãozinho agora mesmo! #direitodotrabalho #acordotrabalhista #clt

3 Carrossel — Direito do Consumidor e Bancário (Golpe do Pix / Conta Invadida)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

SLIDE 1

Caiu em fraude bancária ou teve a conta invadida? As 4 providências nas primeiras 2 horas

SLIDE 2

Passo 1 — Acionar o MED (Mecanismo Especial de Devolução do Banco Central)

SLIDE 3

Passo 2 — Boletim de Ocorrência detalhando chaves Pix e horários

SLIDE 4

Passo 3 — Notificação no Consumidor.gov.br e Banco Central

SLIDE 5

O que diz a Súmula 479 do STJ sobre responsabilidade dos bancos.

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

As primeiras 2 horas após uma transação fraudulenta são decisivas para o bloqueio dos valores na conta recebedora. ↓ Quando ocorre uma invasão de aplicativo bancário, golpe da falsa central de atendimento ou movimentação atípica que destoa completamente do perfil de consumo do correntista, o desespero muitas vezes faz a vítima perder tempo apenas tentando ligar para números de SAC congestionados. A primeira providência imediata deve ser exigir no canal oficial do próprio banco o acionamento do MED (Mecanismo Especial de Devolução), regulamentado pelo Banco Central do Brasil. O MED permite que a instituição financeira bloqueie preventivamente os recursos na conta de destino por até 72 horas para análise de fraude, antes que os golpistas pulverizem o dinheiro em outras contas. Além disso, sob o ponto de vista jurídico, a Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece que "as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias" — especialmente quando os sistemas de segurança do banco falham em bloquear empréstimos e transferências de alto valor fora do padrão habitual do cliente em poucos minutos. Salve este passo a passo no seu celular (ninguém espera precisar, mas ter a ordem das providências à mão faz toda a diferença) e compartilhe no grupo da sua família! #direitobancario #golpedopix #direitodoconsumidor

4 Post Simples — Direito Imobiliário (Contrato de Gaveta)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

Arte editorial: 'Comprou um imóvel ou terreno apenas com 'Recibo de Compra e Venda' (Contrato de Gaveta) e não registrou no Cartório? Veja os 3 perigos que o seu imóvel corre.'

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

No Direito brasileiro, existe um ditado secular que continua mais atual do que nunca: "Quem não registra não é dono" (Art. 1.245 do Código Civil). ↓ É extremamente comum encontrar famílias e investidores que compraram uma casa, um apartamento financiado ou um lote, pagaram integralmente o valor combinado ao antigo proprietário, assinaram um "Contrato Particular de Compra e Venda" com firma reconhecida e guardaram o papel na gaveta — achando que o imóvel já está 100% seguro no nome deles. O problema jurídico é que o contrato particular gera apenas direitos pessoais entre comprador e vendedor, mas NÃO transfere a propriedade perante terceiros. Enquanto a Escritura Pública não é lavrada e registrada na matrícula do Cartório de Registro de Imóveis, o imóvel continua aparecendo oficialmente no CPF do antigo dono! Isso expõe o comprador a três riscos reais e gravíssimos: 1. Se o antigo dono sofrer uma execução trabalhista, fiscal ou bancária anos depois, o seu imóvel pode sofrer penhora judicial porque ainda consta no nome dele; 2. Se o antigo dono falecer, o seu imóvel entrará no inventário dele e você dependerá da boa vontade de todos os herdeiros (ou de uma ação de adjudicação compulsória/usucapião) para regularizar; 3. Um vendedor de má-fé pode vender o mesmo imóvel duas vezes para um terceiro que registre primeiro na matrícula. Você ou alguém da sua família possui imóvel que ainda está apenas no contrato particular? Comente aqui abaixo se você sabia dessa diferença entre contrato e registro! #direitoimobiliario #regularizacaodeimoveis #registrodeimoveis

5 Carrossel — Direito Previdenciário (Auxílio-Acidente no INSS)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

SLIDE 1
O benefício do INSS que você pode receber MESMO continuando a trabalhar de carteira assinada

SLIDE 2
O que é o Auxílio-Acidente (Art. 86 da Lei 8.213/91)?

SLIDE 3
Quem tem direito (acidente de qualquer natureza ou do trabalho com sequela definitiva que reduza a capacidade)

SLIDE 4
Valor (50% do salário de benefício) pago todo mês até a aposentadoria

SLIDE 5
Tema 862 do STJ e como comprovar na perícia.

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

Muita gente acha que o INSS só paga benefício para quem fica totalmente incapacitado e afastado do trabalho — e por isso deixa de receber um direito previsto em lei. ↓ O Auxílio-Acidente (previsto no artigo 86 da Lei nº 8.213/1991) é um benefício de natureza indenizatória muito diferente do antigo auxílio-doença (hoje auxílio por incapacidade temporária). Ele é devido ao segurado empregado (urbano ou rural), trabalhador avulso ou segurado especial que sofreu um acidente de QUALQUER natureza (não precisa ter sido acidente de trabalho dentro da empresa; pode ter sido um acidente de trânsito no domingo ou uma queda doméstica!) e que, após a consolidação das lesões (alta médica), permaneceu com uma sequela definitiva que reduza, ainda que em grau mínimo (Tema 416 do STJ), a sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, exigindo maior esforço físico para realizar a mesma função. O grande diferencial do Auxílio-Acidente é que: • Ele NÃO impede o trabalhador de continuar trabalhando normalmente na empresa e recebendo seu salário integral; • Ele corresponde a 50% do salário de benefício e é pago mensalmente pelo INSS como um complemento de renda até a véspera de qualquer aposentadoria; • Ele não exige carência mínima de 12 meses de contribuição. Conhece alguém que sofreu um acidente, colocou pinos/placas ou ficou com limitação de movimento após a alta do INSS e voltou a trabalhar? Envie este carrossel para ele se informar! #direitoprevidenciario #auxilioacidente #inss

6 Post Simples — Direito Empresarial e Societário (Confusão Patrimonial)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

Arte sóbria corporativa: 'Pagar a escola dos filhos, o mercado de casa ou o cartão pessoal direto da conta bancária da empresa (PJ)? Entenda o risco da Desconsideração da Personalidade Jurídica (Art. 50 do CC).'

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

O maior inimigo da proteção patrimonial de um empresário não está fora da empresa; muitas vezes está no hábito diário de misturar o extrato da pessoa física com o caixa do CNPJ. ↓ Quando você constitui uma Sociedade Limitada (LTDA) ou uma Sociedade Unipessoal, o principal objetivo jurídico dessa estrutura é a autonomia patrimonial: criar um escudo legal para que eventuais dívidas comerciais e riscos do negócio fiquem restritos ao capital da empresa, sem atingir a casa, os investimentos e os bens particulares da sua família. Contudo, o artigo 50 do Código Civil (com a redação dada pela Lei da Liberdade Econômica — Lei nº 13.874/2019) prevê que um juiz pode autorizar a chamada Desconsideração da Personalidade Jurídica — derrubando esse escudo e permitindo a penhora direta das contas e bens pessoais dos sócios — quando ficar comprovada a "Confusão Patrimonial". E o que caracteriza a confusão patrimonial na prática dos tribunais? • Ausência de separação de fato entre os patrimônios; • Cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações pessoais do sócio (ex.: pagar boletos residenciais, viagens pessoais, financiamento do carro particular ou faturas de uso doméstico diretamente pelo banco da PJ sem contabilização regular de distribuição de lucros ou pró-labore); • Transferências de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações. Organização financeira e governança contratual não são burocracia: são a blindagem da sua família. Salve este post e encaminhe para o seu sócio! #direitoempresarial #blindagempatrimonial #sociedadelimitada

7 Carrossel — Direito Sucessório (Testamento vs. Doação vs. Holding)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

SLIDE 1

Testamento, Doação em Vida ou Holding Familiar: qual escolher para proteger o patrimônio dos filhos?

SLIDE 2

Quando o Testamento é a melhor opção (baixo custo inicial e revogabilidade total)

SLIDE 3

Quando a Doação com Reserva de Usufruto faz sentido (poucos imóveis e renda de aluguel vitalícia)

SLIDE 4

Quando a Holding Familiar compensa (múltiplos imóveis, atividade empresarial e governança)

SLIDE 5

A verdade que ninguém conta: não existe 'receita de bolo' no Planejamento Sucessório!

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

Cuidado com quem tenta vender uma única solução padronizada para todas as famílias: no Planejamento Sucessório, o remédio errado pode custar mais caro que o próprio inventário! ↓ Nos últimos anos, popularizou-se na internet a ideia de que toda família que possui um ou dois imóveis deveria abrir imediatamente uma "Holding Familiar" sob pena de perder tudo em impostos. Na advocacia séria e ética, porém, o planejamento sucessório começa sempre por um diagnóstico matemático e familiar individualizado. Veja como cada ferramenta jurídica atende a um perfil diferente: 1. O Testamento Público: é excelente quando os pais querem organizar a divisão da parte disponível (50% do patrimônio) ou incluir cláusulas de proteção (incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade justificada) sem abrir mão da propriedade hoje e sem pagar ITCMD antecipado; 2. A Doação de Nua-Propriedade com Reserva de Usufruto Vitalício (e Cláusula de Reversão): funciona muito bem para famílias com 1 a 3 imóveis que não exercem atividade imobiliária empresarial, garantindo que os pais continuem morando no bem e recebendo 100% dos aluguéis até o último dia de vida, dispensando inventário sobre aqueles bens no futuro; 3. A Holding Familiar / Patrimonial: torna-se altamente vantajosa quando a família possui patrimônio imobiliário relevante, receitas expressivas de locação ou participação em empresas operacionais, exigindo acordo de sócios e governança profissional entre as gerações. Qual dessas três ferramentas você já conhecia? Salve este guia comparativo para consultar com calma! #planejamentosucessorio #holdingfamiliar #direitosucessorio

8 Post Simples — Direito Penal e Processual Penal (Busca e Apreensão / Celular)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

Arte técnica de impacto: 'Em uma abordagem policial ou cumprimento de mandado, o cidadão é obrigado a fornecer a senha de desbloqueio do seu smartphone? Veja o entendimento do STJ e do STF.'

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

A proteção contra a autoincriminação (nemo tenetur se detegere) na era digital é um dos temas mais debatidos nos Tribunais Superiores brasileiros. ↓ Hoje, um aparelho smartphone guarda muito mais informações íntimas, bancárias, profissionais e familiares do que o interior de uma residência física. Por essa razão, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou balizas constitucionais rigorosas sobre o acesso policial ao conteúdo de celulares: 1. Em abordagens policiais de rotina na rua (sem mandado judicial específico): a polícia pode realizar a busca pessoal fundada em suspeita concreta de posse de arma ou objeto ilícito (art. 244 do CPP), mas NÃO pode vasculhar mensagens de WhatsApp, fotos ou arquivos internos do aparelho celular sem autorização judicial prévia ou consentimento livre e comprovado do titular, sob pena de ilicitude da prova por violação ao sigilo de dados e das comunicações (art. 5º, X e XII da CF/88); 2. Direito de não fornecer a senha de desbloqueio: mesmo quando há mandado judicial autorizando a apreensão e perícia do aparelho, o investigado possui o direito constitucional ao silêncio e a não produzir prova contra si mesmo, não podendo ser coagido física ou moralmente a digitar sua senha ou fornecer biometria sob ameaça de crime de desobediência (embora a perícia técnica oficial possa utilizar meios forenses próprios para extrair os dados autorizados pelo juiz). Informação jurídica clara fortalece a cidadania e o devido processo legal. Compartilhe este conteúdo informativo! #direitopenal #processopenal #garantiasconstitucionais

9 Carrossel — Direito Autista e PcD (Direitos na Escola Particular e Pública)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

SLIDE 1

A escola pode cobrar taxa extra na mensalidade ou recusar a matrícula de criança com Autismo (TEA)?

SLIDE 2

O que diz a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência

SLIDE 3

Decisão do STF (ADI 5357): proibição absoluta de cobrança de valor adicional

SLIDE 4

Direito ao Acompanhante Especializado / Profissional de Apoio Escolar

SLIDE 5

Como formalizar o pedido junto à instituição de ensino com laudo médico e PEI.

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

O Supremo Tribunal Federal (STF, no julgamento da ADI 5357) já decidiu de forma definitiva: inclusão escolar não é favor, é dever constitucional. ↓ Com o início dos períodos de renovação de matrícula escolar, muitas famílias atípicas — pais de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH ou outras condições contempladas pela legislação de inclusão — enfrentam duas situações delicadas nas escolas: a tentativa de cobrança de "taxa extra de mediador" somada à mensalidade escolar ou a alegação velada de que "a escola já atingiu a cota de alunos de inclusão naquela turma". A legislação federal brasileira (Lei nº 12.764/2012 — Lei Berenice Piana — e Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão / Estatuto da Pessoa com Deficiência, art. 28, § 1º) estabelece regras taxativas tanto para a rede pública quanto para as escolas particulares: • É expressamente proibida a recusa de matrícula de aluno em razão de deficiência ou neurodivergência (conduta que, inclusive, configura crime previsto no art. 8º da Lei nº 7.853/1989 e multa administrativa do gestor); • Comprovada a necessidade por relatório médico e multidisciplinar, a escola deve disponibilizar o acompanhante especializado / profissional de apoio escolar e elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI), sendo VEDADO repassar esse custo individualmente na mensalidade da família da criança. Envie este carrossel para mães, pais e educadores que precisam conhecer a legislação de inclusão escolar! #direitoautista #inclusaoescolar #leiberenicepiana

10 Post Simples — Direito Digital e Trabalhista (Uso de WhatsApp Corporativo e Férias)

DIREÇÃO VISUAL DA ARTE / SLIDES:

Arte moderna: 'Mandar mensagens de trabalho no WhatsApp do funcionário durante as férias ou no final de semana gera dever de indenizar ou horas de sobreaviso? Veja como a Justiça analisa.'

LEGENDA COMPLETA OTIMIZADA (PRONTA PARA PUBLICAÇÃO):

O celular encurtou distâncias, mas também apagou a fronteira entre a sala do escritório e o sofá de casa no domingo à noite. ↓ Tanto para empresas que desejam evitar passivos trabalhistas quanto para trabalhadores que buscam compreender seus limites legais, o chamado "Direito à Desconexão" (amparado nos artigos 6º, 58, 66, 71 e 244 da CLT e no direito fundamental ao lazer e à saúde, art. 6º e 7º da CF/88) exige atenção redobrada na era do WhatsApp. Como a jurisprudência dos Tribunais do Trabalho analisa as mensagens fora do expediente? 1. Mensagens pontuais e sem exigência de resposta imediata: um aviso esporádico em grupo que o empregado só precisa ler na segunda-feira quando bater o ponto, por si só, não caracteriza regime de sobreaviso (Súmula 428, I do TST); 2. Cobrança habitual de respostas à noite, fins de semana e férias: quando o gestor exige que o empregado permaneça conectado, responda clientes, envie relatórios ou resolva problemas operacionais fora da jornada contratual ou durante o gozo das férias, a Justiça do Trabalho reconhece o tempo efetivamente trabalhado como Horas Extras (ou regime de sobreaviso, inciso II da Súmula 428 do TST) e, em casos de interrupção sistemática das férias ou assédio organizacional, condena ao pagamento em dobro dos dias prejudicados e dano existencial/moral. Para empresas: criem uma Política Interna de Uso de Mensageria proibindo acionamentos fora do horário. Salve este post para discutir na sua equipe! #direitodigital #compliance #direitodotrabalho

Caderno de Exemplos: 10 Roteiros + Legendas/Descrições para Reels, TikTok e Vídeos no YouTube

A seguir, apresentamos 10 exemplos completos contendo **Título Magnético Ético, Roteiro Falado (com marcação de Gancho, Desenvolvimento e CTA), Legenda para Reels/TikTok e Descrição Otimizada com Capítulos (Timestamps) para o YouTube**:

1 Vídeo / Reel — Direito de Família: 'Com Quem Fica o Imóvel Financiado no Divórcio?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Você comprou um apartamento financiado na Caixa junto com o seu cônjuge e agora vão se divorciar? Cuidado com o erro de 'deixar um morando e o outro pagando de boca'!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Quando o casal se separa e o imóvel ainda está alienado ao banco, o banco faz parte dessa equação jurídica. Na partilha do divórcio, não se divide o valor total do imóvel como se ele estivesse quitado; o que pertence ao casal (no regime da comunhão parcial) são os direitos aquisitivos: ou seja, a soma de todas as parcelas e entrada pagas durante o casamento e a valorização proporcional do bem, descontado o saldo devedor atual! Existem 3 caminhos seguros na prática: primeiro, vender o imóvel para um terceiro, quitar o financiamento no banco e dividir o lucro que sobrar meio a meio; segundo, um dos ex-cônjuges comprar a metade do que já foi pago pelo outro e assumir formalmente o financiamento sozinho junto ao banco (mediante aprovação de crédito para retirar o nome do ex do contrato bancário!); terceiro, manter o bem em condomínio temporário com regras claras no acordo de divórcio sobre quem mora e como será pago até a venda.

45s–55s CTA ÉTICO

E o que acontece se apenas um sair de casa e o outro ficar morando sozinho no imóvel sem pagar aluguel da metade dele? Eu expliquei como funciona a cobrança de 'aluguel pelo uso exclusivo do bem' aqui na legenda abaixo! Leia a legenda e salve este vídeo!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 O erro mais comum com imóvel financiado no divórcio 01:15 Direitos aquisitivos vs. propriedade plena 03:10 As 3 soluções práticas para a partilha 05:20 Como funciona o aluguel por uso exclusivo do ex-cônjuge (STJ) 07:00 Como retirar o nome do ex do contrato com o banco.

2 Vídeo / Reel — Direito Previdenciário: '3 Documentos que Provam o Trabalho na Roça (Rural) no INSS'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Trabalhou na roça com a sua família antes dos 18 anos de idade? Esse tempo pode adiantar a sua aposentadoria no INSS em vários anos!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Muita gente que hoje mora e trabalha na cidade grande não sabe que o período trabalhado na lavoura ou no sítio da família em regime de economia familiar (inclusive a partir dos 12 anos de idade, conforme reconhecido pela jurisprudência da TNU e do STJ!) pode ser averbado no INSS para somar tempo de contribuição! Mas atenção: o INSS não aceita apenas testemunhas sozinhas; é obrigatório apresentar documentos da época em nome próprio ou em nome dos seus pais! Veja 3 documentos que você pode procurar hoje na casa dos seus pais: primeiro, a Certidão de Casamento dos seus pais ou a sua Certidão de Nascimento antiga onde conste a profissão do seu pai como 'lavrador', 'agricultor' ou 'rurícola'; segundo, o Histórico Escolar da escola rural onde você estudou na infância; terceiro, notas fiscais de produtor rural, recibos de ITR/INCRA ou ficha do sindicato rural da época.

45s–55s CTA ÉTICO

Quer ver uma lista com outros 7 documentos aceitos pelo INSS para comprovar tempo rural? Eu deixei a lista completa escrita aqui na descrição abaixo! Salve este vídeo e mande no WhatsApp dos seus irmãos e primos que também trabalharam no campo!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Como o trabalho rural na juventude adianta a aposentadoria urbana 01:40 A partir de qual idade a Justiça aceita o tempo rural? 03:25 Os 3 principais documentos em nome dos pais (economia familiar) 05:50 Como funciona a Autodeclaração do Segurado Especial no Meu INSS 07:45 Cuidados antes de protocolar o pedido.

3 Vídeo / Reel — Direito Trabalhista Empresarial: 'Como Aplicar Advertência e Suspensão sem Ser Anulado na Justiça'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Empresário ou gestor: você sabia que demitir um funcionário por justa causa na primeira falha leve quase sempre é revertido na Justiça do Trabalho?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Exceto em faltas gravíssimas (como furto comprovado ou agressão física), a Justiça do Trabalho exige que a empresa respeite três princípios pedagógicos antes de aplicar a justa causa do artigo 482 da CLT: primeiro, a Gradação das Penas (começar com advertência verbal/escrita nas primeiras faltas leves, evoluir para suspensão disciplinar se houver reincidência e só então chegar à justa causa); segundo, a Imediaticidade (punir a falta assim que a empresa toma conhecimento dela; se você descobre um erro hoje e só aplica a advertência daqui a 3 semanas, a Justiça entende que houve 'perdão tácito'!); e terceiro, a Vedação à Dupla Punição (Non bis in idem: você nunca pode dar uma suspensão na segunda-feira e, na quarta-feira, demitir por justa causa pelo mesmo fato que já foi punido na segunda!).

45s–55s CTA ÉTICO

E se o funcionário se recusar a assinar a folha da advertência na hora? Na legenda aqui embaixo eu expliquei exatamente como colher a assinatura de 2 testemunhas sem gerar assédio moral! Leia a legenda e envie este vídeo para o seu gerente ou RH!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Por que tantas justas causas são revertidas na Justiça do Trabalho? 01:30 Os 3 requisitos: Gradação, Imediaticidade e Proporcionalidade 03:45 O perigo do Perdão Tácito e da Dupla Punição 05:30 O que fazer quando o empregado se recusa a assinar a advertência 07:15 Como redigir o termo disciplinar sem expor o trabalhador.

4 Vídeo / Reel — Direito Imobiliário: 'Inquilino Não Paga Aluguel: Quando Cabe Despejo em 15 Dias?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Tem um imóvel alugado e o inquilino parou de pagar o aluguel? Existe uma situação na Lei do Inquilinato que permite o despejo liminar para desocupação em 15 dias!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

O maior pesadelo de quem vive de renda de aluguel é levar 2 anos para recuperar o próprio imóvel de um inquilino inadimplente. O que muitos proprietários não sabem na hora de assinar o contrato de locação é que o artigo 59, § 1º, inciso IX, da Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato) prevê a concessão de Liminar para desocupação em 15 dias — antes mesmo de ouvir a defesa do inquilino, mediante caução judicial equivalente a 3 meses de aluguel — quando se somam dois fatores: a falta de pagamento de aluguel e encargos no vencimento E o contrato de locação estar desprovido de qualquer das garantias legais (ou seja, um contrato feito sem fiador, sem seguro-fiança e sem caução, ou cuja garantia tenha se extinguido!).

45s–55s CTA ÉTICO

Mas então vale mais a pena alugar com garantia ou sem garantia para ter direito à liminar rápida? Eu fiz a comparação técnica completa entre essas duas estratégias aqui na legenda abaixo! Leia a descrição e salve para consultar antes de assinar seu próximo contrato de aluguel!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Como funciona a ação de despejo por falta de pagamento 01:50 Requisitos da Liminar de Despejo em 15 dias (Art. 59 da Lei 8.245/91) 04:00 Locação sem garantia vs. Locação com seguro-fiança ou fiador 06:10 O direito do inquilino de purgar a mora em 15 dias 07:40 Cláusulas essenciais no contrato de locação.

5 Vídeo / Reel — Direito Médico: 'Gravar a Consulta Médica ou Cirurgia e Postar no Instagram: O Que o CFM Permite?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Médico: a Resolução nº 2.336/2023 do CFM mudou as regras da publicidade médica, mas cuidado com um detalhe sobre fotos de 'Antes e Depois' que ainda dá processo ético!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

A nova norma de publicidade do Conselho Federal de Medicina passou a permitir que o médico mostre imagens de resultados ('antes e depois') com finalidade educativa, mas estabeleceu 4 travas obrigatórias que muita gente está ignorando no Instagram: primeiro, as imagens devem vir acompanhadas de texto educativo explicando as indicações terapêuticas, os fatores que influenciam o resultado e as possíveis complicações e riscos daquele procedimento; segundo, é obrigatório mostrar a evolução para diferentes biotipos e faixas etárias, sem prometer que todo paciente terá resultado idêntico (pois a medicina é atividade de meio, salvo cirurgias estéticas puras na visão cível, mas perante o CFM toda promessa de resultado garantido segue vedada!); terceiro, é proibido identificar o paciente ou usar imagens manipuladas por filtros/Photoshop; e quarto, o paciente precisa ter assinado um Termo de Consentimento de Uso de Imagem específico para fins científicos/educativos!

45s–55s CTA ÉTICO

Quer saber o que mais a Resolução 2.336 do CFM liberou (como divulgar aparelhos da clínica e valores de consultas)? Confira o resumo que deixei aqui na legenda e compartilhe este vídeo no grupo de médicos da sua clínica!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 O que mudou com a Resolução CFM nº 2.336/2023 01:45 As 4 regras obrigatórias para publicar imagens de Antes e Depois 03:50 O que pode e o que não pode na divulgação de equipamentos e preços 05:40 Cuidados com reposts de elogios de pacientes nos Stories 07:20 O Termo de Autorização de Imagem para prontuário médico.

6 Vídeo / Reel — Direito do Consumidor: 'Comprou pela Internet e Se Arrependeu? Os 7 Dias Valem para Tudo?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Você sabe que compras feitas pela internet têm 7 dias de arrependimento, mas e se a loja disser que 'não aceita devolução porque você abriu a caixa do produto'?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

O Direito de Arrependimento previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor garante que, sempre que a contratação de produto ou serviço ocorrer fora do estabelecimento comercial (pela internet, telefone, catálogo ou WhatsApp), o consumidor pode desistir da compra no prazo de 7 dias corridos a contar da assinatura ou do ato de recebimento do produto, sem precisar justificar o motivo e com devolução imediata de 100% dos valores pagos, inclusive o frete de envio e de devolução! E atenção: a jurisprudência é firme no sentido de que abrir a embalagem com cuidado apenas para visualizar e testar se o produto corresponde ao anunciado NÃO retira o direito de arrependimento (afinal, o objetivo dos 7 dias é justamente permitir o contato físico que você não teve na loja!), desde que o produto não tenha sido danificado ou consumido pelo comprador.

45s–55s CTA ÉTICO

Porém, existem 3 tipos de compras online em que o direito de arrependimento de 7 dias tem regras especiais (como passagens aéreas na ANAC e produtos personalizados sob encomenda). Eu expliquei essas 3 exceções aqui na legenda! Confira abaixo!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Como funciona o Artigo 49 do CDC (Direito de Arrependimento) 01:30 Quem paga o frete de devolução do produto? 03:10 Abrir a caixa anula os 7 dias de arrependimento? 04:50 Exceção 1: Passagens aéreas (regra das 24h da ANAC) 06:20 Exceção 2: Produtos personalizados sob medida e perecíveis.

7 Vídeo / Reel — Direito Sucessório: 'Filho que Cuida dos Pais Idosos Sozinho Tem Direito a Mais Herança?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Quando um pai ou uma mãe idosa adoece, quase sempre um único filho abre mão da própria rotina para cuidar dele, enquanto os outros irmãos só aparecem no dia do inventário. Esse filho cuidador recebe mais herança por lei?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Essa é uma das situações familiares mais injustas da vida real, mas você precisa saber como a lei brasileira funciona hoje para se planejar em vida: pela regra automática do Código Civil, todos os filhos herdam exatamente a mesma porcentagem na sucessão legítima, independentemente de quem cuidou dos pais ou de quem foi ausente! Ou seja, se os pais falecerem sem deixar nenhum documento preparado, a herança será dividida igualmente. Porém, os pais em vida (enquanto lúcidos e capazes) possuem dois instrumentos legais perfeitos para recompensar o filho que dedica a vida a cuidar deles: eles podem fazer um Testamento Público ou uma Doação em Vida destinando parte ou a totalidade da chamada 'Parte Disponível' (que corresponde a até 50% de todo o patrimônio dos pais!) exclusivamente para esse filho cuidador, declarando expressamente que aquela doação sai da parte disponível e não precisa ser descontada da legítima dele no futuro!

45s–55s CTA ÉTICO

E como funciona a divisão das despesas médicas e de cuidador profissional entre os irmãos enquanto os pais estão vivos? Explico o dever legal de solidariedade familiar aqui na legenda abaixo! Envie este vídeo para a sua família!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 A realidade das famílias com pais idosos no Brasil 01:40 Por que a herança legítima divide tudo igual automaticamente? 03:20 Como os pais podem beneficiar o filho cuidador com a Parte Disponível (50%) 05:15 A importância da cláusula de dispensa de colação na escritura 06:50 Como cobrar divisão de gastos com remédios e cuidadores entre irmãos.

8 Vídeo / Reel — Direito Tributário / Pessoas Físicas: 'Isenção de Imposto de Renda para Aposentados com Doença Grave'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Se você é aposentado ou pensionista e já teve diagnóstico de câncer, cardiopatia grave ou alguma das doenças da Lei nº 7.713, você pode ter direito à isenção total do Imposto de Renda sobre a sua aposentadoria!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

O artigo 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 7.713/1988 garante a isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os proventos de aposentadoria, reforma militar ou pensão por morte para pessoas diagnosticadas com moléstias graves listadas na lei — como neoplasia maligna (câncer), cardiopatia grave, doença de Parkinson, esclerose múltipla, cegueira (inclusive monocular, segundo o STJ!), nefropatia ou hepatopatia grave, entre outras. E preste muita atenção em três decisões consolidadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): primeiro, segundo a Súmula 627 do STJ, o aposentado NÃO perde o direito à isenção mesmo que a doença esteja controlada ou sem sintomas atuais (como um câncer curado há anos, devido ao acompanhamento contínuo!); segundo, pela Súmula 598 do STJ, na via judicial não é obrigatório laudo prévio do SUS se outros exames médicos comprovarem a doença; e terceiro, é possível restituir os valores descontados nos últimos 5 anos!

45s–55s CTA ÉTICO

Deixei aqui na legenda a lista completa das 16 doenças previstas no artigo 6º da Lei 7.713/88! Abra a legenda para conferir a lista e envie este vídeo para um aposentado da sua família!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Quem tem direito à isenção de Imposto de Renda da Lei 7.713/88 01:45 Lista completa das doenças graves contempladas 03:30 Súmula 627 do STJ: quem já se curou do câncer mantém o direito? 05:10 Vale para salário da ativa ou só para aposentadoria e pensão (Tema 1037)? 06:45 Como pedir a isenção e a restituição dos últimos 5 anos.

9 Vídeo / Reel — Direito Agrário e Ambiental: 'Arrendamento Rural vs. Parceria Rural: O Erro que Gera Imposto Pesado'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Produtor rural e proprietário de terra: você sabe por que um contrato de Parceria Rural mal redigido pode ser autuado pela Receita Federal como se fosse Arrendamento?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

No agronegócio, a diferença tributária e jurídica entre Arrendamento Rural e Parceria Rural (regulados pelo Estatuto da Terra — Lei nº 4.504/1964 e Decreto nº 59.566/1966) é gigantesca. No Arrendamento Rural, o dono da terra cede o uso do imóvel por um valor fixo e líquido (em dinheiro ou em quantidade fixa de sacas de soja/arrobas de boi que será convertida em dinheiro, independentemente de a safra dar lucro ou prejuízo): aqui, a receita do proprietário é tributada como aluguel comum (chegando a até 27,5% na pessoa física!). Já na Parceria Rural autêntica, proprietário e parceiro-outorgado dividem os riscos reais da atividade agrícola ou pecuária em percentuais da produção colhida: aqui, a receita é tributada como atividade rural (permitindo a presunção de 20% na base de cálculo!). O perigo é fazer um contrato chamado de 'Parceria' no título, mas colocar cláusula garantindo quantidade mínima fixa de sacas sem risco: a Receita Federal descaracteriza o contrato e cobra a diferença com multa pesada!

45s–55s CTA ÉTICO

Na legenda abaixo, listei os 4 elementos que o Estatuto da Terra exige para que uma Parceria Rural seja juridicamente válida e segura! Salve este vídeo e compartilhe com produtores rurais da sua região!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Diferença prática e jurídica entre Arrendamento e Parceria Rural 02:00 A proibição de fixar preço em produto no arrendamento (Art. 18 do Dec. 59.566/66) 04:10 Comparativo tributário: IRPF no Aluguel (27,5%) vs. Atividade Rural 06:00 Quando a Receita Federal autua falsos contratos de parceria 07:45 Cuidados na redação contratual no agronegócio.

10 Vídeo / Reel — Direito Empresarial / Marcas: 'Ter CNPJ e Domínio .com.br Garante que a Marca é Sua?'

1. ROTEIRO FALADO ESTRUTURADO (45 A 60 SEGUNDOS PARA REELS/TIKTOK OU BASE DE YOUTUBE):

00s–03s GANCHO

Você abriu o seu CNPJ na Junta Comercial, comprou o domínio na internet, mandou fazer a fachada da loja, mas não registrou a marca no INPI? Você pode ser obrigado a trocar o nome da sua empresa em 10 dias!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Esse é um dos maiores choques que empreendedores, clínicas e até escritórios enfrentam quando começam a crescer. Muitos empresários acham que registrar o Nome Empresarial na Junta Comercial do estado ou comprar o endereço '.com.br' no Registro.br garante a propriedade do nome fantasia que está estampado no Instagram e na fachada. Pela Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996, art. 129), a propriedade exclusiva de uma marca em todo o território nacional só é adquirida pelo registro validamente expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)! E no Brasil vigora o sistema atributivo de anterioridade: em regra, quem deposita o pedido de registro da marca naquela classe de atividade (Classificação de Nice) primeiro no INPI torna-se o dono nacional do nome e pode notificar judicialmente quem usa o mesmo nome no mesmo ramo para retirar placas, embalagens e perfis das redes sociais!

45s–55s CTA ÉTICO

Quer saber como consultar gratuitamente se o nome da sua empresa já foi registrado por alguém no banco de dados do INPI? Eu deixei o passo a passo da busca prévia aqui na legenda abaixo! Salve e envie para um amigo empreendedor!

2. ESTRUTURA DE DESCRIÇÃO E CAPÍTULOS (TIMESTAMPS) PARA O YOUTUBE:

> Neste vídeo educativo, explicamos de forma clara e fundamentada na legislação brasileira os principais pontos práticos sobre o tema. Lembre-se de que este conteúdo possui caráter meramente informativo (nos termos do Provimento nº 205/2021 da OAB) e não substitui a consulta individualizada com um advogado especialista. **ÍNDICE DE CAPÍTULOS DO VÍDEO:** 00:00 Nome Empresarial (Junta Comercial) vs. Marca Registrada (INPI) 01:50 O perigo de construir autoridade em uma marca não registrada 03:30 Como funciona o princípio da especialidade e as Classes de Nice 05:15 O que diz o Art. 129, § 1º da LPI sobre o direito de precedência 07:00 Passo a passo do pedido de registro e acompanhamento no INPI.

12

MÓDULO 12

Consistência de Postagens nas Redes Sociais — O Método 3 Posts + 2 Reels por Semana

NESTE CAPÍTULO

12.1 A Fórmula Áurea da Consistência Sustentável: 03 Posts + 02 Vídeos/Reels por Semana

12.2 A Grade Semanal Perfeita: Em Quais Dias Publicar Cada Peça do Método 3 + 2?

12.3 Produção em Lote (Batch Content Creation): Como Produzir 1 Mês Inteiro em 4 Horas

12.4 Plano Editorial Completo de 12 Semanas (60 Pautas Detalhadas no Método 3 Posts + 2 Reels)

Se você perguntar a qualquer especialista em marketing jurídico ou analisar os dados dos escritórios que mais crescem no Brasil qual é o segredo que separa os advogados que captam clientes toda semana daqueles que desistem após o primeiro mês, a resposta cabe em uma única palavra: **CONSISTÊNCIA**. Muitos advogados são tomados por um pico de motivação num domingo à noite, passam a segunda-feira inteira gravando 5 vídeos de uma vez, postam tudo na mesma semana e, quando chega a semana seguinte, são engolidos pelas audiências, prazos processuais e reuniões — passando os próximos 45 dias sem publicar absolutamente nada.

Para os algoritmos do Instagram, do TikTok e do YouTube — e mais ainda para a mente humana do seu potencial cliente —, **a frequência sustentável vence a intensidade esporádica em 100% das vezes**. Um perfil de advogado cuja última postagem foi feita há 4 meses transmite a impressão de um escritório abandonado ou inativo. Por outro lado, tentar postar 3 vezes por dia todos os dias é insustentável para um advogado que advoga de verdade, gerando esgotamento mental (burnout) e queda na qualidade técnica.

12.1

A Fórmula Áurea da Consistência Sustentável: 03 Posts + 02 Vídeos/Reels por Semana

Após testar e analisar dezenas de rotinas produtivas de escritórios unipessoais, bancas boutique e sociedades de médio porte, chegamos ao **Equilíbrio Ótimo Semanal (O Método 3 + 2)**, que constitui a diretriz central deste manual:

- **03 Posts Estáticos/Gráficos no Feed do Instagram por Semana, intercalados estrategicamente entre Carrosséis e Posts Simples:**
  - Em uma semana (Semana Ímpar — Semanas 1, 3, 5...): você publica **02 Carrosséis Densos + 01 Post Simples de Impacto**.
  - Na semana seguinte (Semana Par — Semanas 2, 4, 6...): você intercala publicando **01 Carrossel Denso + 02 Posts Simples de Impacto** (ou mantém 2 Carrosséis + 1 Post Simples, sempre alternando os formatos para que nunca haja dois posts do mesmo formato seguidos no feed!).
  - *Por que essa intercalação entre Carrosséis e Posts Simples funciona tão bem?* Como comprovado pelo Estudo do Instagram 2026 da Metricool, os **Carrosséis** são responsáveis por gerar o maior volume de **salvamentos (9x mais)** e tempo de leitura (aprofundamento técnico), enquanto o **Post Simples (Imagem Única ou**

Frase/Alerta Técnico de Impacto) é de leitura rápida (3 segundos), excelente para gerar compartilhamentos imediatos nos Stories dos seguidores e dar descanso visual na grade do perfil!

- **02 Vídeos / Reels Publicados no Instagram por Semana (e espelhados no TikTok e no YouTube Shorts!):**
  - Gravar **apenas 02 vídeos curtos de 45 a 60 segundos por semana** é uma meta 100% realista, leve e exequível até mesmo para o advogado mais ocupado de tribunais.
  - Esses 02 Reels cumprem o papel de **Alcance Não Conectado (atrair novos seguidores qualificados)** e de **Humanização Fiduciária** (fazer o cliente ouvir o tom da sua voz, olhar nos seus olhos e sentir segurança na sua explicação).

12.2

A Grade Semanal Perfeita: Em Quais Dias Publicar Cada Peça do Método 3 + 2?

Com 03 posts gráficos (intercalando Carrossel e Post Simples) + 02 vídeos/Reels por semana, você soma exatamente **05 publicações semanais no Feed** — ou seja, **uma publicação por dia útil, de segunda a sexta-feira**, deixando o sábado e o domingo livres (ou apenas para Stories leves e naturais do cotidiano)! Veja como a distribuição na semana cria um ritmo editorial perfeito:

Dia da Semana	Formato da Publicação (Semana Tipo A)	Formato da Publicação (Semana Tipo B)	Objetivo Estratégico no Funil do Escritório
Segunda-Feira (11h30 ou 18h30)	**Post #1: Carrossel Educativo Passo a Passo (6 a 8 slides)**	**Post #1: Post Simples de Impacto (Alerta ou Mito vs. Verdade)**	Abrir a semana entregando utilidade prática imediata, gerando salvamentos e leitura de legenda que aquecem o algoritmo da conta.
Terça-Feira (12h00 ou 19h00)	**Vídeo #1: Reel Explicativo Direto (45s a 60s)**	**Vídeo #1: Reel Explicativo Direto (45s a 60s)**	Atrair alcance não conectado (novos seguidores) respondendo a uma dor urgente do nicho de sustentação do escritório.
Quarta-Feira (11h30 ou 18h30)	**Post #2: Post Simples de Impacto (Checklist ou Decisão Judicial)**	**Post #2: Carrossel Educativo Passo a Passo (6 a 8 slides)**	Manter a cadência do meio da semana intercalando o formato visual para gerar compartilhamentos no Direct e nos Stories.

Dia da Semana	Formato da Publicação (Semana Tipo A)	Formato da Publicação (Semana Tipo B)	Objetivo Estratégico no Funil do Escritório
Quinta-Feira (12h00 ou 19h00)	**Vídeo #2: Reel de Caso Hipotético ou Erro Comum (45s a 60s)**	**Vídeo #2: Reel de Caso Hipotético ou Erro Comum (45s a 60s)**	Construir autoridade técnica profunda e conexão olho no olho, estimulando dúvidas nos comentários e mensagens no Direct.
Sexta-Feira (11h30 ou 17h30)	**Post #3: Carrossel de Checklist Documental ou Guia Prático**	**Post #3: Post Simples Reflexivo / Posicionamento Preventivo**	Fechar a semana útil com conteúdo de alta retenção que continua gerando salvamentos e visitas ao perfil durante todo o fim de semana.

12.3

Produção em Lote (Batch Content Creation): Como Produzir 1 Mês Inteiro em 4 Horas

Por que o advogado falha na consistência? Porque ele tenta "pensar no que vai postar hoje" todos os dias às 17h, depois de ter feito duas audiências e redigido uma apelação! Quando você tenta criar conteúdo cansado e em cima da hora, a criatividade trava. O segredo dos advogados mais produtivos é o **Método de Produção em Lote Mensal (ou Quinzenal)**:

Faça a conta matemática do método proposto neste e-book:

- **03 posts por semana × 4 semanas = 12 posts estáticos/carrosséis no mês.**
- **02 vídeos/Reels por semana × 4 semanas = 08 vídeos curtos no mês.**

Você consegue produzir esses **08 vídeos e 12 posts em uma única manhã ou tarde por mês (4 horas de foco em bloco)** seguindo este cronograma cronometrado:

1. **Hora 1 (60 minutos — Pauta e Roteirização em Lote):** Abra a lista de dúvidas reais que os seus clientes fizeram nas reuniões e no WhatsApp nos últimos 30 dias (ou consulte as 60 pautas prontas que entregamos logo abaixo!). Defina os 8 temas de vídeo e os 12 temas de posts do mês e escreva apenas os Ganchos de 3 segundos e os 3 tópicos-chave de cada um.
2. **Hora 2 (60 minutos — Gravação dos 8 Reels em Sequência):** Monte o tripé e a iluminação uma única vez! Separe 2 ou 3 camisas/blazers diferentes em cima da poltrona. Grave os 3 primeiros vídeos de 50 segundos (leva 15 minutos); troque o blazer

ou mude o ângulo da cadeira na sala; grave mais 3 vídeos; troque novamente e grave os últimos 2 vídeos! Em 60 minutos, os seus **08 vídeos do mês inteiro já estão gravados no celular**!

3 **Hora 3 (60 minutos — Redação das Legendas e Textos dos Carrosséis):** Escreva os textos dos 12 posts (6 carrosséis e 6 posts simples intercalados) e as legendas otimizadas para SEO social.

4 **Hora 4 (60 minutos — Design no Template Padronizado, Edição Rápida e Agendamento):** Aplique os textos nos seus 2 modelos fixos do Canva (um template de Carrossel e um template de Post Simples com as cores e fontes do seu escritório), passe os 8 vídeos pelo CapCut/Edits para gerar legendas automáticas e deixe todas as 20 peças do mês **100% agendadas** na ferramenta oficial gratuita *Meta Business Suite* ou na Metricool! Pelo resto do mês, você só precisará responder comentários, DMs e publicar Stories naturais de 15 segundos no seu dia a dia!

12.4

Plano Editorial Completo de 12 Semanas (60 Pautas Detalhadas no Método 3 Posts + 2 Reels)

Para que você nunca mais sofra de "bloqueio criativo" olhando para a tela em branco, desenhamos abaixo um **Calendário Editorial Completo de 12 Semanas (3 Meses Ininterruptos = 60 Publicações Mapeadas)** respeitando rigorosamente a proporção de **03 Posts Intercalados (Carrossel / Post Simples) + 02 Reels por semana**. As pautas foram estruturadas de forma universal para que você possa adaptá-las ao seu nicho específico em poucos minutos:

Semana 01: Fundamentos de Autoridade e Dúvidas de Entrada

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 slides)	Os 5 erros documentais que fazem o cidadão perder um direito legítimo antes mesmo de procurar orientação jurídica	Educar sobre prevenção documental e gerar alto volume de salvamentos.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	3 sinais claros de que o seu contrato (de trabalho / imóvel / prestação de serviços) possui cláusulas abusivas ou nulas	Atrair alcance não conectado com gancho direto na dor cotidiana.

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Mito vs. Verdade: O que todo mundo repete como verdade absoluta na sua área de atuação, mas a lei diz exatamente o oposto	Gerar comentários de surpresa e compartilhamentos rápidos nos Stories.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	O passo a passo do que acontece na primeira semana após [evento crítico do seu nicho: demissão / falecimento / negativa de plano / bloqueio]	Demonstrar domínio prático e acalmar a ansiedade do potencial cliente.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Checklist completo: 6 documentos que você deve guardar em uma pasta digital hoje mesmo para proteger seu patrimônio/direito	Ativar o gatilho máximo de salvamento na bandeirinha para o fim de semana.

Semana 02: Desconstrução de Objeções e Serviços de Sustentação (Caixa Rápido)

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	Por que tentar resolver [problema do seu nicho] usando modelos prontos da internet sai 10 vezes mais caro depois	Valorizar a consultoria preventiva (serviço de entrada/sustentação).
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	Quanto tempo demora na prática para resolver [procedimento extrajudicial ou administrativo do seu nicho] sem precisar de processo judicial?	Apresentar soluções extrajudiciais rápidas que geram honorários à vista.
Quarta — Post #2 (Carrossel 7 slides)	Acordo Extrajudicial vs. Processo Judicial: quadro comparativo de prazos, requisitos legais e quando cada caminho é indicado	Educar o cliente sobre a advocacia consultiva e consensual.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	A resposta para a pergunta que mais recebi no escritório esta semana: 'Doutor(a), ainda vale a pena revisar/regularizar [tema] em 2026?'	Gerar prova social ética (mostrando que você é procurado) e responder objeção.
Sexta — Post #3 (Post Simples)	Alerta de Prazo Legal: O direito não socorre aos que dormem (entenda o prazo de prescrição/decadência para [tema específico])	Ativar senso de urgência ético e legítimo baseado na lei.

Semana 03: Estudos de Casos Hipotéticos e Provas no Mundo Digital

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 8 slides)	Prints de WhatsApp valem como prova na Justiça? Veja os 4 cuidados técnicos (e quando usar a Ata Notarial) para não ter a prova invalidada	Conteúdo de altíssima utilidade transversal que viraliza por salvamentos.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	História ilustrativa: 'João pagou durante 10 anos por um bem/benefício, mas esqueceu de um único detalhe no registro...' (lição jurídica prática)	Usar storytelling hipotético para prender a retenção até o último segundo.
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Resumo visual de uma decisão importante do STJ/TST/STF desta semana e como ela impacta diretamente o bolso do cidadão/empresário	Posicionar o advogado como profissional atualizado e estudioso.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	Posso gravar uma conversa ou reunião sem a outra pessoa saber para usar como prova de defesa? Veja o que dizem os tribunais!	Tema campeão absoluto de engajamento, compartilhamentos e debates nos comentários.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Guia prático: Como funciona uma audiência online (telepresencial) e 5 regras de postura para partes e testemunhas	Educar sobre a prática forense real e transmitir segurança processual.

Semana 04: Foco no Público Decisor e Prevenção Patrimonial / Empresarial

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	A cláusula que falta em 90% dos contratos e que evita dores de cabeça gigantescas na hora de encerrar uma parceria ou relação	Atrair clientes que buscam elaboração e revisão contratual.
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	3 erros financeiros que misturam o patrimônio pessoal com dívidas de terceiros (e como a lei protege o bem de família)	Gerar alto valor para famílias e empreendedores preocupados com patrimônio.
Quarta — Post #2 (Carrossel 7 slides)	Entenda a Súmula 385 / Súmula 479 do STJ (ou súmula chave do seu nicho) traduzida sem juridiquês em 5 exemplos do dia a dia	Traduzir jurisprudência consolidada em linguagem acessível ao cliente.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	O que fazer nas primeiras 24 horas quando você recebe uma notificação extrajudicial, intimação ou autuação oficial	Captar clientes com demanda imediata e urgente de defesa técnica.

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Sexta — Post #3 (Post Simples)	Bastidor intelectual ético: Os 3 pontos que sempre analisamos no diagnóstico inicial de um caso de [sua área] para garantir segurança	Mostrar método de trabalho, zelo técnico e organização do escritório.

Semana 05: Direitos Pouco Conhecidos e Oportunidades Legais

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 slides)	5 direitos previstos na legislação brasileira sobre [seu nicho] que quase ninguém exerce por pura falta de informação	Ativar o gatilho da descoberta e compartilhamento em grupos de família.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	Você sabia que a lei garante [benefício / isenção / proteção específica] para quem preenche estes 3 requisitos?	Gerar alcance massivo no topo do funil do Reels e TikTok.
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Quadro comparativo rápido: A diferença entre [Instituto A] e [Instituto B] que todo cliente confunde na hora de decidir	Resolver dúvidas conceituais com clareza visual instantânea.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	Por que esperar o problema virar um processo judicial pode custar o triplo do que um planejamento jurídico preventivo?	Educar sobre o retorno financeiro da advocacia consultiva.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Passo a passo: Como consultar gratuitamente a situação de [CNIS / Matrícula / Marca no INPI / Certidão] pelos portais oficiais	Entregar utilidade pública genuína alinhada ao espírito de ajudar.

Semana 06: Quebra de Mitos Populares e Consolidação de Referência

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	Cuidado com o 'conselho do vizinho ou do parente': 3 orientações populares erradas que destroem o seu direito na Justiça	Posicionar o advogado especialista como única fonte segura.
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	É verdade que depois de 5 anos a dívida / o direito 'caduca' e desaparece sozinho? Entenda como realmente funciona a prescrição!	Esclarecer um dos maiores mitos jurídicos populares do país.
Quarta — Post #2 (Carrossel 8 slides)	O que mudou na lei nos últimos anos em [sua área]: regras antigas que não valem mais vs. regras atuais vigentes em 2026	Demonstrar atualização legislativa e autoridade técnica.

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	Como funciona o trabalho de um escritório especializado em [sua área]: da análise estratégica inicial até a solução do caso	Desmistificar o medo de procurar um advogado e explicar a jornada do cliente.
Sexta — Post #3 (Post Simples)	Pergunta aberta de fim de semana: Qual é a sua maior dúvida hoje quando o assunto é [tema central do seu escritório]?	Estimular comentários diretos que servirão de pauta para o mês seguinte.

Semana 07: Aprofundamento em Provas Documentais e Perícias

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 slides)	Quando o juiz determina uma Perícia Judicial (médica / contábil / engenharia / grafotécnica): como funciona e quais os direitos da parte	Explicar uma fase crítica do processo que gera enorme ansiedade no cliente.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	3 erros que o periciado comete no dia da perícia (do INSS ou judicial) por nervosismo ou falta de documentos organizados	Conteúdo altamente compartilhado e salvo por quem aguarda perícia.
Quarta — Post #2 (Post Simples)	A importância do Assistente Técnico e dos Quesitos Estratégicos: por que o laudo pericial não é uma loteria	Demonstrar sofisticação técnica na condução probatória do escritório.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	Testemunha pode ser amigo ou parente? Entenda a diferença entre testemunha, informante e suspeição no processo!	Tema curioso e prático que gera excelente retenção em vídeo curto.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Como organizar seus documentos em ordem cronológica antes de uma consulta jurídica para agilizar a análise do seu caso	Qualificar o lead para que ele já chegue à reunião com tudo organizado.

Semana 08: Contratos, Negociações e Soluções Extrajudiciais em Cartório

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	Acordo verbal ('fio do bigode') tem validade jurídica no Brasil? Veja o que diz o Código Civil e como provar	Gerar identificação imediata com quem fechou negócios informais.

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	O poder da Notificação Extrajudicial bem fundamentada: como resolver conflitos formais antes de pisar no Judiciário	Divulgar um serviço de entrada rápido e altamente rentável para o escritório.
Quarta — Post #2 (Carrossel 7 slides)	5 procedimentos que antes exigiam anos de processo no Fórum e que hoje podem ser resolvidos diretamente em Cartório com advogado	Mostrar agilidade e soluções modernas de desjudicialização.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	Assinatura eletrônica (Gov.br, ICP-Brasil, plataformas digitais): toda assinatura digital tem a mesma validade em contratos?	Tema moderno que atrai empresários, profissionais liberais e cidadãos.
Sexta — Post #3 (Post Simples)	O que significa a cláusula de multa compensatória vs. multa moratória no seu contrato (e quando ela pode ser reduzida pelo juiz)	Educar com precisão técnica em linguagem simples.

Semana 09: Proteção Familiar, Sucessória e Planejamento de Vida

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 slides)	O impacto financeiro de não planejar o futuro: quanto custa um processo desprevenido vs. uma organização jurídica feita em paz	Gerar reflexão profunda e salvamentos para leitura em família.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	Seguro de vida e previdência privada aberta (VGBL/PGBL) entram no inventário ou são pagos direto aos beneficiários?	Responder dúvida financeira recorrente com base na jurisprudência do STJ.
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Regimes de Bens no Brasil: um mapa visual simples para você entender Comunhão Parcial, Universal, Separação Total e Participação Final	Peça gráfica altamente compartilhável e salvável.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	Quando um familiar idoso começa a perder a lucidez: como funciona a Curatela e a Tomada de Decisão Apoiada para proteger as contas dele?	Tema de altíssima relevância humana e empatia familiar.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Direitos da pessoa com doença grave ou deficiência: guia de isenções tributárias e prioridades legais na tramitação de processos	Reforçar o caráter solidário e informativo da advocacia.

Semana 10: Direito do Trabalho, Empresas e Relações Profissionais

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	Pejotização (Contratação via MEI/PJ) vs. Vínculo de Emprego CLT: os 4 elementos da realidade que a Justiça analisa	Atrair tanto trabalhadores qualificados quanto empresários em busca de compliance.
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	Grávida pode ser demitida durante o contrato de experiência ou aviso-prévio? Veja o que diz a Súmula 244 do TST e o STF!	Dúvida campeã de buscas mensais no Google, TikTok e Instagram.
Quarta — Post #2 (Carrossel 7 slides)	Assédio Moral vs. Cobrança Normal de Metas no Trabalho: onde termina o poder diretivo da empresa e onde começa o ato ilícito	Esclarecer com sobriedade e equilíbrio técnico um tema sensível.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	Acidente no trajeto de casa para o trabalho (in itinere): o que vale para a CLT e o que vale para o INSS após a Reforma?	Explicar distinção técnica crucial entre a esfera trabalhista e a previdenciária.
Sexta — Post #3 (Post Simples)	3 documentos que toda pequena e média empresa precisa revisar anualmente (Regulamento Interno, Contratos e Termos de LGPD)	Posicionar o escritório para contratos de assessoria empresarial mensal.

Semana 11: Consumidor, Bancos, Saúde e Direitos Cotidianos

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 slides)	Nome negativado indevidamente (SPC/Serasa) por dívida já paga ou que você nunca contratou: passo a passo dos seus direitos	Gerar alto alcance e engajamento em demandas cíveis/consumidor.
Terça — Vídeo #1 (Reel 50s)	O plano de saúde pode cancelar o contrato unilateralmente durante tratamento médico ou de cliente autista? O que diz o STJ!	Abordar tema de grande repercussão social com rigor técnico.
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Venda Casada no banco (seguro embutido no financiamento ou empréstimo): por que o Código de Defesa do Consumidor proíbe a prática	Alertar sobre direito cotidiano de fácil compreensão.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 55s)	Comprou um veículo com defeito oculto (vício redibitório) no motor ou câmbio: qual é o prazo legal para exigir o reparo ou devolução?	Responder dúvida prática de alto valor econômico.
Sexta — Post #3 (Carrossel 6 slides)	Como registrar uma reclamação administrativa documentada (Procon, Consumidor.gov, ANS, Bacen) que serve como prova robusta	Ensinar o cidadão a produzir prova pré-constituída de boa-fé.

Semana 12: Consolidação de Autoridade e Retrospectiva Educativa do Trimestre

Dia e Formato (3 Posts + 2 Reels)	Pauta / Título Sugerido	Objetivo Estratégico
Segunda — Post #1 (Post Simples)	Os 3 maiores aprendizados jurídicos que vimos na prática dos tribunais neste trimestre (e o que esperar dos próximos meses)	Demonstrar visão panorâmica e liderança intelectual no nicho.
Terça — Vídeo #1 (Reel 45s)	Respondendo às 3 perguntas mais enviadas na nossa caixinha de Stories neste mês em menos de 60 segundos!	Formato dinâmico de perguntas rápidas que estimula novas interações.
Quarta — Post #2 (Carrossel 8 slides)	Guia Definitivo de Consulta Rápida: Resumo dos principais prazos e documentos em [sua área de atuação principal]	Criar um 'post pilar' que pode ser fixado no topo do perfil do Instagram.
Quinta — Vídeo #2 (Reel 60s)	Quando procurar um advogado preventivo vs. quando procurar um advogado contencioso: como a orientação certa economiza anos de desgaste	Educar a audiência sobre o momento exato de agendar uma consulta.
Sexta — Post #3 (Post Simples)	Nosso compromisso com a informação jurídica clara, ética e acessível: obrigado por acompanhar nosso conteúdo técnico toda semana!	Humanizar a marca do escritório e reforçar os valores éticos da OAB.

13

MÓDULO 13

Playbooks Operacionais, Checklists de Auditoria e Atendimento Ético no WhatsApp

NESTE CAPÍTULO

13.1 O Protocolo de Atendimento Ético e Acolhedor no WhatsApp (Convertendo Seguidores em Clientes)

13.2 Checklist de Auditoria Ética (OAB Compliance) Antes de Publicar Qualquer Conteúdo

De nada adianta dominar as regras da OAB, compreender os algoritmos, ter um site impecável e publicar religiosamente os 03 posts e 02 Reels por semana se, no momento em que o potencial cliente clica no link da sua bio e envia um *"Bom dia, vi o seu vídeo no Instagram e gostaria de tirar uma dúvida"* no WhatsApp do escritório, ele demora 6 horas para ser respondido ou recebe uma mensagem fria e burocrática! Para fechar o ciclo completo do marketing jurídico, entregamos neste módulo os protocolos operacionais internos do escritório.

13.1

O Protocolo de Atendimento Ético e Acolhedor no WhatsApp (Convertendo Seguidores em Clientes)

Quando uma pessoa assiste a um vídeo seu ou lê um artigo no seu blog e decide clicar no botão de WhatsApp, ela está no pico máximo de confiança e necessidade. Estudos de comportamento digital mostram que responder um contato nos **primeiros 5 a 15 minutos** aumenta em até 400% a taxa de agendamento da consulta em comparação a responder no dia seguinte. Siga este roteiro de 4 etapas no WhatsApp respeitando 100% a ética da OAB:

1 **Etapa 1 — Acolhimento Humanizado e Identificação (Respeito ao Art. 2º e Anexo Único do Provimento 205/2021):** Se você usar uma mensagem automática inicial de boas-vindas fora do horário comercial ou para triagem rápida, nunca deixe um robô frio fingindo ser o advogado. Use uma saudação transparente e calorosa:

> "Olá! Seja muito bem-vindo(a) ao canal de atendimento do escritório [Nome do Escritório]. Recebemos a sua mensagem! Para que possamos direcionar você da melhor forma ao Dr(a). [Nome], poderia nos informar, por gentileza, o seu nome completo e um breve resumo de qual assunto jurídico motivou o seu contato (ex.: Previdenciário, Trabalhista, Imobiliário ou Família)?"

2 **Etapa 2 — Escuta Ativa e Triagem de Viabilidade (Sem Dar Consulta Gratuita pelo WhatsApp!):** Muitos advogados cometem o erro fatal de responder toda a consulta jurídica de graça por áudio de 7 minutos no WhatsApp! Quando você resolve o problema inteiro por áudio no WhatsApp sem analisar documentos e sem cobrar consulta, duas coisas ruins acontecem: você trabalha de graça (desvalorizando sua hora técnica) e assume risco de responsabilidade civil por opinar sem ver os documentos! Ouça o relato breve do cliente apenas para verificar **se a demanda pertence à sua área de atuação**.

3 **Etapa 3 — Explicação do Valor da Consulta / Reunião de Diagnóstico:** Quando o caso exige análise técnica ou parecer, explique com total naturalidade e segurança como funciona a reunião de atendimento (presencial ou por videoconferência):

> "Compreendi perfeitamente o contexto, Sr(a). [Nome]. Como essa situação envolve a análise detalhada de documentos e prazos legais específicos para garantir a sua segurança jurídica, o próximo passo é agendarmos uma consulta técnica (que pode ser realizada presencialmente aqui no escritório ou por chamada de vídeo no seu celular, como for mais confortável para você). Na consulta, o Dr(a). [Nome] analisará toda a sua documentação, explicará seus direitos, os riscos e os caminhos possíveis. Temos disponibilidade na agenda nesta [Dia da Semana] às [Horário 1] ou às [Horário 2]. Qual desses horários fica melhor para você?"

4 **Etapa 4 — Pós-Atendimento e Proposta Escrita de Honorários:** Durante a reunião, apresente a solução técnica com clareza visual (se for online, compartilhe a tela mostrando um resumo limpo das etapas do serviço) e formalize a proposta de honorários e o contrato de prestação de serviços advocatícios com assinatura digital simples e segura.

13.2

Checklist de Auditoria Ética (OAB Compliance) Antes de Publicar Qualquer Conteúdo

Imprima ou salve esta tabela e aplique os 10 itens de verificação em todos os seus posts, vídeos, artigos de blog e campanhas antes de apertar o botão publicar:

Item de Verificação Deontológica (Provimento 205/2021 e CED)	Regra de Ouro	Status
1. Finalidade Meramente Informativa (Art. 3º, caput)	O conteúdo ensina, esclarece ou orienta o público sobre um direito, dever ou procedimento?	☐ Verificado
2. Ausência de Valores, Descontos ou Gratuidade (Art. 3º, I)	O texto/vídeo está 100% livre de expressões como "consulta grátis", "análise gratuita", "sem custo inicial" ou preços?	☐ Verificado

Item de Verificação Deontológica (Provimento 205/2021 e CED)	Regra de Ouro	Status
3. Ausência de Promessa de Resultado / "Causa Ganha" (Art. 3º, II e IV)	Evitamos prometer ganho certo, valores garantidos de indenização ou prazos que dependem do Judiciário?	☐ Verificado
4. Titulação de Especialista Comprovável (Art. 3º, III)	Se usamos o título "Especialista em...", possuímos certificado de pós-graduação ou notória especialização?	☐ Verificado
5. Ausência de Expressões Mercantilistas ou Comparativas (Art. 3º, IV)	O CTA está livre de frases de varejo ("Contrate já!", "Ligue agora!", "O melhor escritório da região")?	☐ Verificado
6. Preservação Absoluta do Sigilo e Não Exposição de Vitórias (Art. 4º, § 2º)	O post não exibe prints de sentenças/alvarás de casos próprios nem expõe nomes ou dados de clientes?	☐ Verificado
7. Ausência de Ostentação Patrimonial (Art. 6º)	A publicação não exibe bens de luxo, carros ou viagens como demonstração de sucesso profissional?	☐ Verificado
8. Naturalidade e Verdade Visual (Módulos 7 e 9)	Evitamos fotos encenadas em delegacias/cartórios e retratos falsos plastificados de IA?	☐ Verificado
9. Direito de Imagem de Colaboradores e Estagiários (Módulo 10.7)	Se algum membro da equipe aparece no vídeo, ele quis participar espontaneamente e assinou o Termo Autônomo?	☐ Verificado
10. Identificação Profissional Regular (Art. 44 do CED)	O perfil/site informa de maneira clara o nome do advogado ou da sociedade e o respectivo número de inscrição na OAB?	☐ Verificado

ANEXO ENCICLOPÉDICO PRÁTICO

Cadernos de Conteúdo Pronto por Área de Atuação Jurídica

Para que este livro cumpra integralmente o seu propósito de ser o manual mais completo, prático e generoso de Marketing Jurídico do Brasil — servindo como fonte permanente de consulta na mesa do advogado —, dedicamos os próximos capítulos a uma **Enciclopédia Prática de Conteúdos Estruturados por Nicho Jurídico**. Em cada um dos 12 grandes ramos da advocacia abaixo, você encontrará:

- **A Estratégia de Posicionamento e os Produtos de Sustentação daquele Nicho;**
- **Artigos Completos de Blog Otimizados para SEO (com estrutura H1, H2, H3, Meta Tags e Texto Integral);**
- **Estruturas Completas de Carrosséis Slide a Slide + Legendas Prontas para o Instagram;**
- **Estruturas Completas de Posts Simples + Legendas Prontas para o Instagram;**
- **Roteiros Completos Falados Palavra por Palavra para Reels, TikTok e Vídeos Longos do YouTube.**

01

CADERNO SETORIAL #1

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Trabalhista (Reclamante e Compliance Patronal)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito do Trabalho é uma das áreas de maior volume de buscas diárias no Google, no TikTok e no Instagram. O escritório pode posicionar-se de forma especializada na defesa de categorias específicas de trabalhadores (como bancários, profissionais da saúde, vendedores externos, vigilantes, caminhoneiros ou executivos) OU posicionar-se na advocacia trabalhista empresarial preventiva e contenciosa (atendendo clínicas, restaurantes, comércios, transportadoras e indústrias). O segredo é jamais misturar na mesma postagem uma linguagem agressiva contra empresas se o seu objetivo for vender compliance patronal.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Consultoria preventiva mensal (partido trabalhista), auditoria de folha de pagamento e contratos, elaboração de Regimento Interno e Código de Conduta, homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho (art. 855-B da CLT), cálculos e pareceres de rescisão contratual e defesas trabalhistas avulsas.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- rescisão indireta atraso de FGTS como funciona
- direitos da gestante demitida no contrato de experiência
- horas extras bancário cargo de confiança art 224 CLT
- adicional de insalubridade grau máximo profissionais de saúde
- como prevenir processos trabalhistas em pequenas empresas
- acordo extrajudicial trabalhista art 855-B CLT requisitos
- burnout e doenças ocupacionais direitos do trabalhador no INSS e CLT
- equiparação salarial requisitos art 461 CLT após reforma trabalhista

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

síndrome de burnout doença ocupacional direitos trabalhistas estabilidade

[H1] Doença Ocupacional e Síndrome de Burnout no Trabalho: Direitos, Estabilidade de 12 Meses e Deveres da Empresa

[H2] O Enquadramento da Síndrome de Burnout na Classificação Internacional de Doenças (CID-11)

A inclusão oficial da Síndrome de Burnout (esgotamento profissional decorrente de estresse crônico no ambiente de trabalho que não foi adequadamente gerenciado) na CID-11 da Organização Mundial da Saúde sob o código QD85, somada à atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho pelo Ministério da Saúde e às diretrizes da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1 sobre gerenciamento de riscos psicossociais), consolidou um marco profundo no Direito do Trabalho brasileiro. Tanto para o trabalhador adoecido quanto para o empregador que precisa gerir um ambiente laboral saudável, compreender os requisitos legais que diferenciam uma doença comum de uma doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho (art. 20 da Lei nº 8.213/1991) é absolutamente indispensável.

[H2] Quais são os 3 requisitos para o reconhecimento da doença ocupacional na Justiça do Trabalho?

Diferentemente do que muitos imaginam, o simples diagnóstico médico de ansiedade, depressão ou esgotamento não gera condenação automática da empresa. A jurisprudência trabalhista exige a comprovação técnica de três elementos cumulativos apurados por meio de perícia médica judicial e prova testemunhal/documental: (1) O Dano Efetivo (o diagnóstico clínico comprovado por prontuários, receitas e acompanhamento psiquiátrico/psicológico); (2) O Nexo Causal ou Concausal (a demonstração de que as condições de trabalho — como metas abusivas inatingíveis, assédio moral organizacional, jornadas exaustivas habituais ou ambiente tóxico — atuaram como causa direta ou, pelo menos, como concausa que agravou ou desencadeou a patologia, nos termos do art. 21, I da Lei nº 8.213/1991); e (3) A Culpa Patronal (por negligência no cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho e ausência de prevenção de riscos psicossociais, ressalvadas as atividades de risco acentuado em que o STF, no Tema 932, admite a responsabilidade objetiva).

[H2] A Estabilidade Provisória de 12 Meses (Art. 118 da Lei 8.213/91 e Súmula 378 do TST)

Um dos reflexos práticos mais relevantes do reconhecimento da doença ocupacional é a garantia de emprego (estabilidade provisória) pelo prazo mínimo de 12 meses após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário (espécie B91 no INSS). Conforme pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho no item II da Súmula 378, existem dois caminhos para o reconhecimento dessa estabilidade: o afastamento superior a 15 dias com percepção do auxílio-doença acidentário (B91) OU, mesmo quando o INSS concede inicialmente o benefício comum (B31) ou o trabalhador não se afasta por recusa da empresa em emitir a CAT, a

constatação judicial posterior, mediante perícia, de que a doença guardava relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. Além disso, durante todo o período de afastamento por motivo acidentário (B91), a empresa permanece obrigada a depositar mensalmente o FGTS na conta vinculada do trabalhador (art. 15, § 5º da Lei nº 8.036/1990).

[H2] Como a Empresa Deve Agir Preventivamente (Compliance Trabalhista e NR-1)

Para o empregador, a prevenção de passivos decorrentes de adoecimento mental começa pelo cumprimento rigoroso do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) contemplando os fatores ergonômicos e psicossociais exigidos pela NR-1 atualizada. Isso inclui treinamento de lideranças intermediárias (gerentes e supervisores) para banir cobranças vexatórias em grupos de WhatsApp ou reuniões de vendas, controle fidedigno da jornada de trabalho para evitar horas extras excessivas, criação de canal interno confidencial de ouvidoria e acompanhamento médico ocupacional criterioso nos exames periódicos e de retorno ao trabalho.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Equiparação Salarial (Art. 461 da CLT) — Quando Dois Colegas Devem Ganhar o Mesmo Salário?

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Faz exatamente o mesmo trabalho que o seu colega ao lado, mas recebe um salário menor? Veja os 6 requisitos da Equiparação Salarial!

SLIDE 2

O nome do cargo na Carteira de Trabalho NÃO importa! Para o Direito do Trabalho (Princípio da Primazia da Realidade), se um está registrado como 'Auxiliar I' e o outro como 'Analista Pleno', mas ambos executam as mesmas tarefas diárias, analisa-se a função real.

SLIDE 3

Requisito 1 e 2 — Identidade de Função e Mesmo Estabelecimento Empresarial: Desde a Reforma Trabalhista, os dois trabalhadores (reclamante e paradigma) precisam trabalhar no mesmo estabelecimento físico da empresa (e não apenas na mesma região metropolitana).

SLIDE 4

Requisito 3 e 4 — Diferença de Tempo de Empresa e de Função: A diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não pode ser superior a 4 anos, e a diferença de tempo naquela função específica não pode ser superior a 2 anos.

SLIDE 5

Requisito 5 — Simultaneidade e Mesma Produtividade/Perfeição Técnica: Ambos precisam ter trabalhado juntos na mesma função ao mesmo tempo (contemporaneidade) entregando trabalho de igual valor.

SLIDE 6

Quando a empresa NÃO é obrigada a equiparar? Quando possui Quadro de Carreira ou Plano de Cargos e Salários válido (com critérios objetivos de antiguidade e merecimento) ou quando o paradigma é trabalhador readaptado pelo INSS.

SLIDE 7 (CTA)

Salve este guia na bandeirinha para consultar todos os requisitos do Art. 461 da CLT e envie para um colega de trabalho!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

O detalhe sobre o nome do cargo na carteira (Slide 2) é o que mais gera dúvidas no dia a dia das empresas e dos trabalhadores. ↓ No Direito do Trabalho brasileiro, vigora o Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma: o que acontece na rotina prática da mesa de trabalho vale mais do que o rótulo escrito no crachá ou no contrato. Por isso, o artigo 461 da CLT garante que, sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador e no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. Para as empresas, a lição de compliance é clara: estruturar um Plano de Cargos e Salários transparente e descritivos de funções reais evita passivos milionários de diferenças salariais e reflexos em férias, 13º e FGTS. Para o trabalhador, compreender os limites de tempo (4 anos de casa e 2 anos na função) evita falsas expectativas. Ficou com alguma dúvida sobre os requisitos da equiparação salarial? Deixe nos comentários! #direitodotrabalho #equiparacaosalarial #clt

Carrossel 2: Acidente de Trabalho e Estabilidade — O Passo a Passo Documental

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Sofreu acidente de trabalho ou adquiriu doença ocupacional? Os 5 direitos que a lei garante ao trabalhador!

SLIDE 2

1. Emissão Obrigatória da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho): A empresa é obrigada a emitir a CAT até o primeiro dia útil seguinte ao acidente. Se a empresa se recusar, o próprio trabalhador, o médico ou o sindicato podem emitir no portal Meu INSS!

SLIDE 3

2. Depósito Mensal do FGTS Durante Todo o Afastamento: Diferente do auxílio-doença comum (B31), no afastamento por acidente de trabalho (espécie B91), o empregador é obrigado a continuar depositando os 8% do FGTS todos os meses!

SLIDE 4

3. Estabilidade Provisória de 12 Meses no Emprego (Art. 118 da Lei 8.213/91): Após a alta médica do INSS no benefício acidentário superior a 15 dias, o trabalhador não pode ser demitido sem justa causa durante 1 ano inteiro.

SLIDE 5

4. Manutenção do Plano de Saúde Empresarial (Súmula 440 do TST): Durante o afastamento por auxílio-doença acidentário ou aposentadoria por invalidez, a empresa não pode cortar o plano de saúde do empregado.

SLIDE 6 (CTA)

Informação jurídica protege a saúde e a família. Salve este carrossel e compartilhe pelo aviãozinho!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

A manutenção do plano de saúde e dos depósitos de FGTS durante o afastamento acidentário (Slides 3 e 5) são direitos que muitos trabalhadores desconhecem justamente quando mais precisam. ↓ Quando ocorre um acidente típico no ambiente laboral ou uma doença profissional desencadeada pelo trabalho, a legislação previdenciária (Lei nº 8.213/1991) e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho criam uma rede de proteção especial. O ponto de partida documental é sempre a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) acompanhada de relatórios médicos detalhados que descrevam o nexo entre a atividade exercida e a lesão. Você sabia que o próprio trabalhador pode registrar a CAT online caso o empregador deixe de emitir no prazo legal? Salve este post para ter essa informação sempre acessível! #acidentedetrabalho #estabilidade #direitostrabalhistas

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Bancário / Gerente com 'Cargo de Confiança' Tem Direito à 7ª e 8ª Hora Extra?

00s–03s GANCHO

Você trabalha em banco, ganha gratificação de função como 'Gerente de Relacionamento' ou 'Analista Sênior', trabalha 8 horas por dia, mas não tem nenhum subordinado nem poder de mando? Preste muita atenção nisso!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Pela regra geral do artigo 224 da CLT, a jornada normal do bancário é de 6 horas diárias (30 horas semanais). Para não pagar a 7ª e a 8ª hora trabalhada como hora extra, muitos bancos batizam funções técnicas comuns com o nome de 'Cargo de Confiança' e pagam uma comissão de 1/3 do salário. Porém, a Súmula 102 do TST é taxativa: a configuração do verdadeiro cargo de confiança bancário (§ 2º do art. 224 da CLT) depende da prova das reais atribuições de chefia, direção, fiscalização ou fidúcia especial! Se na prática diária você apenas atende metas, vende produtos bancários ou analisa planilhas sem poder real de gestão ou autonomia diferenciada, a Justiça do Trabalho descaracteriza esse falso cargo de confiança e determina o pagamento da 7ª e 8ª horas diárias como horas extras com reflexos!

45s–55s CTA ÉTICO

E como ficou a regra de compensação após as decisões mais recentes sobre o tema? Eu expliquei os detalhes técnicos aqui na legenda abaixo! Envie este vídeo para um amigo bancário!

02

CADERNO SETORIAL #2

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Previdenciário (RGPS / INSS e RPPS / Servidores)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito Previdenciário possui uma característica extraordinária no marketing jurídico: quase toda família brasileira tem pelo menos uma pessoa próxima da aposentadoria, um idoso ou pessoa com deficiência que precisa de BPC/LOAS, uma gestante que precisa de salário-maternidade ou um trabalhador que teve benefício por incapacidade negado na perícia do INSS. O posicionamento de maior valor hoje afasta-se do aspecto 'despachante previdenciário' e posiciona o advogado como Estrategista em Planejamento Previdenciário, Aposentadoria Especial e Benefícios de Alta Complexidade.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Parecer de Planejamento Previdenciário (pago à vista), retificação de CNIS, requerimento administrativo de Aposentadorias, Pensão por Morte, Salário-Maternidade (inclusive para desempregadas em período de graça ou MEI), BPC/LOAS e Recursos ao CRPS.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- aposentadoria especial vigilante enfermeiro eletricista 2026
- como receber salário maternidade estando desempregada INSS
- BPC LOAS autismo e deficiência renda per capita documentos
- pensão por morte união estável como provar no INSS
- indicador PEXT e PREC-MENOR-MIN no CNIS como corrigir
- revisão da aposentadoria atividades concomitantes Tema 1070 STJ
- aposentadoria da pessoa com deficiência Lei Complementar 142/2013
- como contribuir para o INSS como autônomo ou MEI sem perder dinheiro

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

aposentadoria da pessoa com deficiência LC 142 2013 requisitos INSS

[H1] Aposentadoria da Pessoa com Deficiência (LC 142/2013): Requisitos de Idade e Tempo Reduzidos no INSS

[H2] O Que é a Aposentadoria da Pessoa com Deficiência e Por Que Ela Não Foi Extinta pela Reforma?

Um dos benefícios mais vantajosos e, paradoxalmente, menos divulgados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) é a **Aposentadoria da Pessoa com Deficiência**, regulamentada pela **Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013**. Ao contrário das aposentadorias comuns que sofreram reduções drásticas na forma de cálculo e aumento de requisitos com a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), a Aposentadoria da Pessoa com Deficiência teve suas regras protetivas preservadas pelo artigo 22 da EC 103/2019, mantendo tanto a redução no tempo de contribuição ou na idade quanto o cálculo integral mais favorável ao segurado.

[H2] Quem é Considerado Pessoa com Deficiência para Fins dessa Aposentadoria? (Não Confunda com Aposentadoria por Invalidez!)

O maior erro dos segurados é confundir a Aposentadoria da LC 142/2013 com a Aposentadoria por Incapacidade Permanente (antiga invalidez) ou com o BPC/LOAS. Na Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, o trabalhador **NÃO está inválido para o trabalho**; pelo contrário, é a pessoa que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (por exemplo: visão monocular, perda auditiva unilateral ou bilateral relevante, sequelas ortopédicas graves de poliomielite ou acidentes, amputações, limitações motoras de coluna/membros ou autismo) os quais, em interação com diversas barreiras, obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, mas que **trabalhou e contribuiu normalmente para o INSS** ao longo da vida!

[H2] As Duas Modalidades: Por Tempo de Contribuição (Sem Idade Mínima!) e Por Idade

A Lei Complementar nº 142/2013 oferece duas modalidades distintas de benefício, avaliadas conforme o grau da deficiência (Leve, Moderada ou Grave) apurado em perícia biopsicossocial (médica e social) do INSS pelo índice IFBrA: (1) **Aposentadoria por Tempo de Contribuição da PcD (SEM exigência de idade mínima!):** exige 25 anos de contribuição (Homem) / 20 anos (Mulher) se a deficiência for Grave; 29 anos (Homem) / 24 anos (Mulher) se a deficiência for Moderada; ou 33 anos (Homem) / 28 anos (Mulher) se a deficiência for Leve — garantindo renda mensal de **100% da média salarial** (com descarte dos 20% menores salários na interpretação sistemática favorável!); e (2) **Aposentadoria por Idade da PcD:** reduz a idade mínima em 5 anos, exigindo apenas **60 anos de idade para o Homem e 55 anos de idade para a Mulher**, desde que cumpridos 15 anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência e 180 meses de carência.

[H2] Como Comprovar a Data de Início da Deficiência ao Longo dos Anos de Trabalho?

Na avaliação biopsicossocial do INSS, o perito médico e o assistente social não analisam apenas se o segurado possui a deficiência hoje; eles precisam fixar a *Data de Início do Impedimento (DII)* e sua evolução temporal. Por isso, é fundamental instruir o requerimento administrativo com documentos médicos históricos contemporâneos aos vínculos de trabalho: prontuários hospitalares antigos, laudos de enquadramento na cota de PcD das empresas onde trabalhou (Lei nº 8.213/91, art. 93), carteira de habilitação especial (CNH com restrições), exames de imagem antigos e receitas médicas.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Salário-Maternidade no INSS para Quem Está Desempregada

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Foi demitida ou pediu demissão e descobriu que está grávida meses depois? Você ainda pode ter direito a 4 meses de Salário-Maternidade pago pelo INSS!

SLIDE 2

O segredo chama-se 'Período de Graça' (Art. 15 da Lei 8.213/91): Quando você para de trabalhar de carteira assinada ou para de pagar guia do INSS, você não perde a qualidade de segurada no dia seguinte!

SLIDE 3

Por quanto tempo você mantém a proteção do INSS sem pagar nada? Em regra, por 12 meses após a saída do emprego! E esse prazo pode subir para 24 meses (se você já tinha mais de 120 contribuições sem perda da qualidade) e até 36 meses (se comprovou situação de desemprego no SINE/Seguro-Desemprego)!

SLIDE 4

Se o nascimento do bebê ocorrer dentro desse Período de Graça, o próprio INSS paga diretamente as 4 parcelas do Salário-Maternidade para a mãe desempregada!

SLIDE 5

E você pode pedir mesmo se o seu filho já nasceu há 1, 2, 3 ou 4 anos (desde que ele ainda tenha menos de 5 anos de idade, que é o prazo prescricional)!

SLIDE 6 (CTA)

Conhece uma mãe que estava desempregada quando teve filho nos últimos 5 anos? Envie este carrossel para ela agora mesmo!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muita mãe deixa de receber 4 salários integrais do INSS simplesmente porque achava que o Salário-Maternidade só valia para quem estava empregada no dia do parto! ↓ Pela legislação previdenciária brasileira (artigo 15 c/c artigo 71 da Lei nº 8.213/1991), enquanto a mulher estiver dentro do chamado 'Período de Graça' — que varia de 12 a 36 meses após o último vínculo formal de trabalho, dependendo do tempo total de contribuições anteriores e do registro de desemprego —, ela mantém todos os direitos previdenciários como segurada do INSS. Além disso, após decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (ADI 2110 / entendimento sobre carência), para as contribuintes individuais, facultativas e MEI, a exigência de carência foi flexibilizada para apenas 1 contribuição em dia antes do parto/fato gerador nas novas interpretações administrativas! Compartilhe esta informação valiosa com todas as mães e gestantes que você conhece! #salariomaternidade #direitoprevidenciario #inss

Carrossel 2: Revisão de Atividades Concomitantes (Tema 1070 do STJ) para Médicos, Professores e Enfermeiros

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Trabalhou em 2 lugares ao mesmo tempo (ex.: 2 hospitais ou 2 escolas) e se aposentou antes da Reforma? O INSS pode ter cortado parte do seu salário!

SLIDE 2

O que acontecia antes de 18/06/2019? Quando um médico, enfermeiro, dentista, vigilante ou professor tinha dois empregos simultâneos e contribuía para o INSS nos dois, o INSS NÃO somava os dois salários normalmente!

SLIDE 3

O INSS escolhia uma atividade como 'principal' e aplicava um redutor proporcional drástico sobre a segunda atividade ('secundária'), jogando o valor da aposentadoria lá para baixo!

SLIDE 4

O que o STJ decidiu no Tema Repetitivo nº 1070? O STJ decidiu que essa trava antiga era injusta e determinou a SOMA INTEGRAL dos salários de contribuição das atividades concomitantes (respeitado o teto do INSS)!

SLIDE 5

Atenção ao Prazo Decadencial de 10 Anos (Art. 103 da Lei 8.213/91): Só pode pedir essa revisão quem começou a receber a aposentadoria há menos de 10 anos!

SLIDE 6 (CTA)

Salve este post e encaminhe para médicos, professores e profissionais da saúde aposentados nos últimos 10 anos!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Se você conhece um médico, enfermeiro ou professor que sempre trabalhou em dois plantões ou duas escolas e se aposentou entre 2016 e 2019, este post é leitura obrigatória. ↓ No julgamento definitivo do Tema 1070, o Superior Tribunal de Justiça pacificou que, após o advento da Lei nº 9.876/1999, o cálculo do salário de benefício do segurado que exerceu atividades concomitantes (simultâneas) deve ser feito mediante a soma pura e simples dos salários de contribuição de todos os vínculos, observando-se o limite máximo do teto previdenciário, sem a aplicação dos antigos redutores de atividade primária e secundária. Contudo, como toda revisão de ato de concessão de benefício previdenciário está sujeita ao prazo decadencial de 10 anos (art. 103 da Lei nº 8.213/1991), realizar o cálculo atuarial prévio antes que o prazo se esgote é fundamental. Envie este conteúdo para quem precisa conhecer o Tema 1070 do STJ! #revisaodeaposentadoria #tema1070 #direitoprevidenciario

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Pensão por Morte para Companheira(o) em União Estável sem Papel Passado

00s–03s GANCHO

Vivia junto como marido e mulher, mas não eram casados no papel quando o companheiro faleceu, e o INSS negou a Pensão por Morte? Veja quais documentos a lei exige!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Desde a Lei nº 13.846/2019, o INSS não aceita apenas prova testemunhal isolada para conceder Pensão por Morte em União Estável: é obrigatório apresentar pelo menos 2 documentos de início de prova material produzidos nos 24 meses anteriores à data do óbito (ou mais documentos para comprovar que a união durou mais de 2 anos e garantir pensão vitalícia dependendo da sua idade!). E quais documentos servem se vocês não tinham escritura no cartório? Conta bancária conjunta ou cartão adicional; apólice de seguro de vida ou plano de saúde em que você constava como dependente; comprovantes de mesmo endereço (uma conta de luz no nome dele e uma fatura de celular ou banco no seu nome chegando na mesma casa!); ficha de internação hospitalar ou contrato de aluguel assinado pelos dois!

45s–55s CTA ÉTICO

Deixei aqui na legenda a tabela oficial de idades que define por quantos anos (ou se de forma vitalícia) a Pensão por Morte é paga hoje pelo INSS! Abra a legenda e salve este vídeo!

03

CADERNO SETORIAL #3

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito de Família e Sucessões (Patrimonial, Guarda, Alimentos e Inventários)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito de Família e Sucessões vive uma revolução silenciosa: o cliente moderno não procura mais um advogado 'brigão' que jogue lenha na fogueira do conflito familiar para arrastar um processo por 8 anos; ele procura um estrategista sereno, humano e tecnicamente brilhante que proteja os filhos e resolva a partilha patrimonial ou a sucessão pelo caminho mais rápido, discreto e tributariamente econômico possível.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Consultoria pré-nupcial (escolha de regime de bens e Pacto Antenupcial), Escritura de União Estável, Divórcio Extrajudicial em Cartório, Acordo de Guarda e Alimentos, Inventário Extrajudicial e Testamentos.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- guarda compartilhada precisa pagar pensão alimentícia
- como funciona divórcio em cartório documentos e prazos
- pensão alimentícia filho completou 18 anos exoneração Súmula 358 STJ
- namoro qualificado ou união estável diferença contrato de namoro
- inventário extrajudicial em cartório quando um herdeiro não tem dinheiro para o imposto
- alimentos gravídicos como funciona pensão na gravidez Lei 11.804/2008
- como proteger herança dos filhos com cláusula de incomunicabilidade
- partilha de quotas de empresa limitada no divórcio comunhão parcial

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

pensão alimentícia filho completou 18 anos exoneração súmula 358 STJ

[H1] Filho Completou 18 Anos: O Pai Pode Parar de Pagar a Pensão Alimentícia por Conta Própria? (Súmula 358 do STJ)

[H2] O Mito do Cancelamento Automático da Pensão aos 18 Anos de Idade

Uma das crenças populares mais perigosas e que mais leva alimentantes (pais ou mães que pagam pensão) a sofrerem ordens de bloqueio bancário (Sisbajud) e até mandados de prisão civil no Brasil é a ideia de que, no dia do aniversário de 18 anos do filho, a obrigação de pagar pensão alimentícia se extingue automaticamente, bastando 'parar de depositar no mês seguinte'. Na realidade jurídica brasileira, **o cancelamento da pensão alimentícia fixada judicialmente NUNCA é automático ao atingir a maioridade civil**.

[H2] O Que Diz a Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)?

A matéria é regida de forma vinculante pela **Súmula 358 do STJ**, cujo enunciado determina: *'O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos'*. Por que o STJ exige uma decisão judicial na chamada **Ação de Exoneração de Alimentos**? Porque, embora aos 18 anos termine o 'Poder Familiar' (passando os alimentos a decorrer do dever de solidariedade e parentesco do art. 1.694 do Código Civil), é necessário dar ao filho a oportunidade de demonstrar se ele ainda necessita do auxílio financeiro para concluir sua formação profissionalizante (faculdade ou curso técnico) ou se possui alguma incapacidade laboral.

[H2] Quando a Pensão Continua até os 24 Anos (Faculdade) e Quando Ela É Encerrada?

A jurisprudência consolidada dos Tribunais de Justiça e do STJ adota os seguintes parâmetros objetivos na Ação de Exoneração de Alimentos após os 18 anos: (1) **Se o filho completou 18 anos, não estuda em ensino superior/técnico e possui plena saúde para trabalhar:** o juiz defere a exoneração da pensão, pois a maioridade faz cessar a presunção absoluta de necessidade; (2) **Se o filho está regularmente matriculado e frequentando curso universitário (graduação) ou técnico:** o entendimento pacífico é prorrogar o dever alimentar até a conclusão da primeira graduação ou até a idade limite de **24 anos** (salvo se o estudante já exercer atividade remunerada suficiente para o próprio sustento antes disso); (3) **Pós-graduação, mestrado ou cursinho eterno:** segundo o STJ, o estímulo à qualificação profissional encerra-se na graduação; cursos de pós-graduação não obrigam os pais a manterem o pagamento de pensão para filhos maiores e capazes.

[H2] O Perigo de Parar de Pagar Sem Ordem Judicial

Se o pai ou a mãe simplesmente interrompe os depósitos ao filho completar 18 anos sem ingressar com a Ação de Exoneração de Alimentos (ou sem formalizar acordo homologado judicialmente com o filho já maior e capaz!), a sentença anterior continua produzindo efeitos executivos plenos. Isso significa que o filho poderá executar as parcelas em atraso pelo rito da penhora ou da prisão civil (art. 528 do CPC) até o dia em que o juiz assinar a decisão exoneratória.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Guarda Compartilhada Isenta do Pagamento de Pensão Alimentícia?

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

'Se eu pedir a Guarda Compartilhada do meu filho, fico livre de pagar pensão alimentícia?' Descubra a verdade jurídica!

SLIDE 2

Confusão nº 1 — Guarda Compartilhada NÃO é 'Guarda Alternada' (morar 15 dias em cada casa de mala na mão). Guarda diz respeito ao poder de decisão conjunta sobre a vida do filho (escola, saúde, educação)!

SLIDE 3

Mesmo na Guarda Compartilhada, a criança possui uma 'Residência Base de Referência' (por exemplo, a casa da mãe ou a casa do pai), onde estão concentrados os gastos fixos mensais de moradia, luz, alimentação e rotina.

SLIDE 4

Por isso, a jurisprudência do STJ é unânime: a fixação da Guarda Compartilhada NÃO exclui nem extingue o dever de pagar pensão alimentícia!

SLIDE 5

Como o valor da pensão é calculado nesse caso? Pelo Trinômio Necessidade (gastos reais da criança) x Possibilidade (capacidade financeira de cada genitor) x Proporcionalidade (quem ganha mais contribui com uma fatia maior das despesas dos filhos!).

SLIDE 6 (CTA)

Salve este post para acabar de vez com esse mito e envie para quem precisa entender como funciona a Guarda Compartilhada!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Ainda hoje, um dos maiores mitos nas varas de família é a crença de que a Guarda Compartilhada cancela a pensão alimentícia. ↓ Nos termos do artigo 1.583, § 2º e artigo 1.584 do Código Civil, a Guarda Compartilhada é a regra legal no Brasil porque garante que pai e mãe continuem participando ativamente das decisões importantes sobre a criação, saúde e educação dos filhos após o fim do relacionamento conjugal. Contudo, como a criança continua gerando despesas diárias de alimentação, moradia, vestuário, saúde, transporte e lazer, o dever de sustento (art. 1.703 do CC) deve ser rateado na exata proporção dos rendimentos de cada genitor — podendo combinar o pagamento direto de rubricas específicas (como mensalidade escolar e plano de saúde) com o depósito mensal de pecúnia. Compartilhe esta informação técnica e ajude a esclarecer mais famílias! #guardacompartilhada #pensaoalimenticia #direitodefamilia

Carrossel 2: Como Proteger a Herança dos Filhos com as 3 Cláusulas Restritivas

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Quer doar um imóvel aos filhos ou fazer testamento sem risco de o genro ou a nora levarem metade em um futuro divórcio? Conheça as 3 Cláusulas de Proteção!

SLIDE 2

1. Cláusula de Incomunicabilidade: Determina que o bem doado ou herdado JAMAIS se comunicará com o cônjuge ou companheiro do seu filho, independentemente do regime de bens que ele escolher (até mesmo na Comunhão Universal de Bens — art. 1.668, I do CC)!

SLIDE 3

2. Cláusula de Impenhorabilidade: Protege o patrimônio recebido contra dívidas comerciais futuras que o filho venha a contrair (respeitadas as exceções legais de impostos do próprio bem e pensão alimentícia).

SLIDE 4

3. Cláusula de Reversão (Art. 547 do CC): Nas doações em vida, garante que, se por uma fatalidade do destino o filho donatário falecer antes dos pais doadores, o imóvel retorna automaticamente ao patrimônio dos pais, sem entrar no inventário do filho!

SLIDE 5

Cuidado técnico: Quando as cláusulas recaem sobre a 'Legítima' em testamento, o art. 1.848 do Código Civil exige a indicação de 'justa causa' declarada pelo testador!

SLIDE 6 (CTA)

Planejamento sucessório é cuidado com a família. Salve este carrossel para consultar quando for organizar seu patrimônio!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muitos pais trabalham durante 40 anos para deixar um imóvel para os filhos, mas deixam de incluir duas linhas na escritura de doação que fariam toda a diferença na proteção familiar. ↓ Embora na Comunhão Parcial de Bens as doações e heranças já não se comuniquem por regra legal (art. 1.659, I do CC), os frutos desse bem (como aluguéis recebidos durante o casamento) ou uma eventual mudança futura para Comunhão Universal poderiam gerar discussões patrimoniais. Ao gravar a escritura pública de doação (com reserva de usufruto vitalício) ou o testamento com as cláusulas de incomunicabilidade extensiva aos frutos, impenhorabilidade e reversão (art. 547 do CC), os pais garantem que o patrimônio cumpra exatamente sua finalidade de amparo geracional. Salve este conteúdo e compartilhe com sua família! #planejamentosucessorio #doacaoemvida #direitosucessorio

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Ex-Marido ou Ex-Esposa Morando Sozinho no Imóvel do Casal: Cabe Cobrar Aluguel?

00s–03s GANCHO

Você se separou, saiu de casa para evitar brigas, o seu ex-cônjuge ficou morando sozinho no imóvel que pertence aos dois e agora está enrolando para assinar o divórcio e vender a casa? Saiba o que diz o STJ!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Essa é uma estratégia de procrastinação muito comum nos divórcios litigiosos: quem fica morando de graça no imóvel comum do casal muitas vezes não tem pressa nenhuma de concluir a partilha e vender o bem! Para corrigir esse enriquecimento sem causa, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que aquele que permanece utilizando com exclusividade o imóvel comum do casal após a separação de fato (desde que não seja o lar de residência dos filhos menores como forma de prestação alimentar in natura!) deve pagar ao ex-cônjuge afastado um Aluguel Proporcional (Indenização pelo Uso Exclusivo de Bem Comum, equivalente a 50% do valor de mercado da locação daquele imóvel!) a partir do momento em que é formalmente notificado ou citado!

45s–55s CTA ÉTICO

Quer saber como é feita a Notificação Extrajudicial que dá início à contagem desse aluguel proporcional? Eu expliquei passo a passo aqui na legenda abaixo! Leia a legenda e salve este vídeo!

04

CADERNO SETORIAL #4

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Imobiliário, Condominial e Regularização de Imóveis

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O mercado imobiliário brasileiro movimenta centenas de bilhões de reais por ano, e mais de 40% dos imóveis urbanos e rurais no país possuem algum grau de irregularidade registral. O advogado que se posiciona como especialista em Direito Imobiliário atrai clientes com patrimônio real (compradores, investidores, proprietários de imóveis de aluguel, condomínios, loteadores e construtoras), garantindo honorários à vista em consultorias e honorários expressivos em regularizações.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Due Diligence na compra de imóveis (parecer de risco em 48h), redação de contratos de compra e venda, locação e permuta, acompanhamento de arrematação em leilões, notificações extrajudiciais condominiais/locatícias e Usucapião/Adjudicação Extrajudicial.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- usucapião extrajudicial em cartório documentos e tempo
- adjudicação compulsória extrajudicial vendedor sumiu ou morreu
- distrato imobiliário devolução de valores imóvel na planta Lei 13.786
- condomínio pode proibir Airbnb locação por temporada STJ
- leilão de imóveis Caixa como desocupar imóvel arrematado
- direito de preferência do inquilino na venda do imóvel alugado
- vício construtivo infiltração rachadura garantia de 5 anos construtora
- como regularizar imóvel de herança com contrato de gaveta

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

adjudicação compulsória extrajudicial em cartório como funciona documentos

[H1] Adjudicação Compulsória Extrajudicial em Cartório: Como Regularizar Imóvel Quitado Quando o Vendedor Sumiu ou Faleceu

[H2] O Problema do Imóvel Quitado Sem Escritura: Quando o Vendedor Desaparece ou Se Recusa a Assinar

Milhares de proprietários no Brasil enfrentam um verdadeiro pesadelo patrimonial: compraram um imóvel há anos mediante Promessa de Compra e Venda (ou Cessão de Direitos), pagaram rigorosamente até a última parcela (possuindo todos os recibos ou termo de quitação), mas deixaram para lavrar a Escritura Pública definitiva anos depois. Quando finalmente decidem regularizar o bem para vendê-lo financiado, descobrem que o antigo vendedor mudou de estado e está em local incerto, ou faleceu e os herdeiros não abriram inventário, ou a loteadora faliu. Para resolver exatamente esse impasse sem depender de um processo judicial demorado, a **Lei nº 14.382/2022** incluiu o artigo 216-B na Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973), regulamentado pelo Provimento nº 150/2023 do CNJ (Código Nacional de Normas), criando a **Adjudicação Compulsória Extrajudicial diretamente no Cartório de Registro de Imóveis**.

[H2] Qual a Diferença entre Usucapião Extrajudicial e Adjudicação Compulsória Extrajudicial?

Muitos clientes (e até profissionais generalistas) confundem os dois institutos. Na **Usucapião**, exige-se a comprovação de lapso temporal mínimo de posse mansa, pacífica e com *animus domini* (5, 10 ou 15 anos), planta e memorial descritivo assinados por engenheiro/arquiteto e anuência ou notificação de confinantes (vizinhos). Já na **Adjudicação Compulsória Extrajudicial (Art. 216-B da LRP)**, **NÃO existe exigência de tempo mínimo de posse nem necessidade de planta de engenharia para imóveis já individualizados na matrícula**! Se você terminou de pagar a última parcela do contrato ontem e o vendedor se recusa injustificadamente a outorgar a escritura definitiva, já cabe a Adjudicação Compulsória com base no título contratual e na prova da quitação!

[H2] As 4 Etapas do Procedimento de Adjudicação Compulsória no Cartório

Assistido obrigatoriamente por advogado, o comprador segue quatro etapas objetivas: (1) **Lavratura da Ata Notarial em Tabelionato de Notas:** o tabelião atesta a existência do contrato de promessa de compra e venda (ou cadeia de cessões), a prova do pagamento integral do preço (recibos, extratos, termo de quitação ou prescrição da cobrança da dívida) e o inadimplemento da obrigação de outorgar a escritura; (2) **Protocolo do Requerimento pelo Advogado no Cartório de Registro de Imóveis** da circunscrição do bem; (3) **Notificação do Promitente Vendedor (ou de seus herdeiros/sucessores):** o oficial do registro notifica o vendedor para que, no prazo de **15 dias úteis**, outorgue a escritura ou impugne

fundamentadamente; caso não haja impugnação válida, configura-se a concordância tácita; e (4) **Pagamento do ITBI e Registro Direto da Propriedade na Matrícula** em nome do comprador!

[H2] Por Que Regularizar o Seu Imóvel Valoriza o Bem em até 35% no Mercado?

Um imóvel 'irregular' (apenas com contrato de gaveta) sofre um deságio brutal de 30% a 40% na hora da venda porque nenhum banco aceita financiar um imóvel cuja matrícula não esteja no nome do vendedor atual — obrigando o proprietário a vender apenas para quem tem dinheiro à vista e aceita correr o risco. Ao concluir a Adjudicação Compulsória ou a Usucapião Extrajudicial, o imóvel passa a ter matrícula limpa, destravando imediatamente o financiamento bancário e multiplicando o valor do patrimônio da família.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: O Condomínio Pode Proibir Locação por Airbnb / Temporada? (Entendimento do STJ)

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Comprou um apartamento para alugar por temporada no Airbnb e o síndico disse que é proibido? Veja o que decidiu o STJ!

SLIDE 2

O conflito jurídico: De um lado está o Direito de Propriedade do dono do apartamento (Art. 1.228 do CC); do outro, o Direito à Segurança e Sossego da coletividade condominial (Art. 1.336, IV do CC).

SLIDE 3

O que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou? O STJ decidiu que, se a Convenção do Condomínio prevê destinação estritamente RESIDENCIAL, o condomínio PODE SIM proibir a locação de altíssima rotatividade via plataformas digitais (Airbnb/Booking), por equipará-la a um contrato atípico de hospedagem!

SLIDE 4

Mas atenção! O síndico NÃO pode proibir sozinho por uma 'circular interna'! A proibição exige previsão expressa na Convenção de Condomínio (ou alteração da Convenção aprovada pelo quórum qualificado de 2/3 dos condôminos — Art. 1.351 do CC)!

SLIDE 5

E a locação por temporada tradicional da Lei do Inquilinato (até 90 dias, Art. 48 da Lei 8.245/91, sem rotatividade diária de hotel)? Essa continua protegida pela lei!

SLIDE 6 (CTA)

Vai investir em um flat ou apartamento pensando em Airbnb? Leia sempre a Convenção do Condomínio antes de assinar a compra! Salve este post!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Investidores imobiliários já perderam muito dinheiro por comprarem apartamentos pensando em renda de Airbnb sem lerem um único documento antes: a Convenção do Condomínio! ↓ Segundo a jurisprudência consolidada das Turmas de Direito Privado do STJ, a exploração econômica de unidades autônomas mediante locação de curtíssima duração e alta rotatividade por plataformas digitais caracteriza contrato atípico de hospedagem (distinto da locação residencial comum). Por essa razão, os condomínios edilícios possuem legitimidade para restringir ou vedar tal prática em suas Convenções (mediante quórum de 2/3 dos condôminos), visando preservar a segurança e o sossego dos moradores permanentes — ou, alternativamente, regulamentar regras rígidas de cadastro prévio na portaria. Salve este guia e encaminhe para quem investe em imóveis ou atua como síndico! #direitoimobiliario #condominio #airbnb

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: O Inquilino Fez Reforma no Imóvel Alugado: O Proprietário Tem que Descontar do Aluguel?

00s–03s GANCHO

O seu inquilino resolveu trocar o piso ou construir uma churrasqueira na casa alugada e agora quer descontar o valor da obra do aluguel do mês? Veja o que diz a Lei do Inquilinato!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

O artigo 35 e o artigo 36 da Lei nº 8.245/1991 diferenciam três tipos de obras (benfeitorias): as Necessárias (como consertar um telhado que está caindo ou um cano estourado dentro da parede: essas são indenizáveis mesmo sem autorização prévia do dono!), as Úteis (como colocar uma grade de proteção ou cobertura de garagem: essas só são indenizáveis se tiverem autorização prévia por escrito do locador!) e as Voluptuárias (obras de mero embelezamento ou lazer: não são indenizáveis!). E atenção ao detalhe mais importante de todos: a Súmula 335 do STJ valida a cláusula padrão presente em 99% dos contratos de locação pela qual o inquilino renuncia expressamente ao direito de indenização e retenção por qualquer benfeitoria útil ou necessária sem autorização expressa e escrita do proprietário!

45s–55s CTA ÉTICO

Portanto, antes de quebrar uma parede ou autorizar um desconto, confira o que diz a cláusula de benfeitorias do seu contrato! Leia o resumo que deixei aqui na legenda e salve este vídeo!

05

CADERNO SETORIAL #5

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Empresarial, Societário e Contratual

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

Na advocacia empresarial, o cliente (sócio, fundador, diretor ou conselheiro) não compra 'artigos de lei'; ele compra previsibilidade financeira, mitigação de riscos operacionais, governança entre sócios e velocidade para fechar negócios seguros. A comunicação do advogado empresarial no Instagram, no LinkedIn, no YouTube e no Blog deve utilizar a linguagem dos negócios (fluxo de caixa, EBITDA, passivo oculto, valuation, vesting, tag along, responsabilidade dos sócios), traduzindo o Direito Societário e Contratual em proteção prática do CNPJ e do CPF do empresário.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Elaboração e revisão de Contratos Sociais e Acordos de Sócios (Quotistas), contratos de prestação de serviços B2B, Contratos de Vesting e Mútuo Conversível, Registro de Marcas no INPI, notificações extrajudiciais de cobrança empresarial e assessoria mensal consultiva.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- acordo de sócios cláusulas essenciais sociedade limitada
- como funciona contrato de vesting para reter talentos
- exclusão de sócio por falta grave art 1030 e 1085 código civil
- desconsideração da personalidade jurídica art 50 código civil
- como cobrar clientes inadimplentes judicial e extrajudicialmente
- responsabilidade do sócio retirante prazo de 2 anos art 1003 CC
- registro de marca no INPI passo a passo e oposição
- apuracão de haveres na saída ou morte de sócio como calcular

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

acordo de sócios sociedade limitada cláusulas essenciais

[H1] Acordo de Sócios na Sociedade Limitada: As 7 Cláusulas que Evitam a Quebra da Empresa em Caso de Conflito

[H2] Por Que o Contrato Social Padrão da Contabilidade Não Protege a Relação entre os Sócios?

A imensa maioria das sociedades empresárias limitadas (LTDA) no Brasil é constituída por meio de minutas padronizadas de Contrato Social voltadas exclusivamente a cumprir as exigências burocráticas de arquivamento na Junta Comercial. Esses documentos básicos limitam-se a indicar o objeto social, o capital nominal, o endereço e quem assina pela empresa, mas **silenciam completamente sobre os momentos mais críticos da vida societária**: o que acontece se um dos sócios parar de trabalhar e quiser continuar recebendo a mesma divisão de lucros? Como avaliar a empresa se um sócio quiser sair? O que acontece se um sócio se divorciar ou falecer? A resposta técnica para blindar a empresa contra esses impasses é o **Acordo de Sócios (ou Acordo de Quotistas)**, amparado pelo artigo 118 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976) aplicado subsidiariamente às limitadas (art. 1.053, parágrafo único do Código Civil).

[H2] Cláusulas 1, 2 e 3: Governança de Funções, Pró-Labore vs. Lucros e Não-Concorrência (Non-Compete)

As três primeiras cláusulas de um Acordo de Sócios eficiente separam claramente a condição de *Sócio Investidor/Proprietário de Quotas* da condição de *Sócio Operacional/Administrador*: (1) **Remuneração pelo Trabalho (Pró-Labore) vs. Remuneração pelo Capital (Dividendos):** quem trabalha na operação diária recebe pró-labore compatível com o mercado antes da apuração do lucro; quem apenas detém quotas recebe distribuição de lucros proporcional, evitando o sentimento de injustiça quando um sócio trabalha 12 horas por dia e o outro se afasta; (2) **Metas de Dedicação e Exclusividade:** definição objetiva das atribuições de cada diretor/sócio; e (3) **Cláusula de Não-Concorrência (Non-Compete) e Não-Aliciamento (Non-Solicitation):** proibição contratual temporária, geograficamente e materialmente delimitada, impedindo que um sócio saia da empresa hoje e abra um concorrente idêntico na esquina seguinte levando a carteira de clientes e os principais funcionários.

[H2] Cláusulas 4, 5 e 6: Tag Along, Drag Along, Direito de Preferência e Lock-up

Para regular a entrada e saída de sócios sem paralisar a operação, o Acordo de Sócios estrutura os mecanismos clássicos de liquidez societária: (4) **Direito de Preferência e Período de Lock-up:** vedação à venda de quotas a estranhos durante um período mínimo de maturação (lock-up) e garantia de que os sócios atuais têm preferência para adquirir as quotas antes de qualquer terceiro; (5) **Cláusula de Tag Along (Direito de Venda Conjunta):** protege o sócio minoritário garantindo que, se o sócio majoritário receber uma oferta para vender o controle da empresa a um terceiro, o minoritário tem o direito de exigir que suas quotas sejam

incluídas no negócio exatamente pelo mesmo preço e condições; e (6) **Cláusula de Drag Along (Obrigação de Venda Conjunta):** protege o sócio majoritário impedindo que um minoritário intransigente bloqueie uma proposta milionária de aquisição de 100% da empresa por um fundo ou grupo comprador.

[H2] Cláusula 7: Critério de Valuation na Apuração de Haveres e Sucessão por Morte ou Divórcio

Se o Contrato Social e o Acordo de Sócios forem omissos sobre como calcular o valor das quotas na saída ou falecimento de um sócio, o artigo 1.031 do Código Civil e o artigo 606 do CPC determinam o *Balanço de Determinação* (avaliação patrimonial a preço de saída) e o pagamento à vista em 90 dias — o que frequentemente descapitaliza e quebra a empresa! No Acordo de Sócios, as partes podem pactuar livremente (enquanto todos estão em paz) o método de *Valuation* (ex.: fluxo de caixa descontado ou múltiplo de EBITDA) e o parcelamento do pagamento dos haveres em 24, 36 ou 48 parcelas mensais que caibam no fluxo de caixa operacional da sociedade.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: O Que Acontece com a Empresa se o Seu Sócio Se Divorciar ou Falecer?

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Você escolheu muito bem o seu sócio, mas você gostaria de ser sócio da ex-esposa dele ou dos herdeiros dele amanhã?

SLIDE 2

O risco real: Se o seu sócio é casado em Comunhão Parcial de Bens e abriu a empresa durante o casamento, em caso de divórcio o ex-cônjuge tem direito à meação do valor econômico daquelas quotas (Art. 1.027 do CC)!

SLIDE 3

E se o seu sócio falecer? Pelo Art. 1.028 do Código Civil, se o Contrato Social não tiver regra específica, abre-se o processo de liquidação e Apuração de Haveres que pode obrigar a empresa a desembolsar centenas de milhares de reais em 90 dias!

SLIDE 4

Como blindar o caixa da empresa? 1. Cláusula de Impedimento de Ingresso de Herdeiros/Ex-Cônjuges no quadro societário sem aprovação unânime dos sócios remanescentes;

SLIDE 5

2. Cláusula de Critério de Valuation e Parcelamento de Haveres (ex.: pagamento em 36 parcelas mensais limitadas a um percentual da receita líquida, preservando o capital de giro);

SLIDE 6

3. Seguro de Vida Empresarial Cruzado (Buy-Sell Agreement / Seguro Sucessório): a empresa contrata apólice cuja indenização quita à vista os haveres da família do sócio falecido sem tirar 1 real do caixa!

SLIDE 7 (CTA)

Encaminhe este carrossel para o seu sócio hoje mesmo e salve para revisar o Contrato Social da sua empresa!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Ninguém abre uma empresa pensando em divórcio ou falecimento de sócio — mas são exatamente esses dois eventos que fecham milhares de empresas saudáveis no Brasil todos os anos. ↓ Quando o Contrato Social usa aquele modelo genérico de duas páginas que diz apenas 'Em caso de falecimento, a sociedade continuará com os herdeiros ou serão apurados os haveres na forma da lei', a empresa fica exposta à regra supletiva do artigo 1.031, § 2º do Código Civil: pagamento da quota liquidada em dinheiro no prazo de 90 dias! Ao estruturar preventivamente uma cláusula robusta de apuração de haveres combinada com Acordo de Sócios e seguro sucessório empresarial (Buy-Sell), tanto a família do sócio falecido recebe o valor justo com rapidez quanto a empresa preserva sua continuidade operacional. Envie este post para o seu sócio! #direitosocietario #acordodesocios #direitoempresarial

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Sócio Que Saiu da Empresa Ainda Responde pelas Dívidas por Quanto Tempo?

00s–03s GANCHO

Você vendeu ou transferiu as suas quotas, saiu da sociedade empresarial e acha que a partir de hoje não responde mais por nada daquela empresa? Cuidado com a regra dos 2 anos!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

O parágrafo único do artigo 1.003 e o artigo 1.032 do Código Civil — somados ao artigo 10-A da CLT na esfera trabalhista — estabelecem uma regra que pega muitos ex-sócios de surpresa: o sócio retirante continua respondendo solidariamente (ou subsidiariamente na Justiça do Trabalho, após a empresa e os sócios atuais) pelas obrigações que tinha como sócio até 2 ANOS DEPOIS de averbada a alteração do contrato social na Junta Comercial! E preste muita atenção no detalhe mais perigoso: os 2 anos NÃO começam a contar do dia em que você assinou o papel na mesa do escritório; eles só começam a contar do dia em que a alteração contratual é efetivamente protocolada e arquivada na Junta Comercial (salvo se protocolada nos 30 dias seguintes à assinatura)! Se o seu ex-sócio guardou a alteração na gaveta e não levou à Junta, para a Justiça você ainda é sócio!

45s–55s CTA ÉTICO

Quer saber como o próprio sócio retirante pode averbar sua saída na Junta Comercial caso a empresa se omita? Eu expliquei o procedimento aqui na legenda abaixo! Salve este vídeo!

06

CADERNO SETORIAL #6

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Tributário (Recuperação de Créditos, Planejamento e Defesa Fiscal)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito Tributário é uma das áreas de maior retorno financeiro na advocacia, mas exige que o advogado abandone as siglas incompreensíveis e se comunique segmentando por setor econômico: em vez de fazer um post genérico sobre 'PIS e COFINS', faça conteúdos direcionados especificamente para 'Donos de Farmácias, Autopeças, Supermercados e Postos de Combustível (Produtos Monofásicos)', 'Clínicas Médicas e Odontológicas (Equiparação Hospitalar)', 'Transportadoras (Créditos de Insumos)' ou 'Produtores Rurais e Agroindústrias'.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Diagnóstico Tributário Preventivo, Revisão Fiscal Administrativa no Simples Nacional (Produtos Monofásicos e Substituição Tributária de PIS/COFINS — restituição administrativa em 60 dias na conta da empresa!), defesas em Execução Fiscal (Exceção de Pré-Executividade) e Transação Tributária na PGFN.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- `recuperação de créditos tributários simples nacional produtos monofásicos`
- `transação tributária PGFN descontos dívida ativa federal`
- `exceção de pré-executividade execução fiscal prescrição intercorrente`
- `planejamento tributário holding ou lucro presumido vs lucro real`
- `ITCMD progressivo reforma tributária planejamento sucessório`
- `ITBI sobre valor venal de referência ou valor da compra Tema 1113 STJ`
- `exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo do PIS e COFINS`
- `bloqueio judicial Sisbajud execução fiscal como desbloquear`

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

`ITBI valor venal de referência Tema 1113 STJ restituição`

[H1] ITBI na Compra de Imóveis (Tema 1113 do STJ): Por Que a Prefeitura Não Pode Cobrar Imposto Sobre 'Valor de Referência' Arbitrário

[H2] A Cobrança Abusiva nas Prefeituras: Valor do Negócio Real vs. 'Valor Venal de Referência'

Sempre que um cidadão ou uma empresa adquire um imóvel urbano ou rural por compra e venda, o registro da escritura na matrícula depende do recolhimento do **ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis)** junto ao Município. Na prática cotidiana de centenas de prefeituras brasileiras, porém, ocorre uma distorção recorrente: o comprador negocia e adquire um imóvel pelo valor real de R$ 500.000,00 (por exemplo, porque o imóvel precisava de reforma ou foi comprado em uma oportunidade legítima de mercado), mas ao emitir a guia do ITBI na prefeitura, o sistema municipal ignora o valor do contrato e exige o pagamento do imposto calculado sobre uma tabela unilateral chamada 'Valor Venal de Referência', arbitrando o imóvel em R$ 800.000,00!

[H2] As Três Teses Vinculantes Fixadas pelo STJ no Tema Repetitivo nº 1113

Para pôr fim a essa arbitrariedade fiscal em todo o território nacional, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o **Tema Repetitivo nº 1113 (REsp 1.937.821/SP)** e fixou três teses de observância obrigatória: (1) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, **não estando vinculada à base de cálculo do IPTU**, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação; (2) **O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado**, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do Código Tributário Nacional - CTN); e (3) **O Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente**.

[H2] E para Quem Compra Imóvel em Leilão Judicial ou Extrajudicial?

A jurisprudência do STJ é ainda mais cristalina nas arrematações em leilões públicos (judiciais ou extrajudiciais da Caixa/bancos): na arrematação em hasta pública, a base de cálculo do ITBI é obrigatoriamente o **valor efetivo da arrematação (o lance vencedor pago no leilão)**, e jamais o valor de avaliação judicial ou o valor venal da prefeitura! Se o investidor arrematou um imóvel avaliado em R$ 1.000.000,00 pelo lance de R$ 550.000,00, o ITBI incide estritamente sobre R$ 550.000,00.

[H2] Como Agir Antes de Pagar (Mandado de Segurança) ou Como Restituir os Últimos 5 Anos

O contribuinte possui dois caminhos jurídicos legítimos: antes da lavratura da escritura, caso a prefeitura condicione a emissão da guia ao valor arbitrado unilateralmente, é cabível a impetração de Mandado de Segurança preventivo para garantir o recolhimento sobre o valor real da transação. Caso o comprador já tenha pago o ITBI a maior para não atrasar o financiamento bancário ou a escritura, ele possui o prazo prescricional de **5 anos (art. 168 do CTN)** para pleitear a restituição em dinheiro da diferença cobrada indevidamente, devidamente corrigida.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Empresas do Simples Nacional que Pagam PIS e COFINS Duas Vezes Sem Saber (Produtos Monofásicos)

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Você tem Farmácia, Autopeças, Loja de Cosméticos, Pet Shop, Conveniência ou Bar/Restaurante no Simples Nacional? Sua empresa pode estar pagando imposto duplicado todo mês!

SLIDE 2

O que são Produtos com Tributação Monofásica de PIS e COFINS (Lei 10.147/00 e Lei 10.485/02)? São mercadorias (como remédios, perfumaria, bebidas frias, cervejas, refrigerantes, águas, pneus, baterias e autopeças) em que a indústria ou importador já recolhe 100% do PIS e da COFINS lá na fábrica!

SLIDE 3

Quando o comércio varejista ou atacadista revende esses produtos para o consumidor final, a alíquota de PIS e COFINS sobre essa receita é ZERO!

SLIDE 4

O erro que acontece em milhares de empresas: Na hora de apurar o DAS do Simples Nacional no fim do mês, o sistema contábil muitas vezes lança todas as vendas como 'Tributação Normal' sem segregar os produtos monofásicos pelo código NCM, fazendo o empresário pagar PIS e COFINS pela segunda vez!

SLIDE 5

A solução legal: Além de corrigir o cadastro de produtos daqui para frente (reduzindo a guia mensal do Simples Nacional imediatamente), a lei permite pedir a restituição administrativa na Receita Federal de tudo o que foi pago a maior nos últimos 5 anos!

SLIDE 6 (CTA)

Conhece um dono de farmácia, autopeças, pet shop ou restaurante? Envie este carrossel para ele pelo WhatsApp!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

A segregação de receitas de produtos sujeitos à tributação concentrada (monofásica) no Simples Nacional é um direito garantido pelo artigo 18, § 4º-A, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006! ↓ Não se trata de tese judicial controvertida nem de disputa contra o Fisco: a própria Receita Federal do Brasil reconhece expressamente o direito do comerciante varejista do Simples Nacional de segregar as receitas decorrentes da revenda de mercadorias monofásicas (medicamentos, produtos de higiene e toucador, bebidas frias, autopeças e pneumáticos) para que sobre elas não incidam os percentuais de PIS e COFINS dentro do DAS. Quando essa auditoria de NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) é realizada sobre os últimos 60 meses, a restituição administrativa ocorre diretamente na conta bancária da pessoa jurídica. Compartilhe esta informação técnica com empreendedores do comércio! #direitotributario #simplesnacional #recuperacaodecreditos

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal (Tema 566 do STJ)

00s–03s GANCHO

A sua empresa ou você pessoa física sofreu uma Execução Fiscal há 6, 8 ou 10 anos e o processo está parado sem encontrar bens? Essa cobrança pode estar prescrita!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

No Direito Tributário brasileiro, nenhuma dívida fiscal pode ser eterna! O artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980) e o julgamento vinculante do Superior Tribunal de Justiça no Tema Repetitivo nº 566 (REsp 1.340.553/RS) estabeleceram a regra exata da Prescrição Intercorrente: a partir da data da primeira tentativa infrutífera de localização do devedor ou de penhora de bens nos autos da execução fiscal, começa a correr automaticamente o prazo de 1 ano de suspensão somado aos 5 anos de prescrição intercorrente (totalizando 6 anos!), sem necessidade de despacho formal do juiz declarando a suspensão! E como se trata de matéria de ordem pública que não exige dilação probatória (Súmula 393 do STJ), o advogado pode arguir essa prescrição por meio de Exceção de Pré-Executividade, sem que o executado precise oferecer bens à penhora para se defender!

45s–55s CTA ÉTICO

Quer entender quais atos da Fazenda Pública interrompem e quais NÃO interrompem esse prazo de 6 anos segundo o STJ? Leia a explicação detalhada aqui na legenda e salve este vídeo!

07

CADERNO SETORIAL #7

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Médico, Odontológico e da Saúde (Defesa Médica e Pacientes)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito Médico e da Saúde divide-se em duas frentes altamente rentáveis que exigem comunicação distinta: (A) Direito Médico Preventivo e Defesa Ética/Cível para Médicos, Dentistas, Clínicas e Hospitais; e (B) Direito à Saúde suplementar e pública para Pacientes (negativas de planos de saúde e SUS para tratamentos oncológicos, cirurgias, home care, medicamentos de alto custo e terapias multidisciplinares para TEA).

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Na frente médica: pacote de adequação documental de clínicas (Prontuário, TCLE específico por procedimento, Contratos de Prestação de Serviços e LGPD para dados sensíveis de saúde) e defesas em sindicâncias no CRM/CRO. Na frente de pacientes: ações com pedido de tutela de urgência (liminares) com cobrança de honorários iniciais contratuais.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- termo de consentimento livre e esclarecido TCLE médico importância
- defesa em sindicância e processo ético profissional no CRM
- reajuste abusivo plano de saúde por faixa etária idoso ou falso coletivo
- home care negado pelo plano de saúde requisitos STJ
- cirurgia reparadora pós bariátrica plano de saúde é obrigado a cobrir
- direito ao fornecimento de medicamento de alto custo pelo SUS Tema 793 e 1234 STF
- prontuário médico eletrônico valor probatório em ação de erro médico
- cancelamento unilateral de plano de saúde durante tratamento médico

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

termo de consentimento livre e esclarecido TCLE responsabilidade civil médica

[H1] Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na Medicina e Odontologia: Por Que a Falta de Informação Gera Condenação Mesmo Sem Erro Técnico

[H2] A Virada Jurisprudencial no STJ: Condenação por Falha no Dever de Informar Mesmo com Cirurgia Perfeita!

Durante décadas, médicos, cirurgiões-dentistas e clínicas acreditaram que só poderiam ser responsabilizados civilmente na Justiça se ficasse comprovada na perícia médica a ocorrência de imperícia, imprudência ou negligência na execução técnica do ato cirúrgico. Contudo, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) alterou profundamente esse paradigma ao firmar o entendimento de que **a violação ao dever autônomo de informação (ausência de consentimento livre e esclarecido documentado) configura, por si só, falha na prestação do serviço capaz de gerar o dever de indenizar**, caso ocorra uma complicação ou intercorrência previsível da qual o paciente não tenha sido previamente advertido — ainda que a cirurgia tenha sido tecnicamente impecável!

[H2] Por Que o 'Termo Genérico de 1 Página da Recepção' Não Serve na Justiça?

Na rotina apressada de muitos consultórios e hospitais, entrega-se ao paciente, cinco minutos antes de entrar no centro cirúrgico, uma folha padronizada de meia página dizendo apenas: *'Declaro que fui informado de todos os riscos da cirurgia e autorizo o médico a realizar o procedimento'*. Perante os Tribunais de Justiça e o STJ, esse documento genérico ('termo em branco') é considerado **juridicamente ineficaz**, pois viola o artigo 6º, inciso III e o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, bem como o artigo 22 do Código de Ética Médica. Como o ônus de provar que informou adequadamente o paciente recai sobre o médico/clínica, um termo vago equivale à ausência de prova.

[H2] Os 5 Requisitos de um TCLE Blindado e Individualizado

Para cumprir sua função ética e probatória, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve observar cinco pilares técnicos: (1) **Especificidade para o Procedimento e para o Paciente:** deve descrever em linguagem acessível (sem jargões incompreensíveis) o diagnóstico, o procedimento proposto, as alternativas terapêuticas e os riscos específicos estatisticamente relevantes daquela intervenção; (2) **Antecedência Temporal (Tempo de Reflexão):** em procedimentos eletivos, o TCLE deve ser entregue e explicado na consulta prévia (dias antes da cirurgia), com registro da data e hora de entrega, permitindo que o paciente leia em casa com a família sem a pressão emocional do centro cirúrgico; (3) **Registro dos Cuidados Pós-Operatórios e Consequências do Abandono:** alerta expresso de que o

sucesso terapêutico depende do cumprimento rigoroso do repouso, medicações e retornos pelo paciente (fato exclusivo da vítima em caso de descumprimento); (4) **Espaço para Dúvidas Esclarecidas**; e (5) **Integração com o Prontuário Médico detalhado**.

[H2] O Prontuário Médico como a Maior Defesa do Profissional da Saúde

Ao lado do TCLE, o preenchimento cronológico, legível e minucioso do prontuário médico (incluindo o registro de faltas do paciente às consultas de retorno, recusas terapêuticas e orientações fornecidas) constitui a prova rainha na perícia judicial e nas sindicâncias perante o Conselho Regional de Medicina (CRM).

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: O Plano de Saúde Pode Cancelar o Contrato Durante Tratamento de Câncer, Autismo ou Internação? (Tema 1082 do STJ)

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Recebeu uma carta do plano de saúde informando o cancelamento unilateral do contrato bem no meio do tratamento médico ou das terapias do seu filho? Veja o que decidiu o STJ!

SLIDE 2

A estratégia das operadoras: Nos planos coletivos empresariais ou por adesão, muitas operadoras notificavam o cancelamento imotivado da apólice para se livrarem de pacientes em tratamentos contínuos de alto custo.

SLIDE 3

A Tese Vinculante do STJ (Tema Repetitivo nº 1082): O Superior Tribunal de Justiça proibiu a interrupção do atendimento! Mesmo que o contrato coletivo seja rescindido, a operadora é OBRIGADA a assegurar a continuidade da assistência ao beneficiário internado ou em pleno tratamento médico garantidor de sua sobrevivência ou de sua incolumidade física!

SLIDE 4

Até quando dura essa proteção obrigatória? Até a efetiva ALTA MÉDICA do tratamento, desde que o titular continue pagando regularmente a mensalidade proporcional!

SLIDE 5

Isso vale também para crianças e adolescentes em tratamento multidisciplinar contínuo (como TEA / Autismo)? Sim, a jurisprudência aplica a proteção do Tema 1082 para impedir a desassistência terapêutica!

SLIDE 6 (CTA)

Informação sobre saúde salva vidas. Salve este carrossel e compartilhe com famílias que precisam conhecer o Tema 1082 do STJ!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Nenhuma família em tratamento oncológico, internação ou acompanhamento multidisciplinar essencial pode ser deixada desamparada da noite para o dia por decisão comercial unilateral do plano de saúde. ↓ No julgamento do Tema Repetitivo nº 1082, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça fixou a tese vinculante de que a operadora, mesmo após o exercício regular da rescisão unilateral de plano coletivo, deverá assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais prescritos a usuário internado ou em pleno tratamento médico garantidor de sua sobrevivência ou de sua incolumidade física, até a efetiva alta, desde que o titular arque integralmente com a contraprestação devida. Compartilhe este direito fundamental com quem precisa! #direitodasaude #planodesaude #tema1082

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Cirurgia Reparadora Pós-Bariátrica (Retirada de Excesso de Pele): O Plano é Obrigado a Cobrir?

00s–03s GANCHO

Você fez a cirurgia bariátrica, emagreceu dezenas de quilos com muito esforço, mas quando pediu a cirurgia reparadora para retirar o excesso de pele (dermolipectomia ou mamoplastia reparadora), o plano de saúde negou dizendo que é 'cirurgia meramente estética'?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Preste muita atenção: o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou no julgamento vinculante do Tema Repetitivo nº 1069 que as cirurgias plásticas reparadoras de retirada de excesso de tecido epitelial após cirurgia bariátrica NÃO são procedimentos estéticos de vaidade; elas fazem parte da continuidade do próprio tratamento médico da obesidade mórbida (que tem cobertura obrigatória), pois o excesso de dobras de pele causa assaduras graves, infecções de repetição, dermatites, problemas posturais e sofrimento funcional! Por isso, segundo o STJ, havendo indicação do médico assistente, o plano de saúde é obrigado a custear as cirurgias reparadoras pós-bariátricas necessárias à restauração da saúde integral do paciente!

45s–55s CTA ÉTICO

E se o plano de saúde tiver alguma dúvida sobre quais procedimentos são reparadores? O Tema 1069 do STJ determina que cabe à própria operadora custear uma junta médica para dirimir a divergência! Leia os detalhes aqui na legenda e salve este vídeo!

08

CADERNO SETORIAL #8

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Criminal, Tribunal do Júri e Compliance Penal Econômico

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

Na advocacia criminal ética e de alto valor, a regra número 1 é o respeito à dignidade humana, ao devido processo legal e à discrição absoluta. Como vimos no Módulo 9, o cliente solvente (empresário investigado em crime tributário/ambiental, profissional liberal acusado de crime culposo, família de classe média/alta que precisa de defesa urgente) foge de advogados sensacionalistas que tiram selfie na porta da delegacia e procura o criminalista técnico, estudioso do STJ/STF, sereno e discreto.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Acompanhamento técnico em Inquérito Policial e depoimentos, atuação em Prisão em Flagrante e Audiência de Custódia, pedidos de restituição de coisas apreendidas, Acordo de Não Persecução Penal (ANPP — art. 28-A do CPP), defesas preliminares e Habeas Corpus.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- acordo de não persecução penal ANPP requisitos art 28-A CPP
- audiência de custódia como funciona liberdade provisória
- reconhecimento fotográfico nulo art 226 CPP jurisprudência STJ
- busca domiciliar sem mandado policial invasão de domicílio Tema 280 STF
- crimes tributários extinção da punibilidade pelo pagamento da dívida
- diferença entre calúnia injúria e difamação prazo queixa-crime 6 meses
- como funciona o inquérito policial direitos do investigado Súmula Vinculante 14
- restituição de veículo ou celular apreendido na delegacia

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

acordo de não persecução penal ANPP requisitos art 28-A CPP

[H1] Acordo de Não Persecução Penal (ANPP — Art. 28-A do CPP): Requisitos, Benefícios e Como Evitar o Processo Criminal e aPerda da Primariedade

[H2] A Justiça Penal Negocial no Brasil: O Que é o ANPP?

Introduzido no Código de Processo Penal brasileiro pela Lei nº 13.964/2019 (Artigo 28-A do CPP), o **Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)** consolidou-se como um dos institutos mais importantes da defesa criminal contemporânea. Trata-se de um negócio jurídico pré-processual celebrado entre o Ministério Público e o investigado — obrigatoriamente assistido por seu advogado — por meio do qual, preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos da lei, evita-se a deflagração da ação penal (ou encerra-se a persecução), garantindo que o cidadão cumpra condições alternativas não privativas de liberdade e preserve integralmente a sua **primariedade e certidão de antecedentes criminais limpa**.

[H2] Quais são os 4 Requisitos Legais para Ter Direito ao ANPP?

Nos termos do *caput* e do § 2º do artigo 28-A do CPP, o cabimento do Acordo de Não Persecução Penal exige o preenchimento cumulativo de quatro pressupostos: (1) **Infração penal cometida sem violência ou grave ameaça à pessoa** (o que abrange a imensa maioria dos crimes patrimoniais sem violência, crimes tributários, empresariais, ambientais, de trânsito e contra a administração pública); (2) **Pena mínima cominada em abstrato inferior a 4 (quatro) anos** (consideradas na conta as causas de aumento e diminuição de pena aplicáveis ao caso); (3) **Confissão formal e circunstanciada da prática da infração penal** (cuja natureza, segundo a evolução jurisprudencial das Cortes Superiores, deve ser analisada estrategicamente pelo defensor após a verificação da justa causa e licitude das provas do inquérito!); e (4) **Inexistência de impedimentos subjetivos** (não ser reincidente, não ter sido beneficiado nos últimos 5 anos por outro ANPP, transação penal ou suspensão condicional do processo, e não se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar).

[H2] Por Que o Advogado Deve Analisar a Licitude das Provas ANTES de Aconselhar a Assinatura do ANPP?

Um erro grave na prática forense é assinar o ANPP automaticamente na primeira audiência sem antes examinar a fundo o inquérito policial (exercendo a prerrogativa da **Súmula Vinculante 14 do STF**). Se o inquérito está fundado em prova manifestamente ilícita (como invasão de domicílio sem justa causa ou reconhecimento fotográfico nulo que violou o art. 226 do CPP), ou se o fato é atípico ou já está prescrito, o caminho técnico não é confessar e celebrar acordo, mas sim requerer o arquivamento ou trancamento via Habeas Corpus! O ANPP deve ser utilizado quando há lastro probatório válido e o acordo representa a solução mais benéfica para preservar a liberdade e o nome do constituinte.

[H2] O Que Acontece Após o Cumprimento Integral do ANPP? (§ 13 do Art. 28-A do CPP)

Cumpridas integralmente as condições ajustadas (como reparação do dano quando possível, prestação de serviços à comunidade ou prestação pecuniária a entidade pública ou de interesse social), o juiz decretará a **extinção da punibilidade** (§ 13 do art. 28-A do CPP). A celebração e o cumprimento do ANPP não constarão de certidão de antecedentes criminais (salvo para o controle interno de impedimento de novo benefício no prazo de 5 anos), não geram reincidência nem efeitos civis ou administrativos automáticos de uma sentença condenatória.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Calúnia, Difamação ou Injúria na Internet: Qual a Diferença e o Prazo Fatal de 6 Meses!

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Foi ofendido ou teve sua reputação atacada em grupos de WhatsApp ou redes sociais? Cuidado com o prazo decadencial de 6 meses que faz muita vítima perder o direito de agir!

SLIDE 2

1. CALÚNIA (Art. 138 do Código Penal): Acontece quando alguém imputa falsamente a você um fato definido como CRIME (ex.: 'Fulano desviou dinheiro do caixa do condomínio no mês passado').

SLIDE 3

2. DIFAMAÇÃO (Art. 139 do Código Penal): Acontece quando alguém imputa a você um fato ofensivo à sua reputação e honra objetiva perante terceiros, mesmo que não seja crime.

SLIDE 4

3. INJÚRIA (Art. 140 do Código Penal): Acontece quando alguém ofende a sua dignidade ou decoro com xingamentos e adjetivos depreciativos (atingindo a honra subjetiva / autoestima). E atenção: pelo § 2º do Art. 141 do CP, crimes contra a honra cometidos em redes sociais têm a pena APLICADA EM TRIPLO!

SLIDE 5

O Prazo Fatal de 6 Meses (Art. 38 do CPP e Art. 103 do CP): Nos crimes de ação penal privada (Queixa-Crime apresentada por advogado), o prazo de 6 meses conta do dia em que a vítima descobre QUEM é o autor da ofensa — e não se interrompe nem mesmo com o registro do Boletim de Ocorrência!

SLIDE 6 (CTA)

Antes que o ofensor apague as mensagens, registre uma Ata Notarial em cartório (ou via Verifact) e consulte um advogado criminalista! Salve este post!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muitas vítimas de ofensas graves e ataques difamatórios na internet registram um Boletim de Ocorrência na delegacia e ficam esperando sentadas em casa achando que 'o processo já começou sozinho' — até descobrirem, 7 meses depois, que ocorreu a decadência do direito! ↓ Nos crimes contra a honra de ação penal privada (regra geral para calúnia, difamação e injúria simples), não basta lavrar o Boletim de Ocorrência: é indispensável que a vítima, por meio de advogado constituído com procuração dotada de poderes especiais (art. 44 do CPP), ajuíze a Queixa-Crime perante o Juízo Criminal dentro do prazo improrrogável de 6 meses contados do dia em que veio a saber quem é o autor do crime (art. 38 do CPP). Salve este guia para nunca confundir os três institutos e compartilhe! #direitopenal #crimescontraahonra #queixacrime

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Pagamento ou Parcelamento do Imposto Extingue o Crime Tributário?

00s–03s GANCHO

Empresário: se a sua empresa sofreu um auto de infração fiscal e o Ministério Público ofereceu denúncia por crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990), o que acontece com o processo criminal se a dívida for paga ou parcelada?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

No Direito Penal Tributário brasileiro, existe uma regra especialíssima consolidada na Súmula Vinculante 24 do STF e no artigo 9º da Lei nº 10.684/2003 (e art. 83 da Lei nº 9.430/1996): primeiro, não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo na esfera administrativa (ou seja, enquanto a sua defesa administrativa estiver sendo julgada no CARF ou no Conselho de Contribuintes, o processo criminal não pode sequer começar!); segundo, a adesão a programa de parcelamento tributário antes do recebimento da denúncia suspende a pretensão punitiva e a prescrição criminal; e terceiro, o PAGAMENTO INTEGRAL do débito tributário e acessórios, a qualquer tempo (inclusive após a condenação, antes do trânsito em julgado, segundo a jurisprudência do STF e do STJ!), EXTINGUE INTEGRALMENTE A PUNIBILIDADE CRIMINAL!

45s–55s CTA ÉTICO

Por isso, a atuação integrada entre a defesa tributária e a defesa penal econômica é decisiva para a liberdade do empresário! Leia os fundamentos legais na legenda abaixo e salve este vídeo!

09

CADERNO SETORIAL #9

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito do Consumidor, Bancário e Superendividamento

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito do Consumidor e Bancário possui apelo imediato na internet porque lida com injustiças cotidianas contra grandes corporações (bancos, seguradoras, companhias aéreas, concessionárias de energia/água e montadoras de veículos). Para atrair casos rentáveis e fugir de demandas de mero aborrecimento de R$ 200,00, o advogado deve focar seu conteúdo em temas de maior densidade patrimonial: Fraudes Bancárias Complexas, Revisão e Repactuação de Dívidas (Lei do Superendividamento — Lei nº 14.181/2021), Negativas de Cobertura de Seguros de Vida/Automóvel/Agrícola, Vícios Ocultos em Veículos e Máquinas e Busca e Apreensão de Bens.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Notificações administrativas qualificadas, análise contratual bancária/securitária, audiência global de repactuação de dívidas por superendividamento (com honorários iniciais) e defesas urgentes em Busca e Apreensão de veículos/máquinas (Decreto-Lei nº 911/1969).

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- `lei do superendividamento como funciona repactuação de dívidas`
- `seguradora negou indenização seguro de vida ou veículo`
- `busca e apreensão de veículo prazo de 5 dias purgação da mora`
- `empréstimo consignado não contratado aposentado desconto indevido`
- `RMC e RCC cartão de crédito consignado reserva de margem`
- `defeito oculto no motor ou câmbio veículo usado garantia legal`
- `corte de energia elétrica débito antigo ou em nome de terceiro`
- `negativação indevida Serasa Súmula 385 STJ quando cabe dano moral`

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

`lei do superendividamento como funciona plano de pagamento mínimo existencial`

[H1] Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021): Como Funciona o Plano Judicial de Pagamento que Preserva o Mínimo Existencial da Família

[H2] O Que é o Superendividamento Segundo o Código de Defesa do Consumidor?

A promulgação da **Lei Federal nº 14.181/2021** atualizou o Código de Defesa do Consumidor (incluindo os capítulos V-A e VI-A, artigos 54-A a 54-G e 104-A a 104-C) para instituir no Brasil um verdadeiro regime de 'recuperação judicial da pessoa física de boa-fé'. Nos termos do artigo 54-A, § 1º do CDC, entende-se por **superendividamento** a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer o seu **mínimo existencial** — isto é, a quantia mínima da renda mensal indispensável para garantir moradia, alimentação, luz, água, saúde e subsistência digna da família.

[H2] Quais Dívidas Entram e Quais NÃO Entram na Repactuação do Superendividamento?

Podem ser incluídas no processo de repactuação todas as dívidas decorrentes de relações de consumo, inclusive operações de crédito, empréstimos pessoais, cartões de crédito, cheque especial, carnês de compras e contas de serviços continuados (água, luz, telefone). Por outro lado, o § 3º do artigo 54-A e o § 1º do artigo 104-A excluem expressamente: (1) dívidas contraídas mediante fraude ou má-fé pelo consumidor com a intenção deliberada de não pagar; (2) dívidas oriundas de contratos de aquisição ou financiamento de produtos e serviços de luxo de alto valor; (3) impostos e tributos (dívidas fiscais); (4) pensão alimentícia; e (5) créditos com garantia real (como o financiamento habitacional da própria casa em alienação fiduciária) e crédito rural.

[H2] Como Funciona a Audiência Conciliatória Global e o Plano Compulsório em até 5 Anos?

O procedimento previsto nos artigos 104-A e 104-B do CDC divide-se em duas fases: primeiramente, a requerimento do consumidor assistido por advogado, o juiz instaura processo de repactuação de dívidas e designa uma **audiência conciliatória global** com a presença de todos os bancos e credores simultaneamente, na qual o consumidor apresenta uma proposta de plano de pagamento com prazo máximo de **5 (cinco) anos**, preservado o seu mínimo existencial. Caso algum credor falte injustificadamente à audiência, o § 2º do art. 104-A aplica sanções severas: suspensão da exigibilidade do débito, interrupção dos encargos da mora e sujeição compulsória ao plano! E se não houver acordo voluntário, o art. 104-B autoriza o juiz a instaurar o processo por superendividamento para revisão e integração dos contratos e

elaboração de um **Plano Judicial Compulsório**, assegurando aos credores, no mínimo, o valor do principal corrigido monetariamente por índices oficiais, com o primeiro pagamento em até 180 dias e o saldo parcelado em até 5 anos!

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: A Seguradora Negou a Indenização do Seguro do Carro ou Seguro de Vida? As 4 Súmulas do STJ que Todo Segurado Precisa Conhecer!

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

A seguradora recebe o pagamento do boleto em dia durante anos, mas no dia do acidente ou sinistro encontra uma desculpa para negar a indenização? Veja 4 Súmulas do STJ!

SLIDE 2

1. Súmula 620 do STJ (Embriaguez no Seguro de Vida): No seguro de VIDA, a seguradora é PROIBIDA de negar o pagamento da indenização à família alegando que o segurado falecido estava alcoolizado no acidente!

SLIDE 3

2. Súmula 616 do STJ (Atraso no Pagamento de Parcela): A seguradora NÃO pode cancelar a apólice nem negar cobertura automaticamente por simples atraso de uma parcela sem antes notificar formalmente o segurado constituindo-o em mora!

SLIDE 4

3. Súmula 609 do STJ (Doença Preexistente no Seguro de Vida): A recusa de cobertura sob alegação de doença preexistente é ILÍCITA se a seguradora não exigiu exames médicos prévios à contratação ou não provou a má-fé dolosa do segurado!

SLIDE 5

4. Súmula 465 do STJ (Transferência do Veículo ou Condutor Eventual): Nos seguros de automóvel, a simples condução eventual por familiar ou transferência sem agravamento intencional e comprovado do risco não afasta o dever de indenizar!

SLIDE 6 (CTA)

Atenção ao prazo prescricional de 1 ano do seguro (contado da ciência da negativa formal)! Salve este carrossel!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

O contrato de seguro é regido pelo princípio da máxima boa-fé objetiva (art. 765 do Código Civil) — e essa boa-fé vale tanto para o segurado quanto para a seguradora! ↓ Infelizmente, na prática securitária brasileira, muitas negativas administrativas de sinistros contrariam frontalmente enunciados sumulares pacificados há anos pelo Superior Tribunal de Justiça (como as Súmulas 465, 609, 616 e 620 do STJ). Um cuidado técnico vital: como o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador é de apenas 1 (um) ano (art. 206, § 1º, II do Código Civil), contado a partir da ciência inequívoca da recusa formal da seguradora (Súmula 229 do STJ), analisar a carta de negativa imediatamente é indispensável. Salve este post para consulta e compartilhe! #direitosecuritario #segurodevida #direitodoconsumidor

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Busca e Apreensão de Veículo Financiado: Como Funciona o Prazo de 5 Dias?

00s–03s GANCHO

O oficial de justiça bateu na sua porta hoje de manhã e levou o seu carro ou caminhão em uma ação de Busca e Apreensão do banco? Cuidado: o relógio de 5 dias já começou a correr!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

No procedimento especial da Alienação Fiduciária (Decreto-Lei nº 911/1969), a velocidade é tudo. Assim que a liminar de busca e apreensão é executada e o veículo é apreendido, abrem-se dois prazos fatais: em apenas 5 DIAS após a execução da liminar, se não houver pagamento ou reversão liminar por nulidade, a propriedade e a posse plena do bem consolidam-se nas mãos do banco (que já pode vender o seu carro em leilão!); e em 15 dias da execução da liminar vence o prazo para o seu advogado apresentar a Contestação! Mas atenção ao detalhe técnico que muita gente não sabe: para que a liminar de busca e apreensão seja válida, a Súmula 72 do STJ exige a comprovação da mora mediante notificação válida entregue no endereço do contrato! Se a notificação extrajudicial foi nula ou se há abusividade comprovada nos encargos do período de normalidade (Tema 28 do STJ), a defesa técnica precisa agir imediatamente!

45s–55s CTA ÉTICO

Nunca deixe passar as primeiras 24 horas após uma apreensão sem análise do processo! Leia os detalhes sobre a purgação da mora aqui na legenda abaixo e salve este vídeo!

10

CADERNO SETORIAL #10

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Digital, Proteção de Dados (LGPD), Inteligência Artificial e Crimes Cibernéticos

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O Direito Digital deixou de ser uma 'área do futuro' para se tornar uma necessidade urgente do presente: clínicas médicas, escolas, contabilidades, e-commerces, influenciadores digitais, agências de publicidade, criadores de infoprodutos e empresas de tecnologia enfrentam diariamente problemas de adequação à LGPD, vazamento de dados, contas de Instagram/WhatsApp hackeadas ou banidas indevidamente, fraudes digitais e contratos de tecnologia (SaaS).

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Projetos de Adequação à LGPD (Mapeamento de Dados, RIPD, Políticas de Privacidade e Treinamento), DPO as a Service (Encarregado de Dados externo recorrente mensal), ações urgentes de recuperação de contas comerciais de Instagram/WhatsApp invadidas ou desativadas indevidamente (com liminar e honorários à vista!) e elaboração de Termos de Uso para plataformas e infoprodutores.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- instagram hackeado ou conta desativada como recuperar judicialmente
- adequação LGPD para clínicas médicas e odontológicas dados sensíveis
- direito de imagem uso de marca indevido na internet Google Ads
- ata notarial e Verifact prova digital válida no processo judicial
- responsabilidade de influenciadores digitais publicidade Código de Defesa do Consumidor
- contrato de prestação de serviços de marketing digital e tráfego pago
- vazamento de dados pessoais indenização dano moral STJ
- direito autoral em cursos online pirataria de infoprodutos

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

conta do instagram hackeada ou desativada como recuperar liminar

[H1] Conta Comercial do Instagram ou WhatsApp Invadida ou Desativada Sem Motivo: Direitos do Usuário e Como Recuperar com Segurança

[H2] Quando o Perfil da Rede Social É o Principal Instrumento de Trabalho da Empresa ou do Profissional

Para milhares de lojas, clínicas, prestadores de serviços e profissionais liberais no Brasil, o perfil comercial no Instagram ou o número de atendimento no WhatsApp Business não são meros aplicativos de lazer; constituem o seu **principal estabelecimento comercial digital (fundo de comércio virtual)**, construído ao longo de anos de investimento em conteúdo e tráfego pago. Por essa razão, sofrer um bloqueio ou desativação unilateral automatizada pela plataforma sem direito a contraditório efetivo — ou ter a conta sequestrada por criminosos cibernéticos que passam a aplicar golpes do Pix nos seguidores em nome do titular — representa uma paralisação imediata do faturamento e um abalo severo à reputação da marca.

[H2] A Responsabilidade das Plataformas Digitais sob a Ótica do Marco Civil da Internet e do CDC

A jurisprudência consolidada dos Tribunais de Justiça brasileiros reconhece a incidência do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) na relação entre os provedores de aplicação de redes sociais e os usuários (inclusive profissionais que utilizam a plataforma como ferramenta de divulgação). Nos casos de **invasão por hackers (engenharia social ou falha de autenticação)** em que o titular comunica imediatamente a plataforma pelos canais oficiais, mas o provedor permanece inerte permitindo que os criminosos continuem aplicando golpes nos seguidores, configura-se falha na prestação do serviço (art. 14 do CDC). Da mesma forma, nas **desativações algorítmicas injustificadas**, a ausência de indicação clara de qual publicação teria violado os termos de uso fere o dever de transparência e o devido processo contratual.

[H2] As 4 Providências Documentais Imediatas Antes de Ingressar com Medida Judicial

Para instruir com robustez um pedido judicial de **Tutela de Urgência (Liminar de Obrigação de Fazer para Restabelecimento da Conta sob pena de multa diária)**, o titular prejudicado deve documentar imediatamente quatro elementos: (1) **Registro do URL exato do perfil (@usuario) e ID numérico da conta**; (2) **Prints completos e datados** dos e-mails recebidos da plataforma (alertas de troca de e-mail/senha ou aviso de suspensão) e de todas as tentativas de recuperação feitas no formulário administrativo oficial; (3) **Boletim de Ocorrência (em caso de invasão por hackers)** e publicação de comunicado oficial por outros

meios alertando clientes sobre a fraude para eximir-se de responsabilidade perante terceiros; e (4) **Comprovação da utilização profissional da conta** (notas de anúncios patrocinados, conversas comerciais ou vínculo com a atividade econômica).

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: O Seu Concorrente Está Usando o Nome da Sua Empresa para Fazer Anúncio no Google Ads? Isso é Concorrência Desleal!

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Quando o cliente digita o NOME DA SUA EMPRESA no Google, o primeiro anúncio pago que aparece no topo é o do seu concorrente? Cuidado: isso se chama 'Parasitismo Digital'!

SLIDE 2

Como funciona essa prática: O concorrente vai no Google Ads e compra o nome da sua marca registrada (ou nome empresarial) como palavra-chave patrocinada para desviar o cliente que já estava procurando especificamente por você!

SLIDE 3

O que diz a jurisprudência consolidada do STJ? O Superior Tribunal de Justiça pacificou que o uso de marca alheia (ou nome empresarial do concorrente do mesmo ramo) como palavra-chave no Google Ads configura CONCORRÊNCIA DESLEAL (Art. 195 da Lei 9.279/96 - LPI) e violação de propriedade industrial!

SLIDE 4

Quais são as consequências jurídicas para quem faz isso? Condenação judicial à cessação imediata dos anúncios sob pena de multa diária + Indenização por Danos Materiais (lucros cessantes calculados nos termos do art. 210 da LPI) + Indenização por Danos Morais in re ipsa à pessoa jurídica!

SLIDE 5

Como produzir a prova antes que o concorrente apague a campanha? Faça uma Ata Notarial em Cartório de Notas ou utilize plataforma de preservação de cadeia de custódia digital (ISO 27037) registrando a pesquisa no Google!

SLIDE 6 (CTA)

Já pesquisou o nome da sua empresa ou clínica no Google hoje para ver se alguém está anunciando em cima da sua marca? Faça o teste agora e salve este post!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Imagine investir anos construindo a reputação do nome da sua empresa ou clínica na cidade e, na hora em que o cliente digita o seu nome no Google para pegar o seu telefone, um concorrente compra o seu nome no Google Ads para roubar o clique! ↓ Essa prática — conhecida tecnicamente como 'Brand Bidding Parasitário' — já foi amplamente rechaçada pelas Turmas de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo a Corte Superior, estimular a confusão do consumidor e pegar carona no prestígio de marca ou nome empresarial alheio no mesmo segmento de mercado viola frontalmente a Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996) e a repressão à concorrência desleal. Faça o teste agora: digite o nome da sua empresa no Google e confira se apenas você está aparecendo! #direitodigital #marcasepatentes #concorrenciadesleal

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Print Simples de Tela de WhatsApp Pode Ser Anulado no Processo?

00s–03s GANCHO

Você sabia que um simples 'print' (captura de tela) de conversa de WhatsApp anexado em PDF no processo pode ter a validade questionada se a outra parte impugnar e você tiver apagado as mensagens do celular?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Hoje existem dezenas de sites e aplicativos gratuitos que permitem fabricar em 30 segundos uma imagem idêntica a uma tela de WhatsApp com qualquer frase e qualquer número de telefone! Por isso, tanto na esfera criminal (onde a 5ª e a 6ª Turmas do STJ exigem rigor estrito na Cadeia de Custódia da Prova Digital, arts. 158- A a 158-F do CPP, invalidando prints isolados sem código Hash!) quanto em processos cíveis e trabalhistas onde há impugnação específica de falsidade, um print solto sem o arquivo original é uma prova frágil! Como blindar uma prova de WhatsApp ou rede social para que ninguém possa dizer que foi montagem? Existem dois caminhos: primeiro, lavrar uma Ata Notarial em qualquer Cartório de Notas (art. 384 do CPC); ou segundo, registrar a tela por meio de plataformas tecnológicas de coleta forense com geração de código Hash criptográfico e carimbo do tempo ICP-Brasil (reconhecidas pelo STJ e TST)!

45s–55s CTA ÉTICO

E regra número 1: nunca apague a conversa original do aparelho celular nem exporte sem o histórico! Leia o passo a passo aqui na legenda e salve este vídeo!

11

CADERNO SETORIAL #11

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Agrário, Ambiental e do Agronegócio

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

O agronegócio é a locomotiva do PIB brasileiro, e o produtor rural moderno (seja da agricultura familiar e médio porte, seja do grande patronal, cooperativas e revendas agrícolas) enfrenta desafios jurídicos diários que poucos advogados urbanos dominam: Crédito Rural (alongamento de dívidas por quebra de safra), Contratos Agrários (Arrendamento e Parceria), Regularização Fundiária e Georreferenciamento (CAR, INCRA, ITR), Licenciamento e Autos de Infração Ambiental (IBAMA/Órgãos Estaduais) e Sucessão no Campo (Holding Rural).

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Elaboração e revisão de contratos de Arrendamento e Parceria Rural, pedido administrativo e judicial de Prorrogação de Crédito Rural (Súmula 298 do STJ), Defesa Administrativa contra Autos de Infração Ambiental e Desembargo de Área, e Retificação de Área / Usucapião Rural.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- `alongamento de dívida crédito rural frustração de safra Súmula 298 STJ`
- `embargo ambiental IBAMA como desembargar área rural`
- `diferença entre arrendamento rural e parceria rural imposto de renda`
- `direito de preferência do arrendatário na venda da fazenda Estatuto da Terra`
- `holding rural planejamento sucessório no agronegócio`
- `prescrição multa ambiental Lei 9.873/99 defesa auto de infração`
- `georreferenciamento de imóveis rurais INCRA prazos e obrigatoriedade`
- `penhorabilidade da pequena propriedade rural Tema 961 STF`

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

`prorrogação crédito rural quebra de safra Súmula 298 STJ`

[H1] Prorrogação do Crédito Rural por Quebra de Safra (Súmula 298 do STJ): Como Funciona o Direito do Produtor Rural ao Alongamento da Dívida

[H2] Quando o Clima ou o Mercado Comprometem a Safra: OAlongamento Não é 'Favor do Gerente do Banco'!

A atividade agropecuária está sujeita a riscos biológicos, climáticos (secas severas, geadas, excesso de chuvas na colheita) e oscilações bruscas de preços de commodities que fogem completamente ao controle do produtor rural. Quando ocorre uma frustração de safra ou dificuldade comprovada de comercialização e o produtor procura a instituição financeira para renegociar o vencimento da Cédula de Crédito Rural (CCR ou CCB rural), é muito comum ouvir do banco que 'não há linha de renegociação aberta' ou ser forçado a assinar uma confissão de dívida comercial com juros livres muito mais caros e perda das subvenções do crédito rural. Contudo, a legislação especial do Crédito Rural (Lei nº 4.829/1965, art. 14, e Manual de Crédito Rural do Banco Central — MCR 2-6-4) e a **Súmula 298 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)** garantem que **o alongamento da dívida originada de crédito rural não constitui mera faculdade da instituição financeira, mas sim um DIREITO SUBJETIVO do devedor**, desde que preenchidos os requisitos legais!

[H2] Os 3 Requisitos do Manual de Crédito Rural (MCR 2-6-4) para o Direito à Prorrogação

Nos termos do MCR 2-6-4 e da jurisprudência pacífica do STJ, a instituição financeira é obrigada a prorrogar a dívida rural mantendo os mesmos encargos financeiros originais da contratação (sem aplicar multa ou juros moratórios abusivos) quando o mutuário comprovar que a incapacidade de pagamento pontual decorreu de: (1) **Dificuldade de comercialização dos produtos**; (2) **Frustração de safras por fatores adversos** (climáticos ou fitossanitários); ou (3) **Eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações** — desde que o produtor demonstre que os recursos foram aplicados corretamente na finalidade prevista e apresente laudo técnico agronômico demonstrando a perda e o novo fluxo de capacidade de pagamento.

[H2] O Protocolo Temporal Crítico: Por Que Notificar o Banco ANTES do Vencimento da Parcela?

O erro fatal que faz muitos produtores rurais perderem o direito à prorrogação compulsória é deixar a parcela vencer em silêncio e só procurar um advogado meses depois, quando o banco já ajuizou a execução. Para garantir a proteção da Súmula 298 do STJ, o produtor rural deve protocolar o **pedido formal de prorrogação na agência bancária ANTES da data de vencimento da operação**, instruído com: (a) Laudo Técnico Agronômico de Frustração de

Safra assinado por engenheiro agrônomo com ART recolhida; (b) Planilha de capacidade de pagamento e cronograma de reembolso futuro; e (c) Dados meteorológicos oficiais ou decretos municipais de situação de emergência.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: A Pequena Propriedade Rural Trabalhada pela Família Pode Ser Penhorada pelo Banco? (Tema 961 do STF)

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

O banco pode tomar em leilão a Pequena Propriedade Rural onde a sua família trabalha, mesmo que você tenha dado a terra em Hipoteca ou Alienação Fiduciária?

SLIDE 2

A Proteção Constitucional Absoluta (Art. 5º, inciso XXVI da Constituição Federal de 1988): 'A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, NÃO será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva'!

SLIDE 3

Qual é o tamanho considerado 'Pequena Propriedade Rural'? Pela Lei nº 8.629/1993 (art. 4º, II), é o imóvel rural de área compreendida até 4 (quatro) módulos fiscais do município!

SLIDE 4

O que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no Tema 961 de Repercussão Geral? O STF decidiu que essa impenhorabilidade é uma garantia fundamental INDISPONÍVEL: ou seja, ela protege a terra da família mesmo que o próprio produtor tenha oferecido o imóvel em garantia hipotecária e mesmo que a família possua mais de um pequeno imóvel rural cuja soma não ultrapasse 4 módulos fiscais!

SLIDE 5

Quais são os 2 únicos requisitos que a família precisa comprovar segundo o STJ e o STF? 1. Que a área total não ultrapassa 4 módulos fiscais; e 2. Que a terra é efetivamente trabalhada para o sustento da família!

SLIDE 6 (CTA)

Compartilhe esta garantia constitucional no grupo dos produtores rurais da sua região e salve este post!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

O artigo 5º, inciso XXVI, da Constituição da República protege a sobrevivência e a dignidade de quem produz o alimento no campo brasileiro! ↓ No julgamento histórico do Tema 961 de Repercussão Geral (ARE 1.038.507), o Supremo Tribunal Federal reafirmou que a pequena propriedade rural (até 4 módulos fiscais), trabalhada pela família, é absolutamente impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A Suprema Corte e o STJ destacam que essa proteção constitucional prevalece inclusive sobre garantias reais ofertadas em cédulas rurais, por se tratar de norma de ordem pública voltada à preservação do mínimo existencial da família agricultora. Envie este carrossel para produtores rurais e profissionais do agro! #direitoagrario #agronegocio #creditoRural

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Direito de Preferência do Arrendatário na Venda da Fazenda (Estatuto da Terra)

00s–03s GANCHO

Você arrenda uma propriedade rural há anos, investiu na correção do solo e agora descobriu que o dono da fazenda vendeu a terra para um vizinho sem avisar você antes? A lei garante a você o direito de depositar o valor e ficar com a fazenda para você!

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Diferente da locação urbana (onde o inquilino só tem preferência se o contrato estiver averbado na matrícula do imóvel!), no Direito Agrário o artigo 92, §§ 3º e 4º do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) confere ao arrendatário rural um Direito de Preferência (Preempção) que independe de registro prévio do contrato de arrendamento na matrícula! O proprietário da terra é obrigado por lei a notificar o arrendatário sobre a proposta de compra recebida de terceiros, dando-lhe 30 dias para exercer a preferência tanto por tanto! E se o dono vender a fazenda sem notificar o arrendatário? O § 4º do artigo 92 do Estatuto da Terra garante que o arrendatário tem o prazo de 6 MESES (a contar da transcrição da escritura de venda no Registro de Imóveis) para depositar o preço e haver para si a propriedade vendida!

45s–55s CTA ÉTICO

Tanto para quem vai vender uma área rural arrendada quanto para quem é arrendatário, cumprir o rito de notificação do Estatuto da Terra é indispensável! Leia o artigo na legenda e salve este vídeo!

12

CADERNO SETORIAL #12

Marketing Jurídico Aplicado ao Direito Público, Servidores Públicos, Concursos e Licitações

NESTE CAPÍTULO

- 1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área
- 2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho
- 3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho
- 4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

1. Posicionamento Estratégico e Nichos de Sustentação na Área

A advocacia voltada a Servidores Públicos (federais, estaduais e municipais), Concursandos e Empresas Licitantes (Nova Lei de Licitações — Lei nº 14.133/2021) possui duas vantagens imensas no marketing digital: primeiro, o devedor nas ações de servidores é a Fazenda Pública (solvência garantida via RPVs rápidas de até 60 dias ou Precatórios); segundo, os servidores públicos e concurseiros são comunidades hiperconectadas em grupos de WhatsApp e Telegram que compartilham massivamente vídeos e carrosséis sobre seus direitos estatutários.

SERVIÇOS DE SUSTENTAÇÃO IMEDIATA (FLUXO DE CAIXA MENSAL):

Recursos administrativos em concursos públicos e PAD (Processo Administrativo Disciplinar), Mandados de Segurança em Concursos Públicos e Licitações (honorários contratuais iniciais pagos à vista!), impugnações de editais de licitação e ações de cobrança de verbas estatutárias de servidores.

8 PALAVRAS-CHAVE CAMPEÃS DE BUSCA (SEO PARA BLOG E YOUTUBE NESTA ÁREA):

- mandado de segurança concurso público eliminação injusta
- processo administrativo disciplinar PAD defesa servidor público Súmula Vinculante 5
- licença prêmio ou férias prêmio não gozadas conversão em pecúnia Tema 1086 STJ
- direito à remoção ou horário especial servidor público filho autista Tema 1097 STF
- abono de permanência servidor público retroativo base de cálculo
- piso nacional do magistério e piso da enfermagem servidores municipais
- impugnação de edital e recurso administrativo Lei de Licitações 14.133/2021
- direito subjetivo à nomeação aprovado dentro das vagas Tema 161 STF

2. Exemplo Integral de Artigo de Blog Otimizado para SEO neste Nicho

PALAVRA-CHAVE FOCO:

redução de jornada servidor público filho autista sem redução salarial Tema 1097 STF

[H1] Servidor Público com Filho ou Dependente com Autismo (TEA) ou Deficiência: Direito à Redução de Jornada Sem Corte no Salário (Tema 1097 do STF)

[H2] A Decisão Histórica do Supremo Tribunal Federal no Tema 1097 de Repercussão Geral

Durante muitos anos, servidores públicos estaduais e municipais que são mães, pais ou responsáveis legais por filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down ou outras deficiências que exigem acompanhamento terapêutico multidisciplinar diário (fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia ABA, fisioterapia) enfrentavam uma barreira cruel: seus estatutos locais não previam o horário especial, ou exigiam compensação de horário incompatível com a rotina da criança, ou reduziam proporcionalmente o salário da família justamente no momento em que as despesas médicas aumentavam. Essa injustiça foi definitivamente superada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento unânime do **Tema 1097 de Repercussão Geral (RE 1.237.867)**.

[H2] Qual Foi a Tese Vinculante Fixada pelo STF para Todos os Estados e Municípios?

Com base na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (que possui status de Emenda Constitucional no Brasil — Decreto nº 6.949/2009) e no princípio da isonomia, o STF fixou a seguinte tese vinculante: *'Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei Federal nº 8.112/1990'*. Isso significa que, **mesmo que a lei do seu Município ou do seu Estado não tenha essa previsão escrita**, todo servidor público estatutário que possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência (incluindo o Transtorno do Espectro Autista, equiparado a pessoa com deficiência pela Lei nº 12.764/2012) tem direito a **horário especial com redução da jornada de trabalho (habitualmente de 30% a 50% da carga horária), INDEPENDENTEMENTE de compensação de horário e SEM QUALQUER REDUÇÃO SALARIAL (sem desconto nos vencimentos!)**.

[H2] Quais Documentos Instruem o Requerimento Administrativo e Judicial?

Para requerer a concessão do horário especial junto à Administração Pública (e, em caso de omissão ou negativa administrativa ilegal, impetrar Mandado de Segurança ou ação ordinária com pedido de tutela de urgência), o servidor deve organizar um dossiê probatório robusto composto por: (1) **Laudo Médico Especializado (Neuropediatra ou Psiquiatra Infantil)** atestando o diagnóstico (CID), a necessidade de suporte contínuo e a importância

indispensável da presença e participação ativa dos pais no estímulo diário e transporte às terapias; (2) **Relatórios da Equipe Multidisciplinar** detalhando a carga horária semanal de sessões terapêuticas; e (3) **Comprovação do vínculo funcional e de dependência familiar**.

3. Exemplos Práticos de Carrosséis e Legendas para Instagram neste Nicho

Carrossel 1: Servidor Público Aposentado: Você Deixou Férias-Prêmio ou Licença-Prêmio Sem Tirar? A Administração É Obrigada a Pagar em Dinheiro! (Tema 1086 do STJ)

ESTRUTURA SLIDE A SLIDE DO CARROSSEL:

SLIDE 1 (CAPA)

Trabalhou décadas no serviço público, não conseguiu tirar suas Licenças-Prêmio (ou Férias-Prêmio) antes de se aposentar e o órgão público não pagou nada? Veja o Tema 1086 do STJ!

SLIDE 2

O que acontece na prática: Muitos professores, policiais, profissionais da saúde e servidores administrativos acumulam meses de licença-prêmio ao longo da carreira, mas o órgão nega o gozo por 'necessidade do serviço' até chegar a aposentadoria.

SLIDE 3

A Tese Vinculante do STJ (Tema Repetitivo nº 1086): O Superior Tribunal de Justiça decidiu que o servidor público inativo tem DIREITO LÍQUIDO E CERTO à conversão em pecúnia (pagamento em dinheiro vivo!) das licenças-prêmio não gozadas e não contadas em dobro para aposentadoria!

SLIDE 4

Precisa provar que pediu para gozar a licença na ativa e o chefe negou? NÃO! O STJ fixou que o pagamento é devido INDEPENDENTEMENTE de requerimento administrativo prévio na ativa, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado!

SLIDE 5

E tem desconto de Imposto de Renda sobre esse valor? NÃO! Por ter natureza estritamente INDENIZATÓRIA (Súmula 136 do STJ), sobre a conversão da licença-prêmio em dinheiro NÃO incide Imposto de Renda nem contribuição previdenciária!

SLIDE 6 (CTA)

Atenção ao prazo prescricional de 5 anos contado da data da aposentadoria! Envie este post para servidores aposentados nos últimos 5 anos!

LEGENDA OTIMIZADA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Se você se aposentou do serviço público nos últimos 5 anos (ou conhece um professor, policial ou servidor recém-aposentado), verifique imediatamente a sua ficha funcional! ↓ No julgamento vinculante do Tema Repetitivo nº 1086, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça pacificou que é devida ao servidor público inativo a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro para a aposentadoria, independentemente de requerimento administrativo prévio ou de comprovação de que o gozo foi indeferido por necessidade do serviço. Além disso, nos termos da Súmula 136 do STJ, os valores recebidos a esse título possuem natureza indenizatória e são isentos de Imposto de Renda! Compartilhe nos grupos de servidores públicos da sua cidade! #servidorpublico #licencapremio #direitoadministrativo

4. Roteiro Prático de Vídeo (Reels / TikTok / YouTube) neste Nicho

Reel 1: Passou no Concurso Dentro do Número de Vagas do Edital e Não Foi Chamado? (Tema 161 do STF)

00s–03s GANCHO

Você estudou durante anos, passou no concurso público dentro do número de vagas previstas no edital, o prazo de validade do concurso está acabando e a Prefeitura ou o Estado ainda não nomeou você?

03s–45s DESENVOLVIMENTO

Durante décadas, a Administração Pública dizia que quem passava em concurso tinha apenas 'mera expectativa de direito'. Mas o Supremo Tribunal Federal mudou a história dos concursos no Brasil ao julgar o Tema 161 de Repercussão Geral (RE 598.099): o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital possui DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO E POSSE! A Administração Pública tem o poder de escolher o melhor momento para nomear ENQUANTO o concurso está dentro do prazo de validade; porém, no segundo em que o prazo de validade expira sem a sua convocação, nasce o seu direito líquido e certo de exigir a nomeação no Judiciário (no prazo de 120 dias via Mandado de Segurança ou 5 anos via Ação Ordinária)! E mais: segundo o Tema 784 do STF, mesmo quem ficou no Cadastro de Reserva passa a ter direito à nomeação se surgirem novas vagas ou se houver preterição arbitrária e imotivada durante a validade do certame!

45s–55s CTA ÉTICO

Está acompanhando a lista de chamadas do seu concurso? Salve este vídeo e mande no grupo dos aprovados do seu certame!

MÓDULO AVANÇADO I

Tráfego Pago Ético na Advocacia (Google Ads e Meta Ads sob o Provimento 205/2021)

NESTE CAPÍTULO

- 1. Google Ads na Advocacia: Capturando a Demanda de Intenção Imediata (Publicidade Passiva)
- 2. Meta Ads (Impulsionamento no Instagram e Facebook): A Estratégia de Distribuição de...

Embora o foco primordial deste livro seja a construção de autoridade orgânica por meio de conteúdo generoso e consistente (3 posts + 2 Reels por semana e artigos de blog em SEO), todo advogado precisa compreender como o **Tráfego Pago Ético (Anúncios Patrocinados)** atua como um acelerador legítimo de distribuição. Como estudamos no Módulo 1, os artigos 4º e 5º e o Anexo Único do Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB autorizam expressamente a utilização de anúncios pagos nos meios de comunicação não vedados pelo art. 40 do Código de Ética, desde que respeitem o caráter informativo, a discrição, a sobriedade e não configurem mercantilização ou emprego excessivo de recursos financeiros.

1. Google Ads na Advocacia: Capturando a Demanda de Intenção Imediata (Publicidade Passiva)

Na Rede de Pesquisa do Google Ads, o anúncio aparece apenas para quem **já digitou ativamente uma busca** (enquadrando-se no conceito de publicidade passiva do art. 2º, VII do Provimento 205/2021). Para anunciar no Google Ads sem jamais sofrer representação ética e sem desperdiçar orçamento com cliques de curiosos ou estudantes, aplique estas 5 diretrizes técnicas:

1. **Use Correspondência de Frase ("palavra-chave") e Correspondência Exata ([palavra-chave]):** Nunca deixe suas palavras-chave em 'Correspondência Ampla' pura sem controle, pois o Google mostrará seu anúncio pago para estudantes de Direito pesquisando 'modelo de petição inicial trabalhista' ou 'resumo aula direito de família'. Use termos de intenção de contratação ou dúvida concreta (ex.: `"advogado especialista em direito médico"`, `"escritório de advocacia inventário extrajudicial"`, `"advogado previdenciário planejamento"`).

2. **Construa uma Lista Robusta de Palavras-Chave Negativas desde o Dia 1:** Adicione imediatamente como palavras negativas na sua campanha termos que indicam busca gratuita ou acadêmica: *grátis, gratuito, defensoria pública, modelo de petição, jurisprudência, pdf, faculdade, oab prova, salário advogado, curso, estágio, vaga, pro bono, juizado especial sem advogado*. Isso economiza até 60% do seu orçamento mensal!

3. **Redija Títulos e Descrições de Anúncios 100% Sóbrios (Sem Mercantilismo):**

   - **Anúncio PROIBIDO (Infração Ética):** *"Advogado Trabalhista Urgente | Consulta Grátis Hoje | Receba Seus Direitos Rápido e Sem Pagar Nada Inicial!"*

- **Anúncio PERMITIDO e de Alta Conversão (Ético):** *"Silva & Associados Advocacia | Direito do Trabalho (OAB/UF) | Atendimento Presencial e Online. Esclareça dúvidas sobre rescisão contratual, horas extras e direitos trabalhistas. Acesse nosso site institucional."*

4. **Direcione o Clique para uma Página Específica daquela Área (Nunca para a Home Genérica!):** Se o usuário pesquisou por 'Inventário Extrajudicial em Cartório', o link do anúncio deve abrir diretamente a página ou artigo do seu site que explica como funciona o Inventário Extrajudicial, apresenta o currículo do advogado responsável pela área de Sucessões e disponibiliza o botão institucional de contato via WhatsApp.

5. **Evite a Rede de Display e Pop-ups Intrusivos com Oferta Comercial:** Mantenha suas campanhas de conversão focadas na Rede de Pesquisa (onde o cliente procura você) e use vídeos apenas para distribuir conteúdo educativo no YouTube.

2. Meta Ads (Impulsionamento no Instagram e Facebook): A Estratégia de Distribuição de Conteúdo Educativo

Diferentemente do Google (onde a pessoa está pesquisando), no Instagram e no Facebook o anúncio aparece enquanto a pessoa navega no Feed, nos Stories ou nos Reels (publicidade ativa — art. 2º, VI). Por isso, a regra do Anexo Único do Provimento 205/2021 para redes sociais é cristalina: **é permitido o patrocínio e o impulsionamento nas redes sociais, desde que NÃO se trate de publicidade contendo oferta direta de serviços jurídicos, mas sim divulgação de conteúdo informativo/educativo ou institucional**!

Como transformar essa regra ética na estratégia mais lucrativa do seu escritório? Pelo **Método do Impulsionamento dos Vídeos Campeões Orgânicos**:

- **Passo 1 (Validação Orgânica nos 2 Reels da Semana):** Toda semana você publica organicamente seus 02 Reels educativos (seguindo o Método 3 + 2 do Módulo 12). Após 48 horas, você olha as métricas: um dos vídeos teve retenção excelente, vários salvamentos e comentários reais!

- **Passo 2 (Impulsionamento de Conteúdo Informativo para a Sua Região ou Nicho):** Em vez de gravar um comercial chato dizendo "Contrate meu escritório", você pega exatamente aquele Reel educativo campeão (ex.: o vídeo de 50 segundos explicando

"Os 3 requisitos da Equiparação Hospitalar para Clínicas Médicas" ou *"Como funciona o Inventário em Cartório com filhos menores"*) e investe um valor modesto (ex.: R$ 10,00 a R$ 20,00 por dia no Gerenciador de Anúncios da Meta) com objetivo de **Visitas ao Perfil do Instagram ou Visualizações de Vídeo**, segmentado geograficamente para a sua cidade/estado e faixa etária do seu público decisor (ex.: 30 a 64 anos).

- **Passo 3 (A Conversão Passiva Natural):** Milhares de pessoas qualificadas da sua cidade assistem à sua aula de 50 segundos. Elas percebem que você domina o assunto, clicam para visitar o seu perfil, veem os seus Carrosséis e Posts Simples organizados (a consistência do Método 3 + 2!) e clicam espontaneamente no link da sua Bio para agendar uma consulta! Você respeitou 100% a OAB (pois impulsionou apenas conteúdo educativo) e construiu a maior autoridade jurídica da sua região!

II

MÓDULO AVANÇADO II

Arquitetura Completa de Landing Pages Éticas por Área de Atuação

NESTE CAPÍTULO

- Modelo Estrutural de Página de Área de Atuação (Pronto para Implementar no Seu Site)

Quando o potencial cliente clica no link da sua Bio do Instagram, na descrição do seu vídeo do YouTube ou em um artigo do seu Blog, para onde ele vai? Se ele cair em uma página confusa ou em uma árvore de links amadora cheia de botões piscantes, metade das conversões se perde no caminho. Apresentamos a seguir a **Estrutura Textual Completa (Wireframe de Copywriting Ético)** de uma Página de Área de Atuação de altíssima conversão, 100% adequada às normas da OAB, dividida em 6 blocos verticais:

Modelo Estrutural de Página de Área de Atuação (Pronto para Implementar no Seu Site)

Dobra / Bloco da Página	Texto Modelo e Elementos Visuais (Adaptável para Qualquer Nicho)	Função Psicológica e Ética
Bloco 1: Cabeçalho de Autoridade (Hero Section)	**Título (H1):** Advocacia Especializada em [Nome da Área — ex.: Direito Imobiliário e Regularização Patrimonial]. **Subtítulo:** Assessoria jurídica consultiva, extrajudicial e contenciosa voltada à segurança documental na compra, venda, locação e regularização de imóveis urbanos e rurais. Atendimento presencial em [Cidade/UF] e digital em todo o Brasil. **Botão Institucional:** [Falar com nossa equipe pelo WhatsApp]	Deixar claro em 3 segundos a especialidade do escritório, a abrangência geográfica e o canal de atendimento, com fotografia real e sóbria dos advogados.
Bloco 2: Mapeamento das Demandas Atendidas (Identificação da Dor)	**Título (H2):** Como Atuamos na Proteção do Seu Patrimônio Imobiliário • **Due Diligence na Compra de Imóveis:** Auditoria completa de certidões do imóvel e dos vendedores em até 72h antes da assinatura do contrato e pagamento do sinal. • **Regularização de Imóveis em Cartório:** Condução de Usucapião Extrajudicial, Adjudicação Compulsória e Retificação de Registro. • **Contratos Imobiliários e Locações:** Elaboração técnica de contratos de compra e venda, permuta, built to suit e ações locatícias. • **Distrato e Atraso de Obra:** Assessoria jurídica a adquirentes de imóveis na planta.	Permitir que o cliente enxergue imediatamente o seu problema específico listado com clareza técnica, sem promessas de resultado.
Bloco 3: Como Funciona o Atendimento (Redução da Ansiedade)	**Título (H2):** Etapas do Nosso Atendimento Jurídico (Presencial ou Online) **1. Triagem Inicial pelo WhatsApp:** Nossa equipe acolhe a sua solicitação, identifica a área temática e agenda sua reunião. **2. Consulta e Diagnóstico Documental:** Em reunião presencial ou por videoconferência, o advogado analisa seus documentos e explica os caminhos legais, prazos e riscos. **3. Proposta Transparente e Execução:** Formalização de contrato de honorários claro e acompanhamento transparente de cada etapa.	Tirar o medo que o cliente leigo sente de procurar um advogado, explicando a jornada com transparência.

Dobra / Bloco da Página	Texto Modelo e Elementos Visuais (Adaptável para Qualquer Nicho)	Função Psicológica e Ética
Bloco 4: Apresentação do Advogado / Sócios (Credibilidade E-E-A-T)	**Título (H2):** Conheça o(a) Advogado(a) Responsável **[Nome Completo] — OAB/[UF] nº [00.000]** Graduado(a) em Direito pela [Universidade], Especialista (Pós-Graduado) em [Área] pela [Instituição], membro da Comissão de [Área] da OAB/[UF], com mais de [X] anos de atuação dedicada a [descrição sóbria da experiência].	Cumprir a exigência de identificação profissional da OAB e demonstrar lastro acadêmico e prático real.
Bloco 5: Perguntas Frequentes (FAQ de SEO)	**Título (H2):** Dúvidas Frequentes sobre [Área de Atuação] • *Como funciona a consulta por videoconferência para quem mora em outra cidade?* • *Quais documentos devo separar para a primeira análise do meu caso?* • *É possível resolver [procedimento] diretamente em cartório sem processo judicial?*	Responder objeções práticas e ranquear para buscas de perguntas no Google (Schema FAQ).
Bloco 6: Rodapé Institucional e Conformidade OAB/LGPD	Endereço completo do escritório, mapa do Google Meu Negócio, horário de expediente, telefone fixo/WhatsApp, razão social da Sociedade de Advogados, CNPJ, número de registro na OAB e link para a Política de Privacidade (LGPD).	Transmitir solidez física e conformidade legal absoluta.

III

MÓDULO AVANÇADO III

Caderno de Roteiros Longos para o YouTube (Aulas de 8 a 12 Minutos Passo a Passo)

NESTE CAPÍTULO

- Roteiro Longo de YouTube #1: "Inventário em 2026: Quanto Custa, Qual o Prazo, Como Funciona em...
- Roteiro Longo de YouTube #2: "Como Funciona uma Audiência Trabalhista (Presencial e Online): O Que ...
- Roteiro Longo de YouTube #3: "Planejamento Previdenciário em 2026: Como Calcular Sua...
- Roteiro Longo de YouTube #4: "Compra de Imóvel: Os 7 Documentos que Você Deve Exigir Antes de...
- Roteiro Longo de YouTube #5: "Holding Familiar Vale a Pena em 2026? Quando Compensa e Quando é...

Como estudamos no Sub-módulo 4.3, o YouTube é a maior plataforma de construção de autoridade profunda e busca por intenção da internet. Enquanto um vídeo de 50 segundos no Reels apresenta uma única ideia rápida, um vídeo horizontal de 8 a 10 minutos no YouTube permite que você dê uma verdadeira aula, fazendo com que o espectador sinta que você é o maior especialista que ele já viu na vida. Para facilitar sua gravação, entregamos abaixo **5 Roteiros Completos de Vídeos Longos para o YouTube**, divididos minuto a minuto:

Roteiro Longo de YouTube #1: "Inventário em 2026: Quanto Custa, Qual o Prazo, Como Funciona em Cartório e Como Evitar Multas" (Duração estimada: 9 minutos)

- **Título Otimizado para SEO no YouTube:** `Inventário em 2026: Passo a Passo Completo, Prazo, Custos e Regras no Cartório (Mesmo com Filhos Menores)`

- **Texto da Thumbnail (Capa do Vídeo):** `INVENTÁRIO PASSO A PASSO | O QUE MUDOU NO CARTÓRIO?` (Foto do advogado apontando para uma escritura com expressão serena e segura).

- **Bloco 1 (00:00 a 01:15 — Gancho de Retenção e Promessa Clara sem Enrolação):**

> "Quando uma família perde um ente querido, além da dor emocional do luto, surge quase imediatamente uma preocupação prática que tira o sono dos herdeiros: como regularizar os bens deixados, qual é o prazo da lei para abrir o inventário sem levar multa no imposto, quais documentos reunir e como funciona a regra atual do CNJ que permite fazer o inventário direto no cartório mesmo quando existem filhos menores de idade? Neste vídeo, eu preparei um guia passo a passo, em linguagem simples e sem juridiquês, para você entender exatamente as 5 etapas de um inventário do início ao fim. Fique até o final porque no quinto passo eu vou explicar o que fazer quando a família tem imóveis, mas não tem dinheiro em caixa para pagar o imposto do inventário!"

- **Bloco 2 (01:15 a 03:00 — O Prazo Legal de 60 Dias e a Multa do ITCMD):**

> "O primeiro ponto que toda família precisa conhecer está no artigo 611 do Código de Processo Civil: o processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 meses (60 dias) a contar da abertura da sucessão, ou seja, da data do óbito constante na certidão. E o que acontece se a família deixar passar esses 60 dias? Você não perde o direito à herança, mas os estados brasileiros cobram uma multa sobre o imposto de transmissão (o ITCMD), que geralmente começa em 10% sobre o valor do imposto após 60 dias e pode chegar a 20% se o atraso ultrapassar 180 dias! E atenção: você não precisa ter todos os documentos do mundo nem todo o dinheiro do imposto na mão para cumprir o prazo de 60 dias; basta dar o ato formal de abertura (judicial ou a nomeação de inventariante/protocolo inicial conforme a legislação do seu estado) dentro desse prazo para afastar a multa!"

- **Bloco 3 (03:00 a 05:15 — Inventário Judicial vs. Extrajudicial em Cartório e a Resolução 571/2024 do CNJ):**

> "O segundo passo é escolher o caminho: Fórum (Judicial) ou Cartório de Notas (Extrajudicial)? Enquanto um inventário judicial litigioso pode levar anos tramitando no Fórum, o inventário extrajudicial em cartório costuma ficar pronto em poucas semanas após a reunião das certidões! E aqui está a grande novidade trazida pela Resolução nº 571/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): antes, se houvesse um único filho menor de 18 anos ou incapaz, a família era obrigada a ir para o juiz. Agora, desde que haja consenso entre todos os herdeiros e seja garantida a parte ideal igualitária do menor em cada bem, o inventário pode ser feito direto no Cartório de Notas, bastando que o tabelião envie a minuta para manifestação favorável do Ministério Público! Inclusive, mesmo quando a pessoa falecida deixou um testamento, o STJ e o CNJ já permitem fazer o inventário em cartório após a simples autorização judicial de abertura e registro do testamento, se todos os herdeiros estiverem de acordo!"

- **Bloco 4 (05:15 a 07:15 — Quais São os Custos Reais de um Inventário?):**

> "Todo inventário envolve basicamente três grupos de custos que a família precisa planejar: primeiro, o imposto estadual (ITCMD — Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), cuja alíquota varia de estado para

estado (observada a progressividade constitucional em razão do valor do quinhão/monte-mor) e incide apenas sobre a herança líquida (descontada a meação do cônjuge sobrevivente, pois sobre a metade que já pertencia à viúva ou viúvo pelo regime de bens NÃO incide ITCMD!); segundo, os emolumentos de cartório (para lavrar a escritura e depois registrar na matrícula dos imóveis) ou as custas judiciais do Tribunal; e terceiro, os honorários do advogado (cuja presença é obrigatória por lei tanto no judicial quanto no cartório, sendo muito mais econômico quando toda a família é assistida de forma consensual por um único advogado especialista!)."

- **Bloco 5 (07:15 a 08:45 — O Segredo: E Se a Família Não Tiver Dinheiro para Pagar o ITCMD e o Cartório?):**

> "Chegamos à dúvida que eu prometi responder no início: 'Doutor(a), meu pai deixou duas casas, mas não deixou dinheiro em conta bancária, e nós filhos não temos R$ 30 mil guardados para pagar o imposto e o cartório. O que fazer?'. Existem três soluções legais perfeitas: (1) se houver saldo em contas bancárias ou aplicações financeiras deixadas pelo falecido, é possível pedir um alvará judicial (ou autorização para pagamento direto na guia) utilizando o próprio dinheiro deixado pelo falecido para quitar o ITCMD e as despesas do inventário; (2) na via extrajudicial, a Resolução do CNJ permite a nomeação prévia de inventariante por escritura pública autônoma para levantar informações bancárias e viabilizar o cumprimento das obrigações do espólio; e (3) é possível requerer autorização de venda de um dos bens do espólio (ou cessão de direitos hereditários bem estruturada) especificamente para que o comprador antecipe o valor necessário à quitação dos impostos e finalização da partilha!"

- **Bloco 6 (08:45 a 09:15 — Fechamento e CTA Ético para o YouTube):**

> "Eu deixei aqui no primeiro comentário fixado e na descrição deste vídeo a lista completa de documentos pessoais e dos bens que você precisa separar para organizar um inventário. Se este vídeo clareou a sua mente, clique em Gostei, inscreva-se no canal e envie o link no grupo da sua família no

WhatsApp. E lembre-se: cada patrimônio possui particularidades tributárias e familiares próprias; por isso, busque sempre a orientação de um advogado especialista em Direito das Sucessões de sua confiança. Até o próximo vídeo!"

Roteiro Longo de YouTube #2: "Como Funciona uma Audiência Trabalhista (Presencial e Online): O Que o Juiz Pergunta e Como Se Comportar" (Duração estimada: 10 minutos)

- **Título Otimizado para SEO no YouTube:** `Audiência Trabalhista (Presencial e Online): Como Funciona, O Que o Juiz Pergunta e 5 Erros a Evitar`

- **Bloco 1 (00:00 a 01:10 — Gancho Empático):**

> "Seja você um trabalhador que entrou com uma ação na Justiça do Trabalho, um empresário que vai representar a sua empresa como preposto, ou alguém que foi convidado para ser testemunha, é totalmente normal sentir aquele frio na barriga na véspera da audiência trabalhista: 'Como é a sala de audiência? Quem fala primeiro? O que o juiz vai me perguntar? Como funciona se a audiência for pelo celular no Zoom?'. Neste vídeo, eu vou mostrar exatamente o roteiro real de uma audiência trabalhista do minuto em que o seu nome é apregoado até a assinatura da ata, e revelar os 5 erros de comportamento que você jamais pode cometer diante do juiz."

- **Bloco 2 (01:10 a 03:30 — A Diferença entre Audiência Inicial (Conciliação), Instrução e Una):**

> "Na Justiça do Trabalho existem três formatos de audiência. O primeiro é a Audiência Inicial (ou de Conciliação): nela, o juiz NÃO ouve testemunhas nem interroga as partes; o objetivo único é verificar se há possibilidade de acordo entre trabalhador e empresa. O segundo formato é a Audiência de Instrução: é o grande momento das provas orais, onde o juiz colhe o depoimento pessoal do reclamante, do representante da empresa (preposto) e ouve até 3 testemunhas de cada lado (ou até 6 no inquérito de falta grave, e até 2 no rito

sumaríssimo de causas de até 40 salários mínimos!). E o terceiro formato é a Audiência UNA: muito comum em várias varas do trabalho, ela junta a tentativa de acordo e a oitiva das partes e testemunhas no mesmo dia!"

- **Bloco 3 (03:30 a 06:00 — O Segredo do Depoimento Pessoal: Por Que Você Só É Ouvido para Confessar?):**

> "Preste muita atenção neste ponto técnico que muda tudo: no processo do trabalho (e no processo civil), quando você é a parte (o trabalhador ou o dono/preposto da empresa), o seu depoimento pessoal não serve para produzir prova a seu próprio favor; o objetivo do juiz e do advogado da parte contrária ao fazer perguntas para você é obter a chamada CONFISSÃO REAL! Ou seja, se você cair em contradição com o que está escrito na petição inicial ou na contestação, ou se você responder 'Não sei de nada' para um fato essencial (confissão ficta!), você perde aquele pedido na hora! Por isso, a regra de ouro do depoimento é: responda apenas ao que foi perguntado, com verdade, calma, olhando para o juiz, sem inventar histórias longas e sem discutir com o advogado da outra parte!"

- **Bloco 4 (06:00 a 08:15 — As 5 Regras de Ouro para Audiências Telepresenciais (Online pelo Celular ou Computador)):**

> "Hoje, grande parte das audiências trabalhistas ocorre por videoconferência (Zoom ou plataforma oficial do TRT). Cuidado com 5 regras obrigatórias determinadas pelo CNJ e pelos juízes do trabalho: (1) Partes e testemunhas NÃO podem estar na mesma sala física nem usando o mesmo aparelho celular (sob pena de nulidade por quebra da incomunicabilidade das testemunhas — art. 456 do CPC!); (2) Esteja em um ambiente silencioso, iluminado e parado (juízes se recusam a ouvir partes ou testemunhas que estão dirigindo no trânsito ou andando na rua!); (3) Esteja com documento oficial com foto original em mãos para exibir na câmera; (4) Vista-se com sobriedade e respeito ao Poder Judiciário; e (5) Nunca leia papéis, anotações ou mensagens no WhatsApp durante o depoimento (o juiz percebe o movimento dos olhos na hora e pode aplicar multa por litigância de má-fé!)."

- **Bloco 5 (08:15 a 09:30 — O Papel das Testemunhas e Fechamento Ético):**

> "Para as testemunhas, lembre-se de que testemunha não tem 'lado': ela presta compromisso legal de dizer a verdade sob pena de crime de falso testemunho (art. 342 do Código Penal). Sempre converse com o advogado que conduz o processo nos dias anteriores à audiência para tirar dúvidas sobre o horário, o link da sala virtual e a dinâmica processual. Se este vídeo ajudou você a ficar mais tranquilo para a sua audiência, deixe o seu Gostei, inscreva-se no canal e envie este vídeo pelo WhatsApp para quem também vai participar da audiência!"

Roteiro Longo de YouTube #3: "Planejamento Previdenciário em 2026: Como Calcular Sua Aposentadoria e Evitar os 4 Erros que Cortam o Seu Benefício pela Metade" (Duração estimada: 10 minutos)

- **Título Otimizado para SEO no YouTube:** `Como Se Aposentar com o Maior Valor no INSS em 2026: Os 4 Erros que Reduzem Sua Aposentadoria`

- **Bloco 1 (00:00 a 01:20 — Gancho Matemático):**

> "Você sabia que duas pessoas que trabalharam pelo mesmo número de anos e ganharam exatamente o mesmo salário ao longo da vida podem receber aposentadorias no INSS com uma diferença de mais de R$ 2.000,00 todos os meses pelo resto da vida, simplesmente porque uma pediu o benefício no dia certo e na regra certa e a outra confiou cegamente no botão automático do aplicativo Meu INSS? Neste vídeo, eu vou mostrar no quadro (ou na tela) os 4 erros mais graves que os segurados cometem antes de pedir a aposentadoria em 2026 e como o Planejamento Previdenciário corrige cada um deles."

- **Bloco 2 (01:20 a 03:45 — Erro 1: Ignorar Indicadores de Pendência no CNIS Antes do Protocolo):**

> "Abra hoje mesmo o seu extrato do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) no Meu INSS e olhe a última coluna da direita chamada 'Indicadores'. Se aparecerem siglas como PEXT (Pendência de Vínculo Extemporâneo),

AEXT-VI, PREC-MENOR-MIN (recolhimento abaixo do salário mínimo, que desde a Reforma NÃO conta nem como um único dia de tempo de contribuição nem como carência se não for complementado!) ou IREC-INDPEND, o computador do INSS simplesmente ignora aqueles meses ou anos de trabalho na hora de calcular sua aposentadoria! No Planejamento Previdenciário, nós saneamos cada indicador com carteiras de trabalho, fichas de registro, extratos de FGTS e guias de complementação antes de dar entrada no benefício."

- **Bloco 3 (03:45 a 06:15 — Erro 2: Não Converter Tempo Especial até 13/11/2019 e Não Averbar Tempo Rural ou Militar):**

> "Embora a Reforma da Previdência tenha proibido a conversão de tempo especial (insalubre ou perigoso) em tempo comum para períodos trabalhados após 13 de novembro de 2019, todo o período trabalhado com exposição a ruído acima do limite legal, agentes químicos, biológicos (hospitais, clínicas, limpeza urbana), eletricidade ou vigilância ANTES de 13/11/2019 continua dando direito ao acréscimo de 40% para homens e 20% para mulheres (direito adquirido reafirmado pelo STJ no Tema 1090!).Dez anos trabalhados em ambiente insalubre antes da Reforma viram 14 anos para o homem! Só que isso exige apresentar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) preenchido corretamente!"

- **Bloco 4 (06:15 a 08:30 — Erro 3 e 4: Escolher a Regra de Transição Errada e Não Usar o Descarte de Salários Baixos):**

> "Hoje convivem regras completamente diferentes de cálculo: na Regra do Pedágio de 50%, incide o temido Fator Previdenciário; na Regra do Pedágio de 100%, o valor é de 100% da média de todos os salários desde julho de 1994 sem redutor; já nas regras de Pontos e Idade Progressiva, o cálculo começa em 60% da média mais 2% ao ano que exceder 20 anos (homem) ou 15 anos (mulher). E aqui entra a técnica do Descarte de Contribuições (Art. 26, § 6º da EC 103/2019): se você tem tempo de contribuição sobrando além do mínimo exigido, é possível excluir da conta os menores salários da sua vida (quando você ganhava salário mínimo no

início da carreira), fazendo a média das maiores contribuições subir drasticamente! Mas cuidado: descartar sem cálculo atuarial pode fazer você cair de regra; por isso a simulação matemática é indispensável!"

- **Bloco 5 (08:30 a 09:40 — Conclusão e CTA Ético):**

> "Nunca transforme uma decisão que vai definir a sua renda pelos próximos 30 anos em um palpite no escuro. Na descrição deste vídeo, deixei o passo a passo para você baixar o seu CNIS completo em PDF no Meu INSS. Inscreva-se no canal, ative o sininho e compartilhe este vídeo com quem já passou dos 45 anos de idade!"

Roteiro Longo de YouTube #4: "Compra de Imóvel: Os 7 Documentos que Você Deve Exigir Antes de Pagar o Sinal (Evite Perder o Imóvel)" (Duração estimada: 9 minutos)

- **Título Otimizado para SEO no YouTube:** `Vai Comprar um Imóvel? Os 7 Documentos Obrigatórios Antes de Assinar o Contrato e Pagar o Sinal`

- **Bloco 1 (00:00 a 01:30 — Gancho Patrimonial):**

> "Imagine juntar dinheiro durante 15 anos, encontrar a casa ou apartamento dos seus sonhos, pagar R$ 80.000,00 de sinal na assinatura do contrato de promessa de compra e venda e, seis meses depois, descobrir que o imóvel foi bloqueado por um juiz trabalhista de outro estado por causa de uma dívida antiga de uma empresa da qual o vendedor era sócio há 8 anos! Isso acontece todos os dias no Brasil com compradores que olham apenas a pintura da parede e esquecem de fazer a auditoria jurídica documental (Due Diligence). Neste vídeo, vou entregar a lista exata dos 7 documentos que você deve exigir antes de transferir um único centavo de sinal."

- **Bloco 2 (01:30 a 04:30 — Documentos 1 a 3: A Radiografia Real do Imóvel):**

> "O primeiro documento é a Certidão de Inteiro Teor da Matrícula atualizada (emitida há menos de 30 dias pelo Cartório de Registro de Imóveis, acompanhada da Certidão de Ônus Reais e Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias). Na matrícula, não basta olhar quem é o dono hoje: é preciso verificar se o estado civil do vendedor está atualizado (pois se ele se divorciou ou ficou viúvo e não averbou a partilha, ele não consegue assinar a escritura sozinho!), se a construção da casa está averbada (sem averbação da obra e Habite-se, o banco reprova o seu financiamento!) e se não há usufruto, penhora ou indisponibilidade. O segundo documento é a Certidão Negativa de Débitos de IPTU e Taxas Municipais; e o terceiro (se for apartamento ou casa em condomínio fechado) é a Declaração de Quitação Condominial assinada pelo síndico acompanhada da cópia da Ata da Assembleia que o elegeu — porque dívida de condomínio é obrigação propter rem: se o antigo dono deixou 30 mil reais de condomínio atrasado, quem paga a conta depois da compra é você!"

- **Bloco 3 (04:30 a 07:30 — Documentos 4 a 7: A Auditoria Profunda dos Vendedores e Suas Empresas):**

> "É aqui que 90% das pessoas erram: elas olham só o imóvel e esquecem de investigar o CPF e o CNPJ dos vendedores! Pela Súmula 375 do STJ e pelo artigo 792 do CPC (Fraude à Execução), o comprador só é protegido como terceiro de boa-fé se comprovar que tirou as certidões negativas do vendedor na data da compra! Por isso, exija: (4) Certidões de Distribuição Cível, de Família e de Execuções Fiscais da Justiça Estadual e Federal (tanto da cidade onde o imóvel fica quanto da cidade onde o vendedor mora!); (5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas (CEAT) do TRT da região — e atenção: se o vendedor é ou foi sócio de empresa, é obrigatório emitir as certidões trabalhistas e cíveis também do CNPJ da empresa dele!; (6) Certidão Negativa de Protestos dos últimos 5 anos; e (7) Certidão Conjunta de Débitos Federais (Receita Federal/PGFN)."

- **Bloco 4 (07:30 a 09:00 — A Cláusula de Condição Suspensiva no Contrato e CTA Ético):**

> "E como se proteger no contrato? Nunca pague um sinal alto antes da análise dessas certidões por um advogado imobiliário; ou inclua no instrumento cláusula expressa condicionando a liberação do sinal à aprovação integral da Due Diligence Imobiliária sem apontamentos de insolvência! Deixei o checklist completo desses 7 documentos aqui na descrição do vídeo para você copiar e salvar. Inscreva-se no canal e envie este vídeo para quem está procurando imóvel para comprar!"

Roteiro Longo de YouTube #5: "Holding Familiar Vale a Pena em 2026? Quando Compensa e Quando é Cilada (Análise Honesta)" (Duração estimada: 10 minutos)

- **Título Otimizado para SEO no YouTube:** `Holding Familiar em 2026: Quando Vale a Pena e Quando NÃO Compensa (A Verdade Tributária)`

- **Bloco 1 (00:00 a 01:30 — Gancho da Honestidade Técnica):**

> "Se você pesquisou sobre planejamento sucessório na internet recentemente, provavelmente viu dezenas de anúncios prometendo que 'a Holding Familiar é a solução mágica para todas as famílias brasileiras nunca pagarem inventário e economizarem 80% de impostos'. Como advogado que preza pela transparência ética, eu preciso dizer a verdade que poucos contam: para muitas famílias, a Holding Familiar é uma excelente ferramenta de governança e economia tributária; mas para outras famílias, abrir uma Holding sem necessidade pode sair muito mais caro do que uma doação em vida ou um testamento! Neste vídeo, vamos fazer a conta matemática real para você saber em qual grupo a sua família se encaixa."

- **Bloco 2 (01:30 a 04:30 — Quando a Holding Familiar NÃO Compensa (Casos Simples)):**

> "Imagine um casal aposentado que possui apenas 1 casa onde mora e 1 pequeno apartamento alugado por R$ 2.000,00 por mês, e tem dois filhos em harmonia. Se esse casal abrir uma Holding Patrimonial apenas para colocar esses dois imóveis lá dentro, eles terão custos fixos permanentes de contabilidade mensal da pessoa jurídica, taxas anuais, eventuais exigências de ITBI na integralização (porque quando a atividade preponderante da empresa é locação ou compra e venda de imóveis, o artigo 156, § 2º, I da Constituição Federal retira a imunidade do ITBI!) e ainda continuarão pagando ITCMD no momento da doação das quotas sociais para os filhos! Para essa família com apenas 1 ou 2 imóveis sem operação empresarial complexa, uma simples Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto Vitalício (e cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e reversão) ou um Testamento Público combinados com seguro de vida sucessório resolvem 100% do problema por uma fração do custo e zero contabilidade mensal!"

- **Bloco 3 (04:30 a 07:45 — Quando a Holding Familiar COMPENSA Muito (Casos Estruturados)):**

> "Agora, em quais cenários a Holding Familiar (ou Patrimonial/Rural) é imbatível e gera economia extraordinária? Em três situações claras: primeiro, quando a família possui múltiplos imóveis alugados cuja renda total de aluguéis na pessoa física já sofre tributação de até 27,5% de Imposto de Renda no Carnê-Leão (enquanto na Holding no regime de Lucro Presumido a carga tributária federal sobre receitas de locação gira em torno de 11,33% a 14,53% — menos da metade do imposto todo mês!); segundo, quando há patrimônio produtivo relevante (empresas operacionais ou propriedades rurais) que não pode ser fatiado em condomínio civil entre herdeiros sob pena de paralisar a gestão após a falta do fundador; e terceiro, quando os pais desejam transferir as quotas gradualmente aos filhos mantendo 100% do poder político de voto e administração (via quotas preferenciais ou usufruto político previsto no Acordo de Sócios)!"

- **Bloco 4 (07:45 a 09:30 — Como Funciona o Diagnóstico Sucessório e CTA Ético):**

> "A moral da história é simples: no Direito Sucessório sério, nunca se escolhe a ferramenta antes de fazer o Diagnóstico Patrimonial e Familiar comparando lado a lado os custos de Inventário, Doação, Testamento, Previdência Privada/Seguro e Holding! Se você gostou dessa análise transparente e sem promessas milagrosas, deixe o seu Gostei, inscreva-se no canal e deixe sua dúvida nos comentários abaixo!"

IV

MÓDULO AVANÇADO IV

Estratégia de Stories para Advogados e Dicionário de Tradução do "Juridiquês"

NESTE CAPÍTULO

- 1. A Regra das 3 Sequências de Stories para o Advogado sem Tempo (10 Minutos por Dia)
- 2. O Dicionário Definitivo de Tradução do "Juridiquês" para a Linguagem que Atrai Clientes (5...

Enquanto o Feed (Carrosséis e Posts Simples) e os Reels atraem novos olhares e constroem a vitrine técnica do seu escritório, é nos **Stories do Instagram** que acontece a mágica do relacionamento diário e a conversão silenciosa pelo Direct (DM). Lembre-se do dado oficial revelado pelo Estudo do Instagram 2026 da Metricool: as respostas diretas em Stories cresceram **88%** no último ano, consolidando os Stories como o canal número 1 de abertura de conversas privadas entre seguidores e profissionais.

1. A Regra das 3 Sequências de Stories para o Advogado sem Tempo (10 Minutos por Dia)

Muitos advogados erram nos Stories porque acham que precisam filmar o que estão comendo no almoço, postar foto da academia às 6h da manhã ou gravar 40 bolinhas seguidas falando sem parar. O seu potencial cliente não quer assistir a um reality show da sua vida íntima; ele quer ver um **profissional humano, ativo, acessível e competente em ação**. Com apenas 3 a 5 Stories por dia (que levam menos de 10 minutos para publicar), você mantém sua taxa de engajamento no topo seguindo esta estrutura:

- **Manhã (08h30 às 10h00) — O Story de Presença Natural + Abertura da Caixinha de Perguntas:** Uma foto natural e elegante da sua mesa de trabalho (sem expor nomes de processos!), uma xícara de café ou um trecho de 15 segundos caminhando para o escritório, acompanhada da figurinha interativa da **Caixinha de Perguntas** com um tema específico do dia (nunca escreva apenas *"Deixe sua dúvida jurídica"*, pois é amplo demais e ninguém pergunta nada; escreva um tema fechado, ex.: *"Semana de falar sobre Direitos na Compra e Aluguel de Imóveis: qual a sua maior dúvida hoje?"*).

- **Tarde (13h30 às 16h30) — Resposta de 2 ou 3 Perguntas da Caixinha (Com Contexto + Profundidade):** Quando você responde a uma dúvida da caixinha em vídeo de 30 segundos ou em um texto bem diagramado sobre uma foto sóbria de fundo, todas as outras 200 pessoas que estão assistindo aos seus Stories sentem que estão recebendo uma consultoria educativa gratuita de altíssimo nível! *Dica ética fundamental:* se nenhum seguidor enviou pergunta no primeiro dia porque seu perfil ainda é pequeno, traga a dúvida que um cliente real perguntou na reunião da manhã (ex.: *"Dúvida muito importante que surgiu em um atendimento hoje cedo sobre..."*) — é 100% verdadeiro, natural e destrava a timidez dos seguidores!

- **Noite (18h30 às 20h00) — Compartilhamento do Post/Reel do Dia + Enquete Interativa:** Compartilhe nos Stories o Carrossel, Post Simples ou Reel que você publicou no Feed naquele dia (adicionando uma chamada curiosa sobre o conteúdo) e feche com uma **Enquete de 2 opções** sobre o tema (ex.: *"Você sabia que o atraso reiterado*

do FGTS permite rescisão indireta? [Já sabia!] / [Não fazia ideia!]"). Todo mundo que clica na enquete envia um sinal positivo de interação para o algoritmo dos Stories, garantindo que a sua bolinha apareça em 1º lugar na tela desse seguidor no dia seguinte!

2. O Dicionário Definitivo de Tradução do "Juridiquês" para a Linguagem que Atrai Clientes (50 Termos Traduzidos em Pautas)

Como destacamos nos Módulos 3 e 9, o maior bloqueio de comunicação do advogado nas redes sociais e nos artigos de blog é usar o vocabulário técnico-processual achando que o cliente leigo compreende o significado. Sempre que você escrever um título de vídeo, capa de carrossel ou artigo de blog, substitua o termo forense da esquerda pela **expressão humana e clara da direita**:

Termo em "Juridiquês" (Não Use na Capa do Post!)	Como o Seu Cliente Pesquisa e Entende (Use Assim!)	Gancho de Conteúdo Pronto para Usar
1. Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho (Art. 483 CLT)	Demissão por culpa da empresa / Sair do emprego sem perder os direitos	"Como sair do emprego sem perder a multa de 40% do FGTS quando o patrão descumpre o contrato?"
2. Tutela Provisória de Urgência Antecipada (Art. 300 CPC)	Liminar rápida na Justiça / Decisão urgente do juiz	"Quando é possível pedir uma decisão urgente (liminar) logo nos primeiros dias do processo?"
3. Exoneração de Alimentos (Súmula 358 STJ)	Quando parar de pagar pensão alimentícia para filho maior	"O filho completou 18 anos: o pai pode parar de pagar a pensão no mês seguinte por conta própria?"
4. Ação Revisional de Alimentos (Art. 1.699 CC)	Aumentar ou diminuir o valor da pensão alimentícia	"Ficou desempregado ou os gastos da criança aumentaram? Quando a lei permite mudar o valor da pensão?"
5. Adjudicação Compulsória (Art. 216-B LRP)	Passar imóvel quitado para o seu nome quando o vendedor sumiu	"Pagou todo o imóvel mas o vendedor faleceu ou sumiu sem assinar a escritura? Veja como resolver no cartório!"
6. Vício Redibitório (Art. 441 CC e Art. 18/26 CDC)	Defeito oculto em carro usado ou imóvel comprado	"Comprou um carro usado e o motor fundiu semanas depois? Conheça a garantia legal contra defeitos ocultos!"
7. Desconsideração da Personalidade Jurídica (Art. 50 CC)	Quando a dívida da empresa atinge os bens pessoais do sócio	"Em quais situações o juiz pode bloquear a conta pessoal do sócio por causa de uma dívida do CNPJ?"

Termo em "Juridiquês" (Não Use na Capa do Post!)	Como o Seu Cliente Pesquisa e Entende (Use Assim!)	Gancho de Conteúdo Pronto para Usar
8. Consorte Supérstite / Direito Real de Habitação (Art. 1.831 CC)	Direito da viúva(o) de continuar morando na casa da família	"Quando o marido ou a esposa falece, os filhos podem obrigar o viúvo a vender a casa onde o casal morava?"
9. Fraude à Execução e Fraude Contra Credores	Vender ou passar bens para o nome de terceiros para não pagar dívida	"Por que passar o carro ou o imóvel para o nome de um parente depois de ser processado pode anular a venda?"
10. Súmula 385 do STJ (Inscrição Preexistente)	Quando o nome sujo indevido no Serasa NÃO gera dano moral	"Colocaram seu nome no Serasa por uma dívida que não existe: por que quem já tinha outra negativação válida não recebe dano moral?"
11. Prescrição e Decadência	Prazo máximo para entrar na Justiça e não perder o direito	"Qual é o prazo máximo para cobrar esse direito antes que ele prescreva definitivamente?"
12. Cláusula de Incomunicabilidade e Reversão	Proteger a doação dos filhos contra divórcio futuro	"Como doar um bem para o seu filho garantindo que não entrará na divisão de bens se ele se divorciar?"
13. Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS)	Benefício de 1 salário mínimo no INSS para idoso ou pessoa com deficiência que nunca contribuiu	"Nunca pagou INSS? Quem tem direito ao benefício de 1 salário mínimo mensal da LOAS (BPC)?"
14. Auxílio por Incapacidade Temporária (Espécie B31 e B91)	Auxílio-Doença comum vs. Auxílio-Doença por acidente de trabalho	"Qual a diferença entre os códigos 31 e 91 no auxílio-doença do INSS e por que o 91 garante 1 ano de estabilidade?"
15. Intervalo Intrajornada e Interjornada (Arts. 66 e 71 CLT)	Horário de almoço cortado e descanso mínimo de 11h entre dois turnos	"Trabalha até as 23h e precisa voltar às 7h da manhã seguinte? Entenda o descanso mínimo obrigatório de 11 horas!"
16. Distrato Imobiliário e Cláusula Penal (Lei 13.786/18)	Desistir da compra de apartamento na planta e quanto a construtora deve devolver	"Não consegue mais pagar as parcelas do imóvel na planta? Veja quanto a construtora pode reter e quanto deve devolver!"
17. Purgação da Mora (Art. 62 da Lei 8.245/91)	Pagar o aluguel atrasado no processo para evitar o despejo	"Recebeu ordem de despejo por aluguel atrasado? Entenda o prazo de 15 dias para quitar a dívida e continuar no imóvel!"
18. Impenhorabilidade do Bem de Família (Lei 8.009/90)	Proteção da única casa onde a família mora contra penhora de dívidas	"A única casa onde você mora com a sua família pode ser penhorada por dívidas? Conheça a regra e as 4 exceções!"

Termo em "Juridiquês" (Não Use na Capa do Post!)	Como o Seu Cliente Pesquisa e Entende (Use Assim!)	Gancho de Conteúdo Pronto para Usar
19. Impenhorabilidade Salarial e de Poupança (Art. 833, IV e X CPC)	Bloqueio judicial de salário ou reserva de até 40 salários mínimos no banco	"O juiz bloqueou o seu salário ou a sua reserva de menos de 40 salários mínimos pelo Sisbajud? Veja como funciona o desbloqueio!"
20. Ação de Exigir Contas (Art. 550 CPC)	Exigir prestação de contas do inventariante, sócio ou quem administra pensão	"Desconfia que o inventariante ou o sócio administrador está ocultando valores? Veja como exigir a prestação de contas!"
21. Alimentos Gravídicos (Lei 11.804/2008)	Pensão alimentícia durante a gravidez para custear enxoval, exames e parto	"Gestante tem direito a receber pensão antes mesmo de o bebê nascer? Entenda como funcionam os Alimentos Gravídicos!"
22. Pacto Antenupcial e Mutabilidade do Regime de Bens	Escolher ou mudar o regime de bens antes ou depois do casamento	"Casou em Comunhão Parcial e agora o casal quer mudar para Separação Total de Bens? Veja como a lei permite a alteração!"
23. Colação e Redução de Doação Inoficiosa (Arts. 549 e 2.002 CC)	Quando os pais doam quase tudo para um filho só prejudicando os outros irmãos	"Os pais podem passar todos os imóveis para o nome de um único filho em vida e deixar os outros sem herança?"
24. Acordo de Não Persecução Penal (Art. 28-A CPP)	Acordo com o Ministério Público para evitar processo criminal e manter ficha limpa	"Quando a lei permite fazer um acordo legal para encerrar uma investigação sem responder a processo criminal?"
25. Cadeia de Custódia da Prova Digital (Art. 158-A CPP)	Como provar que uma mensagem de WhatsApp ou vídeo é verdadeiro e não montagem	"Por que tirar apenas foto da tela do celular não basta como prova em casos graves e como validar a conversa em cartório?"

CADERNO COMPLEMENTAR DE EXEMPLOS

25 Roteiros Rápidos de Reels/TikTok + Legendas Prontas Multinicho

Para ampliar seu arsenal prático de produção em lote, compilamos abaixo mais **25 roteiros completos com ganchos, desenvolvimento técnico e legendas** prontos para gravação imediata:

Roteiro #01 — Direito Bancário / Execução: 'Bloqueio Judicial na Conta Poupança (Regra dos 40 Salários Mínimos)'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Se você abriu o aplicativo do banco hoje e descobriu um bloqueio judicial (Sisbajud) na sua conta poupança ou conta corrente onde você guarda a reserva de emergência da sua família, você precisa conhecer o artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil!

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** A lei processual brasileira protege a dignidade mínima do devedor estabelecendo que é IMPENHORÁVEL a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos! E mais: a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estendeu essa proteção de 40 salários mínimos não apenas para a conta poupança tradicional, mas também para valores mantidos em conta corrente, fundos de investimento ou guardados em espécie, desde que fique comprovado que aquele dinheiro constitui a reserva de subsistência e segurança familiar (e não haja abuso, má-fé ou movimentação empresarial especulativa)! Porém, atenção: o juiz tem apenas 5 dias úteis (ou prazo exíguo após a intimação da penhora, art. 854, § 3º do CPC) para analisar o pedido de desbloqueio!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Por isso, assim que ocorre um bloqueio bancário, juntar os extratos dos últimos 3 a 6 meses demonstrando a natureza de reserva familiar ou verba alimentar salarial é urgente! Salve este vídeo e compartilhe com quem precisa saber disso!

Roteiro #02 — Direito do Trabalho: 'Aviso-Prévio Trabalhado: Redução de 2 Horas por Dia ou 7 Dias Corridos!'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Você foi demitido sem justa causa e a empresa exigiu que você cumpra os 30 dias de Aviso-Prévio Trabalhado no horário normal, sem sair mais cedo e sem faltar os últimos 7 dias? Se isso aconteceu, o seu aviso-prévio é considerado NULO pela Justiça do Trabalho!

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** O artigo 488 da CLT estabelece uma regra obrigatória quando a demissão parte do empregador (sem justa causa): durante o cumprimento do aviso-prévio trabalhado, a jornada do empregado deve ser reduzida em 2 horas diárias todos os dias, OU o trabalhador pode optar por faltar ao serviço por 7 dias corridos ao final, SEM qualquer desconto no salário! O objetivo da lei é dar tempo para o trabalhador procurar um novo emprego. Mas atenção a dois detalhes cruciais: primeiro, essa redução de 2 horas ou 7 dias só vale quando a EMPRESA demite você (se foi você quem pediu demissão, trabalha os 30 dias completos!); segundo, segundo a Súmula 230 do TST, é ilegal substituir as 2 horas de redução pelo pagamento de '2 horas extras em dinheiro': se a empresa não conceder a redução real no horário, terá que pagar um novo aviso-prévio indenizado inteiro!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Você sabia que essa escolha entre sair 2 horas mais cedo todo dia ou faltar 7 dias corridos cabe ao trabalhador no início do aviso? Salve este vídeo e mande para um colega!

Roteiro #03 — Direito de Família: 'Avós Podem Ser Obrigados a Pagar Pensão Alimentícia aos Netos? (Súmula 596 do STJ)'

- **[00s–03s — GANCHO]:** O pai da criança não paga a pensão alimentícia ou sumiu no mundo: a mãe pode entrar com uma ação cobrando a pensão diretamente da avó e do avô paternos?

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** Esse tema gera muita confusão nas famílias brasileiras! A obrigação alimentar dos avós (chamados de Alimentos Avoengos, amparada nos artigos 1.696 e 1.698 do Código Civil) existe sim na lei, mas a Súmula 596 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deixa muito claro que ela tem natureza COMPLEMENTAR e SUBSIDIÁRIA, e jamais solidária! O que isso significa na prática? Que a mãe não pode simplesmente escolher processar os avós porque 'eles são aposentados e têm mais dinheiro que o pai'. Só é possível acionar os avós (e atenção: devem ser chamados tanto os avós paternos quanto os avós maternos, na medida de suas possibilidades financeiras!) quando ficar cabalmente comprovado no processo que tanto o pai quanto a mãe estão impossibilitados de prover o sustento básico da criança e que todas as tentativas de cobrar os genitores se esgotaram!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Portanto, os avós não são 'fiadores automáticos' de filho irresponsável; a responsabilidade primária é sempre dos pais! Leia o texto completo da Súmula 596 do STJ aqui na legenda e salve este vídeo!

Roteiro #04 — Direito Imobiliário: 'O Inquilino Tem Direito de Preferência na Venda do Imóvel Alugado: Como Notificar?'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Você é dono de uma casa ou ponto comercial alugado e resolveu colocar o imóvel à venda? Cuidado: vender o imóvel para um terceiro sem dar o Direito de Preferência formal ao seu inquilino pode gerar obrigação de indenizar perdas e danos!

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** Os artigos 27 a 34 da Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991) garantem ao inquilino o Direito de Preferência para adquirir o imóvel locado em igualdade de condições com terceiros! E não basta mandar um áudio informal no WhatsApp dizendo 'Oi fulano, estou pensando em vender a casa por 400 mil, você quer?'. O artigo 28 da lei exige que a notificação (judicial, extrajudicial via cartório ou outro meio inequívoco) contenha TODAS as condições do negócio: preço exato, forma de pagamento (se à vista, se aceita financiamento), existência de ônus reais, bem como local e horário para examinar a documentação! A partir do recebimento dessa notificação completa, o inquilino tem o prazo decadencial de 30 DIAS para manifestar por escrito sua aceitação integral; se não responder em 30 dias, o proprietário fica livre para vender pelo mesmo preço a terceiros!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** E quando o inquilino pode anular a venda e tomar o imóvel para si depositando o preço? Apenas se o contrato de locação estava averbado na matrícula do imóvel pelo menos 30 dias antes da venda (art. 33)! Confira na legenda e salve!

Roteiro #05 — Direito Previdenciário: 'Acréscimo de 25% na Aposentadoria por Incapacidade Permanente (Grande Invalidez)'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Você tem um familiar aposentado por invalidez (incapacidade permanente) no INSS que hoje precisa da ajuda constante de outra pessoa para tomar banho, se alimentar, se vestir ou tomar remédios? Ele pode ter direito a um aumento de 25% no valor da aposentadoria todos os meses!

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** O artigo 45 da Lei nº 8.213/1991 prevê um adicional muito importante chamado Acréscimo de 25% por Necessidade de Assistência Permanente de Outra Pessoa (conhecido como adicional do acompanhante ou grande invalidez). Esse acréscimo de 25% sobre o valor do benefício é devido exclusivamente aos segurados titulares de Aposentadoria por Incapacidade Permanente (antiga Aposentadoria por Invalidez, conforme delimitado pelo STF no Tema 1095!). E dois

detalhes fundamentais: primeiro, o anexo I do Regulamento da Previdência traz uma lista de situações (como cegueira total, paralisia dos membros, doença que exija permanência contínua no leito ou incapacidade para as atividades elementares da vida diária), sendo avaliado em perícia médica do INSS; segundo, esse adicional de 25% será pago MESMO QUE o valor total ultrapasse o teto máximo do INSS!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Conhece alguma família que cuida de um aposentado por invalidez acamado ou dependente de terceiros? Envie este vídeo pelo WhatsApp para eles conhecerem o artigo 45 da Lei 8.213/91!

Roteiro #06 — Direito do Consumidor: 'Estacionamento de Supermercado, Shopping ou Faculdade Responde por Furto ou Batida no Carro?'

- **[00s–03s — GANCHO]:** A famosa placa 'Não nos responsabilizamos por objetos deixados no interior do veículo ou danos no estacionamento' fixada na parede do supermercado, do shopping ou da faculdade tem validade jurídica?

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** Nenhuma! Essa placa não vale absolutamente nada perante o Poder Judiciário brasileiro! A matéria está pacificada há décadas na Súmula 130 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determina: 'A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento'! E preste atenção: essa responsabilidade objetiva vale tanto quando o estacionamento é pago (você tirou ticket na cancela) quanto quando o estacionamento é GRATUITO oferecido por um supermercado, shopping center, restaurante, hospital ou universidade particular em área fechada/controlada! Por quê? Porque o estacionamento seguro e cômodo é um atrativo comercial que faz você escolher comprar naquela loja em vez de parar na rua, gerando para a empresa o dever jurídico de guarda e vigilância!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Por isso, sempre guarde o ticket de entrada ou a nota fiscal da compra com o horário do ocorrido, tire fotos do local e registre o Boletim de Ocorrência imediatamente! Salve este vídeo!

Roteiro #07 — Direito Empresarial / Contratos: 'Multa Abusiva em Contrato: Quando o Juiz Pode Reduzir a Cláusula Penal?'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Você assinou um contrato comercial ou de prestação de serviços no qual colocaram uma multa de 50% ou 100% do valor total do contrato em

caso de atraso ou rescisão? Essa multa vale integralmente na Justiça?

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** No Direito Contratual brasileiro (artigos 412 e 413 do Código Civil), a autonomia da vontade das partes não autoriza o enriquecimento sem causa nem a opressão econômica por meio de multas confiscatórias! Existem duas travas legais obrigatórias que limitam qualquer Cláusula Penal (multa contratual): primeiro, pelo artigo 412 do Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal NUNCA pode exceder o valor da obrigação principal; segundo, pelo artigo 413 do Código Civil, a penalidade DEVE (é um dever-poder do juiz, norma de ordem pública!) ser reduzida equitativamente pelo magistrado sempre que a obrigação principal já tiver sido cumprida em parte (por exemplo, o inquilino ou contratante já cumpriu 20 dos 30 meses do contrato: a multa deve ser reduzida proporcionalmente aos meses restantes!) ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Tanto para quem redige contratos empresariais quanto para quem está sendo cobrado, calibrar a multa compensatória (geralmente entre 10% e 20% proporcional) e a multa moratória (2% no CDC) evita nulidades! Salve este vídeo!

Roteiro #08 — Direito Sucessório: 'Renúncia da Herança: Posso Renunciar à Minha Parte 'Em Favor da Minha Mãe' Sem Pagar Dois Impostos?'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Quando o pai falece, é muito comum que os filhos digam no cartório: 'Doutor, nós queremos renunciar à nossa parte da herança para deixar tudo 100% no nome da nossa mãe!'. Cuidado com uma única palavra na escritura que pode fazer a Receita Estadual cobrar o imposto duas vezes!

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** No Direito das Sucessões (artigos 1.804 a 1.813 do Código Civil), existem dois tipos completamente diferentes de renúncia: a primeira é a Renúncia Abdicativa (ou Pura e Simples): nela, o herdeiro simplesmente diz 'Eu não aceito a herança', sem escolher para quem a parte dele vai; por lei, a parte dele volta para o monte-mor e acresce aos demais herdeiros da mesma classe (ou passa para a classe seguinte), e sobre esse ato NÃO incide imposto de doação! Já a segunda é a chamada Renúncia Translaticia (ou 'Em Favor de Determinada Pessoa'): quando o filho diz 'Eu aceito a minha parte e transfiro especificamente para a minha mãe', para o Direito Tributário isso NÃO é renúncia; isso é uma Aceitação da Herança seguida de uma Doação Inter Vivos! Resultado: o estado cobra o ITCMD Causa Mortis pela herança E cobra um segundo ITCMD (ou ITBI se oneroso) pela doação/cessão para a mãe!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Por isso, planejar a redação exata da escritura pública de inventário antes de assinar economiza milhares de reais em tributos! Salve este vídeo e mande para a sua família!

Roteiro #09 — Direito do Trabalho: 'Desconto no Salário do Funcionário por Quebra de Equipamento ou Falta no Caixa (Art. 462 CLT)'

- **[00s–03s — GANCHO]:** O funcionário do comércio deu um troco errado e faltou R$ 150,00 no fechamento do caixa, ou o motorista da empresa bateu o veículo de entregas no trânsito: o patrão pode descontar esse prejuízo direto no contracheque do fim do mês?

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** O artigo 462 da CLT consagra o Princípio da Intangibilidade Salarial: em regra, é proibido ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado! Porém, o § 1º do mesmo artigo 462 da CLT traz as duas únicas hipóteses em que o desconto por dano causado pelo empregado é lícito: primeira hipótese (DOLO): quando ficar comprovado que o empregado causou o prejuízo intencionalmente (por exemplo, quebrou a máquina de propósito ou desviou o dinheiro: aqui o desconto é permitido mesmo que não haja cláusula no contrato!); segunda hipótese (CULPA — imprudência, negligência ou imperícia, como uma batida de trânsito por distração): no caso de culpa sem intenção, o desconto no salário SÓ é permitido se essa possibilidade tiver sido expressamente ACORDADA no contrato de trabalho assinado pelo empregado E a empresa comprovar a culpa dele (não podendo transferir ao trabalhador o risco normal do negócio, como assaltos ou defeitos mecânicos)!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Para quem é empresário: revise hoje mesmo os contratos de trabalho da sua equipe! Para o trabalhador: exija sempre o comprovante detalhado! Salve este vídeo!

Roteiro #10 — Direito Médico / Saúde: 'O Médico ou Hospital Pode Retirar ou Negar Cópia do Prontuário Médico ao Paciente?'

- **[00s–03s — GANCHO]:** Você pediu no hospital ou na clínica uma cópia integral do seu Prontuário Médico (ou do prontuário de um familiar falecido) e ouviu como resposta que 'o prontuário é documento confidencial interno do hospital e só pode ser entregue com ordem judicial'?

- **[03s–45s — DESENVOLVIMENTO]:** Essa recusa é completamente ilegal e antiética! Embora a guarda física ou eletrônica do arquivo caiba ao hospital ou consultório pelo prazo mínimo de 20 anos (Lei nº 13.787/2018), os dados clínicos contidos no Prontuário Médico pertencem ao PACIENTE! Tanto o artigo 88 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) quanto o artigo 18 da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o Código de Defesa do Consumidor garantem que o médico e a instituição de saúde são proibidos de negar ao paciente (ou ao seu representante legal) o acesso e a cópia integral do seu prontuário, fichas clínicas, laudos e folhas de evolução de enfermagem! E no caso de paciente falecido? O Parecer CFM nº 06/2014 (decorrente de decisão judicial federal transitada em julgado) garante o direito de acesso ao prontuário pelo cônjuge/companheiro sobrevivente e pelos sucessores legítimos do falecido (salvo objeção expressa em vida do paciente)!

- **[45s–55s — FECHAMENTO E CTA ÉTICO]:** Se houver recusa administrativa, faça o protocolo do pedido por escrito em duas vias! Salve este vídeo para conhecer seus direitos na saúde!

V

MÓDULO ESPECIAL V

Comentário Prático Artigo por Artigo do Provimento nº 205/2021 da OAB e do Capítulo VIII do Código de Ética

NESTE CAPÍTULO

- Artigo 1º do Provimento 205/2021 — Liberdade de Marketing Jurídico com Responsabilidade Ética
- Artigo 2º do Provimento 205/2021 — As Oito Definições Legais que Estruturam a Comunicação...
- Artigo 3º, Caput e Incisos I a V — Os Limites Inegociáveis da Sobriedade e Discrição
- Artigo 3º, §§ 1º e 2º — O Conceito Técnico de 'Mercantilização da Advocacia' e Proibição de...
- Artigo 4º, Caput e §§ 1º e 2º — Marketing de Conteúdos, Títulos Acadêmicos e Atuação em...
- Artigo 5º do Provimento 205/2021 c/c Artigo 40 do Código de Ética — Meios Permitidos vs. Meios...
- Artigo 6º do Provimento 205/2021 — A Proibição Absoluta da Ostentação Patrimonial
- Artigo 7º e Artigo 8º do Provimento 205/2021 — Reputação da Classe e Indicação do Espaço...

Para que este e-book funcione como uma obra de referência completa na mesa de todo advogado, sociedade de advogados, comissão de prerrogativas/ética e equipe de comunicação jurídica, apresentamos a seguir a análise comentada, dispositivo por dispositivo, do Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB em diálogo direto com os artigos 39 a 47 do Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução nº 02/2015).

Artigo 1º do Provimento 205/2021 — Liberdade de Marketing Jurídico com Responsabilidade Ética

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 1º inaugura o novo paradigma ao estabelecer que 'é permitido o marketing jurídico, desde que exercido de forma compatível com os preceitos éticos e respeitadas as limitações impostas pelo Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e por este Provimento'. O parágrafo único acrescenta que as informações veiculadas devem ser objetivas e verdadeiras e são de exclusiva responsabilidade das pessoas físicas identificadas e, solidariamente, dos sócios administradores da sociedade de advocacia.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Na prática diária do escritório, o parágrafo único do art. 1º encerra qualquer tentativa de transferir responsabilidade para terceiros: se o escritório contrata um social media freelancer, um redator ou um gestor de tráfego e este publica um post prometendo 'indenização garantida de R$ 15 mil', os sócios administradores respondem solidariamente perante o Tribunal de Ética e Disciplina (TED). Por isso, implemente sempre o fluxo de aprovação prévia (Duplo Check Ético) antes de qualquer postagem entrar no ar.

Artigo 2º do Provimento 205/2021 — As Oito Definições Legais que Estruturam a Comunicação Digital

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 2º traz os oito conceitos técnicos fundamentais: Marketing Jurídico (inciso I), Marketing de Conteúdos Jurídicos (inciso II), Publicidade (inciso III), Publicidade Profissional (inciso IV), Publicidade de Conteúdos Jurídicos (inciso V), Publicidade Ativa (inciso VI), Publicidade Passiva (inciso VII) e Captação de Clientela (inciso VIII).

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

A grande chave interpretativa do artigo 2º está na combinação entre os incisos II, VI, VII e VIII: quando o advogado publica um vídeo educativo sobre direitos trabalhistas no Reels ou no TikTok (ou o impulsiona via Meta Ads), ele está realizando Publicidade de Conteúdos Jurídicos

de forma Ativa (pois atinge número indeterminado de pessoas que não buscaram previamente o anunciante). Isso é 100% permitido! O que transforma a publicidade ativa lícita em 'Captação Indevida de Clientela' (inciso VIII) é inserir no vídeo um comando de indução direta à contratação dos serviços ('Me contrate agora clicando no botão') ou estímulo ao litígio ('Venha processar sua empresa conosco').

Artigo 3º, Caput e Incisos I a V — Os Limites Inegociáveis da Sobriedade e Discrição

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 3º determina que a publicidade profissional deve ter caráter meramente informativo e primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão, listando cinco vedações expressas nos incisos I a V.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Analisemos os cuidados práticos em cada inciso: no inciso I (proibição de referência direta ou indireta a valores de honorários, forma de pagamento, gratuidade ou descontos), cuidado com expressões disfarçadas como 'Atendimento social acessível', 'Não cobramos nada para olhar sua pasta' ou 'Você só paga quando receber no final do processo'. Todas essas frases configuram referência indireta a preço ou gratuidade como isca comercial! No inciso II (indução a erro), jamais omita que determinado benefício ou revisão depende de requisitos estritos. No inciso III (anúncio de especialidades), confira sempre se o diploma de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu já foi emitido antes de usar a palavra 'Especialista'. No inciso IV (expressões persuasivas ou de autoengrandecimento), substitua adjetivos vazios ('O escritório líder e mais combativo') por fatos objetivos verificáveis ('Escritório com 12 anos de atuação dedicada ao Direito Empresarial'). No inciso V (distribuição de brindes e materiais), lembre-se de que pastas, blocos de anotação e livros técnicos só podem ser entregues a participantes de eventos de interesse jurídico ou a clientes ativos na sede do escritório.

Artigo 3º, §§ 1º e 2º — O Conceito Técnico de 'Mercantilização da Advocacia' e Proibição de Slogans Comerciais

SÍNTESE NORMATIVA:

O § 1º do artigo 3º define 'mercantilização da profissão' como a utilização de mecanismos de marketing que suprimam a imagem, o poder decisório e as responsabilidades do profissional ou que tratem o serviço jurídico como mercadoria de consumo em massa. Já o § 2º veda a divulgação de publicidade profissional em conjunto com qualquer outra atividade ou sem a correta identificação do advogado.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Isso explica por que o advogado não pode criar uma plataforma online onde o cliente 'coloca uma petição ou um divórcio no carrinho de compras, passa o cartão de crédito em 12x no checkout automático e baixa o serviço pronto' como se estivesse comprando um tênis em um e-commerce. A advocacia exige análise intelectual individualizada, relação fiduciária pessoal e poder decisório humano do advogado.

Artigo 4º, Caput e §§ 1º e 2º — Marketing de Conteúdos, Títulos Acadêmicos e Atuação em Audiências/Sustentações Orais

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 4º autoriza a publicidade ativa ou passiva no marketing de conteúdos jurídicos (inclusive com anúncios pagos), desde que não haja mercantilização, captação indevida ou emprego excessivo de recursos financeiros. O § 1º admite a identificação profissional com qualificações e títulos verdadeiros e comprováveis. Já o § 2º disciplina a divulgação de imagem, vídeo ou áudio contendo atuação profissional em audiências e sustentações orais.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

O § 2º do artigo 4º é importantíssimo para quem grava vídeos na rotina forense: você PODE publicar no Instagram ou no YouTube o trecho em que você mesmo aparece fazendo uma Sustentação Oral na tribuna do Tribunal (ou por videoconferência) ou conduzindo uma pergunta técnica em audiência (em processos que NÃO tramitem em segredo de justiça e preservando o sigilo e a dignidade das partes, desfocando ou cortando o rosto e o nome dos envolvidos!). Porém, a parte final do § 2º proíbe terminantemente fazer referência ou menção à decisão judicial ou ao resultado obtido naquele julgamento ('Vencemos por unanimidade hoje no Tribunal!'). Publique apenas a sua argumentação técnica jurídica na tribuna como conteúdo educativo sobre a tese debatida!

Artigo 5º do Provimento 205/2021 c/c Artigo 40 do Código de Ética — Meios Permitidos vs. Meios Vedados

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 5º permite a utilização de anúncios pagos ou não nos meios de comunicação, exceto nos meios expressamente vedados pelo artigo 40 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Quais são os meios que o artigo 40 do Código de Ética proíbe de forma absoluta para anúncios publicitários de advocacia? (I) Rádio, cinema e televisão (atenção: dar entrevista jornalística ou educativa gratuita convidado por uma emissora de TV ou rádio é permitido pelo art. 42 do CED; o que o art. 40, I proíbe é comprar horário comercial no intervalo da novela ou do jornal para passar propaganda do escritório!); (II) Outdoors, painéis luminosos ou formas assemelhadas de publicidade em vias públicas; (III) Inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público; (IV) Divulgação em conjunto com outra atividade; (V) Fornecimento de dados de contato em colunas ou programas para captação; e (VI) Mala direta e panfletagem indiscriminada.

Artigo 6º do Provimento 205/2021 — A Proibição Absoluta da Ostentação Patrimonial

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 6º estabelece: 'Fica vedada, na publicidade ativa, qualquer informação relativa às dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, assim como a promessa de resultados ou a divulgação de fotografias, vídeos ou áudios que contenham ostentação de bens relativos ao exercício ou não da profissão, como uso de veículos, viagens, hospedagens e bens de consumo'.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Note a distinção cirúrgica feita pelo artigo 6º: na publicidade PASSIVA (por exemplo, dentro do seu site institucional, onde o cliente entrou porque procurou pelo seu escritório), você pode colocar fotos sóbrias da sala de reuniões e da recepção para que o cliente conheça o ambiente onde será atendido. Porém, na publicidade ATIVA (anúncios patrocinados ou vídeos de descoberta voltados a atrair público indeterminado), você não pode fazer um anúncio gabando-se de 'Ter o maior prédio de 5 andares da cidade com heliponto', nem exibir carros importados, relógios de ouro, jatinhos ou viagens internacionais sugerindo que aquele luxo decorre das vitórias judiciais do escritório.

Artigo 7º e Artigo 8º do Provimento 205/2021 — Reputação da Classe e Indicação do Espaço Físico/Virtual

SÍNTESE NORMATIVA:

O artigo 7º estende o dever de preservação do prestígio da advocacia inclusive aos conteúdos extrajurídicos divulgados pelo profissional que possam atingir a reputação da classe. O artigo 8º proíbe indicar na divulgação que o escritório funciona em conjunto com outra atividade não

jurídica e regulamenta o uso de coworkings.

DIRETRIZ DE APLICAÇÃO PRÁTICA NO ESCRITÓRIO:

Sobre o uso de espaços de Coworking (escritórios compartilhados): o Anexo Único do Provimento 205/2021 autoriza expressamente que o advogado utilize espaços de coworking para trabalhar e atender seus clientes, inclusive fixando placa discreta de identificação da sua sociedade de advocacia no espaço, desde que seja rigorosamente preservado o sigilo profissional durante as reuniões de atendimento e que a advocacia não funcione misturada com empresas de contabilidade, corretagem ou cobrança na mesma sala!

VI

MÓDULO ESPECIAL VI

Caderno Suplementar de Textos Completos para Blog (SEO), Legendas de Carrosséis, Posts Simples e Roteiros

NESTE CAPÍTULO

- Artigo Suplementar de Blog #01 — Direito de Família: 'Contrato de Namoro vs. União Estável: O...
- Artigo Suplementar de Blog #02 — Direito Imobiliário e Sucessório: 'Direito Real de Habitação...
- Artigo Suplementar de Blog #03 — Direito do Trabalho: 'Trabalho Externo (Vendedores, Motorista...
- Artigo Suplementar de Blog #04 — Direito Previdenciário: 'Auxílio por Incapacidade Temporári...
- Artigo Suplementar de Blog #05 — Direito do Consumidor e Aéreo: 'Atraso de Voo, Cancelament...
- Artigo Suplementar de Blog #06 — Direito Tributário e Sucessório: 'Doação de Imóveis em Vida com...

Para consolidar nossa meta de entregar um verdadeiro compêndio prático com mais de 150 páginas de conteúdo denso e aplicável, apresentamos a seguir uma coleção suplementar de **Artigos de Blog Completos, Carrosséis Detalhados e Roteiros de Vídeo** cobrindo temas adicionais de altíssima procura nas bancas de advocacia de todo o país.

Artigo Suplementar de Blog #01 — Direito de Família: 'Contrato de Namoro vs. União Estável: O Documento Realmente Protege o Patrimônio?'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`contrato de namoro união estável validade jurídica patrimônio`

[H2] A Fronteira Tênue entre o Namoro Contemporâneo e a União Estável (Art. 1.723 do Código Civil)

Nos relacionamentos modernos, é cada vez mais frequente que casais de namorados durmam na casa um do outro nos finais de semana, façam viagens internacionais juntos, frequentem festas familiares, compartilhem senhas de streaming e até dividam temporariamente o mesmo teto por conveniência de trabalho ou estudo, sem que tenham a intenção atual de constituir uma família (ausência de *affectio maritalis*). Como o artigo 1.723 do Código Civil define a União Estável pela convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família (não exigindo prazo mínimo de anos nem sequer moradia sob o mesmo teto, conforme a Súmula 382 do STF!), muitos profissionais e empresários buscam o chamado **Contrato de Namoro** para evitar que o término de um namoro se transforme em uma ação judicial de reconhecimento e dissolução de união estável com partilha de bens.

[H2] Qual é o Verdadeiro Valor Jurídico do Contrato de Namoro Segundo o STJ?

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhece a validade jurídica da declaração escrita (por instrumento particular ou escritura pública em Tabelionato de Notas) pela qual o casal atesta de boa-fé que mantém apenas um relacionamento afetivo de namoro, sem comunhão de vida familiar e sem confusão patrimonial naquela data. Contudo, é fundamental compreender o **Princípio da Primazia da Realidade no Direito de Família**: o Contrato de Namoro NÃO é um 'salvo-conduto absoluto' se, nos anos seguintes à assinatura, o casal passar a viver na prática como se casado fosse (tendo filhos planejados em comum, comprando imóveis juntos, apresentando-se socialmente como marido eespôsa e declarando o parceiro como dependente no Imposto de Renda ou plano de saúde)!

[H2] Quando Usar o Contrato de Namoro e Quando Migrar para o Contrato de União Estável com Separação de Bens?

A estratégia jurídica mais segura recomendada pelos especialistas em Direito Patrimonial de Família divide-se em dois momentos: (1) Enquanto a relação é genuinamente um namoro (mesmo que longo ou com pernoites frequentes), a lavratura do **Contrato de Namoro** com cláusula de renovação anual serve como prova documental robusta da ausência de *affectio maritalis* naquele período; (2) A partir do momento em que o casal decide morar junto definitivamente ou constituir um núcleo familiar, em vez de insistir em um contrato de namoro que seria descaracterizado pelos fatos, o instrumento correto e inatacável é lavrar uma **Escritura Pública de União Estável adotando expressamente o Regime da Separação Convencional Absoluta de Bens** (art. 1.725 do CC)! Assim, a realidade familiar é reconhecida, mas o patrimônio individual de cada um fica 100% blindado por vontade expressa das partes.

Artigo Suplementar de Blog #02 — Direito Imobiliário e Sucessório: 'Direito Real de Habitação na Herança: Quando o Viúvo ou a Viúva Pode Morar na Casa pelo Resto da Vida?'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`direito real de habitação cônjuge sobrevivente união estável herdeiros STJ`

[H2] O Que é o Direito Real de Habitação Previsto no Artigo 1.831 do Código Civil?

Quando ocorre o falecimento de um dos cônjuges ou companheiros e o casal residia em um imóvel próprio, surge frequentemente um conflito delicado no inventário: os filhos (especialmente quando são filhos exclusivos do falecido, frutos de um primeiro casamento) desejam vender imediatamente a casa ou o apartamento para dividir o dinheiro da herança, ou pretendem cobrar um aluguel mensal da viúva (ou do viúvo) que permaneceu morando no imóvel. Para proteger o direito fundamental à moradia e a dignidade da pessoa enlutada na velhice, o **artigo 1.831 do Código Civil** consagra o **Direito Real de Habitação**.

[H2] As 4 Regras de Ouro do Direito Real de Habitação Segundo a Jurisprudência do STJ

O Superior Tribunal de Justiça pacificou quatro diretrizes essenciais sobre o exercício desse direito: (1) **Independe do Regime de Bens:** o direito real de habitação é garantido ao cônjuge e também ao companheiro sobrevivente em união estável (Tema 809 do STF), qualquer que tenha sido o regime de bens do casamento (inclusive na Separação Total Obrigatória ou

Convencional de Bens, mesmo quando o sobrevivente não tem meação nem herança sobre aquele imóvel!); (2) **Gratuidade Absoluta (Proibição de Cobrar Aluguel):** os herdeiros do falecido tornam-se nus-proprietários do imóvel, mas NÃO podem despejar o viúvo(a), não podem forçar a venda com desocupação nem podem cobrar qualquer valor de aluguel pelo uso exclusivo do bem enquanto durar a habitação vitalícia; (3) **Requisito do Único Imóvel Residencial a Inventariar:** a lei exige que aquele seja o único bem imóvel de natureza residencial integrante do monte a inventariar (embora o STJ reconheça que a existência de outro imóvel particular de baixo valor em nome exclusivo do sobrevivente que não servia de moradia do casal não afasta necessariamente a proteção social do lar conjugal); e (4) **Finalidade Estritamente Residencial:** o titular do direito real de habitação tem o direito de morar gratuitamente no imóvel, mas não pode alugá-lo para terceiros para auferir renda sozinho.

[H2] A Exceção Recente do STJ: Quando o Direito Real de Habitação Pode Ser Mitigado?

Em julgados recentes de alta relevância técnica, a Corte Especial e as Turmas de Direito Privado do STJ pontuaram que o Direito Real de Habitação, embora seja a regra geral protetiva, pode sofrer mitigação excepcionalíssima apenas em casos extremos onde o cônjuge sobrevivente já possui amplos recursos financeiros e imóveis próprios de alto padrão, enquanto os filhos do falecido (herdeiros necessários vulneráveis ou menores) encontram-se em situação de desamparo material sendo privados do único bem deixado pelo pai. Fora dessas hipóteses excepcionais, a proteção vitalícia da moradia do viúvo(a) permanece inabalável.

Artigo Suplementar de Blog #03 — Direito do Trabalho: 'Trabalho Externo (Vendedores, Motoristas, Técnicos): Quando Há Direito ao Pagamento de Horas Extras? (Art. 62, I da CLT)'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`trabalho externo horas extras artigo 62 I CLT vendedor motorista controle de jornada`

[H2] A Exceção do Artigo 62, Inciso I, da CLT e o Mito de que 'Quem Trabalha na Rua Nunca Recebe Hora Extra'

Muitas empresas que mantêm equipes de campo — como vendedores externos, representantes empregados, promotores de vendas, técnicos de instalação e manutenção de internet/telefonia, entregadores e motoristas — anotam na Carteira de Trabalho a menção ao

artigo 62, inciso I, da CLT por acreditarem que o simples fato de o serviço ser executado fora das paredes físicas da empresa isenta automaticamente o empregador do pagamento de horas extras. Trata-se de um dos erros de interpretação trabalhista que mais gera condenações milionárias nos Tribunais Regionais do Trabalho e no TST.

[H2] Incompatibilidade Real vs. Controle Indireto por Tecnologia (GPS, Aplicativos, Roteiros e WhatsApp)

A redação do artigo 62, I, da CLT exclui do capítulo da duração do trabalho apenas os empregados que exercem *'atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho'*. Ou seja, não basta o trabalho ser externo; é indispensável que seja **materialmente impossível para a empresa fiscalizar e saber a que horas o trabalhador começou e terminou o serviço**! Na era dos smartphones e da telemetria, a jurisprudência do TST é unânime: se a empresa utiliza aplicativo de vendas no celular que registra o horário do primeiro e do último pedido, rastreamento por GPS no veículo ou tablet, roteiro predeterminado de visitas diárias obrigatórias, check-in por foto nas lojas atendidas, reuniões matinais ou vespertinas por vídeo ou cobrança constante de localização em grupo de WhatsApp, **a jornada é perfeitamente controlável**!

[H2] Consequências da Descaracterização do Artigo 62, I da CLT

Quando a prova oral e tecnológica demonstra que a empresa tinha meios de controlar (direta ou indiretamente) o horário do trabalhador externo, mas optou por não manter o registro formal de ponto, a Justiça do Trabalho afasta o enquadramento no artigo 62, I da CLT e condena ao pagamento de todas as horas trabalhadas além da 8ª diária e 44ª semanal (acrescidas do adicional mínimo de 50%), bem como horas de intervalo intrajornada suprimidas e reflexos em DSR, férias + 1/3, 13º salário, aviso-prévio e FGTS + 40%. Para as empresas, a solução segura de compliance é adotar o ponto eletrônico móvel por aplicativo (Portaria MTP nº 671/2021) ou pactuar Acordo Coletivo específico.

Artigo Suplementar de Blog #04 — Direito Previdenciário: 'Auxílio por Incapacidade Temporária (Auxílio-Doença) Negado pelo INSS: Os 3 Caminhos do Segurado'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`auxílio doença negado pelo INSS o que fazer recurso ou ação judicial`

[H2] Por Que Tantos Pedidos Legítimos São Indeferidos na Perícia Médica ou no Atestmed do INSS?

Não há situação mais desesperadora para um trabalhador adoecido ou acidentado do que estar com um atestado médico do seu ortopedista, cardiologista ou psiquiatra determinando o afastamento do trabalho por 60 ou 90 dias, mas receber no aplicativo *Meu INSS* o comunicado de **Indeferimento do Auxílio por Incapacidade Temporária** sob a justificativa de 'Não constatação de incapacidade laborativa' ou 'Falta de qualidade de segurado / carência'. Na maioria das vezes, a negativa administrativa decorre de três falhas: laudo médico incompleto (que informa a doença mas não descreve a limitação funcional específica para o trabalho habitual do segurado), erro no CNIS que esconde contribuições pagas, ou análise superficial na perícia administrativa.

[H2] Os 3 Caminhos Diante do Indeferimento: Novo Pedido, Recurso ao CRPS ou Ação Judicial?

Ao contrário do que o segurado leigo imagina, sair correndo para protocolar um 'Recurso Administrativo Ordinário' pelo próprio aplicativo Meu INSS nem sempre é a melhor estratégia jurídica! Veja por quê: (1) **Recurso Administrativo ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS — prazo de 30 dias):** costuma ser demorado e, nos casos em que o motivo da negativa foi 'parecer contrário da perícia médica', a Junta de Recursos raramente reforma a conclusão médica sem nova avaliação pericial presencial; (2) **Novo Requerimento Administrativo (após 30 dias com documentação médica robusta):** é útil apenas quando o primeiro pedido foi feito no Atestmed com atestado rasurado ou sem CID, mas faz o segurado perder os atrasados desde a primeira Data de Entrada do Requerimento (DER); e (3) **Ação Judicial Federal / Juizado Especial Federal (ou Justiça Estadual em caso de Acidente de Trabalho!):** é o caminho técnico mais seguro quando a perícia do INSS errou no diagnóstico da incapacidade! No processo judicial, o juiz nomeia um **Médico Perito Judicial imparcial e especialista na área da doença**, garantindo a análise profunda dos exames e o pagamento retroativo desde a data do primeiro pedido indevidamente negado!

[H2] O Perigo do 'Limbo Jurídico Trabalhista-Previdenciário'

Quando o segurado empregado recebe alta (ou negativa) do INSS, mas ao se apresentar na empresa o Médico do Trabalho da empresa o considera 'Inapto' e o impede de voltar ao serviço, instala-se o chamado **Limbo Previdenciário**: o trabalhador fica sem benefício do INSS e sem salário da empresa! A jurisprudência consolidada do TST determina que, após a alta do INSS, se o trabalhador se apresenta para trabalhar (ou para ser readaptado em função compatível) e a empresa recusa o seu retorno, **cabe ao empregador a responsabilidade pelo pagamento integral dos salários** a partir da data da alta previdenciária!

Artigo Suplementar de Blog #05 — Direito do Consumidor e Aéreo: 'Atraso de Voo, Cancelamento, Overbooking e Extravio de Bagagem: Guia dos Direitos do Passageiro (Resolução 400 da ANAC)'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`voo cancelado ou atrasado direitos do passageiro resolução 400 ANAC indenização`

[H2] Os Deveres Objetivos de Assistência Material da Companhia Aérea (1h, 2h e 4h de Atraso)

Nos termos da **Resolução nº 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)** e do Código de Defesa do Consumidor, sempre que ocorrer atraso de voo, cancelamento de voo, interrupção do serviço ou preterição de embarque (*overbooking* — quando a companhia vende mais passagens do que o número de assentos da aeronave), a empresa aérea tem o dever legal objetivo de prestar **Assistência Material Gratuita** ao passageiro no aeroporto, calculada conforme o tempo de espera: a partir de **1 hora**: facilidades de comunicação (internet e telefone); a partir de **2 horas**: alimentação adequada (voucher para refeição e bebida); a partir de **4 horas** (ou sempre que houver necessidade de pernoite no aeroporto): serviço de hospedagem em hotel (salvo se o passageiro residir na mesma localidade do aeroporto de origem) e traslado de ida e volta (transporte aeroporto-hotel-aeroporto) pago integralmente pela companhia!

[H2] Direito de Escolha do Passageiro nos Atrasos Superiores a 4 Horas ou Cancelamentos

Quando o atraso do voo for superior a 4 horas (ou houver cancelamento ou perda de conexão por culpa da companhia), o passageiro não é obrigado a aceitar passivamente o voo do dia seguinte. A Resolução nº 400 da ANAC garante ao consumidor a livre escolha entre três alternativas: (1) **Reacomodação gratuita** no primeiro voo disponível da própria companhia OU em voo de companhia aérea concorrente que decole mais cedo para o mesmo destino; (2) **Reembolso integral** do valor pago pela passagem (inclusive tarifas aeroportuárias); ou (3) **Execução do serviço por outra modalidade de transporte** (como ônibus executivo ou táxi custeado pela empresa).

[H2] Como Documentar a Falha no Aeroporto para Garantir a Reparação Material e Moral?

Para que o passageiro prejudicado (por exemplo, quem perdeu um dia de hospedagem paga no destino, perdeu um compromisso profissional, casamento, congresso ou formatura, ou passou horas no chão do aeroporto sem assistência material e com bagagem extraviada) possa comprovar o ocorrido, é essencial produzir quatro provas na hora: (a) tirar foto do painel eletrônico do aeroporto mostrando o número do voo e o status 'Cancelado' ou 'Atrasado'; (b) guardar todos os cartões de embarque (originais e remarcados) e etiquetas de despacho de bagagem; (c) exigir a Declaração de Contingência no balcão da companhia (ou gravar vídeo discreto caso o balcão esteja abandonado sem funcionários) e o RIB (Relatório de Irregularidade de Bagagem) em caso de extravio; e (d) guardar todas as notas fiscais e recibos de táxi, alimentação, hotel e roupas de emergência compradas por falta da assistência obrigatória.

Artigo Suplementar de Blog #06 — Direito Tributário e Sucessório: 'Doação de Imóveis em Vida com Reserva de Usufruto vs. Inventário: Comparativo de Custos e Segurança'

PALAVRA-CHAVE DE SEO:

`doação de imóveis em vida com reserva de usufruto custos impostos vale a pena`

[H2] Como Funciona a Doação da Nua-Propriedade com Reserva de Usufruto Vitalício?

A **Doação em Vida com Reserva de Usufruto Vitalício** (arts. 538 e 1.390 a 1.411 do Código Civil) é um dos instrumentos clássicos mais eficientes do Planejamento Sucessório familiar no Brasil. Por meio de uma Escritura Pública lavrada em Tabelionato de Notas e registrada na matrícula do Cartório de Registro de Imóveis, a propriedade plena do bem é desmembrada em duas partes: os filhos (donatários) recebem imediatamente a **Nua-Propriedade** (o domínio titular do bem), enquanto os pais (doadores) reservam para si, de forma vitalícia, o **Usufruto** (o direito real de posse, uso, administração e percepção de todos os frutos).

[H2] Os Pais Correm Algum Risco de Serem Retirados de Casa pelos Filhos após a Doação?

Nenhum! Enquanto os pais usufrutuários estiverem vivos, eles continuam tendo o direito exclusivo de morar no imóvel OU de alugar o imóvel para terceiros e receber 100% do valor dos aluguéis diretamente em suas contas bancárias! Os filhos nus-proprietários não podem vender

o imóvel sozinhos desalojando os pais, não podem cobrar aluguel dos pais e, se os pais gravarem a escritura com as cláusulas restritivas de **Incomunicabilidade, Impenhorabilidade e Reversão (art. 547 do CC)**, o imóvel fica blindado inclusive contra credores dos filhos, divórcios dos filhos e contra a hipótese de falecimento prematuro do filho antes dos pais.

[H2] O Que Acontece Quando os Pais Falecem no Futuro? (A Extinção Rápida do Usufruto Sem Inventário!)

A maior vantagem prática e econômica da Doação com Reserva de Usufruto revela-se no futuro: quando ocorre o falecimento dos pais usufrutuários, **aquele imóvel NÃO precisa entrar em processo de inventário**! Nos termos do artigo 1.410, inciso I, do Código Civil, o usufruto extingue-se automaticamente com o óbito do usufrutuário, consolidando-se a propriedade plena nas mãos dos filhos mediante um simples requerimento administrativo de **Averbação de Cancelamento de Usufruto** apresentado diretamente no balcão do Cartório de Registro de Imóveis com a Certidão de Óbito (e a guia complementar de ITCMD, nos estados que cobram o imposto em duas metades — 50% ou 2/3 na doação e o restante na extinção do usufruto — ou sem nenhum novo imposto nos estados onde os 100% do ITCMD já foram quitados no ato da doação!).

VII

MÓDULO ESPECIAL VII

Banco Master de 36 Carrosséis e Posts Simples + 24 Roteiros Completos Adicionais (1 Ano de Conteúdo Prático)

NESTE CAPÍTULO

- Post Master #01 [Carrossel — Direito Trabalhista]: Trabalho em Feriados e Domingos: Quando o...
- Post Master #02 [Post Simples — Direito Previdenciário]: Contribuir para o INSS pelo Teto...
- Post Master #03 [Carrossel — Direito de Família]: Viagem de Criança e Adolescente (Nacional e...
- Post Master #04 [Post Simples — Direito Imobiliário]: Usucapião Entre Herdeiros: Um Irmão...
- Post Master #05 [Carrossel — Direito Empresarial e Societário]: 5 Erros Fatais que os Empresários...
- Post Master #06 [Post Simples — Direito Tributário]: Doador ou Donatário: Quem Paga o Imposto de...
- Post Master #07 [Carrossel — Direito Médico e da Saúde]: Home Care (Internação Domiciliar) Negado...
- Post Master #08 [Post Simples — Direito do Consumidor e Bancário]: Cartão de Crédito...

+ mais 4 seções neste capítulo

Para que você tenha em mãos o maior acervo de exemplos práticos já reunido em um livro de Marketing Jurídico no Brasil, estruturamos neste módulo uma coleção adicional de **36 exemplos de Posts para o Instagram (intercalando Carrosséis e Posts Simples, conforme o nosso Método 3 + 2)** e **24 Roteiros Completos de Vídeos Curtos e Médios**, cobrindo situações concretas do dia a dia forense, consultivo e extrajudicial.

Post Master #01 [Carrossel — Direito Trabalhista]: Trabalho em Feriados e Domingos: Quando o Pagamento Deve Ser em Dobro (100%)?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

Trabalhou no feriado ou no domingo e recebeu apenas o dia normal? Veja o que diz a Lei nº 605/1949 e a Súmula 146 do TST!

SLIDE 2

A Regra Geral: O trabalho prestado em domingos e feriados civis ou religiosos, quando NÃO compensado com uma folga em outro dia da semana, deve ser pago EM DOBRO (adicional de 100%), sem prejuízo da remuneração normal do repouso semanal!

SLIDE 3

E quem trabalha em escala 12x36? Após a Reforma Trabalhista (Art. 59-A da CLT), na escala 12x36 os feriados já são considerados compensados, mas o repouso semanal e as regras da Convenção Coletiva da categoria precisam ser conferidos!

SLIDE 4

Quantos domingos seguidos o comércio pode exigir trabalho? Pela Lei nº 10.101/2000 (art. 6º, parágrafo único), o repouso semanal remunerado deverá coincidir com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de três semanas (e para as mulheres, observa-se a proteção do art. 386 da CLT decidida pelo STF)!

SLIDE 5

Como conferir no seu holerite? Verifique se consta a rubrica 'Horas Extras 100%' ou se houve a concessão da folga compensatória na mesma semana!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Trabalhar no feriado sem folga compensatória dá direito ao pagamento em dobro (100%)! Salve este carrossel para conferir seu contracheque e envie para quem trabalha em escalas e plantões.

Post Master #02 [Post Simples — Direito Previdenciário]: Contribuir para o INSS pelo Teto Faltando 2 Anos para Se Aposentar Aumenta o Benefício?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte direta: 'Cuidado com o erro de passar a vida pagando INSS sobre 1 salário mínimo e, faltando 2 anos para se aposentar, começar a pagar sobre o Teto achando que vai se aposentar com R$ 8 mil! Desde a Reforma da Previdência (EC 103/2019), a média do INSS considera 100% dos salários desde julho de 1994!'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Antes de aumentar por conta própria o valor da sua guia GPS do INSS para o teto máximo, faça sempre o cálculo matemático do Planejamento Previdenciário! Pela regra atual da Emenda Constitucional nº 103/2019, o valor do benefício é calculado sobre a média aritmética simples de 100% de todo o seu período contributivo desde julho de 1994. Se você já tem 300 contribuições sobre 1 salário mínimo, pagar apenas 24 meses sobre o teto dilui esse valor nos 324 meses totais e quase não altera a renda final, fazendo você jogar dinheiro fora! O aumento só compensa quando combinado com estratégias técnicas específicas (como o descarte de contribuições excedentes ou o divisor mínimo). Salve este alerta!

Post Master #03 [Carrossel — Direito de Família]: Viagem de Criança e Adolescente (Nacional e Internacional): Quando Precisa de Autorização do Outro Genitor?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

Vai viajar com seu filho nas férias e não sabe se precisa de autorização escrita do pai ou da mãe da criança? Veja a regra atualizada do ECA e do CNJ!

SLIDE 2

1. Viagem DENTRO do Brasil (Nacional) com apenas um dos pais (pai ou mãe): NÃO precisa de autorização do outro genitor! Basta apresentar a Certidão de Nascimento original (ou RG) comprovando a filiação!

SLIDE 3

2. Viagem DENTRO do Brasil desacompanhado ou com terceiros: Criança ou adolescente menor de 16 anos (Lei nº 13.812/2019) precisa de autorização se viajar sozinho ou com amigos; mas se estiver acompanhado de avós, bisavós, tios ou irmãos maiores de 18 anos (parentes até 3º grau comprovados no documento), NÃO precisa de autorização judicial!

SLIDE 4

3. Viagem INTERNACIONAL (Para o Exterior): Se a criança ou adolescente (menor de 18 anos!) viajar para fora do Brasil acompanhado de apenas UM dos pais, é OBRIGATÓRIA a autorização escrita do outro genitor com firma reconhecida por autenticidade (ou Autorização Eletrônica de Viagem — AEV pelo sistema e-Notariado do CNJ)!

SLIDE 5

E se o outro genitor se recusar por capricho ou birra a assinar a autorização da viagem internacional de férias? Cabe Ação Judicial de Suprimento de Autorização Paterna/Materna para Viagem!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Planejando as férias em família? A diferença entre viagem nacional (onde menores de 16 anos acompanhados de um dos pais ou de avós/tios não precisam de autorização) e viagem internacional (onde qualquer menor de 18 anos acompanhado de apenas um genitor precisa da autorização formal do outro) pega muitos pais de surpresa no balcão do aeroporto! Hoje você já pode emitir a AEV (Autorização Eletrônica de Viagem) com QR Code pelo e-Notariado dos Cartórios de Notas! Salve este guia para antes de embarcar!

Post Master #04 [Post Simples — Direito Imobiliário]: Usucapião Entre Herdeiros: Um Irmão Pode Fazer Usucapião da Casa Deixada pelos Pais?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte de impacto: 'Os pais faleceram, não fizeram inventário, e apenas um dos filhos ficou morando sozinho na casa da família por 15 anos pagando o IPTU: esse irmão pode fazer Usucapião e tomar a parte dos outros irmãos?'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Essa é uma das perguntas mais fascinantes do Direito Imobiliário e Sucessório! Pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a resposta é: SIM, é juridicamente possível a Usucapião de imóvel objeto de herança por um dos herdeiros contra os demais (condôminos hereditários), MAS desde que fiquem comprovados requisitos rigorosíssimos! Não basta morar na casa com a tolerância ou permissão dos irmãos (pois quem mora por 'favor' ou comodato familiar tem mera detenção precária e nunca adquire por usucapião!). Para usucapir, o herdeiro precisa provar a posse EXCLUSIVA com animus domini (exercida como se único dono fosse, sem prestar contas, sem dividir despesas e com oposição clara à posse dos demais irmãos) durante todo o prazo legal de 10 ou 15 anos! Por isso, deixar imóvel de herança sem inventário por décadas é um risco imenso para os irmãos que moram fora!

Post Master #05 [Carrossel — Direito Empresarial e Societário]: 5 Erros Fatais que os Empresários Cometem ao Contratar Prestadores de Serviços (PJ / MEI)

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

Contratar um profissional como MEI ou PJ para economizar encargos da CLT pode sair 5 vezes mais caro se você cometer estes 5 erros na rotina!

SLIDE 2

Erro 1 — Exigir Horário Fixo e Bater Ponto: Prestador de serviço autônomo entrega resultado/escopo, não cumpre jornada fixa de 8h às 18h controlada pelo tomador!

SLIDE 3

Erro 2 — Proibir a Substituição (Pessoalidade Absoluta): Uma empresa (PJ) contratada para prestar serviços pode, em regra, enviar um sócio ou preposto qualificado; exigir que apenas aquela pessoa física específica compareça todo dia aponta para vínculo de emprego!

SLIDE 4

Erro 3 — Aplicar Advertências e Ordens Diretas de Subordinação: Tratar o prestador PJ como subordinado em grupos de WhatsApp com ordens hierárquicas diárias configura o requisito mais forte do art. 3º da CLT (Subordinação Jurídica)!

SLIDE 5

Erro 4 e 5 — Pagar 'Salário Fixo no Dia 5', '13º por Fora' e Não Ter Contrato de Prestação de Serviços Bem Redigido!

SLIDE 6

Como fazer certo? Estruture contratos B2B reais para atividades autônomas e registre via CLT quem preenche os 4 requisitos do vínculo empregatício!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

No Direito do Trabalho, o contrato escrito de prestação de serviços com uma empresa PJ é avaliado sob a luz da realidade diária (art. 9º da CLT). Para empresários, gestores e contadores, auditar a relação com terceirizados e prestadores de serviços evita passivos trabalhistas retroativos dos últimos 5 anos! Salve este checklist empresarial!

Post Master #06 [Post Simples — Direito Tributário]: Doador ou Donatário: Quem Paga o Imposto de Doação (ITCMD) e Como Declarar no Imposto de Renda?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte informativa: 'Quando os pais doam dinheiro ou um imóvel para ajudar um filho a comprar a primeira casa, esse valor paga Imposto de Renda (IRPF) ou paga ITCMD Estadual?'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Muita gente confunde o Imposto de Renda Federal (IRPF) com o Imposto Estadual sobre Doações (ITCMD)! Pelo artigo 6º, inciso XVI, da Lei Federal nº 7.713/1988, os valores recebidos a título de DOAÇÃO ou HERANÇA são ISENTOS de Imposto de Renda para quem recebe (desde que transferidos pelo valor constante na declaração do doador, sem ganho de capital!). Porém, toda doação (mesmo uma transferência via Pix ou TED de pai para filho acima do limite anual de isenção do seu Estado!) é fato gerador do imposto estadual: o ITCMD! E como a Receita Federal compartilha automaticamente os dados das Declarações de Imposto de Renda (ficha de Doações Efetuadas e Recebidas) com as Secretarias de Fazenda Estaduais por convênio, declarar uma doação no IR sem verificar a faixa de isenção estadual de ITCMD gera cobrança automática com multa anos depois! Planeje sempre antes de transferir!

Post Master #07 [Carrossel — Direito Médico e da Saúde]: Home Care (Internação Domiciliar) Negado pelo Plano de Saúde: O Que Diz a Jurisprudência do STJ?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

O médico indicou Home Care (Internação Domiciliar) para o paciente idoso ou acamado, mas o plano de saúde negou alegando que 'o contrato exclui atendimento em casa'? Veja as 4 regras do STJ!

SLIDE 2

Regra 1 — Cláusula de Exclusão Absoluta é Abusiva: Segundo o Superior Tribunal de Justiça, quando o Home Care funciona como substituto da internação hospitalar (e há cobertura para internação no contrato), é abusiva a cláusula que proíbe de forma absoluta o tratamento domiciliar!

SLIDE 3

Regra 2 — O Médico Assistente é Quem Define a Necessidade Técnica: Se o médico que acompanha o paciente atesta que a manutenção no ambiente hospitalar traz alto risco de infecção hospitalar e que o quadro exige cuidados técnicos de saúde em domicílio, prevalece o laudo médico!

SLIDE 4

Regra 3 — Diferença entre Home Care (Equipe de Saúde/Enfermagem) e Cuidador de Idosos: Atenção! O plano é obrigado a fornecer os serviços médicos, de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, insumos, cama hospitalar e oxigênio; já o simples 'cuidador social' (para companhia e higiene básica sem ato técnico de saúde) não tem cobertura obrigatória se não houver quadro clínico de internação domiciliar!

SLIDE 5

Regra 4 — O Limite Financeiro: O custo do Home Care para a operadora fica limitado ao custo diário que o paciente teria se estivesse internado no hospital!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

O pedido de Home Care (Internação Domiciliar) exige um Relatório Médico impecável: o médico precisa discriminar item por item quais equipamentos (cama hospitalar, concentrador de oxigênio, aspirador), quais insumos (dietas enterais, sondas, medicamentos) e quantas horas diárias de assistência técnica de enfermagem ou fisioterapia o paciente necessita para substituir o leito hospitalar! Salve este carrossel e envie para famílias que cuidam de pacientes acamados!

Post Master #08 [Post Simples — Direito do Consumidor e Bancário]: Cartão de Crédito Consignado (RMC e RCC): Por Que a Dívida dos Aposentados Nunca Termina?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte clara e didática: 'O aposentado pediu um empréstimo consignado normal no banco, mas recebeu um Cartão de Crédito (RMC/RCC) que ele nunca usou nas compras e que desconta todo mês da aposentadoria sem nunca quitar a dívida?'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Essa é uma das práticas bancárias mais julgadas nos tribunais brasileiros! Muitos aposentados e servidores públicos procuram um banco ou correspondente bancário buscando um empréstimo consignado tradicional (aquele com número fixo de parcelas que tem data certa para acabar). Porém, sem informação clara, acabam assinando um contrato de Cartão de Crédito Consignado (RMC — Reserva de Margem Consignável ou RCC), no qual o banco libera o dinheiro como um 'saque no cartão' e passa a descontar no benefício do INSS apenas o 'pagamento mínimo da fatura', fazendo os juros rotativos rolarem a dívida por anos sem abater o saldo principal! Quando fica comprovado que o consumidor não utilizou o plástico para compras e foi induzido a erro sobre a natureza do contrato (violação ao dever de informação do art. 6º, III e art. 39 do CDC), a jurisprudência converte a operação para as taxas do empréstimo consignado padrão e determina a restituição/compensação dos valores cobrados a maior!

Post Master #09 [Carrossel — Direito Criminal]: Reconhecimento de Pessoas por Fotografia na Delegacia (Art. 226 do CPP): A Revolução Histórica do STJ e do STF

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

Uma pessoa pode ser condenada criminalmente apenas porque uma vítima nervosa apontou para uma foto 3x4 antiga em um 'álbum de suspeitos' na delegacia (ou enviada por WhatsApp)?

SLIDE 2

O Antigo Erro Judiciário: Durante décadas, milhares de pessoas foram processadas com base em reconhecimentos fotográficos informais ('show-up') sem seguir as regras da lei processual!

SLIDE 3

A Virada Histórica da 5ª e 6ª Turmas do STJ e do STF: As Cortes Superiores decidiram que o procedimento previsto no Artigo 226 do Código de Processo Penal NÃO é uma 'mera recomendação opcional'; é uma GARANTIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA sob pena de NULIDADE ABSOLUTA do reconhecimento!

SLIDE 4

O que o Art. 226 do CPP exige? 1. Primeiro a vítima descreve detalhadamente a pessoa que viu; 2. Depois o investigado (ou foto, apenas quando impossível presencial) é colocado ao lado de outras pessoas que tenham semelhança física com ele (alinhamento justo / line-up), jamais mostrado sozinho!

SLIDE 5

Consequência Processual: O reconhecimento fotográfico feito fora das regras do art. 226 do CPP é NULO, não pode fundamentar prisão preventiva nem condenação, e nem sequer pode ser 'convalidado' depois por um novo reconhecimento viciado em audiência (pois a memória humana já foi contaminada pela primeira foto mostrada)!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

A ciência da Psicologia do Testemunho comprova que a memória humana sob estresse é altamente sugestionável: quando se mostra uma única fotografia isolada para uma vítima ('Foi esse aqui da foto, não foi?'), o cérebro grava o rosto da fotografia e passa a acreditar que aquele era o autor do fato! Por isso, a jurisprudência consolidada do STJ e do STF exige o cumprimento estrito do artigo 226 do CPP como barreira civilizatória contra condenações de inocentes! Salve e compartilhe!

Post Master #10 [Post Simples — Direito Digital e LGPD]: Usar Fotos de Pessoas ou Textos Encontrados no 'Google Imagens' no Instagram da Sua Empresa Dá Processo de Direitos Autorais?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte de alerta empresarial: 'Achar uma foto bonita no Google ou no Pinterest NÃO significa que ela é gratuita e de domínio público! Veja o que diz a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998)!'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Muitos empresários, clínicas e profissionais liberais têm o hábito de pesquisar um tema no 'Google Imagens', salvar uma fotografia bonita no computador e postar no Instagram ou no site da empresa — imaginando que 'se está na internet sem cadeado, é público e gratuito'. Nos termos dos artigos 28, 29 e 79 da Lei Federal nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) e da Súmula 403 do STJ (para a pessoa retratada), toda obra fotográfica, ilustração ou texto possui um autor titular dos direitos patrimoniais e morais! Hoje existem empresas de tecnologia jurídica (como PicRights, Copytrack e escritórios especializados em fotografia) que utilizam robôs de busca reversa por imagem para rastrear automaticamente sites e perfis comerciais que usam fotos sem licença, enviando notificações extrajudiciais e ajuizando ações de indenização por uso desautorizado e falta de crédito autoral! Use sempre bancos de imagens com licença comercial verificada (como Envato, Adobe Stock, Canva Pro licenciado ou fotos próprias)!

Post Master #11 [Carrossel — Direito Agrário e Ambiental]: Prescrição da Multa Ambiental (IBAMA / ICMBio): Os 2 Prazos que Podem Anular o Auto de Infração (Lei nº 9.873/1999)

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

SLIDE 1

Recebeu um Auto de Infração Ambiental do IBAMA, ICMBio ou Polícia Ambiental há vários anos e o processo administrativo ficou parado na gaveta do órgão? Conheça as 2 espécies de Prescrição Ambiental!

SLIDE 2

Diferença fundamental: Enquanto a obrigação civil de REPARAR O DANO AMBIENTAL é imprescritível (Tema 999 do STF), a MULTA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL (poder de polícia punitivo) PRESCREVE SIM!

SLIDE 3

1. Prescrição da Pretensão Punitiva em 5 Anos (Art. 1º, caput da Lei 9.873/99): O órgão ambiental tem 5 anos contados da data da prática da infração (ou de sua cessação, nas infrações permanentes) para lavrar o auto e apurar a infração (ou 5 anos entre marcos interruptivos válidos)!

SLIDE 4

2. Prescrição Intercorrente em 3 Anos (Art. 1º, § 1º da Lei 9.873/99): Se o processo administrativo ambiental ficar PARALISADO por mais de 3 (três) anos pendente de julgamento ou despacho, opera-se a Prescrição Intercorrente e o processo deve ser arquivado de ofício ou a requerimento da parte!

SLIDE 5

Atenção: Meros despachos de expediente sem conteúdo decisório ou instrutório ('Encaminhe-se ao setor X', 'Troque-se a capa dos autos') NÃO interrompem a prescrição de 3 anos segundo a jurisprudência!

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

No Direito Ambiental Sancionador, a segurança jurídica exige que a Administração Pública conduza o processo administrativo punitivo em tempo razoável. Quando o processo do auto de infração permanece inerte por mais de 3 anos sem qualquer ato inequívoco de apuração ou julgamento, o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.873/1999 (e Súmula 467 do STJ no âmbito federal) impõe o reconhecimento da prescrição! Salve este carrossel para consulta!

Post Master #12 [Post Simples — Direito Público e Concursos]: Servidor Público em Processo Administrativo Disciplinar (PAD): Por Que Não Se Defender Sozinho Apesar da Súmula Vinculante 5?

ESTRUTURA VISUAL / SLIDES:

Arte técnica: 'Embora a Súmula Vinculante nº 5 do STF diga que a falta de defesa técnica por advogado no PAD não ofende a Constituição, tentar se defender sozinho em um Processo Administrativo Disciplinar é o maior erro da carreira de um servidor!'

LEGENDA PRONTA OTIMIZADA:

Quando um servidor público estatutário (professor, policial, médico, técnico ou analista) é intimado da instauração de uma Sindicância Punitiva ou de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), muitos colegas dizem: 'Não precisa gastar com advogado agora não, a própria lei diz que você mesmo pode escrever sua defesa sozinho!'. O problema prático é que é exatamente na fase de instrução do PAD (na oitiva das testemunhas, na formulação de contraditas, na arguição de nulidades da portaria instauradora, no controle do prazo prescricional e na perícia administrativa) que o destino do processo é selado! Quando o servidor se defende sem conhecimento técnico de Direito Administrativo Sancionador e sofre uma pena de Demissão ou Cassação de Aposentadoria, reverter o mérito no Poder Judiciário depois torna-se muito mais difícil (pois o Judiciário controla a legalidade, o devido processo e a proporcionalidade da pena)! Proteja seu cargo desde o primeiro dia da intimação!

MÓDULO DE APROFUNDAMENTO TÉCNICO I

Arquétipos de Marca, Psicologia da Imagem e Semiótica na Advocacia

NESTE CAPÍTULO

- 1. Os 4 Arquétipos Junguianos Aplicados à Advocacia Ética
- 2. A Psicologia das Cores e da Tipografia nos Carrosséis e no Site do Advogado
- 3. Manual de Cenografia e Acústica Prática: Como Montar Seu Cantinho de Gravação no Escritório ou...

Quando analisamos por que determinados advogados conseguem cobrar honorários três ou quatro vezes superiores à média do mercado local sem sofrer resistência do cliente, enquanto outros profissionais igualmente estudiosos enfrentam pedidos constantes de desconto, descobrimos que a resposta vai além do direito material: ela reside na **Construção de Marca Pessoal (Personal Branding Jurídico)**, nos **Arquétipos de Posicionamento** e na **Semiótica da Confiança**.

1. Os 4 Arquétipos Junguianos Aplicados à Advocacia Ética

Na teoria clássica do branding estratégico (baseada nos estudos de Carl Gustav Jung e sistematizada por Margaret Mark e Carol S. Pearson), toda marca profissional forte evoca um arquétipo claro no inconsciente coletivo do público. Na advocacia, embora existam doze arquétipos universais, quatro deles guardam total harmonia com a sobriedade exigida pelo Provimento nº 205/2021 da OAB:

1 **O Arquétipo do SÁBIO (O Professor / O Estrategista Intelectual):**

- **Essência Psicológica:** A busca pela verdade técnica, pelo conhecimento profundo, pela análise racional e pela clareza didática. O lema inconsciente do Sábio é: *"A verdade e o conhecimento técnico libertam e protegem o seu direito"*.
- **Como Se Comunica nas Redes e no Blog:** Seus vídeos têm ritmo cadenciado, calmo e extremamente seguro. Ele explica súmulas do STJ, analisa contratos linha por linha, mostra dados estatísticos e desmonta mitos populares com serenidade. Nunca grita na câmera nem usa sensacionalismo.
- **Áreas em que Mais Converte:** Direito Tributário, Planejamento Previdenciário, Direito Societário, Planejamento Sucessório, Direito Médico Preventivo, Direito Administrativo e Recursos nos Tribunais Superiores.
- **Identidade Visual e Vestimenta:** Tons de azul-marinho profundo, verde-escuro biblioteca, bege/off-white e bronze; vestimenta clássica ou esporte fino estruturado; cenário com estante organizada, livros reais ou parede limpa com iluminação suave lateral.

2 **O Arquétipo do GOVERNANTE (O Guardião da Ordem e do Patrimônio):**

- **Essência Psicológica:** Liderança, estabilidade, organização institucional, governança, previsibilidade e proteção de impérios familiares ou empresariais contra o caos.

- **Como Se Comunica nas Redes e no Blog:** Linguagem executiva, direta ao ponto, voltada para tomadores de decisão (CEOs, diretores financeiros, médicos donos de clínicas, produtores rurais e patriarcas de famílias empresárias). Fala sobre governança, blindagem lícita, prevenção de passivos e segurança contratual.

- **Áreas em que Mais Converte:** Direito Empresarial, Fusões e Aquisições (M&A), Holdings Familiares e Rurais, Direito Imobiliário de Alto Padrão e Compliance Trabalhista Patronal.

- **Identidade Visual e Vestimenta:** Alfaiataria impecável (ternos bem cortados, camisas brancas ou azuis-claras, blazers estruturados), paleta sóbria em azul-noturno, chumbo, preto suave e dourado fosco; fotografia com alto contraste e composição simétrica.

3 **O Arquétipo do CUIDADOR / PROTETOR (O Acolhedor Humanizado):**

- **Essência Psicológica:** Empatia genuína, escuta ativa, amparo nos momentos de vulnerabilidade humana, proteção da família, da criança, do idoso e do enfermo.

- **Como Se Comunica nas Redes e no Blog:** Tom de voz caloroso, olhar acolhedor, sorriso sereno e foco no alívio da dor emocional e burocrática do cliente. Faz o cliente sentir que *"finalmente encontrou alguém que entende o que a minha família está passando e vai cuidar de tudo com carinho e firmeza técnica"*.

- **Áreas em que Mais Converte:** Direito de Família Consensual e Humanizado, Direito Autista e PcD, Direito à Saúde (Pacientes contra Planos de Saúde/SUS), Direito Previdenciário (BPC/LOAS, Pensão por Morte, Incapacidade) e Inventários Familiares.

- **Identidade Visual e Vestimenta:** Tons terrosos quentes, terracota suave, verde-oliva, areia, azul-sereno; vestimenta elegante e confortável (tecidos naturais como linho misto, algodão nobre, blazers claros); iluminação quente (3200K–4000K) com plantas naturais e poltronas acolhedoras no cenário.

4 **O Arquétipo do DEFENSOR ÉTICO (O Guardião das Garantias e Prerrogativas):**

- **Essência Psicológica:** Coragem técnica, firmeza inabalável diante de abusos de poder, domínio do devido processo legal e defesa intransigente das garantias constitucionais do cidadão.

- **Como Se Comunica nas Redes e no Blog:** Voz firme, dicção incisiva, postura ereta e domínio absoluto da lei processual. Sem jamais faltar com o respeito às instituições ou cair em bravatas de delegacia, ele demonstra que conhece cada nulidade processual e cada direito da parte contra arbitrariedades.

- **Áreas em que Mais Converte:** Direito Criminal e Tribunal do Júri, Defesa em Processos Administrativos Disciplinares (PAD de Servidores e Conselhos Profissionais), Direito do Trabalho Reclamante e Defesa do Consumidor contra Fraudes Bancárias.

2. A Psicologia das Cores e da Tipografia nos Carrosséis e no Site do Advogado

Um erro muito comum entre advogados que criam suas artes no Canva é trocar a cor e a fonte a cada postagem: na segunda-feira o post é vermelho fluorescente com letra cursiva; na quarta-feira é roxo neon com letra quadrada; na sexta-feira é amarelo-limão. Essa bagunça visual destrói o **Reconhecimento Instantâneo de Marca (Brand Recall)**! Quando o seu seguidor está rolando o feed do Instagram, ele precisa reconhecer que aquele Carrossel ou Post Simples é seu em **0,5 segundo** — antes mesmo de ler o seu nome no topo — apenas pela combinação única das suas 2 cores e 2 fontes fixas!

Combinação Cromática Editorial	Códigos Hexadecimais Sugeridos	Sensação Psicológica Transmitida ao Cliente
1. Clássico Institucional (Navy & Bronze)	Primária: #1B365D (Azul-Marinho) Destaque: #8C6239 (Bronze/Dourado) Fundo Claro: #FCFBF9 (Marfim)	Autoridade fiduciária máxima, tradição renovada, segurança bancária/patrimonial e estabilidade. Ideal para Tributário, Empresarial, Imobiliário e Previdenciário.
2. Contemporâneo Humanizado (Verde Biblioteca & Areia)	Primária: #1E3F35 (Verde-Inglês) Destaque: #B88655 (Caramelo/Ocre) Fundo Claro: #F7F5F0 (Linho)	Serenidade, equilíbrio emocional, prosperidade, saúde e acolhimento sofisticado. Excelente para Família, Sucessões, Direito Médico/Saúde e Agrário.
3. Executivo Minimalista (Grafite Profundo & Azul Aço)	Primária: #1E242B (Grafite) Destaque: #2E5B88 (Azul Aço) Fundo Claro: #F4F6F8 (Gelo)	Modernidade tecnológica, precisão cirúrgica, agilidade e governança corporativa. Perfeito para Direito Digital/LGPD, Trabalhista Empresarial, Societário e Marcas.
4. Sóbrio Clássico (Bordô Borgonha & Cinza Quente)	Primária: #4A1C24 (Borgonha Escuro) Destaque: #9E7B66 (Taupe/Cobre) Fundo Claro: #FAF8F6 (Papel)	Força tradicional, solenidade jurídica, combatividade técnica e distinção clássica. Muito utilizado em Direito Criminal, Constitucional, Público e Contencioso Cível.

3. Manual de Cenografia e Acústica Prática: Como Montar Seu Cantinho de Gravação no Escritório ou em Casa

Muitos advogados trabalham em sistema de *home office* (escritório em casa), em salas compactas ou em espaços de coworking e acham que "não têm um lugar bonito para gravar vídeos". Você não precisa de uma sala de 80 metros quadrados; a lente do seu celular enquadra um recorte vertical de apenas **1,20 metro de largura atrás dos seus ombros**! Veja como transformar qualquer canto de 2 metros em um estúdio jurídico de altíssimo padrão:

- **A Regra da Profundidade de Campo (Afaste-se da Parede!):** Nunca cole as costas da sua cadeira na parede! Quando você senta encostado na parede, a luz do seu rosto bate na parede logo atrás da sua orelha e cria uma sombra preta dura e feia colada no seu pescoço, dando sensação de aperto e amadorismo. Puxe a sua mesa ou poltrona apenas **1,20m a 1,80m para a frente da parede de fundo**. Essa simples distância faz com que a câmera do celular desfoque suavemente o fundo e elimine a sombra dura das suas costas!

- **Os 3 Elementos de Composição do Fundo (Simetria + Textura + Ponto de Luz Quente):** No recorte que aparece atrás de você, evite bagunça visual (papéis soltos, garrafas plásticas de água, mochilas, tomadas aparentes). Compõe-se um fundo elegante com apenas três elementos: (1) uma textura sóbria (uma parede pintada em tom neutro/médio, uma cortina de tecido encorpado do teto ao chão ou uma estante organizada com livros na vertical e espaços de respiro); (2) um ponto orgânico (uma planta natural de folhagem verde escura, como um Ficus Lyrata, Zamioculca ou Pacová em vaso discreto); e (3) uma *Practical Light* (um abajur ou luminária de coluna com lâmpada amarela quente de 2700K ligada ao fundo, criando um halo acolhedor na imagem).

- **Como Resolver o Eco da Sala Sem Gastar com Espuma Acústica Feia na Parede:** Ninguém quer colar aquelas espumas pretas de caixa de ovo na parede da sala de atendimento do escritório! O segredo dos engenheiros de som para acabar com a reverberação (eco) mantendo a sala linda é posicionar materiais absorventes **fora do quadro da câmera**: coloque um tapete felpudo no chão entre a sua cadeira e o tripé do celular; mantenha cortinas de tecido nas janelas; coloque um sofá ou duas poltronas estofadas de tecido na sala; e use o seu microfone de lapela sem fio a 15 centímetros da boca com o ganho calibrado!

II

MÓDULO DE APROFUNDAMENTO TÉCNICO II

Engenharia de Topic Clusters (SEO) e Google Meu Negócio para Escritórios

NESTE CAPÍTULO

- 1. O Que é um Topic Cluster Jurídico e Por Que Ele Multiplica o Tráfego Orgânico?
- 2. Guia Prático de Otimização do Google Meu Negócio (Perfil da Empresa no Google) sob as...

No Módulo 5 e no Módulo 11, aprendemos como estruturar um artigo individual otimizado para o Google (Migalhas). Agora, vamos dar um passo além e revelar a técnica que faz o Google reconhecer o site do seu escritório como a **maior autoridade temática (Topical Authority)** de um nicho jurídico inteiro: a **Arquitetura de Topic Clusters (Páginas Pilar + Artigos Satélites Interligados)**.

1. O Que é um Topic Cluster Jurídico e Por Que Ele Multiplica o Tráfego Orgânico?

Antigamente, um escritório publicava no blog 50 artigos totalmente desconexos entre si: na segunda-feira escrevia sobre "divórcio", na terça sobre "cheque sem fundo", na quarta sobre "aposentadoria rural" e na quinta sobre "crime de trânsito". O algoritmo atual do Google olha para um site assim e pensa: *"Este site não é especialista profundo em nenhum assunto"*.

Na arquitetura de **Topic Cluster**, você escolhe o seu **Nicho Principal de Sustentação ou Alto Ticket** e constrói uma teia semântica completa composta por:

1. **Uma Página Pilar (Pillar Page — 2.000 a 3.000 palavras):** Um guia completo e definitivo sobre o tema central daquela área de atuação (ex.: *"Inventário Extrajudicial e Judicial no Brasil: Guia Completo de Prazos, Custos, Documentos e Partilha"*).

2. **8 a 12 Artigos Satélites (Cluster Posts — 1.200 a 1.800 palavras cada):** Cada artigo satélite responde profundamente a uma dúvida específica de cauda longa daquele mesmo tema e contém um **link interno (com texto-âncora exato)** apontando de volta para a Página Pilar e para os artigos irmãos!

Veja o exemplo prático de 4 **Topic Clusters Jurídicos Completos** prontos para você implementar no blog do seu site:

Nicho Jurídico	Página Pilar Central (Pillar Page)	8 Artigos Satélites de Cauda Longa (Cluster Posts que Linkam para a Pilar)
Cluster 1: Sucessões e Inventários	Guia Completo do Inventário: Judicial e Extrajudicial em Cartório	1. Prazo de 60 dias para abrir inventário e como evitar a multa do ITCMD; 2. Inventário em cartório com filhos menores (Resolução 571/2024 do CNJ); 3. Como fazer inventário em cartório quando o falecido deixou testamento; 4. O que fazer quando um único herdeiro não quer assinar o inventário; 5. Como pagar o ITCMD e o cartório usando o dinheiro deixado nas contas do falecido; 6. Direito real de habitação: a viúva pode morar na casa pelo resto da vida?; 7. Diferença entre meação do cônjuge e herança dos filhos em cada regime de bens; 8. Renúncia da herança em favor da mãe: cuidado com a cobrança dupla de impostos.

Nicho Jurídico	Página Pilar Central (Pillar Page)	8 Artigos Satélites de Cauda Longa (Cluster Posts que Linkam para a Pilar)
Cluster 2: Direito Previdenciário	Planejamento Previdenciário e Regras de Aposentadoria no INSS em 2026	1. Como corrigir os indicadores PEXT e PREC-MENOR-MIN no extrato do CNIS; 2. Regra do Pedágio de 50% vs. Pedágio de 100%: qual paga mais na aposentadoria?; 3. Conversão de tempo especial em comum até 13/11/2019 (PPP e LTCAT); 4. Como averbar tempo de trabalho rural na infância para adiantar a aposentadoria; 5. Descarte de salários baixos no INSS (Art. 26, § 6º da EC 103/2019): quando vale a pena?; 6. Aposentadoria da Pessoa com Deficiência (LC 142/2013): idade e tempo reduzidos; 7. Revisão de atividades concomitantes (Tema 1070 do STJ) para médicos e professores; 8. Como contribuir para o INSS como autônomo ou MEI sem perder dinheiro.
Cluster 3: Direito Imobiliário	Segurança Jurídica na Compra, Venda e Regularização de Imóveis	1. Checklist de Due Diligence Imobiliária: as 12 certidões antes de pagar o sinal; 2. Adjudicação Compulsória Extrajudicial em Cartório (Art. 216-B da LRP); 3. Usucapião Extrajudicial em Cartório: requisitos, ata notarial e prazos; 4. Distrato de imóvel na planta e atraso de obra: direitos do comprador (Lei 13.786/18); 5. ITBI sobre valor da compra vs. valor venal de referência (Tema 1113 do STJ); 6. Como comprar imóvel em leilão judicial ou da Caixa e fazer a imissão na posse; 7. Vícios construtivos (infiltrações e rachaduras): prazo de garantia de 5 anos; 8. Contrato de locação comercial e residencial: garantias e liminar de despejo em 15 dias.
Cluster 4: Direito Trabalhista	Direitos na Rescisão do Contrato de Trabalho e Compliance Trabalhista	1. Rescisão Indireta por atraso de salário e falta de depósito de FGTS (Art. 483 da CLT); 2. Estabilidade da gestante no contrato de experiência e no aviso-prévio; 3. Doença ocupacional e Síndrome de Burnout: estabilidade de 12 meses e deveres; 4. Horas extras no trabalho externo (Art. 62, I da CLT) e no cargo de confiança; 5. Demissão por comum acordo (Art. 484-A da CLT): como calcular as verbas e o FGTS; 6. Equiparação salarial (Art. 461 da CLT): os 6 requisitos da lei atual; 7. Adicional de insalubridade e periculosidade: base de cálculo e prova pericial; 8. Como aplicar advertência, suspensão e justa causa sem nulidade na Justiça do Trabalho.

2. Guia Prático de Otimização do Google Meu Negócio (Perfil da Empresa no Google) sob as Regras da OAB

Como vimos na análise especializada da AdvogaHub sobre o Google Meu Negócio para advogados, configurar corretamente a ficha local do seu escritório garante que você apareça no topo do Google Maps e na primeira dobra da busca sempre que alguém na sua cidade pesquisar por um advogado. Siga este checklist campo a campo:

- **1. Nome da Empresa (Proibido Fazer Keyword Stuffing!):** Coloque exatamente o nome real do seu escritório ou o seu nome profissional (ex.: *"Mendes & Rocha Sociedade de Advogados"* ou *"Dra. Helena Castro — Advocacia"*). Como alerta a AdvogaHub, colocar palavras comerciais falsas no campo do nome (ex.: *"Advogado Trabalhista e Previdenciário Centro 24h Causa Ganha"*) viola tanto as diretrizes do Google (levando à suspensão imediata da ficha!) quanto a sobriedade do Provimento 205/2021 da OAB!

- **2. Categoria Principal e Categorias Secundárias:** É aqui (e não no nome!) que você informa ao algoritmo do Google as suas especialidades! Selecione a categoria principal que corresponde ao seu foco (ex.: *Escritório de advocacia*, *Advogado trabalhista*, *Advogado de direito de família*, *Advogado imobiliário*, *Advogado previdenciário* ou *Advogado tributarista*) e adicione até 3 ou 4 categorias secundárias correlatas.

- **3. Descrição Institucional de 750 Caracteres (Rica em SEO Local):** Redija um texto sóbrio e informativo mencionando o nome do escritório, o número de registro na OAB, as áreas específicas de atuação, os bairros/cidades atendidos presencialmente e a disponibilidade de atendimento digital por videoconferência.

- **4. Fotografias Reais com Geotag Natural:** Suba pelo menos 10 fotos reais e bem iluminadas: fachada do prédio (para facilitar que o cliente encontre ao chegar), recepção, sala de reuniões, mesa de trabalho e retratos profissionais dos advogados. Perfis com fotos reais recebem até 42% mais solicitações de rotas no Google Maps e 35% mais cliques para o site!

- **5. Gestão Ética das Avaliações (Reviews de Clientes):** Jamais compre avaliações falsas (o que é infração ética gravíssima e fraude digital) nem ofereça brindes/descontos em troca de estrelas. Quando um cliente real deixar espontaneamente uma avaliação positiva sobre o seu atendimento, responda sempre com **sobriedade institucional e absoluto respeito ao sigilo profissional e à LGPD** (AdvogaHub): nunca revele na resposta qual era o processo ou o problema íntimo daquele cliente! Escreva apenas: *"Agradecemos imensamente pela confiança em nosso trabalho técnico e pelo registro de sua experiência com nossa equipe, Sr(a). [Nome]. Permanecemos sempre à disposição!"*.

CADERNO PRÁTICO DE EXPANSÃO

+30 Roteiros Completos, Legendas de Instagram e Artigos de Blog para Execução Anual

NESTE CAPÍTULO

- Peça Prática #01 — Direito Imobiliário (Compra de Imóvel com Usufruto Vitalício)
- Peça Prática #02 — Direito do Trabalho (Falta Grave e Abandono de Emprego — Art. 482, 'i' da CLT)
- Peça Prática #03 — Direito Previdenciário (Aposentadoria Especial de Vigilantes, Eletricistas ...
- Peça Prática #04 — Direito de Família e Sucessões (Pensão Alimentícia para Ex-Cônjuge: Ainda Existe...
- Peça Prática #05 — Direito Empresarial e Bancário (Assinatura como Avalista ou Devedor Solidário no...
- Peça Prática #06 — Direito do Consumidor e Imobiliário (Vícios Construtivos: Infiltração,...
- Peça Prática #07 — Direito Sucessório e Bancário (Valores em Conta Bancária, FGTS e PIS de Pessoa...
- Peça Prática #08 — Direito Digital, Consumidor e Saúde (Reajuste Abusivo de Plano de Saúde por...

Para garantir que você disponha de material suficiente para alimentar todas as frentes digitais do seu escritório ao longo dos quatro trimestres do ano — mantendo rigorosamente o nosso padrão de **03 posts semanais intercalados entre Carrosséis e Posts Simples + 02 vídeos/Reels por semana** —, reunimos neste caderno de expansão mais **30 peças completas e comentadas** de alta conversão ética.

Peça Prática #01 — Direito Imobiliário (Compra de Imóvel com Usufruto Vitalício)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Carrossel de 6 Slides + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

SLIDE 1

É permitido comprar ou vender um imóvel que está gravado com Usufruto Vitalício na matrícula?

SLIDE 2

A resposta jurídica é SIM, mas exige a assinatura conjunta de DUAS figuras na Escritura Pública!

SLIDE 3

Como a propriedade está dividida: O Nu-Proprietário (geralmente o filho) é dono da raiz do bem, e o Usufrutuário (geralmente os pais) é dono do direito real de usar e alugar o imóvel!

SLIDE 4

Se você comprar apenas a Nua-Propriedade sem que o usufrutuário renuncie ao usufruto na escritura, você será dono no papel, mas NÃO poderá morar nem alugar o imóvel enquanto o usufrutuário viver!

SLIDE 5

Como fazer a compra 100% segura e livre? Na mesma Escritura Pública de Compra e Venda, o usufrutuário comparece renunciando expressamente ao usufruto (ou cedendo onerosamente) e o nu-proprietário vende a nua-propriedade, consolidando a propriedade plena para o comprador!

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Comprar um imóvel sem analisar as averbações de usufruto na matrícula pode fazer o comprador pagar caro por uma casa onde não poderá entrar! ↓ Pelo artigo 1.393 do Código Civil, o direito de usufruto não pode ser transferido por alienação a terceiros isoladamente, mas o seu exercício pode ser cedido, e, mais importante: o usufruto pode ser extinto pela renúncia expressa do usufrutuário (art. 1.410, I do CC) lavrada em Escritura Pública. Quando um comprador deseja adquirir a propriedade plena e livre de um imóvel que foi objeto de doação anterior com reserva de usufruto, é indispensável que tanto os nus-proprietários quanto os usufrutuários estejam lúcidos, capazes, livres de penhoras impeditivas e compareçam conjuntamente na escritura pública — além de verificar a incidência de eventual ITCMD ou ITBI sobre a renúncia/extinção conforme a legislação tributária estadual! Salve este post para consultar sempre que analisar uma matrícula de imóvel! #direitoimobiliario #usufruto #compradeimovel

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Vai comprar uma casa ou apartamento e, ao olhar a matrícula do cartório, descobriu que o imóvel tem um 'Usufruto Vitalício' registrado em nome dos pais do vendedor? Cuidado antes de pagar o sinal! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Quando um imóvel tem usufruto vitalício, uma pessoa é dona da nua-propriedade e outra pessoa tem o direito de morar e receber os aluguéis daquele bem até falecer! Se você assinar um contrato comprando o imóvel apenas do filho (nu-proprietário) sem a participação e a renúncia formal dos pais (usufrutuários) na escritura pública, o usufruto continua valendo contra você! Ou seja: você paga pelo imóvel, mas não pode morar nele! Para comprar com segurança, exija a anuência e renúncia expressa do usufrutuário na escritura e faça a auditoria de certidões de ambos! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Salve este vídeo e mande para quem está procurando imóvel para comprar!

Peça Prática #02 — Direito do Trabalho (Falta Grave e Abandono de Emprego — Art. 482, 'i' da CLT)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Post Simples + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

Arte corporativa: 'Funcionário sumiu do trabalho e não responde mensagens: quantos dias de faltas seguidas configuram Abandono de Emprego por Justa Causa (Súmula 32 do TST) e por que mandar telegrama no jornal não vale mais?'

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Aplicar uma demissão por justa causa por Abandono de Emprego (art. 482, alínea 'i', da CLT) sem seguir o rito probatório correto do TST é pedir para ter a justa causa revertida na Justiça! ↓ Para que se configure o abandono de emprego, a jurisprudência trabalhista exige dois requisitos cumulativos: 1. O Elemento Objetivo (Ausência Injustificada Prolongada): Nos termos da Súmula 32 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer (prazo de 30 dias que também é adotado por analogia para faltas injustificadas contínuas); 2. O Elemento Subjetivo (Animus Abandonandi — A Intenção Clara de Não Voltar): A empresa precisa provar que convocou formalmente o trabalhador a retornar ao serviço e justificar suas faltas! E atenção ao erro clássico das empresas antigas: a Justiça do Trabalho NÃO aceita aquela publicação de 'Edital de Abandono de Emprego no jornal impresso' quando a empresa sabe o endereço do trabalhador (pois ninguém lê classificados de jornal para saber se o patrão está chamando!). A notificação deve ser enviada por Carta Registrada com Aviso de Recebimento (AR) ou Telegrama com cópia e confirmação de entrega no endereço residencial atualizado do empregado! Salve este protocolo de compliance trabalhista e encaminhe para o seu RH ou contador! #direitodotrabalho #abandonodeemprego #compliance

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Empresário: o funcionário faltou 15 ou 20 dias seguidos sem dar notícias e você já quer dar baixa na carteira por Abandono de Emprego hoje? Calma, porque um erro de prazo pode anular essa justa causa! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Pela Súmula 32 do TST e pela jurisprudência pacífica da Justiça do Trabalho, o Abandono de Emprego (art. 482, 'i' da CLT) exige, em regra, 30 dias corridos de faltas injustificadas (a menos que antes dos 30 dias fique provado que o empregado já começou a trabalhar em outro emprego no mesmo horário, provando a intenção definitiva de não voltar!). Além disso, completados os 30 dias, nunca faça anúncio em jornal! Envie um Telegrama com cópia e confirmação de entrega ou Carta com AR para a residência do trabalhador solicitando o comparecimento ou justificativa em 48 horas! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Veja o passo a passo completo aqui na legenda abaixo e salve para proteger sua empresa!

Peça Prática #03 — Direito Previdenciário (Aposentadoria Especial de Vigilantes, Eletricistas e Profissionais da Saúde)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Carrossel de 7 Slides + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

SLIDE 1

Trabalha como Vigilante, Eletricista, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Médico ou Dentista? Entenda como ficou a Aposentadoria Especial no INSS!

SLIDE 2

O que é a Aposentadoria Especial (Art. 57 da Lei 8.213/91)? É o benefício concedido a quem trabalha exposto de forma habitual e permanente a agentes nocivos à saúde (químicos, físicos ou biológicos) ou à integridade física (periculosidade)!

SLIDE 3

O que mudou com a Reforma da Previdência (EC 103/2019)? Antes de 13/11/2019, bastava completar 25 anos de atividade especial, SEM idade mínima! Após a Reforma, exige-se Pontuação (86 pontos + 25 anos especiais na regra de transição) ou Idade Mínima (60 anos + 25 anos especiais na regra definitiva para risco baixo/médio)!

SLIDE 4

A Tese dos Vigilantes (Tema 1031 do STJ): O STJ pacificou que é admissível o reconhecimento da atividade especial do Vigilante (com ou sem uso de arma de fogo!) mesmo após 1997, desde que comprovada a exposição à periculosidade!

SLIDE 5

A Tese da Eletricidade acima de 250 Volts (Tema 534 do STJ): Eletricistas expostos a tensão superior a 250 volts também têm direito ao reconhecimento do tempo especial!

SLIDE 6

O documento chave: Nunca saia de uma empresa sem exigir o seu PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) atualizado e conferir se os agentes nocivos estão descritos corretamente!

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Quem trabalha cuidando da saúde das pessoas em hospitais ou arriscando a própria vida na segurança patrimonial e na rede elétrica de alta tensão possui regras previdenciárias próprias que o simulador automático do Meu INSS quase nunca calcula sozinho! ↓ No julgamento vinculante do Tema Repetitivo nº 1031, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito dos vigilantes (armados ou desarmados) ao enquadramento de atividade especial em razão do risco à integridade física (enquanto o STF analisa os contornos constitucionais pós-reforma no Tema 1209). Da mesma forma, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas e auxiliares de limpeza hospitalar expostos a agentes biológicos infectocontagiosos (vírus, bactérias, sangue e secreções) têm direito ao cômputo especial mediante apresentação de PPP e LTCAT. Salve este carrossel e compartilhe no grupo dos seus colegas de profissão! #aposentadoriaespecial #direitoprevidenciario #inss

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Se você trabalha em hospital, clínica odontológica, rede elétrica ou vigilância, cuidado: pedir sua aposentadoria no Meu INSS sem revisar o seu documento PPP pode fazer você perder até 10 anos de vantagem! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: O trabalhador exposto a agentes biológicos, ruído acima de 85 decibéis, produtos químicos tóxicos ou periculosidade tem direito ao reconhecimento do Tempo Especial! Mesmo que você não tenha completado os 25 anos inteiros na atividade especial, todo o tempo especial trabalhado até 13 de novembro de 2019 (data da Reforma da Previdência) pode ser convertido em tempo comum com um bônus de 40% a mais para os homens e 20% a mais para as mulheres! Mas atenção: muitas empresas entregam o PPP em branco ou com informações erradas para evitar fiscalização! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Leia a legenda para saber como auditar o seu PPP hoje mesmo e salve este vídeo!

Peça Prática #04 — Direito de Família e Sucessões (Pensão Alimentícia para Ex-Cônjuge: Ainda Existe no Brasil?)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Post Simples + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

Arte editorial elegante: 'No divórcio, a ex-esposa (ou ex-marido) que abriu mão da carreira profissional durante 15 ou 20 anos para cuidar da casa e dos filhos tem direito a receber Pensão Alimentícia do ex-cônjuge?'

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muita gente repete na internet que "hoje em dia pensão alimentícia é só para os filhos menores e nunca mais existe pensão para ex-esposa ou ex-marido". Essa afirmação está juridicamente incorreta! ↓ O artigo 1.694 do Código Civil estabelece expressamente que os cônjuges e companheiros podem pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social. Como a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplica essa regra atualmente? O STJ divide a situação em duas hipóteses claras: 1. Alimentos Transitórios (A Regra Geral para Ex-Cônjuges Jovens ou Aptos ao Mercado): Quando um dos cônjuges (muitas vezes a mulher) interrompeu seus estudos ou saiu do mercado de trabalho a pedido da família para se dedicar integralmente à criação dos filhos e ao suporte doméstico enquanto o outro construía carreira e renda, o juiz fixa a Pensão Alimentícia por Prazo Determinado (Alimentos Transitórios — geralmente por 1, 2 ou 3 anos após o divórcio!). O objetivo é garantir o sustento digno enquanto a pessoa se recoloca profissionalmente; 2. Alimentos Permanentes / Sem Prazo Fixo (Exceção): Quando o ex-cônjuge já possui idade avançada após décadas de dedicação exclusiva ao lar ou possui doença/incapacidade que torna impossível na prática o seu ingresso tardio no mercado de trabalho, a pensão é mantida enquanto perdurar a necessidade! Compartilhe esta informação técnica que esclarece os direitos de quem dedicou décadas à família! #direitodefamilia #divorcio #pensaoalimenticia

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Dedicou 15 ou 20 anos da sua vida para cuidar dos filhos e da casa enquanto o marido (ou a esposa) crescia na carreira, e agora, na hora do divórcio, ouviu a frase: 'Você não tem direito a pensão nenhuma, vai procurar emprego'? Veja o que diz o STJ! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Quem abre mão da própria vida profissional para cuidar da estrutura familiar não pode ser deixado no desamparo financeiro da noite para o dia! Além do direito sagrado à metade de todo o patrimônio construído no período (conforme o regime de bens), a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça garante os chamados Alimentos Transitórios entre ex-cônjuges (art. 1.694 do Código Civil): uma pensão mensal paga por um período determinado (como 24 ou 36 meses) para dar tempo de você se qualificar e se recolocar no

mercado de trabalho — ou pensão por prazo indeterminado caso a idade avançada ou problema de saúde impeça essa recolocação! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Confira os detalhes na legenda abaixo e envie este vídeo para quem precisa conhecer esse direito!

Peça Prática #05 — Direito Empresarial e Bancário (Assinatura como Avalista ou Devedor Solidário no Empréstimo da Empresa)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Carrossel de 6 Slides + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

SLIDE 1

O gerente do banco pediu para você e sua esposa assinarem na Cédula de Crédito Bancário (CCB) da sua empresa 'apenas como formalidade de avalistas'? Cuidado: você acabou de abrir mão da proteção da sua LTDA!

SLIDE 2

O que acontece na prática: Na Sociedade Limitada (LTDA), as dívidas da empresa não atingem os bens pessoais dos sócios (salvo fraude/confusão patrimonial).

SLIDE 3

Porém, quando o banco empresta capital de giro para o CNPJ, ele exige que os sócios (e seus cônjuges!) assinem o contrato na pessoa física como AVALISTAS ou DEVEDORES SOLIDÁRIOS!

SLIDE 4

A consequência jurídica imediata: O avalista responde com todo o seu patrimônio pessoal (contas bancárias no CPF, aplicações, veículos e imóveis particulares que não sejam o único bem de família) diretamente na Execução de Título Extrajudicial, SEM que o banco precise pedir Desconsideração da Personalidade Jurídica!

SLIDE 5

E o cônjuge que NÃO assinou o aval? Pela Súmula 332 do STJ e art. 1.647, III do CC, o aval prestado por pessoa casada (exceto no regime da separação absoluta) SEM a autorização (outorga uxória) do cônjuge é NULO / INEFICAZ!

SLIDE 6

Antes de assinar qualquer CCB ou renegociação bancária como avalista, submeta a minuta à revisão jurídica!

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Um único rabisco na linha escrito 'Avalista / Devedor Solidário' faz em 2 segundos o que um credor comum levaria anos tentando conseguir em um incidente de desconsideração da personalidade jurídica: coloca o CPF do sócio diretamente no polo passivo da execução bancária! ↓ Nas operações de crédito empresarial (especialmente Cédulas de Crédito Bancário — Lei nº 10.931/2004), as instituições financeiras invariavelmente inserem os sócios e seus cônjuges como coobrigados solidários ou avalistas. Compreender a extensão dessa garantia, verificar a exigência de outorga conjugal (art. 1.647, III do CC e Súmula 332 do STJ), analisar a capitalização de juros e negociar limites de garantia antes da assinatura (ou no momento da defesa em execução) é vital para a sobrevivência patrimonial da família empresária. Salve este carrossel e envie para o seu sócio! #direitoempresarial #direitobancario #execucaobancaria

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Empresário: você sabe por que, quando a sua empresa atrasa um empréstimo no banco, o juiz bloqueia a sua conta pessoal no CPF em 48 horas sem nem precisar de processo de desconsideração da personalidade jurídica? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Porque no dia em que você pegou aquele capital de giro no banco, você assinou duas vezes no contrato: uma vez como representante do CNPJ da empresa e uma segunda vez na linha de baixo como AVALISTA ou DEVEDOR SOLIDÁRIO na pessoa física! A partir do momento em que você dá aval pessoal na Cédula de Crédito Bancário (CCB), você responde com o seu próprio CPF desde o primeiro dia da execução! Por isso, nunca assine renovações ou confissões de dívida bancária colocando imóveis particulares ou aval pessoal sem antes submeter o contrato e a evolução real da dívida a uma auditoria jurídica! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Leia na legenda como funciona a Súmula 332 do STJ sobre assinatura do cônjuge no aval e salve este vídeo!

Peça Prática #06 — Direito do Consumidor e Imobiliário (Vícios Construtivos: Infiltração, Rachadura e Prazo de Garantia de 5 Anos)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Post Simples + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

Arte técnica: 'Comprou um apartamento ou casa nova da construtora e surgiram infiltrações, rachaduras, piso soltando ou problemas hidráulicos? Entenda a Garantia Legal de 5 Anos (Art. 618 do Código Civil) e o prazo para acionar a Justiça!'

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muitas construtoras entregam ao comprador um 'Manual do Proprietário' dizendo que a garantia para infiltrações ou revestimentos seria de apenas 1 ano — tentando fazer o consumidor desistir de reclamar quando o problema aparece no segundo ou terceiro ano! ↓ O artigo 618 do Código Civil brasileiro estabelece uma garantia legal de ordem pública e irrenunciável: nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro/construtor responderá, durante o prazo irredutível de 5 (CINCO) ANOS, pela solidez e segurança do trabalho (conceito que a jurisprudência consolidada do STJ interpreta de forma ampla para abranger também os vícios construtivos graves que comprometem a habitabilidade, salubridade e funcionalidade do imóvel, como infiltrações severas, falhas estruturais, problemas de impermeabilização e rede hidráulica/elétrica!). E cuidado com a diferença entre o Prazo de Garantia (5 anos para o defeito aparecer, contado do Habite-se/entrega das chaves) e o Prazo para Ajuizar a Ação: • Se você pretende exigir a obrigação de fazer (que a construtora conserte) ou o abatimento proporcional do preço, atenção ao prazo decadencial de 180 dias do parágrafo único do art. 618 do CC após o aparecimento do vício; • Já para a Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais decorrentes dos vícios construtivos manifestados dentro dos 5 anos de garantia, a Súmula 194 e a jurisprudência do STJ reconhecem o prazo prescricional mais amplo! Notifique sempre a construtora por escrito com fotos e laudo de engenharia assim que o primeiro sinal de infiltração surgir! Salve este post! #direitoimobiliario #vicioconstrutivo #construtora

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Recebeu as chaves do apartamento novo há 2 ou 3 anos, começaram a aparecer infiltrações no teto, mofo e pisos estufando, mas a construtora disse que 'a garantia de 1 ano do manual já acabou'? Não caia nessa conversa! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: O Manual do Proprietário feito pela própria construtora nunca pode reduzir a garantia prevista na Lei Federal! Pelo artigo 618 do Código Civil e pela jurisprudência pacífica do STJ, a construtora responde pelo prazo irredutível de 5 ANOS pela solidez, segurança e habitabilidade da obra (o que inclui problemas graves de impermeabilização, infiltrações, rachaduras e vícios ocultos da construção)! Se o problema apareceu dentro dos 5 anos após a entrega das chaves, registre

imediatamente fotos, vídeos, protocole chamado formal e contrate um laudo técnico de engenharia para exigir o reparo completo ou a indenização! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Mande este vídeo no grupo de WhatsApp dos moradores do seu condomínio e salve para consulta!

Peça Prática #07 — Direito Sucessório e Bancário (Valores em Conta Bancária, FGTS e PIS de Pessoa Falecida: Alvará Judicial Independente de Inventário)

FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Carrossel de 6 Slides + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

SLIDE 1

O familiar faleceu e não deixou imóveis nem carros; deixou apenas um pequeno saldo na conta bancária, FGTS retido ou restituição de Imposto de Renda. Precisa abrir um inventário inteiro só para sacar esse dinheiro?

SLIDE 2

A resposta está na Lei Federal nº 6.858/1980 (e no Art. 666 do Código de Processo Civil)!

SLIDE 3

O que é o Alvará Judicial da Lei 6.858/80? É um procedimento judicial simplificado e muito mais rápido (ou até administrativo junto ao INSS/Caixa em hipóteses específicas) que DISPENSA a abertura de inventário ou arrolamento quando o falecido NÃO deixou outros bens imóveis/móveis a inventariar!

SLIDE 4

Quais valores podem ser sacados por esse procedimento simplificado? 1. Saldos de FGTS e PIS/PASEP; 2. Restituições de Imposto de Renda e outros tributos; 3. Saldos de salários, férias e verbas rescisórias trabalhistas; 4. Saldos em contas bancárias, poupança e fundos de investimento de pequeno valor (até o teto de 500 OTNs / limite legal atualizado), desde que inexistam outros bens!

SLIDE 5

Quem recebe primeiro os valores da Lei 6.858/80? Os dependentes habilitados perante a Previdência Social (INSS) em cotas iguais; e, na falta de dependentes previdenciários, os sucessores previstos na lei civil!

SLIDE 6

Salve este guia de utilidade pública e compartilhe com quem precisa destravar pequenos saldos bancários de familiar falecido!

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:

Muitas famílias deixam pequenas economias na poupança ou saldos de FGTS de um parente falecido esquecidos no banco porque acham que "o custo para abrir um inventário completo seria maior do que o dinheiro que está lá na conta". ↓ Foi exatamente para evitar essa injustiça que o legislador criou a Lei nº 6.858/1980, expressamente mantida em vigor pelo artigo 666 do Código de Processo Civil de 2015! Quando o ente querido falece sem deixar bens imóveis ou outros bens sujeitos a inventário, o levantamento de saldos de FGTS, PIS/PASEP, restituições fiscais, verbas rescisórias trabalhistas e pequenos saldos bancários/poupança ocorre de forma célere mediante Alvará Judicial autônomo (ou diretamente nos casos de dependentes habilitados na certidão de dependentes do INSS para FGTS e resíduos previdenciários, nos termos do art. 112 da Lei 8.213/91)! Compartilhe esta informação útil! #direitosucessorio #alvarajudicial #inventario

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: O seu pai ou a sua mãe faleceu, não deixou casa nem carro no nome dele, mas deixou um valor parado na conta poupança, no FGTS ou o último salário na empresa: você precisa abrir um inventário completo para sacar esse dinheiro? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Não precisa! Quando a pessoa falecida não deixa outros bens a inventariar, a Lei nº 6.858/1980 e o artigo 666 do Código de Processo Civil permitem liberar saldos de FGTS, PIS, verbas rescisórias trabalhistas, restituição de Imposto de Renda e pequenos saldos de contas bancárias ou poupança por meio de um pedido simples e rápido de Alvará Judicial (sem precisar fazer inventário)! E mais: se houver dependentes habilitados na certidão de pensão por morte do INSS, o saque do FGTS e do resíduo do último benefício do INSS pode ser requerido diretamente pela via administrativa! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Leia os requisitos completos da Lei 6.858/80 aqui na legenda e salve este vídeo!

Peça Prática #08 — Direito Digital, Consumidor e Saúde (Reajuste Abusivo de Plano de Saúde por Faixa Etária aos 59/60 Anos e Falsos Coletivos)

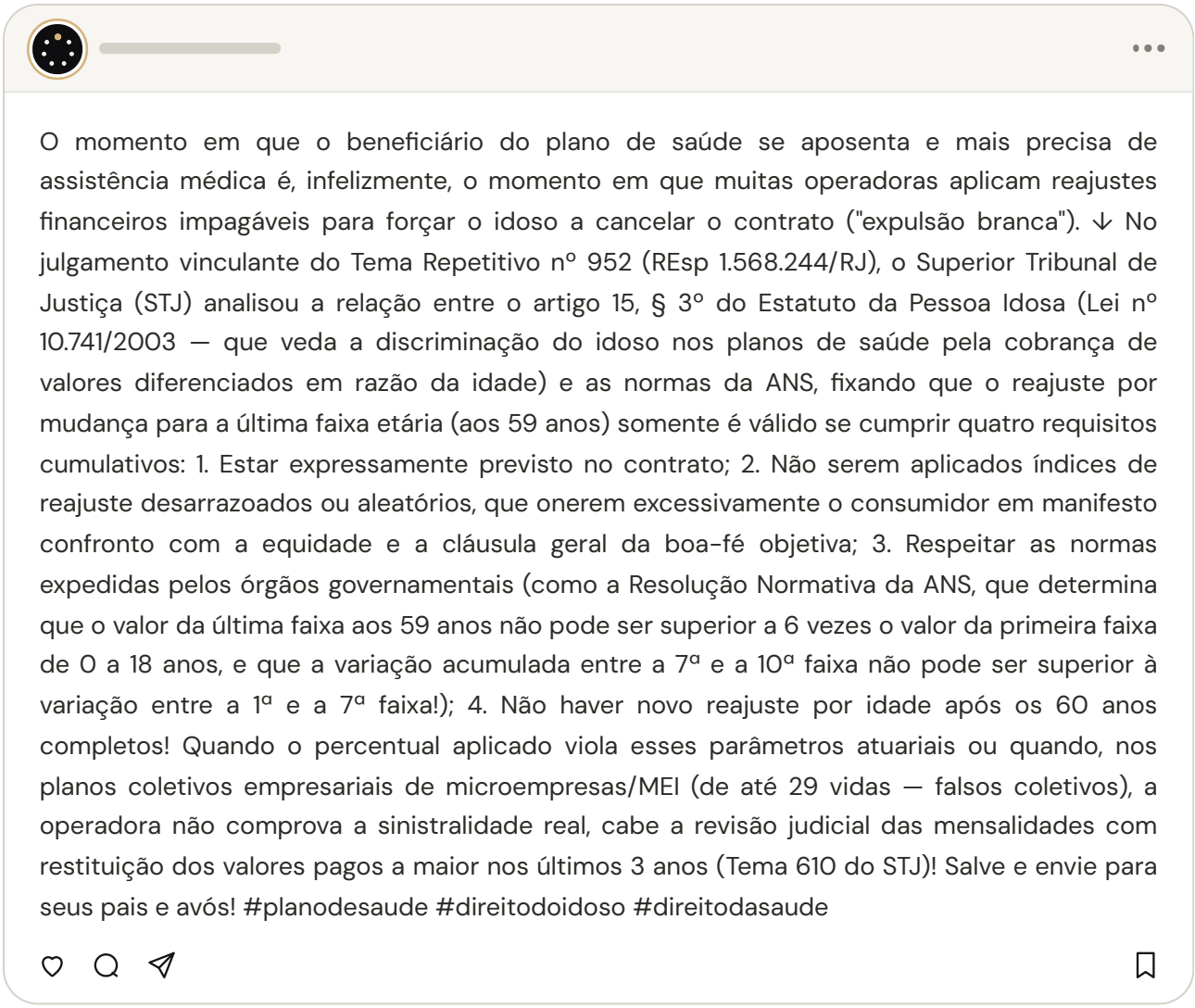
FORMATOS INTEGRADOS NESTA PAUTA:

Post Simples + Legenda de Instagram + Roteiro de Reel

1. ESTRUTURA VISUAL / SLIDES PARA O FEED:

Arte informativa: 'O boleto do seu plano de saúde quase dobrou de valor quando você completou 59 ou 60 anos de idade — ou sofreu reajustes anuais de 22% no plano coletivo por adesão? Veja o que decidiu o STJ no Tema 952 e no Tema 1016!'

2. LEGENDA COMPLETA PRONTA PARA O INSTAGRAM:



O momento em que o beneficiário do plano de saúde se aposenta e mais precisa de assistência médica é, infelizmente, o momento em que muitas operadoras aplicam reajustes financeiros impagáveis para forçar o idoso a cancelar o contrato ("expulsão branca"). ↓ No julgamento vinculante do Tema Repetitivo nº 952 (REsp 1.568.244/RJ), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou a relação entre o artigo 15, § 3º do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 — que veda a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade) e as normas da ANS, fixando que o reajuste por mudança para a última faixa etária (aos 59 anos) somente é válido se cumprir quatro requisitos cumulativos: 1. Estar expressamente previsto no contrato; 2. Não serem aplicados índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem excessivamente o consumidor em manifesto confronto com a equidade e a cláusula geral da boa-fé objetiva; 3. Respeitar as normas expedidas pelos órgãos governamentais (como a Resolução Normativa da ANS, que determina que o valor da última faixa aos 59 anos não pode ser superior a 6 vezes o valor da primeira faixa de 0 a 18 anos, e que a variação acumulada entre a 7ª e a 10ª faixa não pode ser superior à variação entre a 1ª e a 7ª faixa!); 4. Não haver novo reajuste por idade após os 60 anos completos! Quando o percentual aplicado viola esses parâmetros atuariais ou quando, nos planos coletivos empresariais de microempresas/MEI (de até 29 vidas — falsos coletivos), a operadora não comprova a sinistralidade real, cabe a revisão judicial das mensalidades com restituição dos valores pagos a maior nos últimos 3 anos (Tema 610 do STJ)! Salve e envie para seus pais e avós! #planodesaude #direitodoidoso #direitodasaude

3. ROTEIRO DE VÍDEO CURTO (REELS / TIKTOK / SHORTS) SOBRE O MESMO TEMA:

00s–03s [GANCHO]: Quando o seu pai ou a sua mãe completou 59 anos de idade, a mensalidade do plano de saúde deu um salto absurdo de 70%, 90% ou 110% de um mês para o outro? Saiba como a Justiça analisa esse aumento! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Embora a ANS permita o reajuste na última faixa etária aos 59 anos (já que a partir dos 60 anos completos o Estatuto da Pessoa Idosa proíbe qualquer novo reajuste por mudança de idade!), o Superior Tribunal de Justiça decidiu no Tema 952 que a operadora NÃO pode aplicar percentuais abusivos ou desarrazoados que funcionem como uma 'expulsão disfarçada' do idoso! Existem travas matemáticas obrigatórias da própria ANS (como a regra de que a última faixa não pode custar mais de 6 vezes a primeira faixa, além do equilíbrio entre as faixas

intermediárias)! Quando o aumento descumpre essa proporção atuarial, é possível recalcular a mensalidade e recuperar o que foi pago a mais nos últimos 3 anos! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Confira as regras do Tema 952 do STJ aqui na legenda e envie para um aposentado da sua família!

VIII

MÓDULO ESPECIAL VIII

O Grande Guia Operacional das 52 Semanas (260 Pautas Detalhadas com Ganchos, Estruturas de Slides, Legendas-Base e CTAs Éticos)

NESTE CAPÍTULO

- Planejamento Detalhado da Semana 13 — Eixo: Direito Trabalhista: Jornada, Horas Extras e...
- Planejamento Detalhado da Semana 14 — Eixo: Direito Previdenciário: Regras de Transição e...
- Planejamento Detalhado da Semana 15 — Eixo: Direito de Família: Regimes de Bens, Pacto...
- Planejamento Detalhado da Semana 16 — Eixo: Direito Imobiliário: Contratos de Compra e Venda,...
- Planejamento Detalhado da Semana 17 — Eixo: Direito Médico e da Saúde: Cobertura de...
- Planejamento Detalhado da Semana 18 — Eixo: Direito Empresarial e Societário: Contratos B2B,...
- Planejamento Detalhado da Semana 19 — Eixo: Direito Tributário: Planejamento Fiscal, Execuções ...
- Planejamento Detalhado da Semana 20 — Eixo: Direito do Consumidor e Bancário: Golpes Digitais,...

+ mais 32 seções neste capítulo

Ao longo do Módulo 12, estabelecemos como pilar de consistência a regra inegociável de publicar **03 posts gráficos por semana no Feed do Instagram (intercalando Carrosséis e Posts Simples)** somados a **02 vídeos/Reels por semana**. Em 52 semanas (um ano civil completo de advocacia consistente), esse método representa exatamente **156 posts de Feed e 104 vídeos curtos (totalizando 260 pontos de contato de alta autoridade por ano)**.

Para que você e sua equipe tenham um guia operacional detalhado semana a semana durante um ano inteiro — sem jamais repetir abordagens e mantendo sempre o ideal de ajudar e informar gratuitamente o cidadão e o empresário —, estruturamos a seguir os **Cadernos Trimestrais de Execução (Semanas 13 a 52)**, completando todas as 52 semanas do ano com o detalhamento individual do Gancho Inicial, da Estrutura de Conteúdo, do Resumo de Legenda SEO e do CTA Ético de cada publicação.

Planejamento Detalhado da Semana 13 — Eixo: Direito Trabalhista: Jornada, Horas Extras e Intervalos

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Trabalhador e Compliance Empresarial

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** As horas extras ocultas que não aparecem no cartão de ponto tradicional (tempo à disposição, troca de uniforme e cursos obrigatórios fora do expediente). *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Intervalo intrajornada (horário de almoço) reduzido para 20 ou 30 minutos: como a Lei nº 13.467/2017 calcula a indenização de 50% sobre o tempo suprimido. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Mito vs. Verdade: 'Quem recebe salário alto ou comissão não tem direito a hora extra?' (A verdade sobre os requisitos reais do art. 62, II da CLT). *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Intervalo interjornada (Art. 66 da CLT): por que o trabalhador precisa ter no mínimo 11 horas consecutivas de descanso entre o fim de um expediente e o início do próximo. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Checklist de 6 provas legítimas para demonstrar a jornada real de trabalho (geolocalização do Google Maps, histórico de login em sistemas, e-mails, mensagens e testemunhas). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 14 — Eixo: Direito Previdenciário: Regras de Transição e Cálculos de Aposentadoria

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Segurados do RGPS/INSS

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Guia visual das 4 principais Regras de Transição da Aposentadoria em 2026: Pontos, Idade Mínima Progressiva, Pedágio de 50% e Pedágio de 100%. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Pedágio de 50% vs. Pedágio de 100%: um exemplo matemático prático mostrando por que esperar alguns meses a mais pode dobrar o valor líquido da aposentadoria. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Alerta previdenciário: Por que recolher o INSS em atraso de períodos antigos sem antes fazer o cálculo de indenização no sistema pode gerar dívida sem contar como carência. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Contribuinte Individual (Autônomo) e Facultativo: qual a diferença entre o Plano Normal de 20% (código 1007/1406) e o Plano Simplificado de 11% (código 1163/1473). *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Passo a passo para conferir o seu extrato CNIS no aplicativo Meu INSS: os 5 erros de cadastro mais comuns que atrasam a concessão do benefício. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 15 — Eixo: Direito de Família: Regimes de Bens, Pacto Antenupcial e União Estável

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Casais, Famílias e Empreendedores

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Os 4 Regimes de Bens do Código Civil explicados com exemplos práticos: Comunhão Parcial, Comunhão Universal, Separação Total e Participação Final nos Aquestos. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Sub-rogação de bens na Comunhão Parcial: se você vendeu um apartamento que já tinha antes de casar para comprar uma casa maior durante o casamento, como provar na escritura para não dividir a parte antiga?. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Casamento após os 70 anos de idade (Separação Obrigatória de Bens): como a decisão histórica do STF (Tema 1236) permitiu que casais com mais de 70 anos escolham livremente o regime em cartório!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Valorização de quotas de empresa e lucros retidos durante o casamento ou união estável: quando o ex-cônjuge que não é sócio tem direito a receber metade da valorização?. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Checklist do Pacto Antenupcial moderno: o que o casal pode combinar em cartório antes do casamento (regime misto, blindagem de quotas de empresas e regras patrimoniais). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 16 — Eixo: Direito Imobiliário: Contratos de Compra e Venda, Sinal (Arras) e Financiamento

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Compradores, Vendedores e Investidores

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Arras Confirmatórias vs. Arras Penitenciais (Arts. 417 a 420 do Código Civil): o que acontece com o sinal pago se o comprador ou o vendedor desistir do negócio?. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** O banco reprovou o financiamento imobiliário depois que você já assinou o contrato e pagou a entrada: você perde o sinal ou tem direito à devolução? (A importância da cláusula resolutiva expressa). *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Cuidado ao comprar imóvel pelo 'valor de declaração menor na escritura para economizar imposto': os 3 riscos fiscais e patrimoniais graves dessa prática. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Comissão de corretagem na compra de imóvel: quem paga, quando ela é devida (Art. 725 do CC) e quando a desistência por falha documental do vendedor obriga à devolução. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** As 7 cláusulas que não podem faltar em um Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel (data de posse, responsabilidade por dívidas anteriores, cláusula penal e evicção). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 17 — Eixo: Direito Médico e da Saúde: Cobertura de Tratamentos, Exames e Carências

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Pacientes e Famílias

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Prazos máximos da ANS (Resolução Normativa nº 566/2022) para o plano de saúde autorizar consultas, exames complexos, terapias e cirurgias eletivas ou de urgência. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** O hospital ou cirurgião pediu um stent cardíaco, prótese ortopédica ou material cirúrgico específico, mas o plano de saúde só quer autorizar uma marca inferior: o que diz a jurisprudência?. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Urgência e Emergência no Plano de Saúde: por que o plano é obrigado a atender após 24 horas da assinatura do contrato mesmo durante o período de carência de 180 dias (Súmula 597 do STJ)!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Portabilidade de Carências na ANS: como trocar de plano de saúde (individual ou coletivo) sem precisar cumprir todas as carências de novo do zero!. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Checklist de 5 itens que precisam constar no Relatório Médico do seu especialista quando você vai solicitar um medicamento de alto custo, prótese ou cirurgia ao plano de saúde. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 18 — Eixo: Direito Empresarial e Societário: Contratos B2B, Inadimplência e Proteção de Ativos

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Empresários, Gestores e Diretores

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Como blindar os Contratos de Prestação de Serviços da sua empresa para que eles valham como Título Executivo Extrajudicial (Art. 784, III e § 4º do CPC com assinatura eletrônica sem testemunhas!). *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Cláusula de Confidencialidade (NDA — Non-Disclosure Agreement) e Proteção de Segredo de Negócio: como impedir que ex-parceiros ou fornecedores copiem sua carteira de clientes e método operacional. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** A grande mudança da Lei nº 14.620/2023 no Artigo 784, § 4º do CPC: contratos assinados eletronicamente por qualquer plataforma idônea já valem para Execução Direta mesmo sem assinatura de 2 testemunhas!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) vs. Empresário Individual (EI): por que o Empresário Individual responde com a própria casa e o carro pelas dívidas da empresa, enquanto a SLU protege o CPF!. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Passo a passo da Régua de Cobrança Empresarial Jurídica: da notificação extrajudicial e protesto em cartório até a Ação de Execução com penhora online (Sisbajud/Renajud). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 19 — Eixo: Direito Tributário: Planejamento Fiscal, Execuções e Direitos do Contribuinte

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Empresas, Médicos, Produtores e Pessoas Físicas

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Os 5 direitos do contribuinte durante uma fiscalização tributária (Receita Federal, Estadual ou Municipal) e o direito à denúncia espontânea antes do início do procedimento (Art. 138 do CTN). *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Imposto de Renda sobre Ganho de Capital na venda de imóveis (alíquota de 15%): as 3 isenções legais da Lei nº 11.196/2005 (como a regra de comprar outro imóvel residencial em 180 dias!). *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Bloqueio de conta bancária de empresa antes mesmo da citação na Execução Fiscal: quando a penhora precoce pelo Sisbajud é abusiva e como desbloquear capital de giro essencial. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Transação Tributária por Capacidade de Pagamento (CAPAG) na PGFN: como empresas em dificuldade financeira conseguem descontos de até 65% a 70% em juros e multas de dívidas federais. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Comparativo Tributário para Profissionais Liberais (Médicos, Dentistas, Engenheiros, Arquitetos e Advogados): quando atuar no CPF (Livro-Caixa Carnê-Leão) sai o dobro do preço de abrir PJ!. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 20 — Eixo: Direito do Consumidor e Bancário: Golpes Digitais, Seguros e Financiamentos

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Consumidores e Correntistas

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Fraude do Boleto Falso (quando o código de barras é adulterado no sistema ou enviado por golpistas que tiveram acesso aos dados da fatura real): quando o banco e a empresa emissora respondem pelo prejuízo?. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Seguro Prestamista embutido no financiamento do carro ou empréstimo sem opção de escolha da seguradora: o que o STJ decidiu no Tema Repetitivo nº 972 sobre Venda Casada!. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Empréstimo na conta de energia elétrica ou desconto em conta corrente sem autorização clara do titular: por que a prática viola o Código de Defesa do Consumidor. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** A concessionária ou oficina autorizada deixou o seu carro parado por mais de 30 dias esperando peça de reposição na garantia: direito à substituição, restituição ou carro reserva (Art. 18 do CDC). *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Checklist de 5 cuidados antes de assinar um financiamento de veículo ou renegociação de dívida no aplicativo do banco (CET — Custo Efetivo Total, seguro prestamista embutido e tarifas de cadastro). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 21 — Eixo: Direito Sucessório: Inventários Complexos, Testamentos e Prevenção de Litígios

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Famílias e Herdeiros

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** O que fazer quando há 4 irmãos herdeiros, 3 querem fazer o inventário rápido e vender a casa deixada pelos pais, mas 1 único irmão se recusa a assinar ou some?. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Sonegados no Inventário (Arts. 1.992 a 1.996 do Código Civil): o que acontece com o herdeiro ou inventariante que esconde bens, veículos ou aplicações financeiras do falecido para não dividir com os irmãos?. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** A diferença crucial entre 'Cessão de Direitos Hereditários' (feita por Escritura Pública antes da partilha — Art. 1.793 do CC) e a venda irregular de bem singular do espólio sem autorização judicial!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Colação de Bens no Inventário: se os pais deram um apartamento para o filho mais velho há 10 anos sem escrever na escritura que saía da 'parte disponível', esse apartamento é descontado da herança dele agora?. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Guia prático do Testamento Público em Cartório: quanto custa em média, quem pode ser testemunha, o que pode ser disposto nos 50% disponíveis e como ele pode ser revogado a qualquer hora. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 22 — Eixo: Direito Criminal e Processual Penal: Garantias, Inquérito e Defesa Técnica

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Cidadãos, Famílias e Empresários

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Intimação para prestar esclarecimentos na Delegacia de Polícia: qual a diferença entre ser ouvido como 'Testemunha/Declarante' e como 'Investigado', e por que ir acompanhado de advogado desde o primeiro ato?. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Invasão de domicílio policial sem mandado judicial (Tema 280 do STF): por que a simples 'denúncia anônima' ou 'atitude suspeita na calçada' não autoriza entrar na casa sem justa causa documentada?. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** A Súmula Vinculante nº 14 do STF na prática: o direito sagrado do advogado de acessar todas as provas já documentadas no inquérito policial antes do interrogatório do seu cliente. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) em crimes de trânsito (embriaguez ao volante sem vítimas — Art. 306 do CTB) e crimes empresariais: quando cabe e como preserva a ficha limpa. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** 5 medidas cautelares diversas da prisão (Art. 319 do CPP): por que a prisão preventiva antes do trânsito em julgado é a última ratio (exceção absoluta) no processo penal constitucional. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 23 — Eixo: Direito Digital, Propriedade Intelectual e Proteção de Dados (LGPD)

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Empresas, Clínicas, Influenciadores e Criadores

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Checklist de Adequação à LGPD para Clínicas Médicas, Odontológicas e Laboratórios: por que dados de saúde são 'Dados Pessoais Sensíveis' (Art. 5º, II e Art. 11 da Lei 13.709/18) com proteção redobrada?. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Golpe do Falso Advogado no WhatsApp (criminosos que usam a foto do advogado e dados públicos do processo para pedir Pix de 'custas para liberar alvará'): como os escritórios e clientes devem se proteger!. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Cuidado ao usar fotos de funcionários no site, crachá externo e Instagram da empresa sem termo específico: como implementar governança de imagem e dados de colaboradores. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Compras de softwares, sistemas de gestão (SaaS) e serviços de marketing digital: 4 cláusulas de nível de serviço (SLA), propriedade dos dados e rescisão que toda empresa deve exigir no contrato. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Como proteger o nome do seu produto, método, curso online ou clínica: as 4 etapas do processo de Registro de Marca no INPI (Busca de Viabilidade, Depósito, Exame de Mérito e Certificado de 10 anos). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 24 — Eixo: Direito Agrário, Ambiental e do Agronegócio

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Produtores Rurais, Cooperativas e Agroindústrias

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Compra de Fazenda ou Sítio: a Due Diligence Ambiental e Fundiária indispensável (CAR — Cadastro Ambiental Rural, Reserva Legal, passivos de desmatamento no IBAMA, CCIR, ITR e Georreferenciamento INCRA). *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Embargo de área rural pelo IBAMA ou órgão ambiental estadual: quando o embargo deve ficar restrito estritamente à poligonal da área onde ocorreu a infração, liberando o restante da fazenda para produzir!. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Por que dívida de recomposição ambiental (Reserva Legal e Área de Preservação Permanente — APP) tem natureza 'Propter Rem' (Súmula 623 do STJ): quem compra a terra assume o passivo ambiental deixado pelo antigo dono!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Usucapião Especial Constitucional Rural (Pro Labore — Art. 191 da CF/88) vs. Usucapião Extraordinária Rural: requisitos de área (até 50 hectares), tempo de posse (5 a 15 anos) e regularização da terra. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Guia prático dos Contratos de Integração Vertical Agroindustrial (Lei nº 13.288/2016 — aves, suínos, tabaco, leite) e Contratos de Compra e Venda de Safra Futura (Soja e Milho). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 25 — Eixo: Direito Público, Administrativo, Concursos e Servidores

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Servidores Públicos, Concursandos e Licitantes

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** 5 situações em que o candidato eliminado em Concurso Público pode recorrer ao Poder Judiciário: erro grosseiro em questão fora do edital (Tema 485 STF), exame médico desproporcional, TAF sem previsão legal, psicotécnico subjetivo e preterição. *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Remoção de Servidor Público para acompanhar cônjuge ou para tratamento de saúde própria ou de dependente (Art. 36, parágrafo único, III, 'a' e 'b' da Lei 8.112/90): quando a Administração é obrigada a conceder!. *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** Desvio de Função no Serviço Público (Súmula 378 do STJ): o servidor concursado para um cargo de nível médio que é colocado pela chefia para exercer atribuições de cargo superior tem direito às diferenças salariais!. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Atraso ou retenção de pagamento pela Prefeitura a empresa contratada por licitação: a nova regra do Artigo 137, § 2º, IV da Lei 14.133/2021 (redução do prazo de inadimplência de 90 para 2 meses / 60 dias para suspender o contrato!). *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Guia da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) para pequenas e médias empresas: como vender para Prefeituras, Estados e União com tratamento favorecido da LC 123/2006 (empate ficto de até 10%/5%). *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 26 — Eixo: Balanço do Semestre e Educação Preventiva Multinicho

PÚBLICO-ALVO PRINCIPAL DA SEMANA:

Clientes, Seguidores e Parceiros

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Gancho e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel 7 Slides)	**Tema:** Os 7 documentos jurídicos que todo cidadão e empresário deveria revisar uma vez por ano para dormir tranquilo (Contratos, CNIS do INSS, Matrícula dos Imóveis, Certidões, Testamento/Sucessão e Marcas). *CTA Ético:* "Salve este carrossel na bandeirinha para consultar sempre que precisar!"
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok 50s)	**Roteiro:** Como saber se um processo judicial é verdadeiro e acompanhar cada movimentação de forma segura pelos portais oficiais dos Tribunais (evitando golpes de links falsos por SMS e WhatsApp). *CTA Ético:* "Envie este vídeo pelo aviãozinho para quem precisa conhecer essa regra legal!"
Quarta — Post #2 (Post Simples de Impacto)	**Tema:** A diferença real entre o 'Custo da Prevenção Jurídica' e o 'Preço do Litígio Remediado': por que 1 hora de consultoria preventiva economiza 5 anos de processo judicial. *CTA Ético:* "Você já tinha ouvido falar disso? Deixe sua dúvida nos comentários!"
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok 55s)	**Roteiro:** Perguntas e Respostas da Comunidade: esclarecendo em 60 segundos as 4 dúvidas jurídicas mais enviadas pelos nossos seguidores neste semestre!. *CTA Ético:* "Leia o complemento técnico que deixei na legenda abaixo e siga nosso perfil!"
Sexta — Post #3 (Carrossel de Checklist 6 Slides)	**Tema:** Guia de Direitos da Pessoa Idosa no Brasil (Estatuto da Pessoa Idosa — Lei nº 10.741/2003): prioridade especial na tramitação de processos (e superprioridade aos 80+ anos!), isenções, saúde e proteção patrimonial. *CTA Ético:* "Guarde este checklist prático e compartilhe com sua família ou equipe!"

Planejamento Detalhado da Semana 27 — Eixo: Direito do Trabalho: Demissão de Gestante, Acidentes e Provas Digitais

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Direitos da Gestante no Contrato de Experiência e no Aviso-Prévio (Súmula 244, III do TST e Tema 497 do STF — a teoria da responsabilidade objetiva protecionista do nascituro)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A trabalhadora descobriu que estava grávida DEPOIS de assinar a demissão sem justa causa (mas a concepção ocorreu durante o contrato): ela tem direito à reintegração ou indenização do período de estabilidade?
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: A trabalhadora pediu demissão estando grávida sem assistência do sindicato (Art. 500 da CLT): por que o TST considera esse pedido de demissão nulo de pleno direito!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Se a empresa reintegrar a gestante demitida, mas o ambiente de trabalho se tornou hostil ou insustentável: quando a Justiça converte a reintegração em indenização substitutiva?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia completo dos direitos da mãe trabalhadora após o retorno da licença-maternidade (intervalos para amamentação do Art. 396 da CLT e garantias previstas em Convenções Coletivas)

Planejamento Detalhado da Semana 28 — Eixo: Direito Previdenciário: BPC/LOAS para Idosos e Pessoas com Deficiência / Autismo

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: BPC/LOAS (Benefício de Prestação Continuada de 1 salário mínimo mensal): quem tem direito, diferença para aposentadoria (não exige contribuições ao INSS!) e requisitos atualizados
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: O critério de renda de 1/4 do salário mínimo por pessoa da casa no BPC/LOAS é absoluto? Veja como o STF e a Lei nº 13.982/2020 permitem descontar gastos com remédios, fraldas, consultas e alimentação especial da conta!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Dois idosos na mesma casa (ou duas pessoas com deficiência na mesma família) podem receber o BPC/LOAS ao mesmo tempo? Sim! O § 14 do art. 20 da Lei nº 8.742/1993 exclui do cálculo o benefício previdenciário ou BPC de até 1 salário mínimo já recebido por outro membro!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Por que manter o CadÚnico (Cadastro Único no CRAS) atualizado a cada 24 meses (e informar exatamente quem mora debaixo do mesmo teto) evita a suspensão ou indeferimento automático do BPC/LOAS?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Passo a passo da Avaliação Biopsicossocial no pedido de BPC/LOAS para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): o que o Assistente Social e o Perito Médico avaliam

Planejamento Detalhado da Semana 29 — Eixo: Direito de Família: Divórcio, Partilha de Dívidas, Financiamentos e FGTS

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: O que entra e o que NÃO entra na partilha do divórcio no regime da Comunhão Parcial de Bens: guia definitivo sobre imóveis, veículos, investimentos, previdência privada aberta (VGBL/PGBL) e FGTS
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: E as DÍVIDAS contraídas durante o casamento (empréstimos bancários, cartão de crédito e financiamentos)? Elas também são divididas meio a meio no divórcio ou depende de terem revertido em proveito da família (Art. 1.664 do CC)?
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: O saldo acumulado no FGTS durante os anos do casamento (mesmo que ainda esteja preso na conta da Caixa e não tenha sido sacado) entra na partilha do divórcio? Sim, segundo entendimento pacificado da Corte Especial do STJ!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Um dos cônjuges começou a esvaziar as contas bancárias ou transferir carros antes de pedir o divórcio: como funciona o pedido liminar de Arrolamento e Bloqueio Cautelar de Bens na Vara de Família?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Divórcio Consensual vs. Divórcio Litigioso: comparativo honesto de tempo, desgaste emocional dos filhos, custos de custas/impostos e vantagens da mediação familiar

Planejamento Detalhado da Semana 30 — Eixo: Direito Imobiliário: Leilões de Imóveis, Locação Comercial e Renovatória

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Como comprar imóvel em Leilão Judicial ou Extrajudicial (Caixa/Bancos) com até 40% ou 50% de desconto com segurança jurídica: análise do edital, dívidas de IPTU/condomínio e desocupação
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Se o imóvel arrematado no leilão estiver ocupado pelo antigo devedor ou por um inquilino, é verdade que 'demora 5 anos para tirar a pessoa de lá'? Veja como funciona a Imissão na Posse liminar (Art. 30 da Lei 9.514/97)!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Ação Renovatória de Locação Comercial (Art. 51 da Lei nº 8.245/1991): os 3 requisitos para o comerciante proteger o seu ponto comercial (contrato escrito de 5 anos, 3 anos no mesmo ramo e proposta de 1 ano a 6 meses antes do fim!)
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Atenção empresários e lojistas: se você perder o prazo decadencial de 6 meses antes do vencimento do contrato de 5 anos para ajuizar a Ação Renovatória, o proprietário pode pedir o seu ponto de volta sem pagar indenização de fundo de comércio!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: As 4 modalidades de garantia na Lei do Inquilinato (Art. 37 da Lei 8.245/91): Caução, Fiança, Seguro de Fiança Locatícia e Cessão Fiduciária de Quotas — e por que exigir DUAS garantias no mesmo contrato é contravenção e nulidade!

Planejamento Detalhado da Semana 31 — Eixo: Direito Empresarial e Tributário: Recuperação de Créditos, Contratos e Marcas

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: As 5 principais oportunidades lícitas e pacificadas pelo STF/STJ de Recuperação de Créditos Tributários para empresas no Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional nos últimos 5 anos
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A empresa descobriu que pagou imposto a maior nos últimos 5 anos: qual a diferença entre pedir a Compensação Administrativa (PER/DCOMP na Receita Federal para abater impostos dos próximos meses) e a Restituição via Precatório/RPV?

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: O perigo de comprar créditos tributários falsos ou 'precatórios podres de terceiros' prometendo quitar impostos federais com desconto milagroso: alerta de compliance contra fraudes fiscais!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Franquias (Lei de Franquias nº 13.966/2019): por que o franqueador é obrigado a entregar a COF (Circular de Oferta de Franquia) com no mínimo 10 dias de antecedência antes de qualquer assinatura ou pagamento de taxa (sob pena de anulabilidade e devolução total)?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Checklist jurídico para quem vai comprar uma franquia ou adquirir um ponto empresarial em funcionamento (Trespasse — Art. 1.144 do Código Civil e sucessão de dívidas trabalhistas e tributárias)

Planejamento Detalhado da Semana 32 — Eixo: Direito Médico e da Saúde: Erro de Diagnóstico, Prontuário e Direitos de Pacientes com Câncer

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Guia completo dos Direitos Legais do Paciente com Câncer (Neoplasia Maligna) no Brasil: Lei dos 60 dias para início do tratamento no SUS (Lei 12.732/12), isenção de Imposto de Renda na aposentadoria, saque de FGTS/PIS, prioridade processual e cobertura de quimioterapia oral nos planos de saúde
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: O médico oncologista prescreveu um medicamento quimioterápico oral (em comprimidos para tomar em casa) registrado na Anvisa, mas o plano de saúde negou alegando que só cobre quimioterapia na veia no hospital: o que diz a Lei nº 9.656/98?
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Reconstrução mamária imediata ou simetrização após mastectomia por câncer de mama: obrigatoriedade de cobertura tanto pelos planos de saúde (Art. 10-A da Lei 9.656/98) quanto pelo SUS (Lei 9.797/99)!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Para médicos e clínicas: quando um paciente falta reiteradamente aos retornos pós-operatórios ou abandona o tratamento prescrito, como registrar a 'Renúncia Terapêutica' ou notificar formalmente a descontinuidade do atendimento sem configurar abandono de paciente no CRM?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Responsabilidade Civil de Médicos (Obrigação de Meio vs. Obrigação de Resultado) e Responsabilidade de Hospitais e Laboratórios (Art. 14 do CDC): como o STJ julga infecção hospitalar e falha técnica

Planejamento Detalhado da Semana 33 — Eixo: Direito do Consumidor e Bancário: Compra de Veículos, Imóveis na Planta e Bancos

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Comprou um carro usado em loja ou concessionária e apareceram problemas graves no motor ou câmbio? Como funciona a garantia legal de 90 dias (Art. 26 do CDC) e por que nos vícios ocultos o prazo só conta do dia em que o defeito se manifesta!
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A loja de veículos colocou uma linha no contrato dizendo: 'Veículo vendido no estado em que se encontra, sem garantia de motor e câmbio'. Essa cláusula vale no Código de Defesa do Consumidor? Não! Pelo Art. 24 e Art. 51, I do CDC, a garantia legal de adequação é irrenunciável nas relações de consumo!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Distrato de Imóvel na Planta por culpa exclusiva da construtora (atraso da obra superior aos 180 dias de tolerância): a Súmula 543 do STJ garante a devolução de 100% de tudo o que o comprador pagou, à vista e corrigido, sem retenção de multa!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: E quando é o comprador quem desiste de pagar o apartamento na planta porque perdeu o emprego ou mudou de planos? Entenda os limites da Lei do Distrato (Lei nº 13.786/2018) e quando há patrimônio de afetação!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Cobrança vexatória de dívidas (Art. 42 e Art. 71 do CDC): por que empresas de cobrança não podem ligar para o trabalho do consumidor, expor a dívida a vizinhos/chefes ou fazer ameaças abusivas

Planejamento Detalhado da Semana 34 — Eixo: Direito Sucessório e Planejamento Patrimonial: Herdeiros, Meação e Seguros

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: A diferença entre Meação (50% que já pertencem ao cônjuge pelo regime de bens) e Herança (o que pertencia ao falecido e é dividido entre os herdeiros): tabela visual completa nos regimes de Comunhão Parcial, Comunhão Universal e Separação de Bens!
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Na Comunhão Parcial de Bens, quando o marido falece deixando esposa e 2 filhos, a esposa é meeira ou também é herdeira? Veja a regra do Artigo 1.829, I do Código Civil (meação nos bens comuns do casal e concorrência como herdeira nos bens particulares que o falecido já tinha antes de casar)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: E no regime da Separação Convencional Total de Bens (com pacto antenupcial)? Se um dos cônjuges falecer, o viúvo(a) herda junto com os filhos? Sim! O STJ pacificou que na Separação Convencional o cônjuge sobrevivente NÃO tem meação no divórcio em vida, mas É HERDEIRO NECESSÁRIO na morte (concorrendo com os filhos, salvo disposição testamentária na parte disponível ou pacto sucessório específico admitido)!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Previdência Privada Aberta (VGBL e PGBL): quando o titular falece, o saldo acumulado passa livremente para os beneficiários indicados em 30 dias sem inventário e sem ITCMD (Tema 1214 do STF!), ou quando um aporte milionário feito na véspera da morte para fraudar herdeiros pode ser questionado?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Os 5 erros que paralisam um inventário por uma década (e como um acordo de partilha amigável mediado por advogado especialista destrava os bens da família)

Planejamento Detalhado da Semana 35 — Eixo: Direito Trabalhista: Acicional de Insalubridade, Periculosidade e Comissões

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Adicional de Insalubridade (10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo) vs. Adicional de Periculosidade (30% sobre o salário-base): quem tem direito, como funciona a perícia técnica no local de trabalho e por que não é permitido acumular os dois (Tema 17 do TST)!
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A empresa forneceu o EPI (Equipamento de Proteção Individual, como protetor auricular ou luva) e pegou sua assinatura na ficha de entrega: só entregar o papel elimina o direito ao adicional de insalubridade? Veja o que diz a Súmula 289 do TST e o STF no caso do ruído!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Motoboys e trabalhadores que utilizam motocicleta no deslocamento habitual de trabalho (§ 4º do Art. 193 da CLT — Lei nº 12.997/2014): direito ao Adicional de Periculosidade de 30% sobre o salário-base!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Vendedores e Comissionistas: a empresa pode estornar a comissão do vendedor quando o cliente atrasa ou fica inadimplente depois que a venda já foi aprovada pelo setor de crédito? Veja o que diz o Artigo 466 da CLT e a jurisprudência do TST (proibição de transferir o risco do negócio ao empregado)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia prático das verbas de quem recebe salário misto ou comissões puras: reflexos obrigatórios das comissões no Descanso Semanal Remunerado (Súmula 27 do TST), férias, 13º e FGTS

Planejamento Detalhado da Semana 36 — Eixo: Direito Previdenciário: Trabalhador Rural, Pescador Artesanal e Autônomos

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Aposentadoria por Idade Rural (Segurado Especial e Empregado Rural): 55 anos de idade para a mulher e 60 anos para o homem com 180 meses (15 anos) de atividade no campo — lista completa de provas aceitas
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Aposentadoria Híbrida (ou Mista — Art. 48, § 3º da Lei 8.213/91 e Tema 1007 do STJ): trabalhou metade da vida na roça e depois mudou para a cidade e trabalhou de carteira assinada no comércio ou indústria? Você pode SOMAR o tempo rural com o tempo urbano para se aposentar por idade!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: No Tema Repetitivo nº 1007 (confirmado pelo STF no Tema 1104), o STJ decidiu que na Aposentadoria Híbrida (soma de tempo rural + urbano) NÃO importa se o tempo rural foi exercido na juventude (remoto) e se no momento do pedido da aposentadoria o trabalhador está morando na cidade!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Pescador Artesanal (Segurado Especial): como funciona o Seguro-Defeso na época de proibição da pesca para reprodução das espécies e como contar esse período na aposentadoria!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia do Microempreendedor Individual (MEI) no INSS: a contribuição de 5% no DAS dá direito a quais benefícios (Aposentadoria por Idade, Auxílio-Doença, Salário-Maternidade, Pensão por Morte) e como complementar os 15% (código 1910) se quiser se aposentar por tempo ou somar em outro regime!

Planejamento Detalhado da Semana 37 — Eixo: Direito Criminal e Penal Empresarial: Crimes Cibernéticos, Estelionato e Lavagem

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Fraude Eletrônica e Estelionato Digital (§ 2º-A do Art. 171 do Código Penal — Lei nº 14.155/2021): penas de 4 a 8 anos de reclusão, competência do juízo do domicílio da vítima (§ 4º do Art. 70 do CPP) e como atuar como Assistente de Acusação para recuperar ativos bloqueados
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: No crime de estelionato comum (Art. 171 do CP), após o Pacote Anticrime (§ 5º do Art. 171), a ação penal passou a depender de REPRESENTAÇÃO formal da vítima (no prazo de 6 meses!), salvo se a vítima for maior de 70 anos, criança/incapaz ou Administração Pública! Veja o que isso muda tanto para a vítima quanto para a defesa!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Sequestro e Bloqueio Cautelar de Criptoativos e Contas Bancárias em investigações policiais: como o terceiro de boa-fé ou o investigado comprova a origem lícita dos recursos por meio de Embargos de Terceiro ou Pedido de Restituição
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998): quando uma empresa é denunciada por crime ambiental, o Ministério Público pode incluir automaticamente o nome do sócio na denúncia criminal apenas porque o nome dele consta no Contrato Social (responsabilidade penal objetiva)? Não! O STF e o STJ proíbem a denúncia geral sem individualizar a conduta do gestor!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Os 5 direitos fundamentais da pessoa presa em flagrante ou conduzida à delegacia (direito ao silêncio sem prejuízo à defesa, comunicação imediata à família e ao advogado, integridade física e audiência de custódia em 24 horas)

Planejamento Detalhado da Semana 38 — Eixo: Direito Digital, Comércio Eletrônico (E-Commerce) e Infoprodutos

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Guia Jurídico Completo para Lojas Virtuais (E-commerce) e Vendedores de Marketplaces (Mercado Livre, Shopee, Amazon): Decreto do E-commerce (Decreto 7.962/13), política de trocas, bloqueio indevido de conta de vendedor (seller) com retenção de saldo e responsabilidade solidária

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Vendedor de Marketplace (Mercado Livre, Shopee, Amazon): a plataforma suspendeu ou baniu a sua loja virtual de repente sem explicar o motivo claro e reteve todo o dinheiro das vendas já entregues por 90 ou 180 dias? Saiba como a Justiça determina o desbloqueio e a reativação da conta!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Direito Autoral e Plágio de Infoprodutos, Cursos Online, E-books e Mentoria: o que fazer quando alguém compra o seu curso, baixa as aulas e revende em grupos de rateio ou copia o seu material didático com outro nome!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Prazo de garantia em Cursos Online e Infoprodutos: a plataforma pode negar o cancelamento dentro dos 7 dias do Artigo 49 do CDC alegando que 'o aluno já assistiu a mais de 30% das videoaulas gravadas'? Veja como os tribunais analisam a boa-fé e o abuso de direito!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Checklist dos 4 documentos obrigatórios no rodapé de qualquer site, landing page de vendas ou aplicativo no Brasil (Termos de Uso, Política de Privacidade LGPD, Identificação do CNPJ/Endereço do Decreto 7.962/13 e Canal de Atendimento)

Planejamento Detalhado da Semana 39 — Eixo: Direito de Família: Guarda, Alienação Parental, Adoção e Filiação Socioafetiva

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010 atualizada pela Lei nº 14.340/2022): 7 condutas que configuram atos de alienação parental (dificultar o contato da criança com o outro genitor, omitir informações escolares/médicas, mudar de cidade distante sem justificativa para afastar o filho) e as medidas judiciais de proteção
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Um dos pais decidiu mudar de cidade ou de estado levando o filho menor sem a concordância do outro genitor e sem autorização judicial: por que essa mudança unilateral abrupta pode ser impedida por liminar de busca e apreensão ou inversão da residência base?
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Filiação Socioafetiva ('Pai ou Mãe de Criação'): quando o padrasto ou a madrasta que criou o enteado como verdadeiro filho ao longo da vida pode reconhecer a paternidade/maternidade socioafetiva diretamente no Cartório de Registro Civil (Provimento 63 e 83/149 do CNJ) — mantendo inclusive o nome do pai biológico na certidão (Multiparentalidade — Tema 622 do STF)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: E se o reconhecimento da paternidade socioafetiva for pedido APÓS o falecimento do pai ou da mãe de criação (Reconhecimento Post Mortem para fins de herança)? Quais provas da posse do estado de filho o STJ exige?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Modificação do Nome e Sobrenome diretamente em Cartório sem Processo Judicial (Lei nº 14.382/2022 que alterou os arts. 56 e 57 da Lei de Registros Públicos): quem pode mudar o prenome aos 18 anos e como incluir sobrenomes familiares ou excluir sobrenome de ex-cônjuge!

Planejamento Detalhado da Semana 40 — Eixo: Direito Imobiliário e Condominial: Vizinhança, Obras, Assembleias e Inadimplência

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Direitos e Deveres em Condomínios Edilícios: o que o condomínio PODE e o que NÃO PODE fazer com o morador inadimplente (pode protestar e executar o imóvel — inclusive o único bem de família, Art. 3º, IV da Lei 8.009/90! —, mas NÃO pode cortar água/gás individualizado nem proibir o morador de usar áreas comuns de lazer, segundo o STJ!)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: O condomínio pode proibir o morador de ter animal de estimação (cachorro ou gato) dentro do próprio apartamento? Veja a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ): a convenção NÃO pode proibir de forma genérica a posse de animais que não oferecem risco à segurança, à higiene e ao sossego dos demais condôminos!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Vazamento e infiltração vindo do apartamento do vizinho de cima para o teto do seu banheiro: de quem é a responsabilidade civil pelo conserto (coluna vertical geral do prédio = Condomínio vs. ramal horizontal interno = Vizinho do apartamento superior) e como agir se ele se recusar a abrir a porta!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Obras que alteram a fachada do prédio (fechamento de varanda com cortina de vidro, troca de cor de esquadrias ou instalação de ar-condicionado fora do padrão): qual o quórum de aprovação em assembleia e o risco de ação demolitória!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia jurídico para Síndicos Profissionais e Administradoras de Condomínios: cobrança ágil da cota condominial (que já é Título Executivo Extrajudicial desde o CPC/2015 — Art. 784, X!), realização de Assembleias Virtuais/Permanentes (Lei 14.309/2022) e responsabilidade civil e criminal do síndico

Planejamento Detalhado da Semana 41 — Eixo: Direito do Trabalho: Teletrabalho (Home Office), Pejotização e Danos Morais

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Teletrabalho e Home Office na CLT (Arts. 75-A a 75-F atualizados pela Lei nº 14.442/2022): contrato escrito obrigatório, ajuda de custo para internet/energia/equipamento (que não integra o salário!) e como funciona o controle de jornada por produção/tarefa vs. controle por jornada diária
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A empresa pode mandar o trabalhador que estava em Home Office voltar para o trabalho presencial na sede da empresa? Sim (§ 2º do Art. 75-C da CLT), desde que faça um aditivo contratual e respeite o prazo mínimo de transição de 15 DIAS!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Revista de bolsas, mochilas e armários de funcionários na saída da empresa ou loja: quando a revista visual sem contato físico é permitida pela jurisprudência do TST e quando a revista íntima ou com toque corporal gera condenação imediata por dano moral (Art. 373-A, VI da CLT)!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: 'Limbo Previdenciário-Trabalhista': o INSS deu alta e cortou o auxílio-doença, mas o médico da empresa disse que você não está apto a voltar e mandou você para casa sem salário! Quem é obrigado a pagar os seus salários durante esse impasse segundo o TST?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: As 6 hipóteses mais comuns de Dano Moral na Justiça do Trabalho (assédio moral organizacional, atraso contumaz de salários, acidente de trabalho com sequela, dispensa discriminatória de portador de doença grave — Súmula 443 do TST, anotação desabonadora na CTPS e restrição ao uso de banheiro)

Planejamento Detalhado da Semana 42 — Eixo: Direito Previdenciário: Pensão por Morte, Acumulação de Benefícios e Revisões

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Quem são os Dependentes no INSS para receber Pensão por Morte (Art. 16 da Lei 8.213/91)? A divisão em 3 Classes: Classe 1 (cônjuge, companheiro e filho menor de 21 anos ou inválido/PcD — dependência econômica presumida!), Classe 2 (pais — exige provar dependência econômica!) e Classe 3 (irmão menor de 21 ou inválido — exige provar dependência)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Filho maior de 21 anos que faz faculdade tem direito a continuar recebendo a Pensão por Morte do INSS até os 24 anos (igual acontece na pensão alimentícia de família)? NÃO! No INSS (Súmula 37 da TNU e STJ), a pensão por morte cessa improrrogavelmente aos 21 anos completos, mesmo que o jovem esteja na universidade (salvo se o filho for inválido ou tiver deficiência intelectual, mental ou grave — Art. 16, I)!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Acumulação de Pensão por Morte com Aposentadoria própria (Art. 24 da EC 103/2019): hoje é permitido acumular os dois benefícios, mas você recebe 100% do benefício de maior valor + uma porcentagem por faixas sobre o segundo benefício (a menos que o direito adquirido aos dois benefícios seja anterior a 13/11/2019)!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Ex-esposa divorciada (ou ex-companheira separada) tem direito a receber Pensão por Morte do INSS quando o ex-marido falece? Veja as duas hipóteses: quem já recebia pensão alimentícia (ou auxílio material comprovado) e a Súmula 336 do STJ (quem renunciou aos alimentos no divórcio mas provou superveniência de necessidade antes do óbito)!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Checklist das 5 principais teses de Revisão de Aposentadoria que ainda estão vivas e válidas dentro do prazo decadencial de 10 anos (Revisão de Atividades Concomitantes Tema 1070, Revisão de Tempo Especial/Rural não computado na concessão, Revisão de Reclamatória Trabalhista ganha depois da aposentadoria, Buraco Negro e Teto 98/03)

Planejamento Detalhado da Semana 43 — Eixo: Direito Tributário e Sucessório: Imposto de Renda, Ganho de Capital e Holdings

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Reforma Tributária (EC 132/2023 e regulamentações) e o impacto direto nos Inventários e nas Doações (ITCMD): progressividade obrigatória das alíquotas em todos os estados, cobrança no estado de domicílio do falecido/doador e tributação sobre heranças no exterior
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Na abertura de um inventário ou em uma doação de imóvel para os filhos, você deve declarar o imóvel pelo 'Valor Histórico da Declaração de Imposto de Renda dos pais' ou pelo 'Valor de Mercado atual'? Cuidado: atualizar para o valor de mercado sem cálculo prévio pode gerar cobrança de 15% de Ganho de Capital de IRPF somado ao ITCMD!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Imunidade do ITBI na integralização de imóveis no capital social de empresas e Holdings (Art. 156, § 2º, I da CF/88 e Tema 796 do STF): como funciona a regra da preponderância de receitas imobiliárias e a diferença entre integralização pura e agio!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Profissionais da saúde e autônomos que atendem pessoas físicas: como o cruzamento da Receita Saúde (recibos digitais obrigatórios no aplicativo da Receita Federal) com as declarações dos pacientes exige planejamento tributário imediato!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia prático da CND (Certidão Negativa de Débitos) e da CPEND (Certidão Positiva com Efeitos de Negativa — Art. 206 do CTN): como empresas que possuem discussões fiscais garantem sua certidão para continuar participando de licitações e obtendo financiamentos bancários

Planejamento Detalhado da Semana 44 — Eixo: Direito Médico, Odontológico e Bioética: Publicidade CFM/CRO, Contratos e Perícias

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: As 6 principais regras da Resolução CFM nº 2.336/2023 sobre Publicidade Médica: o que o médico PODE fazer nas redes sociais (mostrar consultório, anunciar equipamentos, publicar imagens educativas de antes e depois com avisos de risco, divulgar valores de consultas) e o que continua PROIBIDO (prometer resultado garantido, fazer sorteios/consórcios ou anunciar especialidade sem RQE registrado no CRM!)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Médico sem RQE (Registro de Qualificação de Especialista no CRM), mas que fez uma Pós-Graduação Lato Sensu em Dermatologia, Psiquiatria ou Nutrologia: como divulgar sua formação acadêmica sem sofrer processo ético no CRM? (A regra obrigatória de escrever em caixa-alta 'NÃO ESPECIALISTA' após informar a pós-graduação nos termos da Resolução CFM 2.336/23!)
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Na Odontologia (Harmonização Orofacial, Implantes e Ortodontia): por que o contrato odontológico mal redigido que promete 'sorriso perfeito' transforma uma obrigação de meio biológico em obrigação de resultado estético absoluto na visão dos tribunais!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Paciente gravou a consulta médica escondido no bolso e processou o médico: essa gravação ambiental feita por um dos interlocutores é aceita como prova no processo cível e no CRM? Sim (Tema 237 do STF), e é por isso que a conduta ética, acolhedora e o registro fiel no prontuário eletrônico são os melhores escudos do médico!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: O passo a passo de uma Sindicância e de um Processo Ético-Profissional (PEP) no Conselho Regional de Medicina (CRM) sob o Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM nº 2.306/2022): prazos, defesa prévia, audiência de instrução e recursos ao CFM

Planejamento Detalhado da Semana 45 — Eixo: Direito do Consumidor, Bancário e Planos de Saúde: Direitos de Fim de Ano e Viagens

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Direitos do Consumidor em Viagens de Fim de Ano e Férias: cancelamento e remarcação de passagens aéreas em até 24h sem multa (ANAC), cancelamento de passagens de ônibus intermunicipais/interestaduais (com até 3h de antecedência — Lei 11.975/09), extravio de bagagem e reservas de hotel
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Comprou passagem aérea, digitou uma letra do seu sobrenome errada no bilhete e a companhia aérea quer cobrar uma taxa absurda ou obrigar você a comprar uma passagem nova para corrigir o erro? A Resolução 400 da ANAC obriga a companhia a corrigir gratuitamente o erro material no nome do passageiro até o momento do check-in!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Perdeu o voo de IDA (No-Show) porque teve um imprevisto, mas vai usar normalmente o voo de VOLTA que você já pagou: a companhia aérea pode cancelar automaticamente a sua passagem de volta? Não! O STJ decidiu que o cancelamento automático do trecho de volta é prática abusiva (venda casada às avessas), bastando avisar a companhia até o horário do voo de ida!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Compras de Natal e Black Friday: qual a diferença entre comprar na Loja Física (onde a loja SÓ é obrigada a trocar produto sem defeito se ela prometeu na etiqueta/nota fiscal!) e comprar pela Internet (onde você tem 7 dias de arrependimento mesmo que a roupa só não tenha ficado boa no corpo)?
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia de segurança contra fraudes bancárias no fim de ano (Clonagem de cartão por aproximação NFC, Golpe do Falso Motoboy do Banco, Golpe da Falsa Central 0800 e Golpe do WhatsApp Clonado): como configurar limites noturnos e agir em caso de sinistro

Planejamento Detalhado da Semana 46 — Eixo: Direito Agrário e do Agronegócio: Contratos Rurais, Crédito e Sucessão no Campo

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Os 5 erros mais caros nos Contratos de Arrendamento Rural (fixar o preço em quantidade de sacas de soja/arrobas de boi em vez de fixar em dinheiro — Art. 18 do Decreto 59.566/66, não respeitar os prazos mínimos legais de 3, 5 e 7 anos do Estatuto da Terra e omitir regras de conservação do solo e entrega da posse)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Qual é o prazo mínimo obrigatório por lei para um Contrato de Arrendamento Rural? Pelo artigo 13 do Decreto nº 59.566/1966, mesmo que as partes escrevam no contrato o prazo de '1 ano', a lei garante o prazo mínimo de 3 anos para lavoura temporária e pecuária de pequeno/médio porte, 5 anos para lavoura permanente ou pecuária de grande porte (cria/recria) e 7 anos para exploração florestal!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Cédula de Produto Rural (CPR Física e CPR Financeira — Lei nº 8.929/1994 atualizada pelas Leis do Agro): cuidados com garantias de penhor de safra, alienação fiduciária de terras e assinatura eletrônica registrada
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Como funciona o Planejamento Sucessório no Agronegócio (Holding Rural Combinada com Contratos de Parceria/Arrendamento): evitando que a morte do patriarca fragmente a fazenda em pedaços improdutivos ou obrigue a família a vender hectares de terra para pagar o ITCMD!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Checklist de regularização completa de imóvel rural no Brasil (Matrícula no CRI + Georreferenciamento Certificado no SIGEF/INCRA + CCIR Quitados + NIRF/CIB e ITR na Receita Federal + CAR validado no órgão ambiental)

Planejamento Detalhado da Semana 47 — Eixo: Direito Público, Servidores e Licitações: Direitos de Fim de Ano e Carreira

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: 5 teses consolidadas nos Tribunais Superiores em favor de Servidores Públicos (Conversão de Licença-Prêmio não gozada em pecúnia Tema 1086 STJ; Horário Especial sem redução salarial para servidor com filho autista/PcD Tema 1097 STF; Direito à Nomeação de aprovado nas vagas Tema 161 STF; Inclusão de vantagens permanentes na base do 13º e terço de férias; e Abono de Permanência)

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Servidor público que trabalhou em condições insalubres ou perigosas sob o Regime Próprio (RPPS) tem direito a converter o tempo especial em tempo comum para fins de aposentadoria e abono de permanência (para períodos até a EC 103/2019)? Sim! É o que o Supremo Tribunal Federal decidiu de forma vinculante no Tema 942 de Repercussão Geral!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Professores da Rede Pública Municipal e Estadual: o direito ao Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008, constitucionalidade confirmada pelo STF na ADI 4167 e Tema 1218) e à reserva de no mínimo 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse (planejamento de aulas e correção de provas sem alunos em sala)!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Para empresas que participam de Licitações Públicas (Pregão Eletrônico na Lei nº 14.133/2021): foi inabilitado injustamente pelo pregoeiro por um mero erro formal sanável em um documento que já preexistia (violação ao formalismo moderado do Art. 64 da Lei 14.133/21 e jurisprudência do TCU)? Saiba como manifestar intenção de recurso imediatamente no sistema!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Passo a passo da Defesa Técnica em Processo Administrativo Sancionador de Licitações (evitando a aplicação de multa contratual e a declaração de impedimento/inidoneidade para licitar com o Poder Público)

Planejamento Detalhado da Semana 48 — Eixo: Direito Trabalhista: 13º Salário, Férias Coletivas, Recesso e Rescisões de Fim de Ano

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Guia completo do 13º Salário (Gratificação Natalina — Leis nº 4.090/1962 e 4.749/1965): datas máximas de pagamento da 1ª parcela (até 30 de novembro, sem descontos de INSS/IR!) e da 2ª parcela (até 20 de dezembro), cálculo de médias de horas extras/comissões/adicionais e quem perde o direito (apenas demissão por Justa Causa!)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: A empresa quer pagar o 13º salário em uma parcela única só no dia 20 de dezembro: a lei permite isso? NÃO! Pela Lei nº 4.749/1965, o empregador é obrigado a adiantar a primeira metade entre fevereiro e o dia 30 de novembro, e a segunda metade até 20 de dezembro!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Férias Coletivas de Fim de Ano (Arts. 139 a 141 da CLT): as 3 obrigações que o empresário não pode esquecer (comunicar ao Ministério do Trabalho e ao Sindicato com 15 dias de antecedência, afixar aviso nos locais de trabalho e pagar o salário das férias + 1/3 até 2 dias antes do início do descanso)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: E o funcionário novato que foi contratado há menos de 1 ano (por exemplo, entrou em agosto) quando a empresa inteira entra em Férias Coletivas de 15 dias no Natal? Como ficam os dias que ultrapassam o direito proporcional dele? (Art. 140 da CLT: os dias excedentes contam como licença remunerada paga pela empresa e começa um novo período aquisitivo!)
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Prazo de 10 dias corridos para pagamento das Verbas Rescisórias e entrega dos documentos da rescisão (§ 6º do Art. 477 da CLT): quando o atraso gera a multa equivalente a 1 salário inteiro do trabalhador (§ 8º do Art. 477)!

Planejamento Detalhado da Semana 49 — Eixo: Direito de Família: Convivência nas Festas de Natal, Ano Novo, Férias Escolares e 13º da Pensão

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: As 4 dúvidas recordistas de dezembro no Direito de Família: (1) Pai ou mãe que paga pensão alimentícia é obrigado a pagar '13º da Pensão' em dezembro?; (2) Durante o mês de férias escolares na casa do pai, ele pode parar de pagar a pensão?; (3) Como funciona a divisão do Natal e do Ano Novo?; (4) Quem paga o material escolar e a matrícula de janeiro?
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Em dezembro, o pai que paga pensão alimentícia descontada em folha ou por depósito deve pagar o 13º salário da pensão e o terço de férias? Veja o que decidiu o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema Repetitivo nº 192: quando a pensão é fixada em percentual sobre os rendimentos do alimentante, ela incide AUTOMATICAMENTE sobre o 13º salário e o terço constitucional de férias (salvo se a sentença ou acordo excluiu expressamente)!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: 'No mês de janeiro meu filho vai passar os 30 dias de férias escolares comigo na minha casa, então não vou depositar a pensão alimentícia para a mãe dele neste mês!' — CUIDADO! Essa compensação unilateral é PROIBIDA! Os custos fixos da criança (escola, plano de saúde, moradia) continuam existindo em janeiro; o valor só muda se o acordo judicial previu expressamente redução nas férias!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Como evitar brigas de última hora na véspera do Natal e do Réveillon sobre com quem a criança passa cada festa? A importância de substituir acordos vagos ('visitas livres') por um Regime de Convivência Detalhado homologado judicialmente (com alternância anual de Natal/Ano Novo, Dia dos Pais/Mães, aniversários e metade das férias escolares com horários exatos de retirada e devolução)!

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Planejamento das despesas escolares de início de ano (matrícula, uniforme e lista de material escolar): como organizar a divisão proporcional entre os genitores sem conflitos

Planejamento Detalhado da Semana 50 — Eixo: Direito Empresarial e Societário: Balanço de Fim de Ano, Distribuição de Lucros e Contratos para o Novo Ano

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: Checklist Jurídico de Encerramento de Ano para Empresas: 6 providências antes de 31 de dezembro (Ata de Aprovação de Contas e Distribuição de Lucros dos Sócios, auditoria de contratos que vencem em janeiro, revisão da opção tributária Simples/Presumido/Real, inventário de estoque e adequação trabalhista/NR-1)
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Empresário: você transfere dinheiro da conta da empresa para a sua conta pessoal todo mês chamando de 'Distribuição de Lucros Isenta', mas não assina a Ata de Reunião de Sócios nem mantém a escrituração contábil regular com balancete? Cuidado: a Receita Federal pode reenquadrar todas essas retiradas como Pró-Labore disfarçado e cobrar até 27,5% de IRPF mais 20% de INSS patronal com multa!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: A importância da Reunião ou Assembleia Anual de Sócios na Sociedade Limitada (Art. 1.078 do Código Civil): por que aprovar formalmente as contas da administração exonera de responsabilidade e previne litígios societários futuros
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Vai renovar os contratos com fornecedores, clientes corporativos e representantes comerciais para o próximo ano? Veja as 3 cláusulas que precisam ser atualizadas em todos os contratos empresariais para 2027 (índice de reajuste, cláusula de proteção de dados LGPD e assinatura digital executiva do § 4º do art. 784 do CPC)!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Comparativo dos regimes tributários (Simples Nacional vs. Lucro Presumido vs. Lucro Real + impactos da Reforma Tributária IBS/CBS): por que janeiro é o mês decisivo e irretratável para escolher o regime tributário do ano inteiro!

Planejamento Detalhado da Semana 51 — Eixo: Direito Previdenciário e Planejamento de Vida: Virada de Ano nas Regras de Aposentadoria do INSS

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: ATENÇÃO: No dia 1º de janeiro de cada ano, as Regras de Transição da Reforma da Previdência mudam automaticamente no INSS (subindo a pontuação exigida e a idade mínima progressiva)! Veja o que muda na virada do ano e o que é o Direito Adquirido Previdenciário!
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Se você já preencheu todos os requisitos de idade ou pontos até o dia 31 de dezembro deste ano, mas ainda não deu entrada no pedido de aposentadoria porque falta corrigir um documento: você perde a regra deste ano quando virar 1º de janeiro? NÃO! Graças ao princípio constitucional do Direito Adquirido (§ 1º do Art. 102 da Lei 8.213/91), se você completou os requisitos até 31 de dezembro, a regra congela a seu favor mesmo que você protocole o pedido meses depois!
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Reajuste anual do Salário Mínimo e dos Benefícios do INSS acima do mínimo em janeiro: como funciona o índice de correção (INPC) e o reajuste proporcional no primeiro ano de benefício
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: Prova de Vida no INSS: como funciona hoje o cruzamento automático de bases de dados públicas pelo próprio INSS (votação nas eleições, renovação de CNH, vacinação no SUS, consulta médica, declaração de IR ou empréstimo com biometria) sem que o idoso precise ir enfrentar fila no banco (e cuidado com o Golpe da Falsa Prova de Vida por telefone ou visita em casa: o INSS nunca pede senha nem fotos de documentos por WhatsApp)!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Guia de Planejamento Previdenciário para o Novo Ano: os 5 passos para organizar sua pasta de documentos previdenciários (Carteiras de Trabalho, CNIS, PPPs, Certidões Militares/Rurais e Carnês Antigos)

Planejamento Detalhado da Semana 52 — Eixo: Retrospectiva Anual, Gratidão Institucional e Metas de Segurança Jurídica para o Novo Ano

Dia e Formato (Método 3 Posts + 2 Reels)	Pauta Completa, Roteiro e Diretriz Técnica
Segunda — Post #1 (Carrossel)	Carrossel: As 10 lições jurídicas mais importantes que compartilhamos ao longo das 52 semanas deste ano para proteger a sua família, o seu trabalho e o seu patrimônio!
Terça — Vídeo #1 (Reel / TikTok)	Reel 1: Vídeo especial de encerramento de ano do advogado: 'Por que decidimos compartilhar conhecimento jurídico gratuito todas as semanas do ano aqui nas redes sociais e no nosso blog (e o nosso compromisso inegociável com a ética, a clareza e a educação em direitos)!'
Quarta — Post #2 (Post Simples)	Post Simples: Funcionamento do Poder Judiciário no Recesso Forense (de 20 de dezembro a 6 de janeiro e suspensão de prazos processuais até 20 de janeiro — Art. 220 do CPC): o que significa a suspensão dos prazos e como funciona o Plantão Judiciário 24h para medidas urgentes de saúde, liberdade e família!
Quinta — Vídeo #2 (Reel / TikTok)	Reel 2: As 3 metas de organização jurídica que toda pessoa física e toda empresa deveriam colocar no papel para começar o ano novo com zero dor de cabeça (1. Regularizar o que está só no contrato de gaveta; 2. Revisar contratos e histórico do INSS; 3. Buscar orientação preventiva antes de assinar qualquer documento importante)!
Sexta — Post #3 (Carrossel)	Carrossel: Mensagem Institucional de Boas Festas e Ano Novo do Escritório: sobriedade, elegância, informação sobre os horários de atendimento de fim de ano e agradecimento pela confiança dos clientes, parceiros e leitores!

IX

MÓDULO ESPECIAL IX

Caderno de 15 Artigos Completos de Blog (SEO) Prontos para Publicação no Site do Escritório

NESTE CAPÍTULO

- Artigo Modelo para Blog #01 — Direito Trabalhista: 'Estabilidade da Gestante no Contrato de...
- Artigo Modelo para Blog #02 — Direito Previdenciário: 'Indicadores no CNIS (PEXT, PREC-...
- Artigo Modelo para Blog #03 — Direito de Família e Sucessões: 'Inventário Negativo: O Que É, Quando ...
- Artigo Modelo para Blog #04 — Direito Imobiliário: 'Usucapião Extrajudicial em Cartório (Art. 216-A da...
- Artigo Modelo para Blog #05 — Direito Empresarial e Societário: 'Exclusão de Sócio por Falta Grave na...
- Artigo Modelo para Blog #06 — Direito do Consumidor e Bancário: 'Negativação Indevida no...

No Módulo 11 e nos Cadernos Setoriais, aprendemos a estrutura técnica de um texto otimizado para mecanismos de busca (SEO para advogados). Como o pedido central para este e-book é entregar um material grandioso, altamente explicativo e repleto de **textos de exemplo reais prontos para inspirar o advogado**, redigimos neste módulo mais **15 Artigos Completos de Blog** sobre as dúvidas jurídicas campeãs de tráfego orgânico no Brasil.

Artigo Modelo para Blog #01 — Direito Trabalhista: 'Estabilidade da Gestante no Contrato de Experiência e no Aviso-Prévio: O Que Dizem o TST e o STF?'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`estabilidade da gestante contrato de experiência aviso prévio direitos`
Meta Title	Estabilidade da Gestante no Contrato de Experiência: Guia Completo (TST e STF)
Meta Description	Descubra como funciona a estabilidade provisória da empregada gestante (art. 10, II, 'b' do ADCT), inclusive no contrato de experiência e durante o aviso-prévio.

[H2] O Fundamento Constitucional da Estabilidade da Gestante (Art. 10, II, 'b' do ADCT)

A proteção à maternidade e ao nascituro constitui um dos pilares fundamentais do Direito Constitucional e do Direito do Trabalho brasileiro. Nos termos do artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, **desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto**. Essa garantia não visa apenas proteger o emprego da mulher trabalhadora, mas sobretudo assegurar a subsistência digna, a nutrição e o amparo médico do bebê durante toda a gestação e nos primeiros meses de vida.

[H2] O Que Acontece Quando a Gravidez Ocorre Durante o Contrato de Experiência? (Súmula 244, III do TST)

Uma dúvida recorrente tanto de trabalhadoras quanto de empregadores é se a estabilidade provisória se aplica aos contratos por prazo determinado — especificamente ao **Contrato de Experiência** (que pode durar até 90 dias, nos termos do art. 445, parágrafo único da CLT). Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 497 de Repercussão Geral), o Tribunal Superior do Trabalho consolidou na **Súmula 244, item III**, que a empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, 'b' do ADCT **mesmo na hipótese de**

admissão mediante contrato por tempo determinado (contrato de experiência)! Nota técnica importante: em julgados recentes sobre contratos temporários estritos regidos pela Lei nº 6.019/1974 (trabalho temporário via empresa interposta), houve distinção jurisprudencial, mas para o **contrato de experiência comum celebrado diretamente pela CLT**, a proteção estabilitária permanece amplamente aplicada pela Justiça do Trabalho quando a concepção ocorre na vigência do vínculo.

[H2] A Empresa Não Sabia da Gravidez no Dia da Demissão: A Estabilidade Vale Mesmo Assim?

Sim! No julgamento vinculante do **Tema 497 de Repercussão Geral (RE 629.053)**, o Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que a incidência da estabilidade provisória depende de apenas dois requisitos objetivos: (1) a anterioridade do fator biológico da gravidez à dispensa (ou seja, que a concepção tenha ocorrido enquanto o contrato de trabalho estava em vigor, inclusive durante a projeção do aviso-prévio trabalhado ou indenizado, nos termos do art. 391-A da CLT!); e (2) que a dispensa tenha sido sem justa causa. Portanto, vigora a **Teoria da Responsabilidade Objetiva**: o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador — ou até mesmo pela própria trabalhadora no dia em que assinou a rescisão — **NÃO afasta o direito à reintegração ao emprego ou à indenização substitutiva** correspondente a todos os salários, 13º, férias + 1/3 e FGTS + 40% de todo o período de estabilidade!

[H2] Reintegração ao Trabalho vs. Indenização Substitutiva (Súmula 244, II do TST)

Quando a trabalhadora gestante é dispensada sem justa causa, o efeito primário da garantia de emprego é a **reintegração imediata às suas funções** (caso o processo seja julgado enquanto ainda está em curso o período de estabilidade). Contudo, caso o período estabilitário já tenha se exaurido no momento da decisão judicial, ou quando o retorno ao ambiente laboral se mostra desaconselhável por incompatibilidade comprovada, o item II da Súmula 244 do TST converte a garantia no pagamento da indenização integral dos salários e demais direitos correspondentes ao período.

Artigo Modelo para Blog #02 — Direito Previdenciário: 'Indicadores no CNIS (PEXT, PREC-MENOR-MIN, AEXT-VI): O Que Significam e Como Regularizar Antes da Aposentadoria'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`indicadores no CNIS PEXT PREC-MENOR-MIN AEXT-VI como corrigir no INSS`
Meta Title	Indicadores no CNIS do INSS: O Que São PEXT, PREC-MENOR-MIN e Como Corrigir
Meta Description	Entenda o significado das siglas de pendência no extrato CNIS do Meu INSS (PEXT, PREC-MENOR-MIN, AEXT-VI, IREC-INDPEND) e como corrigir para não perder tempo de contribuição.

[H2] Por Que o Extrato CNIS É o 'Coração' da Sua Aposentadoria no INSS?

Nos termos do artigo 29-A da Lei nº 8.213/1991 e do artigo 19 do Decreto nº 3.048/1999, o **CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais)** é a base oficial de dados utilizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para comprovar vínculos empregatícios, remunerações e contribuições previdenciárias. Todavia, sempre que o sistema informatizado da Dataprev detecta alguma inconsistência cadastral, recolhimento em atraso, valor abaixo do piso ou vínculo sem data de rescisão, ele insere na coluna direita do extrato uma sigla chamada **Indicador de Pendência**. Enquanto esse indicador não é saneado por meio de documentos comprobatórios, o robô de análise do INSS simplesmente **descarta aquele período da contagem da sua aposentadoria**!

[H2] Tradução Prática dos 5 Indicadores Mais Comuns no Extrato do Meu INSS

Para que você compreenda exatamente o que o INSS está exigindo em cada vínculo do seu extrato, veja o significado técnico das cinco siglas campeãs de aparição: (1) **PREC-MENOR-MIN (Recolhimento Abaixo do Valor Mínimo):** indica que, naquele mês, a contribuição paga (ou o salário recebido em trabalho parcial/intermitente) foi inferior à alíquota calculada sobre o salário mínimo vigente. Desde a Reforma da Previdência (EC 103/2019, art. 195, § 14 da CF/88), qualquer mês com indicador PREC-MENOR-MIN **NÃO conta como carência, NÃO conta como tempo de contribuição e NÃO mantém a qualidade de segurado** se não for complementado por DARF, agrupado ou utilizado excedente de outro mês do mesmo ano civil!; (2) **PEXT (Pendência de Vínculo Extemporâneo):** indica que a empresa informou o seu vínculo ao

sistema GFIP/eSocial fora do prazo legal (anos depois), exigindo apresentação da Carteira de Trabalho física, extrato analítico do FGTS ou ficha de registro para validação; (3) **AEXT-VI (Acerto de Vínculo Extemporâneo Indeferido):** alerta grave de que o vínculo já foi desconsiderado anteriormente e exige prova material robusta; (4) **PVIN-IRREG (Pendência de Vínculo Irregular)**; e (5) **PADM-EMPR (Data de Admissão Anterior ao Início da Atividade do Empregador)**.

[H2] E Quando o Vínculo Aparece 'Sem Data de Fim' (Em Aberto) na Carteira e no CNIS?

Outro problema clássico ocorre quando o trabalhador saiu de uma empresa há 15 ou 20 anos (que muitas vezes já até fechou as portas), o empregador esqueceu de dar baixa na Carteira de Trabalho ou na GFIP, e no CNIS a 'Data Fim' aparece em branco! Se a data de saída está em branco, o sistema do INSS ignora anos inteiros de trabalho daquele vínculo (computando apenas o primeiro mês ou até a última remuneração isolada). Para corrigir a data de saída sem depender da empresa fechada, o advogado previdenciário utiliza provas indiretas admitidas pela Instrução Normativa nº 128/2022 do INSS: termo de rescisão (TRCT), extrato analítico do FGTS mostrando a data da movimentação/saque, seguro-desemprego da época ou anotações de férias e aumentos salariais na CTPS.

Artigo Modelo para Blog #03 — Direito de Família e Sucessões: 'Inventário Negativo: O Que É, Quando É Obrigatório e Como Fazer Rápido em Cartório'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`inventário negativo o que é quando precisa como fazer em cartório`
Meta Title	Inventário Negativo: O Que É, Quando Fazer e Como Funciona em Cartório
Meta Description	O familiar faleceu sem deixar bens imóveis ou dinheiro? Descubra quando o Inventário Negativo é necessário para proteger os herdeiros de dívidas e permitir novo casamento.

[H2] Se a Pessoa Falecida Não Deixou Nenhum Bem, Por Que Alguém Faria um 'Inventário Negativo'?

À primeira vista, a expressão **Inventário Negativo** parece uma contradição: se o objetivo tradicional do inventário é listar e dividir os bens deixados por quem faleceu, por que abrir um procedimento quando o falecido não deixou absolutamente nenhum patrimônio (nem casa,

nem carro, nem dinheiro em banco)? Embora não esteja detalhado em um capítulo específico do Código de Processo Civil, o Inventário Negativo é uma construção jurídica consagrada pela jurisprudência, pela doutrina e pelo **artigo 28 da Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, servindo como um escudo formal indispensável em quatro situações práticas da vida civil.

[H2] As 4 Situações Práticas em que o Inventário Negativo É Indispensável

A lavratura da escritura pública (ou sentença declaratória) de Inventário Negativo resolve quatro problemas concretos dos familiares sobreviventes: (1) **Proteção dos Herdeiros Contra Cobranças de Dívidas Deixadas pelo Falecido:** pelo artigo 1.792 do Código Civil, o herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança (*intra vires hereditatis*). Se o falecido deixou dívidas bancárias, fiscais ou processos em andamento e não deixou patrimônio, o Inventário Negativo é o documento oficial apresentado aos juízes e credores para comprovar formalmente a inexistência de bens a penhorar, blindando o CPF e o patrimônio particular dos filhos e da viúva!; (2) **Afastamento da Causa Suspensiva para Novo Casamento do Viúvo(a) (Art. 1.523, I do CC):** a lei civil impõe o regime da Separação Obrigatória de Bens ao viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido e se casar novamente enquanto não fizer o inventário e der partilha aos herdeiros; se o primeiro cônjuge não deixou bens, o Inventário Negativo libera o viúvo(a) para casar novamente em qualquer regime de bens que desejar!; (3) **Substituição Processual em Ações Judiciais**; e (4) **Baixa de CNPJ de Firma Individual ou Outorga de Escritura de Imóvel Vendido em Vida pelo Falecido**.

[H2] Como Fazer o Inventário Negativo Diretamente em Cartório em Poucos Dias?

Graças ao artigo 28 da Resolução nº 35/2007 do CNJ, o Inventário Negativo é expressamente admitido por **Escritura Pública em qualquer Tabelionato de Notas**! Como não há bens a avaliar nem imposto de transmissão (ITCMD) a recolher sobre patrimônio inexistente, o custo de emolumentos cartorários é mínimo (correspondendo a uma escritura sem valor declarado), e o ato fica pronto em poucos dias mediante a assistência de um advogado e a apresentação das certidões pessoais da família e da certidão de óbito.

Artigo Modelo para Blog #04 — Direito Imobiliário: 'Usucapião Extrajudicial em Cartório (Art. 216-A da LRP): Requisitos, Documentos e Como Funciona'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`usucapião extrajudicial em cartório como funciona documentos requisitos`
Meta Title	Usucapião Extrajudicial em Cartório: Passo a Passo, Documentos e Requisitos
Meta Description	Tem a posse mansa e pacífica de um imóvel sem escritura? Entenda como funciona a Usucapião Extrajudicial diretamente no Cartório de Registro de Imóveis (Art. 216-A).

[H2] A Desjudicialização da Propriedade: Como a Usucapião Saiu do Fórum e Foi para o Cartório

Durante décadas, regularizar um imóvel pela via da Usucapião no Brasil significava enfrentar um processo judicial que frequentemente se arrastava por 5, 8 ou 12 anos nas varas cíveis devido à demora na citação por edital, perícias judiciais e intimações das Fazendas Públicas. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 (art. 1.071), que introduziu o **artigo 216-A na Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973)** — posteriormente aperfeiçoado pela Lei nº 13.465/2017 e regulamentado pelo Provimento nº 65/2017 (atual Código Nacional de Normas do CNJ) —, tornou-se possível reconhecer a **Usucapião Extrajudicial diretamente no Cartório de Registro de Imóveis** da comarca onde o bem está situado, reduzindo o tempo de regularização para poucos meses quando a documentação está completa e não há litígio.

[H2] A Grande Mudança da Lei nº 13.465/2017: E Se o Antigo Dono da Matrícula ou Vizinho Não Assinar a Planta?

Quando a Usucapião Extrajudicial foi criada em 2015, a redação original continha uma trava que inviabilizava quase todos os pedidos: dizia que, se o antigo proprietário registral ou os confrontantes (vizinhos) fossem notificados e ficassem em silêncio, esse silêncio seria interpretado como 'discordância', obrigando o cidadão a ir para o juiz! A **Lei nº 13.465/2017 inverteu completamente essa regra no § 2º do artigo 216-A**: hoje, se a planta não contiver a assinatura prévia do titular registral ou dos confinantes, eles serão notificados pelo registrador competente para manifestar consentimento em **15 dias, interpretado o seu SILÊNCIO COMO CONCORDÂNCIA**! Ou seja: se o antigo dono ou vizinho receber a notificação do cartório e não apresentar impugnação em 15 dias, presume-se por lei a anuência tácita e o procedimento segue normalmente no cartório!

[H2] Os 6 Documentos Obrigatórios para Protocolar a Usucapião no Cartório

Assistido obrigatoriamente por advogado (inciso IV do art. 216-A), o requerente deve instruir o pedido com seis peças fundamentais: (1) **Ata Notarial lavrada pelo Tabelião de Notas** do município do imóvel, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores (*accessio possessionis*), a modalidade de usucapião (Extraordinária de 15 ou 10 anos, Ordinária de 10 ou 5 anos, ou Especial Urbana/Rural de 5 anos) e a ausência de oposição; (2) **Planta e Memorial Descritivo** assinados por engenheiro ou arquiteto com ART/RRT recolhida; (3) **Certidões Negativas dos Distribuidores** da Justiça Estadual e Federal (comprovando que a posse é mansa, pacífica e sem ações possessórias contrárias); (4) **Justo Título (se houver)** — como recibos de compra e venda, cessão de posse, carnês de IPTU, contas de água e luz das décadas de posse; (5) **Certidão de Matrícula ou Certidão Negativa de Registro do Imóvel**; e (6) **Procuração e Requerimento Técnico elaborado pelo Advogado**.

Artigo Modelo para Blog #05 — Direito Empresarial e Societário: 'Exclusão de Sócio por Falta Grave na Sociedade Limitada (Art. 1.085 e Art. 1.030 do Código Civil)'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`exclusão de sócio por falta grave sociedade limitada extrajudicial e judicial`
Meta Title	Como Funciona a Exclusão de Sócio por Falta Grave na Sociedade Limitada (LTDA)
Meta Description	Um sócio cometeu atos de concorrência desleal, desvio de recursos ou quebra da affectio societatis? Entenda a exclusão extrajudicial (art. 1.085 CC) e judicial (art. 1.030 CC).

[H2] Quando um Sócio Se Torna um Risco para a Sobrevivência da Própria Empresa

Em uma sociedade empresária limitada (LTDA), a relação entre os sócios apoia-se no dever fiduciário de lealdade, cooperação e busca do fim social comum. Infelizmente, não são raros os casos em que um dos sócios passa a praticar atos de inegável gravidade que colocam em risco a continuidade da empresa — como desvio de clientes para outra empresa particular (concorrência desleal), apropriação indevida de recursos do caixa, abandono completo das obrigações societárias com bloqueio deliberado de deliberações vitais ou assédio grave contra colaboradores e clientes. Para impedir que a conduta ilícita de um sócio destrua a empresa

inteira (Princípio da Preservação da Empresa), o Código Civil brasileiro prevê dois caminhos distintos para a **Exclusão de Sócio por Justa Causa (Falta Grave)**: a via **Extrajudicial (Art. 1.085)** e a via **Judicial (Art. 1.030)**.

[H2] Caminho 1: A Exclusão Extrajudicial Direto na Junta Comercial (Art. 1.085 do Código Civil)

A exclusão extrajudicial (feita por meio de Alteração Contratual arquivada na Junta Comercial, sem precisar esperar anos por uma sentença judicial!) é a ferramenta mais rápida do Direito Societário, mas exige o preenchimento rigoroso de **quatro requisitos cumulativos** previstos no artigo 1.085 e seu parágrafo único do Código Civil: (1) **O sócio excluído deve ser minoritário** (ou seja, os demais sócios que votam pela exclusão devem representar mais da metade do capital social — mais de 50%); (2) **Previsão Expressa no Contrato Social:** o Contrato Social da empresa precisa conter uma cláusula prevendo expressamente a possibilidade de exclusão extrajudicial por justa causa (se o seu contrato social padrão da contabilidade não tem essa cláusula hoje, a exclusão extrajudicial fica bloqueada, obrigando a ir para o Judiciário — razão pela qual revisar o Contrato Social enquanto todos estão em paz é vital!); (3) **Configuração de Atos de Inegável Gravidade** que coloquem em risco a continuidade da empresa; e (4) **Realização de Reunião ou Assembleia Especialmente Convocada para esse Fim**, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o amplo exercício do seu **direito de defesa** (observadas as facilidades da Lei nº 13.792/2019 para sociedades com apenas dois sócios!).

[H2] Caminho 2: A Ação Judicial de Dissolução Parcial para Exclusão de Sócio (Art. 1.030 do CC e Art. 599 do CPC)

Quando o Contrato Social não possui cláusula de exclusão extrajudicial, ou quando a sociedade é dividida exatamente meio a meio (50% a 50% entre dois sócios), ou ainda quando se pretende excluir um **sócio majoritário** que cometeu falta grave no cumprimento de suas obrigações ou por incapacidade superveniente, o artigo 1.030 do Código Civil autoriza a exclusão judicial mediante iniciativa da maioria dos demais sócios (ou do outro sócio nas sociedades paritárias de dois sócios, conforme pacificado pelo STJ!), sendo possível requerer tutela de urgência para afastamento cautelar das funções de administração quando houver perigo de dano irreparável ao caixa social.

Artigo Modelo para Blog #06 — Direito do Consumidor e Bancário: 'Negativação Indevida no SPC e Serasa: Quando Cabe Indenização por Dano Moral e a Exceção da Súmula 385 do STJ'

Elemento de SEO	Configuração Técnica
Palavra-Chave Foco	`negativação indevida SPC Serasa indenização dano moral Súmula 385 STJ`
Meta Title	Nome Sujo Indevidamente no Serasa/SPC: Direitos e O Que Diz a Súmula 385 do STJ
Meta Description	Teve o CPF inscrito no SPC ou Serasa por dívida já paga ou que nunca contratou? Entenda quando o dano moral é presumido (in re ipsa) e a regra da Súmula 385 do STJ.

[H2] Quando a Inscrição no SPC/Serasa É Considerada Ilícita?

Ter o CPF ou o CNPJ inscrito nos órgãos de proteção ao crédito (Serasa, SPC, Boa Vista SCPC ou Cartórios de Protesto) bloqueia imediatamente financiamentos, cartões, compras a prazo e até contratações comerciais. A negativação configura ato ilícito gerador de responsabilidade civil objetiva (art. 14 do Código de Defesa do Consumidor) em três hipóteses principais: (1) **Cobrança de dívida inexistente ou fruto de fraude de terceiros** (ex.: alguém abriu uma linha telefônica, cartão de crédito ou conta bancária falsa usando seus documentos — Súmula 479 do STJ); (2) **Manutenção ou inscrição por dívida já devidamente paga/quitada** (lembrando que, nos termos da Súmula 548 do STJ, após o pagamento integral do débito, incumbe ao credor excluir o registro do Serasa no prazo máximo de **5 dias úteis**!); e (3) **Ausência de Notificação Prévia pelo Órgão Mantenedor do Cadastro** (Súmula 359 do STJ e art. 43, § 2º do CDC).

[H2] O Dano Moral Presumido (In Re Ipsa) vs. A Trava da Súmula 385 do STJ

Pela jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a inscrição ou manutenção indevida do nome do consumidor limpa nos cadastros de inadimplentes gera **dano moral *in re ipsa* (presumido)** — ou seja, independe de prova de que o consumidor passou vergonha em uma loja ou teve um empréstimo negado; a simples negativação injusta já configura a lesão à honra objetiva. Contudo, existe uma exceção fundamental que todo consumidor e todo advogado precisam verificar antes de ajuizar a ação: a **Súmula 385 do STJ**, que dispõe: *'Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento'*.

[H2] O Que Significa a Súmula 385 do STJ na Prática?

Em linguagem simples: se no dia em que a Empresa 'B' negativou o seu nome indevidamente por uma dívida falsa, você **já possuía outra negativação anterior válida e legítima** feita pela Empresa 'A' que você realmente devia, você tem o direito de exigir na Justiça o cancelamento imediato da dívida falsa da Empresa 'B', mas não receberá indenização em dinheiro por danos morais (salvo se você comprovar que todas as anotações anteriores também eram ilegítimas e já estão sendo discutidas judicialmente!). Por isso, emitir o relatório completo de histórico de anotações do Serasa e do SPC dos últimos 5 anos é o passo número 1 da auditoria jurídica.

X

MÓDULO ESPECIAL X

O Grande Compêndio Prático de Kits de Conteúdo Prontos (Carrosséis, Posts Simples, Roteiros de Vídeo e Legendas Otimizadas)

NESTE CAPÍTULO

- Kit Prático #01 — Direito Trabalhista: Acúmulo de Função vs. Desvio de Função
- Kit Prático #02 — Direito Previdenciário: Aposentadoria por Idade Urbana (Regras em 2026 ...
- Kit Prático #03 — Direito de Família: Mudança do Regime de Bens Depois do Casamento (Art. 1.639, ...
- Kit Prático #04 — Direito Imobiliário: Atraso na Entrega de Imóvel na Planta (Direitos do Comprad...
- Kit Prático #05 — Direito Empresarial e Contratual: Representação Comercial Autônoma (Lei nº...
- Kit Prático #06 — Direito Médico e Previdenciário: Visão Monocular (Lei nº 14.126/2021 — Lei Amália...
- Kit Prático #07 — Direito Sucessório e Imobiliário: Bens Digitais, Milhas Aéreas, Criptomoedas e Cont...
- Kit Prático #08 — Direito do Consumidor e Saúde: Negativa de Fornecimento de Medicamento...

Para que você possa copiar, adaptar à sua voz pessoal e publicar imediatamente sem jamais sofrer com a falta de ideias, desenvolvemos a seguir um compêndio estruturado de **Kits Completos de Conteúdo Jurídico**. Cada Kit transforma uma única dúvida real de cliente em **quatro peças coordenadas** (1 Carrossel completo slide a slide, 1 Post Simples de impacto, 1 Roteiro de Reel/TikTok palavra por palavra e 1 Legenda completa otimizada para o SEO do Instagram e do YouTube).

Kit Prático #01 — Direito Trabalhista: Acúmulo de Função vs. Desvio de Função

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Trabalhador contratado para uma função que passa a acumular habitualmente as tarefas de outro cargo sem receber acréscimo salarial.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

Foi contratado para uma função, mas na prática faz o serviço de dois ou três cargos diferentes pelo mesmo salário? Entenda a diferença entre Acúmulo e Desvio de Função!

SLIDE 2

O que diz a Regra Geral (Parágrafo único do Art. 456 da CLT): Na falta de cláusula expressa, entende-se que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal dentro da mesma jornada!

SLIDE 3

Quando se configura então o ACÚMULO DE FUNÇÃO ilícito? Quando o empregador passa a exigir, de forma habitual e permanente, tarefas de natureza completamente distinta e mais complexa do que aquelas para as quais o trabalhador foi contratado (por exemplo: o vendedor de loja que passa a ser obrigado a fazer também a limpeza pesada dos banheiros ou o fechamento contábil do financeiro sem qualquer aditivo salarial)!

SLIDE 4

E o que é o DESVIO DE FUNÇÃO? Acontece quando o trabalhador deixa de exercer a função mais simples anotada na carteira e passa a exercer integralmente uma função superior e mais bem remunerada na estrutura da empresa, mas continua recebendo o salário antigo mais baixo!

SLIDE 5

Quais são os direitos reconhecidos pela Justiça do Trabalho? No Desvio de Função, são devidas as diferenças salariais para o piso da função efetivamente exercida; no Acúmulo de Função comprovado, a jurisprudência arbitra um 'Plus Salarial' (geralmente entre 10% e 40% do salário) com reflexos em 13º, férias e FGTS!

SLIDE 6 (CTA)

Salve este carrossel para entender os limites do Art. 456 da CLT e compartilhe com um colega de trabalho!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte limpa: 'Ajudar um colega eventualmente NÃO é Acúmulo de Função; mas assumir definitivamente o cargo inteiro de um funcionário demitido sem receber nada a mais quebra o equilíbrio do contrato de trabalho (Art. 422 do CC e Art. 468 da CLT)!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Um colega do seu setor foi demitido, a empresa não contratou ninguém para o lugar dele, jogou 100% do serviço dele nas suas costas e o seu salário continuou exatamente igual? Cuidado: veja quando isso configura Acúmulo de Função! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: É muito importante separar duas coisas na Justiça do Trabalho: se o seu chefe pede para você executar uma tarefa parecida e compatível com o seu cargo dentro do seu horário normal, o parágrafo único do artigo 456 da CLT permite! Porém, quando a empresa altera unilateralmente o contrato (violando o artigo 468 da CLT) e obriga você a cumular habitualmente as atribuições de um cargo completamente diferente e de maior responsabilidade — gerando desequilíbrio contratual e enriquecimento sem causa do empregador —, nasce o direito ao recebimento de um acréscimo salarial (plus salarial) com reflexos em todas as suas verbas! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Quer saber quais provas demonstram o acúmulo de função na prática? Leia a lista que deixei aqui na legenda e salve este vídeo!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> A linha que separa a colaboração normal no ambiente de trabalho (jus variandi do empregador) do Acúmulo ou Desvio de Função ilícito é um dos temas que mais exigem precisão técnica na Justiça do Trabalho! ↓ Enquanto o parágrafo único do artigo 456 da CLT estabelece que o trabalhador se obriga às tarefas compatíveis com sua condição pessoal, o artigo 468 da mesma CLT proíbe qualquer alteração contratual lesiva ao empregado, e o artigo 884 do Código Civil veda o enriquecimento sem causa. Para as empresas (Compliance Trabalhista): a melhor prevenção é elaborar um Descritivo de Cargos e Funções (CBO) claro e anexado ao contrato de trabalho no dia da admissão, evitando atribuir funções incompatíveis sem o respectivo aditivo remuneratório. Para o trabalhador: e-mails, ordens de serviço no WhatsApp, senhas de sistemas exclusivos de outra função e prova testemunhal são os elementos que demonstram a realidade diária. Ficou com alguma dúvida sobre a diferença entre acúmulo e desvio? Deixe nos comentários! #direitodotrabalho #acumulodefuncao #clt

Kit Prático #02 — Direito Previdenciário: Aposentadoria por Idade Urbana (Regras em 2026 e Carência)

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Segurados que já completaram a idade mínima de 62 anos (mulher) ou 65 anos (homem), mas têm dúvidas sobre os 15 anos de contribuição e os 180 meses de carência.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

Já completou 62 anos (Mulher) ou 65 anos (Homem)? Veja os 3 requisitos obrigatórios da Aposentadoria por Idade Urbana no INSS em 2026!

SLIDE 2

Requisito 1 — Idade Mínima: 62 anos de idade completos para as Mulheres e 65 anos de idade completos para os Homens (regra permanente consolidada após a transição da EC 103/2019).

SLIDE 3

Requisito 2 — Tempo Mínimo de Contribuição: 15 anos de tempo de contribuição tanto para mulheres quanto para homens (exceto para homens que começaram a contribuir pela primeira vez para o INSS somente APÓS 13/11/2019, para os quais a reforma exigiu 20 anos!).

SLIDE 4

Requisito 3 — Carência Mínima de 180 Meses (Art. 25, II da Lei 8.213/91): Cuidado! '15 anos de tempo de contribuição' NÃO é a mesma coisa que '180 meses de carência'! A carência exige 180 contribuições mensais pagas em dia (ou a partir do primeiro pagamento sem atraso para autônomos)!

SLIDE 5

Precisa estar contribuindo para o INSS no ano em que completa 62 ou 65 anos? NÃO! Pela Lei nº 10.666/2003 (art. 3º, § 1º), na Aposentadoria por Idade Urbana a perda da qualidade de segurado NÃO será considerada: se você já cumpriu os 15 anos/180 meses no passado e parou de pagar há 10 anos, assim que fizer aniversário você já pode pedir a aposentadoria!

SLIDE 6 (CTA)

Salve este guia completo e envie no WhatsApp para quem está perto dos 62 ou 65 anos!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte didática: 'Parou de pagar o INSS há 10 anos, mas já tinha 15 anos (180 meses) pagos no passado? Pela Lei nº 10.666/2003, você NÃO perde o direito à Aposentadoria por Idade quando completar 62 anos (mulher) ou 65 anos (homem)!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Você trabalhou de carteira assinada durante 15 anos na juventude, depois parou de pagar o INSS há mais de 10 anos e agora um conhecido disse que 'você perdeu tudo porque perdeu a qualidade de segurado'? Não acredite nisso! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]:

O artigo 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.666/2003 garante uma proteção extraordinária na Aposentadoria por Idade Urbana: para esse benefício, a perda da qualidade de segurado NÃO impede a concessão! Isso significa que, se ao longo da sua vida você já somou pelo menos 15 anos de tempo de contribuição e 180 meses de carência válidos no seu CNIS, você não precisa voltar a pagar INSS só para 'recuperar qualidade de segurado' na véspera do aniversário: no dia em que você completar 62 anos (se for mulher) ou 65 anos (se for homem), o seu direito à Aposentadoria por Idade já está garantido! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Mas atenção à diferença entre Tempo de Contribuição e Carência que expliquei aqui na legenda! Leia a legenda e envie este vídeo para a sua família!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> Muita gente volta a pagar carnê do INSS sem necessidade — ou pior, desiste de pedir a aposentadoria que já tem direito — por desconhecer a regra do artigo 3º, § 1º da Lei nº 10.666/2003! ↓ Diferentemente dos benefícios de risco (como o auxílio por incapacidade temporária/auxílio-doença e a pensão por morte, que exigem qualidade de segurado ativa na data do fato gerador), na Aposentadoria por Idade Urbana os requisitos de idade (62 anos mulher / 65 anos homem) e de carência/tempo (180 meses / 15 anos) NÃO precisam ser preenchidos no mesmo ano nem exigem que a pessoa esteja contribuindo ativamente no mês do aniversário! O cuidado técnico indispensável antes de protocolar o pedido é auditar o extrato CNIS para confirmar se existem exatamente 180 meses de CARÊNCIA válida (pois períodos pagos em atraso por autônomos sem qualidade de segurado ou meses abaixo do salário mínimo podem contar tempo ou exigir complementação sem contar carência!). Compartilhe esta informação com quem já completou ou vai completar 60+ anos! #aposentadoriaporidade #direitoprevidenciario #inss

Kit Prático #03 — Direito de Família: Mudança do Regime de Bens Depois do Casamento (Art. 1.639, § 2º do CC)

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Casais que se casaram em Comunhão Parcial de Bens na juventude e, anos depois, após abrirem empresas ou mudarem de realidade patrimonial, desejam alterar para Separação Total de Bens (ou vice-versa).

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

Casou em Comunhão Parcial de Bens há 5 ou 10 anos e hoje você e seu cônjuge querem mudar para Separação Total de Bens (sem precisar se divorciar)? A lei permite!

SLIDE 2

O antigo mito: No antigo Código Civil de 1916, o regime de bens era 'imutável' para sempre. Mas o Código Civil atual (Art. 1.639, § 2º) trouxe a MUTABILIDADE MOTIVADA DO REGIME DE BENS!

SLIDE 3

Quais são os 3 requisitos legais para mudar o regime de bens durante o casamento? 1. Pedido conjunto e consensual de AMBOS os cônjuges (não é possível um mudar sozinho contra a vontade do outro!);

SLIDE 4

2. Motivação legítima que não prejudique terceiros: por exemplo, quando um dos cônjuges abre uma empresa de risco e ambos desejam migrar para a Separação Total para organizar a gestão societária e patrimonial de cada um;

SLIDE 5

3. Ação Judicial de Alteração de Regime de Bens (Art. 734 do CPC): O juiz determina a publicação de edital (com prazo de 30 dias) e intimação do Ministério Público para garantir que a mudança não está sendo usada para fraudar credores existentes (os direitos de credores anteriores permanecem resguardados)!

SLIDE 6 (CTA)

E como ficam os bens comprados ANTES da mudança? O casal pode partilhar na própria ação! Salve este carrossel e envie para o seu cônjuge!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte executiva: 'Você não precisa simular um divórcio para mudar o regime de bens do seu casamento! O Artigo 1.639, § 2º do Código Civil e o Artigo 734 do CPC regulamentam a Alteração Consensual do Regime de Bens preservando o vínculo matrimonial!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Você sabia que quando um casal se casa na Comunhão Parcial de Bens e, anos depois, um deles vira empresário ou os dois decidem organizar o patrimônio de forma independente, é possível mudar o regime para Separação Total de Bens continuando casados? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Muita gente ainda acha que o regime de bens escolhido aos 22 anos de idade no cartório é uma sentença perpétua! Mas o § 2º do artigo 1.639 do Código Civil e o artigo 734 do Código de Processo Civil permitem a Alteração do Regime de Bens durante o casamento! Basta que marido e mulher estejam em pleno acordo (pedido consensual assinado por ambos por meio de advogado), apresentem uma justificativa legítima de organização familiar ou empresarial e comprovem com certidões que a mudança não prejudica credores anteriores! Após a sentença homologatória, averba-se o novo regime na Certidão de Casamento, na matrícula dos imóveis e na Junta Comercial! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Leia na legenda como ficam os bens adquiridos antes da mudança segundo o STJ e salve este vídeo!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> Planejamento patrimonial familiar inteligente acompanha a evolução da vida do casal! ↓ Quando dois jovens se casam no início da vida adulta, quase sempre adotam o regime legal automático da Comunhão Parcial de Bens sem refletir sobre o futuro empresarial de cada um. Dez anos depois, quando um dos cônjuges passa a integrar sociedades empresárias, assumir riscos comerciais ou quando ambos constroem carreiras financeiramente autônomas, surge o desejo comum de adotar o regime da Separação Total de Bens (ou, no caminho inverso, casais que casaram na Separação Total e, após décadas de vida juntos, desejam migrar para a Comunhão Universal para amparar o parceiro!). O procedimento de Jurisdição Voluntária previsto no artigo 734 do CPC é rápido, seguro e, segundo a jurisprudência do STJ, permite inclusive realizar a liquidação e partilha do acervo patrimonial adquirido sob o regime anterior para que o novo regime comece com total clareza! Salve este post e compartilhe! #direitodefamilia #regimedebens #planejamentopatrimonial

Kit Prático #04 — Direito Imobiliário: Atraso na Entrega de Imóvel na Planta (Direitos do Comprador — Lei nº 13.786/2018)

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Compradores de apartamentos na planta ou lotes em condomínio fechado cuja construtora/incorporadora ultrapassou o prazo contratual de entrega das chaves e do Habite-se.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

A construtora atrasou a entrega das chaves do seu apartamento na planta? Conheça os seus direitos após o prazo de tolerância de 180 dias (Lei nº 13.786/2018 e Temas 970/971 do STJ)!

SLIDE 2

1. O Prazo de Tolerância de 180 Dias Corridos (Art. 43-A da Lei 4.591/64): A lei permite que a construtora atrase a obra em até 180 dias corridos além da data prevista, DESDE QUE essa cláusula de tolerância esteja pactuada de forma clara e destacada no contrato!

SLIDE 3

2. Passou do 181º dia de atraso? O comprador ganha DUAS opções à sua livre escolha! Opção A (Resolução/Distrato por Culpa da Construtora): Desistir do negócio e receber de volta 100% de todos os valores pagos, em parcela única (em até 60 dias corridos), corrigidos e acrescidos da multa contratual!

SLIDE 4

Opção B (Continuar com o Imóvel + Receber Indenização Mensal pelo Atraso!): Se você não quer desistir do apartamento porque ele valorizou, o § 2º do Art. 43-A obriga a construtora a pagar a você uma indenização de 1% do valor efetivamente pago à incorporadora PARA CADA MÊS DE ATRASO (ou lucros cessantes de aluguel conforme o caso/contrato)!

SLIDE 5

3. Proibição de Cobrar 'Juros de Obra' e 'Condomínio' Durante o Atraso: Segundo a jurisprudência consolidada do STJ, após o fim do prazo de tolerância, a construtora não pode repassar juros de evolução de obra ao comprador, e o comprador SÓ paga condomínio e IPTU a partir do momento em que recebe efetivamente as chaves na mão!

SLIDE 6 (CTA)

Comprou imóvel na planta e a obra atrasou? Salve este guia completo e mande no grupo dos futuros moradores do prédio!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte de utilidade pública: 'Regra de Ouro do STJ: Quem comprou imóvel na planta NUNCA é obrigado a pagar taxa de condomínio nem IPTU antes de receber efetivamente as chaves do apartamento na mão (ainda que o Habite-se já tenha saído na prefeitura)!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: A construtora atrasou a entrega do seu apartamento na planta, ainda não entregou as chaves na sua mão, mas você já começou a receber boletos de Taxa de Condomínio e IPTU no seu CPF? Saiba que você NÃO deve pagar essa conta! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento vinculante do Tema Repetitivo nº 886, pacificou uma regra que protege todos os compradores de imóveis na planta no Brasil: a obrigação do comprador de pagar taxas condominiais e IPTU SÓ começa a partir da efetiva IMISSÃO NA POSSE (ou seja, do dia em que você assina o termo de recebimento das chaves e pode entrar no apartamento)! Enquanto as chaves não são entregues a você (mesmo que o Habite-se já tenha sido emitido pela prefeitura ou que a construtora tenha criado o condomínio antes da hora!), 100% das despesas de condomínio e IPTU são de responsabilidade exclusiva da construtora/incorporadora (salvo se a chave já estava liberada e o atraso para pegar foi culpa exclusiva do comprador)! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: E o direito de receber indenização mensal por cada mês de atraso da obra? Expliquei na legenda abaixo! Salve e envie no grupo do seu condomínio!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> Comprar um imóvel na planta exige planejamento familiar — e quando a construtora descumpre o cronograma da obra além dos 180 dias de tolerância (art. 43-A da Lei nº 4.591/1964, incluído pela Lei nº 13.786/2018), a lei protege o orçamento do adquirente! ↓ Além do direito de escolher entre a devolução integral de 100% dos valores pagos

(Súmula 543 do STJ e art. 43-A, § 1º) ou a manutenção da compra com indenização de 1% ao mês sobre os valores pagos (art. 43-A, § 2º), o comprador está protegido pelo Tema 886 do STJ contra a cobrança prematura de condomínio e IPTU antes da entrega efetiva das chaves, bem como contra a cobrança da chamada "taxa de evolução de obra" após o estorvo do prazo contratual (Tema 970/971 do STJ). Guarde todos os comunicados de reprogramação de entrega enviados pela construtora! #direitoimobiliario #imovelNaplanta #atrasodeobra

Kit Prático #05 — Direito Empresarial e Contratual: Representação Comercial Autônoma (Lei nº 4.886/1965) e Indenização de 1/12 (Um Doze Avos)

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Representantes comerciais autônomos (pessoas físicas ou jurídicas) e indústrias/distribuidoras que celebram contratos de representação comercial.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

É Representante Comercial (ou tem uma indústria que trabalha com representantes)? Entenda a Indenização Obrigatória de 1/12 (Um Doze Avos) sobre TODAS as comissões recebidas na vida do contrato!

SLIDE 2

O que diz o Artigo 27, alínea 'j', da Lei nº 4.886/1965: Quando a empresa representada rescinde o contrato de representação comercial por prazo indeterminado sem justa causa (fora das hipóteses do art. 35), ela é OBRIGADA a pagar ao representante uma indenização nunca inferior a 1/12 (8,33%) do total de todas as retribuições (comissões) auferidas durante TODO o tempo em que exerceu a representação!

SLIDE 3

Imagine a conta: Se a representação durou 12 anos, a indenização de 1/12 equivale a aproximadamente 1 ANO INTEIRO de comissões corrigidas monetariamente desde o primeiro mês de trabalho!

SLIDE 4

E o Aviso-Prévio do Artigo 34 da Lei 4.886/65? Além do 1/12, a denúncia sem motivo justo por qualquer das partes em contrato vigente há mais de 6 meses obriga ao pré-aviso de 30 dias OU ao pagamento de indenização igual a 1/3 (um terço) das comissões recebidas nos últimos 3 meses!

SLIDE 5

Cuidado com a Cláusula 'Del Credere' (Art. 43 da Lei 4.886/65): É expressamente PROIBIDA na representação comercial a cláusula que desconta a comissão do representante quando o comprador fica inadimplente!

SLIDE 6 (CTA)

Representante comercial ou empresário: salve este carrossel essencial sobre a Lei nº 4.886/1965!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte corporativa: 'Na Representação Comercial (Lei nº 4.886/1965), pagar a indenização de 1/12 parcelado junto com a comissão mensal ('adiantamento mensal do 1/12 no boleto') é considerado NULO pela jurisprudência do STJ!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Representante comercial ou dono de indústria/distribuidora: você sabia que quando um contrato de representação comercial é encerrado sem justa causa após anos de parceria, a lei garante uma indenização mínima de 1/12 (um doze avos) sobre TODAS as comissões pagas desde o primeiro dia do contrato? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: A Lei Federal nº 4.886/1965 (que regula a Representação Comercial Autônoma, julgada na Justiça Comum Cível por não ser relação de emprego CLT, conforme decidido pelo STF no Tema 550!) protege a carteira de clientes construída pelo representante! Pelo artigo 27, 'j', na rescisão imotivada pela representada, é devida a indenização mínima de 1/12 sobre o total histórico de todas as comissões corrigidas monetariamente! E preste muita atenção no entendimento do STJ: é NULA a cláusula em que a indústria finge 'adiantar o pagamento do 1/12 todo mês embutido na nota de comissão', porque ninguém pode indenizar antecipadamente uma rescisão futura e incerta! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Veja na legenda também por que a empresa não pode descontar comissão se o cliente atrasar o boleto! Salve este vídeo!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> A relação entre Indústrias/Distribuidoras e Representantes Comerciais Autônomos (regida pela Lei nº 4.886/1965, alterada pela Lei nº 8.420/1992) possui regras de ordem pública que nem mesmo o contrato assinado pelas partes pode suprimir! ↓ Destacam-se três proteções fundamentais pacificadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): 1. Indenização de 1/12 (Art. 27, 'j'): incide sobre a totalidade das comissões auferidas durante todo o período de vigência do contrato (e não apenas dos últimos 5 anos!), devidamente corrigidas monetariamente; 2. Proibição de Pagamento Antecipado Diluído no Mês: o STJ considera inválida a prática de diluir o pagamento da indenização de 1/12 mensalmente ao longo da vigência contratual; 3. Vedação à Cláusula Del Credere (Art. 43): é proibido descontar comissões ou transferir ao representante comercial o prejuízo pela insolvência ou inadimplência do comprador após a aceitação do pedido pela representada. Compartilhe com representantes comerciais e gestores industriais! #representacaocomercial #direitoempresarial #contratos

Kit Prático #06 — Direito Médico e Previdenciário: Visão Monocular (Lei nº 14.126/2021 — Lei Amália Barros) e Direitos Legais

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Pessoas que possuem cegueira ou visão subnormal em apenas um dos olhos (visão monocular) e desconhecem seu enquadramento legal como Pessoa com Deficiência.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

Você (ou alguém da sua família) enxerga apenas com um dos olhos (Visão Monocular)? A Lei Federal nº 14.126/2021 garante todos os direitos de Pessoa com Deficiência Sensorial!

SLIDE 2

O que diz a Lei nº 14.126/2021 (Lei Amália Barros): 'Fica a visão monocular classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais' em todo o território nacional!

SLIDE 3

Direito 1 — Aposentadoria da Pessoa com Deficiência no INSS (LC 142/2013): Possibilidade de se aposentar mais cedo por Idade (60 anos Homem / 55 anos Mulher) ou por Tempo de Contribuição reduzido após avaliação biopsicossocial!

SLIDE 4

Direito 2 — Isenção Total de Imposto de Renda sobre a Aposentadoria ou Pensão (Lei 7.713/88 e Súmula 377/jurisprudência do STJ sobre cegueira, ainda que monocular!) + Restituição dos últimos 5 anos!

SLIDE 5

Direito 3 e 4 — Reserva de Vagas em Concursos Públicos (Súmula 377 do STJ) e na Cota de Empresas com 100+ empregados (Art. 93 da Lei 8.213/91), além de Isenções na Compra de Veículo 0km (IPI, ICMS, IPVA conforme legislação)!

SLIDE 6 (CTA)

Milhares de brasileiros têm visão monocular e não sabem que possuem esses direitos em lei! Envie este carrossel agora mesmo pelo WhatsApp!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte de alto impacto social: 'Enxergar de um olho só (Visão Monocular — CID H54.4) dá direito a concorrer às vagas de PcD em Concursos Públicos (Súmula 377 do STJ), Aposentadoria da PcD no INSS e Isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Você conhece alguém que perdeu a visão de um dos olhos em um acidente, por glaucoma, toxoplasmose ou nasceu enxergando apenas com um olho? Mande este vídeo para essa pessoa agora mesmo porque a Lei nº 14.126 garante direitos que quase ninguém conta! | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Desde a promulgação da Lei Federal nº 14.126/2021 (somada à histórica Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça), a Visão Monocular (quando a acuidade visual em um dos olhos é igual ou menor que 20/200 na escala Snellen) é

classificada oficialmente como Deficiência Sensorial Visual para todos os efeitos legais no Brasil! Isso garante quatro grandes direitos na prática: primeiro, direito às vagas reservadas para PcD em Concursos Públicos e na cota de empresas; segundo, direito à Aposentadoria da Pessoa com Deficiência no INSS (com redução de idade ou tempo pela LC 142/2013); terceiro, direito à Isenção Total do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou pensão (segundo a jurisprudência consolidada do STJ que equipara a cegueira monocular para fins do art. 6º, XIV da Lei 7.713/88!); e quarto, isenções tributárias na compra de veículos! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Confira os detalhes de como solicitar o laudo oftalmológico aqui na legenda e compartilhe este vídeo!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> A promulgação da Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, consolidou em texto legal expresso o entendimento que os Tribunais Superiores já vinham construindo (como na Súmula 377 do STJ): a visão monocular (CID H54.4) limita severamente a noção de profundidade (estereopsia) e o campo visual periférico, configurando deficiência sensorial do tipo visual para todos os efeitos legais. ↓ Entre os reflexos jurídicos mais relevantes para o titular de visão monocular destacam-se: • No Direito Tributário: a jurisprudência pacífica da 1ª e 2ª Turmas do STJ reconhece que a isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria, reforma ou pensão prevista no art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/1988 ("cegueira") abrange inclusive a cegueira monocular, cabendo restituição do indébito dos últimos 5 anos; • No Direito Previdenciário: o enquadramento nas regras protetivas da Lei Complementar nº 142/2013 (Aposentadoria da Pessoa com Deficiência) e do BPC/LOAS (quando preenchido o requisito socioeconômico); • No Direito Administrativo: reserva de vagas em concursos públicos (Súmula 377 do STJ). Compartilhe esta informação de utilidade pública! #visaomonocular #direitopcd #isencaodeir

Kit Prático #07 — Direito Sucessório e Imobiliário: Bens Digitais, Milhas Aéreas, Criptomoedas e Contas Monetizadas Entram no Inventário?

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Famílias e investidores que possuem patrimônio digital (carteiras de Bitcoin/criptoativos, centenas de milhares de milhas aéreas, canais monetizados no YouTube/redes sociais e direitos autorais digitais).

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

O que acontece com as Milhas Aéreas, Criptomoedas (Bitcoin) e Canais Monetizados quando o titular falece? Eles entram no Inventário ou somem na internet?

SLIDE 2

O conceito de HERANÇA DIGITAL: Hoje, grande parte da riqueza de uma pessoa não está em tijolos, mas em ativos intangíveis na nuvem com alto valor econômico!

SLIDE 3

1. Criptomoedas (Bitcoin, Ethereum, Stablecoins): Possuem natureza patrimonial plena e DEVEM ser declaradas no inventário e partilhadas! Mas cuidado com o risco técnico: se a pessoa guardava as criptos em uma 'Cold Wallet' (carteira fria descentralizada) e faleceu sem deixar anotada a Seed Phrase (as 12 ou 24 palavras-chave de recuperação) em testamento cerrado/cofre seguro, nem uma ordem do juiz consegue abrir a blockchain!

SLIDE 4

2. Milhas Aéreas e Pontos de Cartão de Crédito: Muitas companhias aéreas colocam no regulamento uma cláusula dizendo que 'as milhas se extinguem com a morte do titular'. Porém, quando as milhas foram compradas onerosamente ou acumuladas por gastos financeiros expressivos, os Tribunais têm reconhecido seu caráter patrimonial transmissível aos herdeiros!

SLIDE 5

3. Canais do YouTube (AdSense), Infoprodutos e Royalties Digitais: Os rendimentos financeiros e direitos patrimoniais de exploração comercial são transmissíveis aos sucessores, enquanto perfis estritamente íntimos/privados de mensagens são protegidos pelo direito à intimidade do falecido!

SLIDE 6 (CTA)

Você já organizou o mapa de acesso aos seus bens digitais para a sua família? Salve este carrossel moderno e compartilhe!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte moderna de tecnologia e direito: 'Ter R$ 500 mil em Bitcoin em uma carteira descentralizada e não deixar um protocolo sucessório seguro para a entrega das chaves privadas (Seed Phrase) aos herdeiros significa enterrar o patrimônio para sempre na blockchain!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: Se você investe em Bitcoin e criptomoedas, acumula centenas de milhares de milhas aéreas ou tem contas monetizadas na internet: o que aconteceria hoje com esse patrimônio se você faltasse amanhã? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Bem-vindo ao tema mais urgente do Direito das Sucessões moderno: o Planejamento Sucessório de Ativos Digitais (Herança Digital)! No caso das criptomoedas que estão em corretoras nacionais (Exchanges com CNPJ no Brasil), o juiz ou o inventariante consegue oficiar a corretora para

transferir o saldo aos herdeiros; porém, se as suas criptomoedas estão em uma carteira própria descentralizada (Cold Wallet como Ledger ou Trezor), sem as 12 ou 24 palavras de recuperação (Seed Phrase), nenhum juiz do planeta consegue desbloquear a criptografia da blockchain e a sua família perde 100% do dinheiro! Por isso, incluir os ativos digitais, milhas e infoprodutos em um protocolo sucessório seguro e testamento é indispensável! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Leia na legenda como planejar a guarda segura das chaves sem expor sua segurança em vida e salve este vídeo!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> A revolução tecnológica criou a chamada "Herança Digital": um conjunto de bens digitais patrimoniais (criptoativos, saldos em fintechs internacionais, programas de fidelidade/milhas aéreas, canais monetizados, domínios de internet e infoprodutos) e bens digitais existenciais (perfis pessoais, fotografias e correspondências privadas). ↓ Enquanto os bens existenciais envolvem a proteção aos direitos da personalidade post mortem (art. 12, parágrafo único do Código Civil), os ativos digitais dotados de conteúdo econômico integram o acervo hereditário (art. 1.784 do CC) e exigem governança técnica específica para que não se percam por inacessibilidade criptográfica nem sejam bloqueados por cláusulas abusivas de plataformas! Salve este post e envie para quem investe em ativos digitais! #herancadigital #planejamentosucessorio #criptoativos

Kit Prático #08 — Direito do Consumidor e Saúde: Negativa de Fornecimento de Medicamento Canabidiol (CBD) ou Importado pelo Plano de Saúde e SUS

CONTEXTO DA DOR DO CLIENTE:

Famílias de pacientes com epilepsia refratária, autismo severo, Parkinson, dor crônica ou doenças raras que necessitam de medicamentos específicos ou derivados de Cannabis medicinal autorizados pela Anvisa.

Peça 1: Estrutura Completa de Carrossel (Slide a Slide)

SLIDE 1 (CAPA)

O médico neurologista ou psiquiatra receitou medicamento à base de Canabidiol (CBD) autorizado pela Anvisa, mas o plano de saúde ou o Estado negou o fornecimento? Veja como a Justiça analisa!

SLIDE 2

O requisito regulatório central: A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da RDC nº 327/2019 (produtos com autorização sanitária vendidos em farmácia) e da RDC nº 660/2022 (autorização de importação excepcional para uso próprio mediante prescrição médica), regulamentou o uso medicinal no Brasil!

SLIDE 3

Quando o Plano de Saúde é obrigado a custear? Quando o produto possui registro/autorização sanitária regular da Anvisa e há Relatório Médico fundamentado comprovando que os medicamentos convencionais já foram tentados sem sucesso (refratariedade) e que o tratamento é indispensável para o controle das crises!

SLIDE 4

E o fornecimento pelo Poder Público (SUS — Temas 793, 500 e 1234 do STF)? A jurisprudência analisa a autorização sanitária da Anvisa, a imprescindibilidade clínica atestada por laudo médico circunstanciado (inexistência de substituto eficaz na lista do SUS) e a incapacidade financeira do paciente para arcar com o custo contínuo!

SLIDE 5

O que nunca pode faltar no Laudo Médico? Descrição detalhada de todos os remédios tradicionais que o paciente já usou no passado e que falharam ou causaram efeitos colaterais graves!

SLIDE 6 (CTA)

Compartilhe este conteúdo informativo com famílias que buscam qualidade de vida e acesso à saúde!

Peça 2: Post Simples de Impacto (Intercalação Semanal)

Arte de acolhimento e saúde: 'Em qualquer pedido de medicamento de alto custo na Saúde (seja contra o Plano de Saúde ou perante o SUS), a peça mais importante do processo é o Relatório Médico que comprova a ineficácia dos medicamentos convencionais (refratariedade terapêutica)!'

Peça 3: Roteiro de Vídeo Curto (Reels / TikTok / YouTube Shorts)

00s–03s [GANCHO]: O médico receitou um medicamento de alto custo (ou tratamento à base de Canabidiol autorizado pela Anvisa) para controlar crises de epilepsia, autismo severo ou Parkinson, mas você não sabe como organizar os documentos diante da negativa do plano ou do Estado? | 03s–45s [DESENVOLVIMENTO]: Nos processos de Direito à Saúde, o juiz e o núcleo técnico de apoio médico do Tribunal (NATJus) analisam essencialmente três provas documentais que a família precisa reunir junto ao médico: primeiro, o Relatório Médico Circunstanciado mostrando o histórico de refratariedade — ou seja, listando o nome de todos os medicamentos convencionais que o paciente já tomou antes e por que eles não funcionaram; segundo, o registro ou autorização sanitária regular do medicamento junto à

Anvisa (RDC 327 ou autorização RDC 660); e terceiro, os 3 orçamentos atualizados e a negativa formal por escrito! | 45s–55s [CTA ÉTICO]: Deixei aqui na legenda o checklist completo de documentos de Direito à Saúde! Salve e envie para quem precisa!

Peça 4: Legenda Completa Otimizada (SEO Instagram / Descrição)

> A judicialização da saúde suplementar e pública no Brasil exige rigor técnico e probatório cada vez maior após as balizas fixadas pelo STJ e pelo STF (como nos Temas 500, 793 e 1234 do STF e na Lei nº 14.454/2022). ↓ Um simples receituário médico de uma linha contendo apenas o nome comercial do medicamento e a posologia ("Uso contínuo: tomar X gotas de 12 em 12h") NÃO é suficiente para demonstrar em juízo a probabilidade do direito e o perigo de dano! Para que o pedido de tutela de urgência seja compreendido com clareza pelo magistrado e pelo parecer técnico do NATJus, o relatório do médico assistente deve dialogar diretamente com a Medicina Baseada em Evidências, detalhando o quadro clínico evolutivo, a falha terapêutica das alternativas padronizadas e o risco concreto de agravamento ou internação em caso de interrupção do fármaco. Salve este guia documental! #direitodasaude #medicamentodealtocusto #planodesaude

CONCLUSÃO GERAL E PLANO DE AÇÃO NOS PRIMEIROS 30 DIAS

O Compromisso com a Advocacia que Transforma Vidas

NESTE CAPÍTULO

- Roteiro Prático de Implementação nos Próximos 30 Dias

Chegamos ao final deste manual exaustivo com a certeza de que você possui agora em mãos um mapa completo, ético, técnico e profundamente humano para posicionar o seu nome e o seu escritório na era digital. Ao longo de todos os nossos módulos, vimos que o marketing jurídico verdadeiro jamais precisou recorrer a artifícios apelativos, promessas enganosas, compra de seguidores falsos ou encenações vazias em portas de delegacias e cartórios.

Quando você compreende as regras protetivas do Provimento nº 205/2021 da OAB, domina a matemática dos algoritmos do Instagram, do TikTok e do YouTube, constrói um site institucional rápido e otimizado para o SEO no Google, estrutura seus nichos de sustentação financeira, cuida da sua apresentação pessoal e mantém a consistência inegociável de **03 posts intercalados (Carrosséis e Posts Simples) e 02 vídeos/Reels por semana**, o resultado inevitável é a construção de uma autoridade inabalável.

Roteiro Prático de Implementação nos Próximos 30 Dias

- **Dias 1 a 5 (Fundação e Posicionamento):** Defina com clareza seu nicho de referência e seus serviços de sustentação imediata; atualize sua Bio no Instagram, no TikTok e no YouTube com palavras-chave de busca e identificação regular na OAB; revise sua foto de perfil (fotografia real, bem iluminada e natural) e configure o seu Perfil da Empresa no Google (Google Meu Negócio).

- **Dias 6 a 12 (Ambiente e Ferramentas):** Prepare o seu canto de gravação no escritório ou em casa (posicionando-se de frente ou a 45 graus para a janela ou softbox, afastado da parede de fundo), teste o seu microfone de lapela sem fio, ajuste a câmera do seu iPhone ou Android para 1080p/4K a 30fps e crie os dois templates fixos no Canva (Carrossel e Post Simples) com as cores da sua identidade visual.

- **Dias 13 a 20 (Primeira Produção em Lote — Método 3 + 2):** Separe um bloco único de 4 horas, selecione as 4 primeiras semanas do nosso Calendário Editorial deste livro, grave os primeiros 8 Reels em sequência e agende os 12 posts intercalados do mês.

- **Dias 21 a 30 (Presença Proprietária e SEO):** Publique seus dois primeiros artigos aprofundados no blog do seu site institucional seguindo a estrutura de H1, H2, H3 e resposta direta que estudamos no Módulo 11, e implemente o protocolo de acolhimento rápido e ético no WhatsApp.

Mantenha sempre acesa a chama que inspirou a criação gratuita deste livro: **entre na internet todos os dias com a intenção genuína de ajudar, esclarecer e contribuir com o próximo**. Na advocacia, a captação de excelentes clientes e o reconhecimento financeiro são a consequência natural e legítima do valor real que você entrega à sociedade. Excelente jornada e sucesso na sua advocacia!

Sólon

MARKETING JURÍDICO

Seu escritório, em evidência.

Estratégia, marca, site, conteúdo e anúncios para advogados — do autônomo à banca consolidada, com atendimento 100% online e sempre dentro do Provimento 205/2021.

WHATSAPP (33) 98405-0077

MARKETING QUE RESPEITA A OAB.